

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
MESTRADO EM DIREITOS HUMANOS

Kalline Flávia Silva de Lira

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES: relações de gênero e de poder
no Sertão Pernambucano

Recife

2015

KALLINE FLÁVIA SILVA DE LIRA

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES: relações de gênero e de poder
no Sertão Pernambucano

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, para a obtenção do grau de Mestre em Direitos Humanos, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Barros.

Recife

2015

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

L768v Lira, Kalline Flávia Silva de
Violência doméstica contra as mulheres: relações de gênero e de poder no sertão pernambucano / Kalline Flávia Silva de Lira. – Recife: O Autor, 2015.
187 f.: il., fig.

Orientador: Ana Maria de Barros
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Direitos Humanos, 2015.

Inclui referências, anexo e apêndices.

1. Direitos humanos. 2. Violência contra as mulheres. 3. Crime contra as mulheres. 4. Mulheres maltratadas. I. Barros, Ana Maria de (Orientador). II. Título.

341.481 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2015-92)

KALLINE FLÁVIA SILVA DE LIRA

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES: relações de gênero e de poder
no sertão pernambucano.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Direitos Humanos da Universidade Federal de
Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de
Mestre em Direitos Humanos, em 24/02/2015.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria de Barros
Orientadora – PPGDH - UFPE

Prof^ª. Dr^ª. Maria Betânia do Nascimento Santiago
PPGDH - UFPE

Prof. Dr. Walfrido Nunes Menezes
FER

Recife – PE
2015

À Yana Luiza Moura Andrade Coelho, mulher, sertaneja, empresária, mãe, filha, esposa, que infelizmente não pode ser entrevistada para esta pesquisa, porque foi assassinada pelo marido, capitão da Polícia Militar, em janeiro de 2013.

Em nome de Yana, dedico a todas as mulheres que estão ou estiveram em situação de violência doméstica.

AGRADECIMENTOS

Meu Deus, faça com que eu tenha a coragem de me enfrentar. Faça com que eu saiba ficar com o nada e mesmo assim me sentir como se estivesse plena de tudo. Receba em teus braços meu pecado de pensar (Clarice Lispector).

Ao Deus, masculino e feminino, por me ter me dado o dom da vida e me ter concedido a vontade de seguir em frente, sempre, apesar de todas as adversidades.

Então desejo apenas que você tenha muitos desejos. Desejos grandes e que eles possam te mover a cada minuto ao rumo da felicidade (Carlos Drummond de Andrade).

À Laryssa, minha filha, eterna força de propulsão de minhas jornadas. Agradeço por sua paciência e por compreender meus momentos de presenças ausentes, onde eu me trancava no quarto pra estudar. Tudo – simplesmente tudo – em minha vida é pensando em você. Essa conquista é nossa!

Deus não pode estar em todos os lugares, por isso fez as mães (Ditado judaico).

À minha mãe, primeira mulher da minha vida, que me permitiu realizar tantos sonhos; que me consentiu sair de casa tranquila para trabalhar e estudar, porque eu sabia que ela estava cuidando do meu bem mais precioso, Laryssa. Pelos ensinamentos e pelas brigas, muito obrigada.

À minha avó, Euridice, exemplo de mulher forte, que lutou muito para cuidar dxs filhxs, dxs netxs e até dxs bisnetxs. E hoje, após um sofrer um AVC há pouco mais de um ano, que lhe limitou as atividades, continua nos ensinando a amar a vida e a ter paciência com aqueles que muito já nos deram.

A felicidade não depende do que nos falta, mas do bom uso que fazemos do que temos (Thomas Handy).

À minha família, principalmente meu irmão Kleber, minha cunhada Janayna e sobrinhxs lindxs Davi e Júlia. Por entenderem minhas ausências – principalmente nas festinhas de aniversário. Meu amor por vocês não é menor por isso.

Às minhas primas, irmãs, companheiras, incentivadoras – Andrezza, Érika e Micheli. Mesmo que por tantos compromissos da vida tenhamos nos afastado um pouco, muito do que sou hoje eu devo a vocês.

À professora Sylvia Klimsa, que sempre foi um espelho pra mim, de dedicação aos estudos e ao trabalho. Sua luta pelos direitos das pessoas com deficiência é apaixonante.

A amizade é um amor que nunca morre (Mário Quintana).

Aos amigxs que encontrei no Sertão do Araripe: Francisco Wanderson, Guilherme Lócio, Jeovana Saldanha, Walderice Martins, que compartilharam comigo toda essa trajetória, desde a seleção do mestrado. Há muito deixamos de ser amigxs e nos tornamos família. Tão bom me sentir em casa, mesmo a 620 km de distância. Pelo tempo que trabalhamos juntos, pelas aprendizagens, pelas conversas, risadas e choros, o sertão não seria o mesmo sem vocês!

Agradeço, em especial, ao meu amigo Ednilson Barros, que me ensinou a enxergar a Polícia Militar com outros olhos; depois dele, sei que é possível ser e fazer diferente, onde quer que estejamos. E se não fosse ele, eu nem saberia da seleção para o mestrado. Obrigada!

Existem pessoas que transformam o sol em uma pequena mancha amarela, porém há também as que fazem de uma simples mancha amarela o próprio sol (Pablo Picasso).

Assim são vocês, Subversiones!

Camila Almeida, doce e forte ao mesmo tempo, nossa primeira Mestre;
Fernando Cardoso, nosso astro-rei, intenso e dono de uma mente privilegiada;
Gabriela Cavalcanti, nossa menina-prodígio, linda por dentro e por fora;
Patrícia Guarany, apesar de pedagoga, minha psicóloga em vários momentos;
Paulo Valfredo, nosso musicista, cantando e encantando nossos encontros;
Sandra Lucena, que dividiu a paixão em comum que temos pela saúde mental.
Palavra que melhor (não) nos (re) define: transgressores! De tudo, hoje e sempre. Essa caminhada não seria tão prazerosa sem vocês. Obrigada por me permitir amadurecer, regredir, reinventar e re-significar conhecimentos e amizades.

O futuro pertence aqueles que acreditam na beleza dos seus sonhos (Eleanor Roosevelt).

Aos colegas do mestrado, foi um orgulho e uma honra fazer parte da primeira turma de formandxs do PPGDH/UFPE junto com vocês. Que possamos seguir e levantar novos voos.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção (Paulo Freire).

À minha orientadora, a professora Dra. Ana Maria de Barros, por ter aceitado a difícil tarefa de me orientar, através da autonomia e da liberdade.

O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada, caminhando e semeando, no fim terás o que colher (Cora Coralina).

Aos professorxs do PPGDH, que me trouxeram outros significados aos direitos humanos.

Especialmente aos professorxs Betânia Santiago, Marcelo Miranda e Virgínia Leal, pelas participações na banca de qualificação, leituras cuidadosas e sugestões fundamentais para o aperfeiçoamento da minha escrita.

Às funcionárias do PPGDH, Karla e Clarissa. Obrigada por acolherem nossas inquietações e estarem sempre dispostas a ajudar.

Ao Grupo Diversiones, principalmente aos professores Gustavo Costa e Marcelo Miranda, pelo conhecimento construído. Obrigada por me aproximar mais ainda do meu tema de pesquisa, e me instigar a estudar sempre mais.

Os poderosos poderão matar uma, duas ou três rosas, mas jamais conseguirão deter a primavera inteira! (Che Guevara).

À Fabíola Paiva, secretária da mulher de Araripina, por ter me acolhido, me ajudado, cedido espaço para as entrevistas; por ser a mistura perfeita entre a calma e a tempestade, tão necessárias para quem está à frente de organismos municipais de combate a violência sexista.

À Vanuzia Ramos, agente comunitária de saúde, que mostrou que é possível fazer sempre mais na sua função; mostrou a importância da profissional atenta e sensível às questões da violência contra as mulheres. Sem sua ajuda, essa pesquisa não teria sido concluída.

Às mulheres que participaram da pesquisa, por terem aberto as portas de suas vidas e me permitido entrar. Agradeço pela confiança depositada em mim, possibilitando que dividissem assuntos pessoais e delicados. Vocês foram fundamentais para meu crescimento profissional e pessoal. Serei eternamente grata.

O otimista é um tolo. O pessimista, um chato. Bom mesmo é ser um realista esperançoso (Ariano Suassuna).

Agradeço à direção do Hospital Regional Fernando Bezerra e aos funcionários do Setor de Epidemiologia; à coordenação e aos funcionários do CREAS Regional Sertão do Araripe; à equipe da Delegacia de Polícia Civil de Ouricuri, por terem permitido a coleta de dados, tão importantes para a conclusão dessa pesquisa.

O dinheiro não cria o sucesso, mas sim a liberdade de criar o sucesso (Nelson Mandela).

A CAPES, pelo apoio financeiro que possibilitou a realização deste trabalho.

“A violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma vis, vale dizer, como uma força que transgride os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, *a violência*, sob todas as suas formas, *desrespeita os direitos fundamentais do ser humano*, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa ser olhado como um puro e simples objeto”.

Zeferino Rocha

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipologia da violência conforme a OMS	34
Figura 2 – Ciclo da Violência Doméstica	45
Figura 3 – Localização do Sertão do Araripe e seus limites	96
Figura 4 – Municípios que compõem o Sertão do Araripe	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Área de residência da mulher	117
Gráfico 2 – Idade das mulheres	118
Gráfico 3 – Tipo de violação sofrida	118
Gráfico 4 – Parentesco do agressor	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais características da rede de enfrentamento e da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.	53
Quadro 2 – Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres no Sertão do Araripe	109
Quadro 3 – Características das participantes da pesquisa.	126
Quadro 4 – Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 1 – Entrevistada Esperança.	127
Quadro 5 – Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 1 – Entrevistada Superação.	130
Quadro 6 – Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 1 – Entrevistada Socorro.	132
Quadro 7 – Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 1 – Entrevistada Felicidade.	135
Quadro 8 – Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 1 – Entrevistada Mudança.	139
Quadro 9 – Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 2 – Entrevistada Esperança.	142
Quadro 10 – Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 2 – Entrevistada Superação.	144
Quadro 11 – Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 2 – Entrevistada Socorro.	146
Quadro 12 – Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 2 – Entrevistada Felicidade.	147
Quadro 13 – Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 2 – Entrevistada Mudança.	149
Quadro 14 – Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 3 – Entrevistada Esperança.	151
Quadro 15 – Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 3 – Entrevistada Superação.	153
Quadro 16 – Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 3 – Entrevistada Socorro.	154
Quadro 17 – Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 3 – Entrevistada Felicidade.	155
Quadro 18 – Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 3 – Entrevistada Mudança.	158

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Estatística de CVLI em Pernambuco e no Sertão do Araripe – 2010 a 2013.	97
TABELA 2 – CVLI total e de mulheres no Sertão do Araripe – Anos 2011 a 2013.	98
TABELA 3 – Mapeamento dos Serviços de Saúde da Rede de Atendimento à Mulher no Sertão do Araripe.	101
TABELA 4 – Cobertura de Equipes de Saúde da Família por município.	103
TABELA 5 – Mapeamento dos Serviços de Justiça da Rede de Atendimento à Mulher no Sertão do Araripe.	104
TABELA 6 – Mapeamento dos Serviços de Segurança Pública da Rede de Atendimento à Mulher no Sertão do Araripe.	106
TABELA 7 – Mapeamento dos Serviços de Assistência Social da Rede de Atendimento à Mulher no Sertão do Araripe.	107
TABELA 8 – Números de Notificação de Violência do HRFB – ano 2010.	112
TABELA 9 – Números de Notificação de Violência do HRFB – ano 2011.	112
TABELA 10 – Números de Notificação de Violência do HRFB – ano 2012.	113
TABELA 11 – Números de Notificação de Violência do HRFB – ano 2013.	114
TABELA 12 – Mulheres em situação de violência atendidas no CREAS Regional – 2010.	115
TABELA 13 – Mulheres em situação de violência atendidas no CREAS Regional – 2011.	116
TABELA 14 – Mulheres em situação de violência atendidas no CREAS Regional – 2012.	116
TABELA 15 – Mulheres em situação de violência atendidas no CREAS Regional – 2013.	117
TABELA 16 – Ocorrências relacionadas à Lei Maria da Penha em Ouricuri.	120
TABELA 17 – Inquéritos encaminhados à Justiça relacionados à Lei Maria da Penha em Ouricuri.	122
TABELA 18 – Cruzamento dos dados de violência do HRFB, CREAS Regional e Delegacia de Polícia – Anos 2010 a 2013.	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEDA	Autarquia Educacional do Araripe
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNDM	Conselho Nacional da Condição da Mulher
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CRAM	Centro de Referência no Atendimento à Mulher
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CVLI	Crimes Violentos Letais e Intencionais
DEAM	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
DEPEDDIM	Defensoria Pública Especializada na Defesa da Mulher em Situação de Violência
ESF	Estratégia de Saúde da Família
GACE	Gerência de Análise Criminal e Estatística
GEPais	Gerência de Penas Alternativas e Integração Social
HRFB	Hospital Regional Fernando Bezerra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDG	Índice de Desenvolvimento de Gênero
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Políticas Econômicas Aplicadas
MS	Ministério da Saúde
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMPM	Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PAEIF	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAISM	Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher
PBF	Programa Bolsa Família
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPV	Pacto Pela Vida
PSF	Posto de Saúde da Família
SAMU	Serviço de Atendimento Médico de Urgência
SDS	Secretaria de Defesa Social
SECMULHER	Secretaria da Mulher de Pernambuco
SEDIM	Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher
SESDSH	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SIPS	Sistema de Indicadores de Percepção Social
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCO	Termo Circunstanciado de Ocorrência
TEPT	Transtorno de Estresse Pós-Traumático
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPA	Unidade de Pronto-Atendimento

RESUMO

A presente pesquisa investiga a violação dos direitos humanos existentes na violência doméstica contra as mulheres, através de um recorte das relações de gênero e de poder no Sertão do Araripe de Pernambuco. Este estudo apresenta algumas considerações sobre a rede de enfrentamento da violência contra as mulheres na região, mapeando os serviços e apontando os números da violência, de 2010 a 2013, coletados em alguns dispositivos, além de realizar uma análise da violência a partir de entrevistas com mulheres em situação de violência doméstica. A pesquisa foi baseada nos aportes teóricos de Scott (1995) e Arendt (1985), além de documentos nacionais e internacionais sobre violência contra as mulheres. Do ponto de vista metodológico, é um estudo de caso sobre a realidade do Sertão do Araripe, com uma pesquisa documental realizada em três órgãos da rede de enfrentamento, e de uma pesquisa de campo, através de cinco casos de mulheres em situação de violência doméstica, a partir de uma abordagem prioritariamente qualitativa. Os resultados da pesquisa apontam que o fenômeno da violência contra as mulheres no Sertão do Araripe atinge todas as classes sociais e econômicas, bem como idade, cor da pele e zona de residência. A violência mais referida foi a psicológica, tanto nos dados quantitativos quanto nos qualitativos. Na análise dos dados documentais, ficou clara a fragilidade das mulheres residentes em zonas rurais. Apesar de compreender as agressões que sofrem como uma situação de violência doméstica, as mulheres minimizam a gravidade da violência psicológica, em relação à violência física. Este estudo também assinala que as mulheres do sertão não se percebem apenas no papel de esposa e mãe, ocupando outros espaços como os do estudo e trabalho. No entanto, essa maior participação no espaço público não se refletiu na re-configuração das relações de gênero e poder no âmbito privado, permanecendo a cultura patriarcal que impõe a subordinação das mulheres diante dos homens. No que concerne ao mapeamento da rede de enfrentamento, os números assinalam a inexistência de alguns serviços especializados considerados primordiais, e que a rede está funcionando de maneira desarticulada. Conclui-se que a violação dos direitos humanos das mulheres em situação de violência doméstica no sertão do Araripe não se refere apenas às agressões físicas, psicológicas e morais a que são submetidas, mas também está contida na dificuldade de acesso aos serviços e na pouca compreensão da rede de enfrentamento da violência pelas mulheres, repercutindo na fragilidade da referida rede, que termina por não contribuir para a diminuição da violência sexista e machista no Sertão do Araripe.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Gênero. Poder. Sertão.

ABSTRACT

This research investigates the violation of existing human rights in domestic violence against women, through a cutout of gender and power relations in the Hinterland of Araripe of Pernambuco. This study presents some considerations on the network to combat violence against women in the region, mapping services and pointing out the issues of violence, from 2010 to 2013, collected on some devices, and perform an analysis of violence from interviews with women in domestic violence situations. The research was based on the theoretical contributions of Scott (1995) and Arendt (1985), as well as national and international documents on violence against women. From a methodological point of view, is a case study about the reality of the Hinterland of Araripe, with a documentary study of three department of coping network, and field research through five cases of women in domestic violence situations , primarily from a qualitative approach. The survey results show that the phenomenon of violence against women in the Hinterland of Araripe affects all social and economic classes, as well as age, ethnicity and area of residence. The more that violence was psychological, both quantitative information and the qualitative. In the analysis of documentary information showed a clear weakness of women living in rural areas. Although understand aggression suffering as a situation of domestic violence, the women's minimize the severity of psychological violence, in relation to physical violence. This study also notes that women do not perceive the hinterland only in the role of wife and mother, occupying other spaces as the study and work. However, this increased participation in public space was not reflected in the re-configuration of gender and power relations in the private sector, maintaining the patriarchal culture that requires the subordination of women before men. As regards to the mapping of coping network, the numbers indicate the absence of some specialized considered paramount, and that the network is working so disjointed. It is concluded that the violation of human rights of women in situations of domestic violence in Araripe hinterland refers not only to the physical, psychological and emotional aggression to which they are subject, but is also contained in the difficulty of access to services and little understanding network against violence by women, reflecting the weakness of such a network, which ends up not contribute to the reduction of sexist and gender violence in the Hinterland of Araripe.

Key-words: Domestic Violence. Gender. Power. Hinterland.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	REVELANDO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES NUMA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS	28
2.1	Violência: uma visão geral	29
2.1.1	Tipificação da violência	34
2.2	As violências contra as mulheres	36
2.2.1	A violência doméstica contra as mulheres	41
2.3	A violência contra as mulheres e os direitos humanos	47
2.4	A rede de enfrentamento da violência contra as mulheres	53
2.4.1	Serviços de Saúde	55
2.4.2	Serviços de Justiça	56
2.4.3	Serviços de Segurança Pública	57
2.4.4	Serviços de Assistência Social	58
3	RELAÇÕES DE GÊNERO E DE PODER NO SERTÃO DE PERNAMBUCO	61
3.1	A história do movimento de mulheres	66
3.2	O conceito de gênero	71
3.3	O conceito de poder	78
3.4	Gênero mulher e poder no Sertão de Pernambuco	84
4	UM OLHAR SOBRE O SERTÃO DO ARARIPE DE PERNAMBUCO	94
4.1	Contextualizando o Sertão do Araripe de Pernambuco	95
4.1.1	Ouricuri	99
4.1.2	Araripina	100
4.2	A rede de enfrentamento da violência contra as mulheres no Sertão do Araripe	100
4.2.1	Serviços de Saúde	101
4.2.2	Serviços de Justiça	104
4.2.3	Serviços de Segurança Pública	105
4.2.4	Serviços de Assistência Social	107
4.2.5	Outros Equipamentos	109
4.3	Os números da violência contra as mulheres no Sertão do Araripe	111
4.3.1	Dados do Hospital Regional Fernando Bezerra – Ouricuri	111
4.3.2	Dados do CREAS Regional – Ouricuri	114

4.3.3 Dados da Delegacia de Polícia Civil – Ouricuri	120
5 ANALISANDO CASOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO SERTÃO DO ARARIPE	124
5.1 Categoria Analítica 1 – Violência doméstica contra as mulheres	127
5.2 Categoria Analítica 2 – Relações de Gênero	142
5.3 Categoria Analítica 3 – Relações de Poder	151
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS	172
APÊNDICE A	181
APÊNDICE B	182
ANEXO A	184

1 INTRODUÇÃO

Quem elegeu a busca não pode recusar a travessia.

Guimarães Rosa, em “*Grande Sertão: Veredas*”.

Introduzir significa iniciar ou começar. Assim, fazer a introdução deste trabalho é dizer como ele começou. E isso me fez ir bem longe, a um passado distante.

Minha família não é muito grande, mas é muito unida. Não tenho nenhum contato com a minha família paterna, e assim, ao falar de *família*, sempre me refiro à minha família materna. Lembro-me que morávamos com minha avó. Então éramos várias crianças, minha mãe, minha tia... uma família prioritariamente feminina. Desde que me “entendo por gente”, minha avó já era separada do meu avô. Que transgressora! Ainda na década de 1970, minha avó já tinha saído de casa com seus sete filhos e filhas, porque não aguentava mais as agressões que sofria. Minha mãe contou várias vezes sobre um dia que meu avô, ao chegar alcoolizado em casa, quebrou um copo de vidro na testa de minha avó. E, desse momento em diante, com os filhos já crescidos, minha avó disse “basta”. Claro que não foi fácil. Afinal, era uma mulher do interior de Pernambuco e com pouco estudo. Nesse momento, seus filhos e suas filhas tiveram que crescer e amadurecer pra ajudá-la. E assim, a vida da minha família mudou.

Cresci ouvindo esse e outros relatos. Mas olhava para meu avô, tão frágil e sozinho na velhice, que nunca tive raiva dele. Não convivi com a época em que ele ainda era o “macho”, vivia nas ruas com outras mulheres e chegava em casa para agredir minha avó. Por outro lado, achava interessante minha avó ter tido a ousadia de se separar, numa época que isso ainda não era muito comum¹. Aprendi, muito cedo, que as mulheres deviam ser independentes, mesmo que estivessem casadas e/ou com filhos/filhas. Aprendi que trabalhar fora de casa era uma coisa importante, e que deveria ser almejada. Aprendi, primeiramente, que estudar era fundamental. E escolhi a Psicologia.

Muitos anos depois de formada, em 2010, fui aprovada numa seleção do Governo de Pernambuco, e me vi nunca situação complicada: escolher trabalhar em Salgueiro ou em Ouricuri. Duas cidades que só conhecia por nome, nunca tinha ido nem perto. De repente, eu

¹ A Lei do Divórcio no Brasil é de 1977. No entanto, no início, apenas famílias com muito dinheiro tinham condições de realizar o divórcio. O comum seria a simples separação de corpos.

que nunca pensei morar numa cidade do interior, me vi nesse dilema. Enfim acabei optando pela mais longe, e uma semana depois estava morando em Ouricuri.

A seleção que me referi foi para ser psicóloga de um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Fui trabalhar no CREAS Regional Sertão do Araripe². E assim, acostumada a morar e trabalhar nas grandes cidades e capitais, me vi absorvida pelo lugar. Primeiro, porque as pessoas são tão acolhedoras que hoje me refiro, principalmente à Ouricuri, como o meu lugar, como se fosse “filha³” da região. Segundo, porque pude ver com meus próprios olhos uma região que só via pela televisão, e pude perceber a dualidade do local: a realidade da falta de água, mas com um povo alegre, festeiro, trabalhador. Não, definitivamente, o sertão não é apenas seca e fome! Há muito mais.

E foi, trabalhando no CREAS, um órgão que atende pessoas com direitos violados, que me aproximei da temática da violência contra as mulheres. No CREAS, atendemos a todos: homens, mulheres, crianças, idosas e idosos. Mas desde o início, foi a violência contra as mulheres que me chamava a atenção. Muitas apareciam no serviço apenas uma vez e não queriam mais voltar para dar continuidade ao acompanhamento. Impressionava-me, principalmente, com as histórias que ouvia fora do serviço. Conheci várias mulheres que apenas conversavam comigo, algumas que trabalharam comigo em outros locais, e eu pensava: essas mulheres sofrem violência! O marido não deixava estudar, não deixava trabalhar; outras contavam as humilhações que sofriam em casa, mas não podiam ir embora por causa dos/das filhos/filhas; e principalmente, o discurso de colegas policiais⁴ sobre as ocorrências: *“dá próxima vez que essa mulher ligar, eu que vou dar uma surra nela”*.

Como ouvir isso e não se indignar? Como não me lembrar das violências sofridas pela minha avó? Como não querer me aprofundar nessa problemática? Aos poucos fui adentrando cada vez mais na questão, estudando sobre o assunto, passei a ser chamada sempre que um evento ou uma palestra versava sobre as mulheres.

Em 2012 decidi que finalmente faria uma seleção para o Mestrado. Independente de qual Programa fizesse a seleção, eu iria pesquisar sobre a violência contra as mulheres. Fiquei

² Foi neste CREAS que realizei posteriormente parte da coleta de dados para esta pesquisa.

³ Dizer que é “filha” de um local significa que é sua naturalidade, que sua família é desse município. Na região do Araripe, as pessoas dão muito valor aos “filhos” e possuem, de certa forma, um preconceito com os “forasteiros”, principalmente quando vão trabalhar. Infelizmente, sofri isso muitas vezes.

⁴ O projeto inicial, que foi para a seleção deste Programa de Mestrado, versava sobre pesquisar as mulheres em situação de violência e os policiais do Sertão do Araripe. Projeto grande demais para um Mestrado, e assim reduzimos nosso universo apenas para as mulheres. Fica a ideia para talvez no doutorado, pesquisar as concepções dos profissionais que prestam atendimentos às mulheres em situação de violência.

feliz com a abertura do Mestrado em Direitos Humanos que, afinal, caía “como uma luva” para o tema que eu queria pesquisar – a violência.

A violência tem ocupado, cada vez mais, lugar de destaque no nosso cotidiano, ocasionando debates e discussões em todo o mundo, no intuito de minimizar os seus efeitos. O impacto da violência pode ser visto globalmente, pois, por ano, mais de um milhão de pessoas perdem suas vidas e muitas outras sofrem lesões não fatais, em decorrência da violência interpessoal e coletiva (KRUG et al., 2002).

Em relação à violência, há uma dificuldade para definirmos seu conceito, devido ser um fenômeno que provoca forte carga emocional em quem a comete e em que a sofre ou a presencia. Não há um único fator que explique por que as pessoas se comportam de forma violenta. Entendemos a violência como um tema múltiplo, de naturezas diversas, sendo impossível abarcar sua dimensão global numa dissertação de Mestrado. Nesse sentido, o recorte do objeto de estudo desta pesquisa é uma forma particular: a violência contra as mulheres. Como me aproximei da temática ao ir trabalhar no Sertão do Araripe de Pernambuco, resolvi fazer mais um afinilamento e estudar a violência neste contexto do Sertão.

Reafirmo que minha inquietação perante a questão da violência doméstica contra as mulheres teve início quando comecei a trabalhar como psicóloga no CREAS sediado no município de Ouricuri, com abrangência regional, atuando nos 10 municípios que compõem o Sertão do Araripe. Durante o tempo em que trabalhei na região, vi o número crescente de casos de violência doméstica. Percebi a dificuldade de denúncia dessas mulheres, afinal, não há uma Delegacia Especializada na região. Verifiquei a fragilidade da rede assistencial, com diálogos difíceis e ações estanques.

Sendo psicóloga de formação, e trabalhando para a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, comecei a ter um entendimento mais amplo sobre a violência doméstica contra as mulheres. Entendi que são vários motivos, aspectos e razões que fazem as mulheres continuarem no ciclo de violência, como dependência afetiva, questões religiosas, além de não querer perder o ideal de família. Entendi que a região do Araripe ainda não avançou nas políticas afirmativas para as mulheres, tendo ouvido várias falas que cristalizam a figura da mulher na dinâmica familiar como sendo aquela que deve ficar em casa cuidando dos/das filhos/filhas. Nesses espaços, os direitos das mulheres ainda necessitam ser conquistados e efetivados.

No trabalho como psicóloga, meu principal instrumento é a fala. Neste caso, a fala das mulheres em situação de violência. Elas, na maioria das vezes de forma espontânea,

buscavam atendimento no CREAS. E ao ouvir essas mulheres, comecei a me despir dos pré-conceitos em relação à temática. Antes, assim como a grande maioria das pessoas, pensava que a mulher devia gostar de apanhar para continuar num relacionamento violento⁵. Imaginava que seriam muito fracas para não acabarem com o casamento. Aos poucos, percebi a importância de ouvi-las sem preconceito, sem julgamentos. A violência deixa muito mais do que marcas físicas; deixa marcas psicológicas, que refletem na autoimagem e na autoestima das mulheres em situação de violência. Ainda há uma dificuldade para trabalhar essas questões, principalmente porque muitas mulheres interrompem o acompanhamento psicossocial oferecido pelo serviço.

Ao dar continuidade ao meu trabalho e à minha escuta, fui cada vez mais adentrando nesse universo feminino sertanejo. A mulher no sertão, principalmente residente na zona rural, vive com escassez de quase tudo: água, alimento, serviços de saúde e de educação, emprego. Elas trabalham em casa e na roça, principal meio de subsistência. Morando em vilas onde uma casa pode estar há quilômetros de distância da outra, ficam expostas a quase tudo, inclusive à violência do marido. Afinal, a ideia de que mulher não deve trabalhar fora, e sim cuidar da casa e do marido ainda existe e é muito intensa no sertão.

Não imaginemos que é muito diferente para a mulher que reside na zona urbana da cidade. Se por um lado as oportunidades de emprego e educação são maiores, a “vigilância” também é. Os considerados “crimes de honra” ainda acontecem. Afinal, a ideia de que “homem que é homem lava honra com sangue” persiste. As mulheres da zona urbana são monitoradas pelo marido e principalmente pela família dele, que não quer ter o “nome manchado”.

É importante neste momento falarmos um pouco sobre o sertão. A expressão “Sertão” pode ser usada para nomear, mais especificamente, as regiões do interior dos Estados nordestinos. Nesses lugares se concentram algumas das cidades com maiores índices de desigualdades sociais do país, além de baixos indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Geograficamente, o sertão nordestino é caracterizado pela presença do clima semiárido, da vegetação de caatinga, irregularidades nas distribuições de chuvas, solos secos e temperaturas elevadas. Euclides da Cunha no seu livro *Os Sertões*, enfatiza a superioridade do

⁵ Pesquisa do IPEA (2014) revela que 65% das pessoas entrevistadas concordam com a afirmação que é agredida e continua com o parceiro é porque gosta de apanhar.

Sul em relação ao Norte⁶, tanto pela influência do clima como pela influência da raça, já que a região seria povoada por uma “sub-raça”.

Seja na imprensa do Sul, seja nos trabalhos de intelectuais que adotam os paradigmas naturalistas, seja no próprio discurso da seca, o Norte aparece como uma área inferior do país... A certeza de que o rápido desenvolvimento do Sul, notadamente São Paulo, se explicava por ser um Estado de clima temperado e raça branca, levava a que não se tivesse dúvidas do destino desta área, puxar o trem descarrilhado de uma nação tropical e mestiça. O Norte ficaria naturalmente para trás (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 62).

A famosa obra de Euclides da Cunha traz um discurso ambíguo, pois produz uma estereotipia negativa quando inferioriza o sertão/nordeste, mas apresenta uma estereotipia positiva ao enaltecer seu povo. Essa ambiguidade também é percebida com a representação da figura da mulher, pois de forma geral a mulher era sinônimo de “sexo frágil”, e vista como dócil, delicada, meiga. No entanto, quando se tratava da mulher do Nordeste, ou mais especificamente do Sertão, eram lançados outros adjetivos, como matuta, caipira, cafona, e outros termos que ligavam à ideia de lugar não civilizado.

Percebe-se que, de várias maneiras e intensidades, a mulher sertaneja tem sua vida cerceada e limitada pelo desejo e/ou imposição de sua família e da sociedade. Não pode estudar nem trabalhar se o marido não permitir. Não pode não querer ter mais filhos. Não pode se separar. Simplesmente não pode *ser*. Por isso assumimos na nossa pesquisa a posição de Arendt (1985) ao teorizar sobre o poder como o domínio de um indivíduo sobre o comportamento do outro.

Por outro lado, essa suposta fragilidade feminina está intimamente ligada à ideia que fazemos sobre o que é ser mulher e qual seu papel na sociedade. De forma geral, durante muito tempo a mulher esteve à margem, sempre atrás de uma figura masculina⁷. Seu lugar era dentro de casa, e a mulher nascia para ser esposa e mãe. Para nossa pesquisa, estudamos a questão da mulher através do conceito de gênero, assumindo a proposição de Scott (1995) de que gênero se constitui nas relações sociais e é uma forma de dar significado às relações de poder, sendo importante afirmar sua dimensão social, histórica e política, não restrita às questões biológicas.

Concomitante a isso, a história da família no Brasil tem como base o patriarcado, trazendo arraigado o conceito de dominação masculina sobre as mulheres. Essa tradição se

⁶ Utilizamos a palavra Norte como no original. Durante muito tempo, e talvez ainda hoje aconteça, o Norte e o Nordeste são chamados de “Norte”. Como dizia Patativa do Assaré, é o “Brasil de baixo” em oposição ao “Brasil de cima”.

⁷ Essa é uma ideia antiga e preconceituosa que, geralmente, se tinha sobre as mulheres. Muitas delas, é claro, foram contra aos tabus e privações impostas a elas.

perpetua, mesmo que simbolicamente. O homem era tido como “dono” da mulher. Na sociedade patriarcal, o pai tinha todo o poder sobre a família. E assim, com o casamento, a mulher deixava de ser “posse” do pai para ser do marido. E com tanto poder, o homem podia tudo contra a mulher, inclusive violentá-la. Para entendermos a violência, assumimos a proposição de Arendt (1985). Segundo a autora, a violência ocorre quando não se percebe o outro como um sujeito, e sim quando o outro é anulado e coisificado, e não há interação.

O início dos debates para a criação de uma lei que coibisse a violência contra as mulheres foi a necessidade de caracterizar a violência doméstica e familiar como uma violação dos direitos humanos das mulheres e a importância de garantir proteção e atendimento humanizados para as vítimas, já que ficou notório que a mulher corria mais riscos de ser vítima dentro de sua própria casa. Uma lei específica era urgente.

Foi através de um panorama de altos índices de violência contra as mulheres que essa pesquisa foi refletida. Esse estudo se justifica pela falta de pesquisas específicas que pesquisam o contexto sociocultural do sertão para a compreensão dos números da violência contra as mulheres, que vem aumentando na Região do Araripe. É com base nesta constatação, que será demonstrada nos capítulos dessa pesquisa, que problematizamos nosso estudo.

Diante do exposto, temos como objeto de estudo as violações dos direitos das mulheres, presentes na violência doméstica em suas várias faces, analisada a partir do mapeamento da rede de enfrentamento e dos relatos das mulheres em situação de violência no sertão de Pernambuco. A presente pesquisa propõe-se a discutir a violência contra as mulheres, mais especificamente a violência doméstica, através de uma perspectiva de gênero, poder e direitos humanos, no intuito de perceber se as mulheres se enxergam como sujeitos de Direitos e como têm resistido e enfrentado em seu cotidiano a violência de gênero.

Os procedimentos metodológicos foram escolhidos levando em consideração cada etapa da pesquisa. Escolheu-se a abordagem qualitativa, pois esta trabalha com um grau de realidade que não pode ser quantificada, uma vez que trabalha com “o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2012, p. 21), e esses fenômenos humanos são parte da realidade social e não pode ser traduzido em números. Ainda segundo Minayo (1999), as metodologias qualitativas são aquelas que permitem incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos e relações.

No entanto, os dados sóciodemográficos também foram levantados e usados como ilustração, no intuito de organizar e agrupar de acordo com as variáveis: idade das mulheres

em situação de violência, tipo de violência sofrida, área de residência da vítima. Esses números também são importantes devido à ausência de estudos na área, e para dar visibilidade a esta situação social, comprovando a problemática da violência contra as mulheres na região pesquisada.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010), considerando o nível de interpretação dos resultados e os fins pretendidos, essa pesquisa é descritiva; esta envolve examinar, registrar e investigar os fatos, permitindo que o pesquisador faça a análise dos dados de forma imparcial.

O tipo de pesquisa no que se refere aos meios utilizados foi uma pesquisa documental e de campo, que é usada quando o estudo é voltado para indivíduos, comunidades ou instituições. Para Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa documental é caracterizada pelo uso de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação. Incluem-se neste caso, as informações de boletins de ocorrência ou notificações de atendimento da rede de saúde ou assistência social.

Inicialmente foi realizado um levantamento dos dados nos diversos locais de atendimentos as vítimas de violência, através de prontuários, boletins de ocorrência, fichas de atendimentos. Os locais escolhidos foram: o Hospital Regional Fernando Bezerra, localizado em Ouricuri; o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) Regional, sediado em Ouricuri; e a Delegacia de Polícia Civil de Ouricuri, que também é a delegacia de plantão da região nos fins de semana e à noite.

As notificações de violência doméstica contra as mulheres foram dos anos 2010 a 2013. Este recorte temporal deve-se ao fato que o CREAS Regional, órgão estadual especializado no atendimento a vítimas de violência, foi inaugurado em setembro de 2009, e teve seu início de forte atuação no ano seguinte. Uma das principais funções do CREAS Regional é realizar articulação em rede na região do Araripe.

Após esse levantamento, foi cumprida a pesquisa de campo, que segundo Marconi e Lakatos (2010) é a investigação de um tema realizada no local que ocorreu o evento ou que tenha elementos para explicá-los. Para a coleta dos dados qualitativos, elegemos cinco casos de mulheres em situação atual ou passada de violência doméstica, residentes nos municípios de Ouricuri e Araripina, pertencentes à região do Araripe, que tenham sido atendidas em diferentes pontos de atenção que configuram a rede de enfrentamento, entre os anos de 2010 e 2013. As mulheres entrevistadas foram convidadas para participar da pesquisa, e escolhidas no intuito de representar a heterogeneidade das mulheres da região, a saber: área de residência (urbana ou rural); cor da pele (branca, negra e parda); idade (acima de 18 anos); classe

social/renda mensal da família; grau de escolaridade. Para a coleta dos dados qualitativos utilizamos uma entrevista, definida por Marconi e Lakatos (2010, p. 197) como um “encontro de duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

Para facilitar a entrevista, utilizamos um roteiro de perguntas semiestruturado (APÊNDICE A). Para as mulheres residentes em Araripina, as entrevistas foram realizadas na Secretaria Municipal da Mulher. Para as mulheres residentes em Ouricuri, utilizamos o espaço do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município em duas entrevistas, e outra foi realizada na casa da mãe da participante.

Elegemos como principal fonte de dados da nossa pesquisa os relatos das mulheres participantes. A análise dos dados deu-se no eixo qualitativo, através da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2004, p. 38), que é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Segundo Minayo (1999), para esta técnica faz-se necessário analisar os fatores que vão determinar as características dos discursos, como as variáveis psicossociais e o contexto cultural. Dentro da análise de conteúdo, escolheu-se a análise categorial. Assim, tomamos como referência para nosso estudo, as categorias analíticas relacionadas ao aporte teórico utilizado: violência doméstica contra as mulheres; relações de gênero; e relações de poder.

A pesquisa seguiu as normas da Resolução 466/12 (BRASIL, 2012a) sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Desse modo, a pesquisa foi realizada com as mulheres que concordaram em participar do estudo. Esta concordância está expressa pela leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cujo modelo está no Apêndice B. O trabalho de campo foi iniciado após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal de Pernambuco (ANEXO A).

O lócus, bem como um dos objetos da pesquisa, foi o Sertão do Araripe pernambucano, mais especificamente as cidades de Ouricuri e Araripina⁸, porque acreditamos que a região traz alguns conceitos arraigados do que é ser mulher, ao mesmo tempo em que o patriarcado, vislumbrado num coronelismo atualizado, ainda é forte, acarretando altos índices de violência contra as mulheres, afinal, o contexto histórico das relações de gênero no Nordeste impôs papéis sociais muito rígidos para homens e mulheres. A região também foi escolhida por ter sido local de trabalho da pesquisadora durante alguns anos, e assim, há uma familiaridade com o contexto local.

⁸ A escolha desses municípios será explicada no Capítulo 3.

O problema que norteou a pesquisa foi: *Como as relações de gênero e de poder permeiam as violações de direitos humanos existentes na violência doméstica contra as mulheres no Sertão do Araripe de Pernambuco?*

Face à problemática, partimos da hipótese de que as mulheres do Sertão do Araripe pernambucano, que estão ou estiveram em situação de violência, não percebem a violência sofrida como uma violação dos direitos humanos, além de terem como principal papel de mulher o de esposa e/ou mãe.

A partir da problematização inicial, nossa pesquisa teve como objetivos:

Objetivo Geral:

- Investigar as relações de gênero e de poder que permeiam as violações de direitos humanos existentes na violência doméstica contra as mulheres no Sertão do Araripe de Pernambuco.

Objetivos Específicos:

- Mapear a rede de enfrentamento da violência contra as mulheres, analisando como vem ocorrendo o enfrentamento da violência de gênero na região;
- Identificar o perfil sóciodemográfico das mulheres em situação de violência no Sertão do Araripe;
- Analisar a violência doméstica, a partir das narrativas de mulheres em situação de violência, permeadas pelas relações de gênero e de poder.
- Verificar se as mulheres em situação de violência doméstica no Sertão de Pernambuco se percebem como vítimas de violência.

A dissertação está apresentada da seguinte maneira, dividida em cinco partes, além dessa introdução. O segundo capítulo desta pesquisa expõe diferentes conceitos sobre violência, e assumimos na nossa pesquisa a definição proposta por Arent (1985). Em seguida fazemos um recorte sobre a violência contra as mulheres, depois sobre a violência doméstica contra as mulheres, realizando uma interlocução com os direitos humanos. O capítulo apresenta, ainda, a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, dividida nas quatro áreas conforme a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011b).

O terceiro tópico apresenta questões sobre as mulheres, fazendo uma análise histórica do movimento de mulheres, para depois apresentar o conceito de gênero. Assumimos na nossa pesquisa o conceito de Scott (1995) sobre gênero. Em seguida discutimos a questão do poder, tendo como embasamento teórico o conceito de Hannah Arendt (1985). O capítulo também faz uma análise específica sobre a mulher e o poder no sertão de Pernambuco.

A quarta parte apresenta as primeiras coletas de dados, realizando uma contextualização da região pesquisada e o mapeamento da rede de enfrentamento da violência contra as mulheres. Em seguida, apontamos os números da violência coletados em diversos equipamentos da referida rede.

No quinto capítulo, expomos o resultado da pesquisa empírica, através da análise das entrevistas realizadas com as mulheres em situação de violência. Por último, apresentamos as principais conclusões do nosso estudo nas considerações finais, além de apontar lacunas e proposições para ampliar o conhecimento sobre a temática.

2 REVELANDO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES NUMA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

*Jogamos tanto copo, tanto tapa na cara
Xinga-xinga, quebra-quebra, saímos na porrada
Demos show pra vizinhança,
Foi tanto olho roxo, tanta baixaria.
Coisa de mulher e marido é bom não tomar partido.
Melhor deixar rolar, que tudo toma seu lugar.*

Trecho da música “*Coisa de mulher e marido*”, de P. Barros e Forró do Cariri.

A violência é uma das maiores preocupações atuais da população brasileira e os números não param de crescer, apesar do aumento das políticas públicas de combate ao fenômeno. Pesquisa realizada pelo IPEA (2010, apud WAISELFISZ, 2012) aponta que oito em cada dez brasileiros têm muito medo de ser assassinado, e esse temor é constante em todas as regiões do país.

Dados apresentados pelo Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2012) mostram que o Brasil passou de 13.910 homicídios em 1980 para 49.932 em 2010. Um aumento de 259% em 30 anos, equivalente a 4,4% de crescimento por ano. Embora estes números sejam alarmantes, é importante lembrar que se referem apenas ao grau máximo da violência, os homicídios, e não apresentam as outras formas de abuso.

A grande incidência da violência no Brasil revela, também, uma estreita relação com a problemática de gênero, pois ainda segundo o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2012), entre 1980 e 2010 foram assassinadas 92 mil mulheres, havendo um aumento de 230%, mais que triplicando o número de mulheres vítimas no país. Assim, estudar este recorte específico da violência torna-se cada vez mais significativo, já que apesar de ter havido um progresso em relação às políticas de enfrentamento das violências contra as mulheres, a ocorrência de casos ainda é preocupante.

Este capítulo versa sobre a conceituação da violência, da violência contra as mulheres e da violência doméstica contra as mulheres. Esta caracterização perpassa o conceito da violência como uma questão social, e visa compreender a violência doméstica contra as mulheres sob a perspectiva das relações de gênero e de poder.

2.1 Violência: uma visão geral

A violência, fenômeno universal e humano, é um problema multifacetado, e nenhuma causa isolada pode explicá-la, porém manifesta-se em diferentes níveis – individual, social e comunitário – e é influenciada pelo ambiente externo.

Há uma dificuldade para definirmos a violência, por ser um fenômeno que provoca forte carga emocional em quem a comete e em que a sofre ou a presencia, e por seu conceito variar de sociedade para sociedade, sendo um fenômeno biopsicossocial. Não há um fator único que explique por que as pessoas se comportam de forma violenta. Assim, devido à complexidade do termo, recorreremos a algumas definições na tentativa de esclarecer o conceito. Segundo Pinheiro e Almeida (2003, p. 14),

Violência provém do latim *violentia*, que significa “veemência”, “impetuosidade”, e deriva da raiz latina *vis*, “força”. Certamente, deve ter havido alguma interação entre “violência” e “violação”, a quebra de algum costume ou dignidade. Isso é parte da complexidade do termo.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em relatório que reúne o resultado de várias posições teóricas e práticas adotadas por diversos países e culturas, violência é:

O uso intencional da força física ou poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002, p. 5).

Para Suárez e Bandeira (2002, p. 37), violência é “uma ação que envolve o uso da força real ou simbólica por alguém com finalidade de submeter o corpo e a liberdade de um outro, a violência aparece como tentativa de estender a própria vontade sobre a alteridade”. No entendimento dos autores, a violência aparece como instrumento de submissão, de sujeição de uma pessoa a outra.

Para Minayo e Souza (1998), a violência é um fenômeno complexo, polissêmico e controverso, devido ao seu caráter biopsicossocial e dinâmico. Segundo as autoras, a violência não faz parte da natureza humana, mas tem seu espaço de criação e desenvolvimento na própria vida em sociedade. Por isso, chegaram à ideia de que no desenho da violência se inter cruzam questões da Política, da Economia, do Direito, da Psicologia, da Sociologia, entre outras áreas.

Gauer (2003, p. 13) corrobora com este pensamento ao assinalar que a violência é “um elemento estrutural, intrínseco ao fato social e não um resto anacrônico de uma ordem bárbara em vias de extinção”. A violência é, portanto, tão antiga quanto à convivência entre as pessoas, e por isso encontramos diversas formas de violência em nossa sociedade.

Muitos estudos e teorias foram desenvolvidos na busca pela compreensão da natureza da violência, suas origens e meios utilizados para atenuá-la, preveni-la ou eliminá-la da convivência social. De forma geral, entende-se a violência como uma oposição à tolerância, ao diálogo, ao reconhecimento e à civilização, usada em sociedades em que o mais forte possui poder sobre o mais fraco (MINAYO, 1994). A violência, então, é usada quando o mais fraco tenta questionar o mais forte, sendo uma forma de manutenção de poder. Pinheiro e Almeida (2003) consideram que violência é a força que não mede os efeitos dos seus atos, e seus elementos constitutivos são a ação, produção do dano ou destruição, e a intencionalidade, e assim teríamos uma definição básica de violência, sendo esta uma ação intencional que provoca dano. Este dano, como veremos a seguir, pode ser físico, psicológico, simbólico ou moral.

Dessa forma, torna-se muito difícil apresentar um único conceito de violência, por tratar-se de uma forma própria de relação pessoal, política, social e cultural. Além disso, a violência é resultado das interações sociais e representa, algumas vezes, um componente próprio da cultura de uma determinada sociedade. Ainda que existam dificuldades para definir o que é violência, diante das acepções já expostas, podemos perceber alguns elementos consensuais sobre o tema: 1) a noção de coerção ou força; 2) e o dano que se produz a alguém ou grupo de pessoas.

Neste trabalho, concordamos com o conceito de Arendt (1985), de que a violência é caracterizada por uma visão perversa, onde o agressor vê a vítima como simples objeto, e não como pessoa. Para a autora, o conceito de violência tem o sentido de meio ou instrumento de coerção, no exercício de uma dada forma de poder.

Um aspecto importante da contribuição de Arendt (1985) para a reflexão sobre a violência é sua delimitação do conceito. A autora reforça que os termos “poder”, “vigor”, “força”, “autoridade” e “violência”, muitas vezes usados como sinônimos, se referem a fenômenos diferentes. Para ela, não se trata de uma questão de imprecisão de linguagem; os termos são pensados como sinônimos porque tem, na compreensão comum, a mesma função, ou seja, de indicar quem domina quem.

Para Arendt (1985, p. 28), *vigor* significa “alguma coisa no singular, uma entidade individual”, constituindo-se em propriedade inerente a um objeto ou pessoa. Já o termo *força*

deveria ser usado especificamente para designar as “forças da natureza” ou “força das circunstâncias”, indicando energia liberada por movimentos físicos ou sociais. *Autoridade*, por sua vez, é o reconhecimento sem discussões daqueles que obedecem, e nem a coerção nem a persuasão seriam necessárias.

Poder, conceito chave no pensamento de Arendt (1985, p. 27), “corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo”. O poder⁹, portanto, não pode pertencer a um indivíduo; pertence a um grupo e permanece somente na medida em que o grupo conserva-se unido. Como veremos depois, nas relações de gênero, também há relações de poder, porque os homens há séculos vêm dominando as mulheres.

A *violência*, no pensamento arendtiano, distingue-se dos outros termos por seu caráter instrumental. Meios, implementos, instrumentos, ferramentas, são alguns substantivos usados pela autora (ARENDR, 1985). O que define e separa a violência do poder é a dimensão política, que é ausente em violência e presente em poder. A violência é ameaça e não constitui a política. A violência como antípoda do poder, pode ser utilizada com o fim de aumentar o poder, mas inevitavelmente corrompe o poder e o assimila à força pura e simples. Segundo a autora, as relações de poder são baseadas na persuasão, influência e diálogo; já os instrumentos da violência se baseiam na imposição de um ponto de vista. Em outra obra, Arendt (2007) reforça a ideia de violência como ausência de ação e de diálogo, sendo estas expressões efetivas de poder. Considerando o processo histórico da mudança do privado para o público, a violência seria um elemento pré-político ou anterior ao surgimento da polis.

Além da revisão conceitual, Arendt contribui para o conceito de violência através do processo de *desmistificação*, que pode ser compreendido em três dimensões: a desnaturalização, a despersonificação e a desdemonização.

Arendt (1985) discute, especialmente através dos preceitos de Nietzsche e Bergson, sobre o que ela chama de justificção biológica da violência. Contrariamente aos autores citados, Arendt (1985, p. 52) afirma que poder e violência não podem ser interpretados em termos biológicos porque “não são fenômenos naturais, isto é, manifestações de um processo vital; pertencem eles ao setor político das atividades humanas cuja qualidade essencialmente humana é garantida pela faculdade do homem para agir, a habilidade para começar algo novo”. A *desnaturalização* contribui, portanto, em recusar a associação do processo histórico com a luta pela sobrevivência e a morte violenta no reino animal. Afinal, as violências praticadas pelos seres humanos não podem ser reduzidas a luta pela sobrevivência, havendo

⁹ O conceito de poder será debatido no Capítulo 3.

uma série de motivações para atos violentos praticados na sociedade, que mudam de acordo com o local, a cultura e a época em que são praticados – por isso em alguns países a violência contra a mulher perpetrada pelo marido não é considerada crime.

A *despersonificação* da violência é entendida pela não atribuição de uma potencialidade de sujeito, sendo a violência apenas instrumental, pois ela não promove progresso nem retrocesso, mas é uma reação ao decréscimo do poder (ARENDRT, 1985). Assim, quando as mulheres passam a ter mais poder dentro das relações conjugais, os homens usam os instrumentos da violência para retomar sua suposta superioridade.

A última dimensão é a *desdemonização*. Segundo Arendt (1985), em virtude de sua instrumentalidade, a violência perde o caráter mágico ou demoníaco que às vezes lhe é atribuído. Afinal, a violência não é irracional nem bestial, pois o fato de agir deliberadamente não torna o ódio ou a violência irracionais. Dessa forma, tanto no âmbito público quanto no privado, agir sem pensar nas consequências pode ser considerado apropriado em certas circunstâncias, por exemplo, quando a mulher acaba reagindo às agressões físicas e/ou psicológicas cometidas pelo seu companheiro. Esta também é a tese da defesa de um assassinato baseado na “emoção”, como se fosse algo irracional quando não o é; na realidade, é um ato racional, de livre arbítrio, e a razão não é apenas desistir do ato de violência, mas também cometê-lo.

Cabe-nos aqui a definição de violência de Chauí (1985, p. 35), baseadas nas ideias arendtianas, que não toma violência como violação ou transgressão de normas, regras e leis, mas considera dois aspectos:

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica, de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como *a ação que trata o ser humano não como sujeito, mas como coisa*. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem estão impedidas ou anuladas, há violência [grifos nossos].

Essa definição está intimamente ligada ao conceito de Arendt explicitado anteriormente, em que na relação violenta a pessoa é anulada e vista como objeto. Embora Arendt não tenha se preocupado com o estudo da natureza e dos mecanismos instintivos da agressão, nem a possibilidade desse fenômeno ter origem intrínseca ao próprio sujeito, algumas perspectivas teóricas tentaram buscar explicações, como por exemplo, a teoria psicanalítica.

Em seus estudos iniciais, Freud não concordou com existência de pulsões¹⁰ com a intenção específica de agressão, porém, suas experiências de vida na Europa torturada pela guerra fizeram-no mudar de opinião. Assim, Freud (2009) publicou em 1915 um artigo sobre a guerra e a morte, com a palavra *decepção* permeando todo o texto, expressando seu desespero diante da destrutividade humana. Posteriormente, Freud introduziu o conceito de pulsões de morte, e começou a aceitar a existência de energias inatas voltadas para a destruição. Segundo ele, todo ser vivo deseja voltar ao estado anorgânico e à diminuição completa das tensões. Assim, nascemos programados para morrer, e uma parte de nós procura ativamente a morte (FREUD, 2010). Esta explicação caberia para as violências autoinfligidas ou para comportamentos suicidas, e também para aquelas pessoas que parecem procurar ou adotar comportamentos de risco.

Na perspectiva psicanalítica, a violência é irracional quando e porque se dirige a objetos substitutivos, ou seja, quando atribui ao outro, ao externo, conteúdos que são próprios do “*self*”¹¹. Segundo Klein (1975), a projeção significa o ato de projetar no outro, lá fora, conteúdos que, na maioria das vezes, são insuportáveis ao próprio “*self*”, sendo, portanto, a projeção de um mecanismo de defesa. Conforme a autora, a projeção é um processo onde todas as sensações ou sentimentos penosos ou desagradáveis existentes são automaticamente banidos para fora de nós, e passamos a acreditar que se localiza em outra parte que não em nós. O conflito entre as pulsões de vida e pulsões de morte nos acompanha permanentemente desde o nascimento até a morte.

A violência não se justifica e se pode apenas conhecê-la, porque do ponto de vista psicanalítico a violência se mantém e se recria constantemente, na medida em que o sujeito usa artifícios para não reconhecê-la. Para isto, a violência passa a ser representada, sendo a *negação* o meio utilizado para se eximir da responsabilidade e da culpa, e o sujeito alega que os fatos foram cometidos contra ele e não por ele. Segundo Costa (1986), quando a culpa e o arrependimento chegam ao insuportável, afeta nossa capacidade de enxergar a realidade, e principalmente para aqueles que vivem em ambientes violentos torna-se mais difícil discernir o que é fantasia do que é realidade. Ainda de acordo com o autor, tornou-se comum explicar a violência para exorcizar o terror, porque quando ela é explicada, passa a ser consequência de outra coisa que a provocou. Esse é um tipo de mecanismo de racionalização que as mulheres

¹⁰ Freud distinguiu pulsão de instinto. Pulsão seria um processo dinâmico que consiste numa pressão ou força que faz o organismo tender para um alvo; e instinto um esquema de comportamento herdado, próprio da espécie animal, que pouco varia de um indivíduo para o outro (FREUD, 2010).

¹¹ O “*self*” funciona como um filtro para as experiências, moldando nossas escolhas e afetando nossas respostas aos outros. É construído pelas crenças e atitudes que temos em relação a nós mesmos e que começam a ser formadas desde que somos bebê. Fonte: BEE, Helen. **A criança em desenvolvimento**. 7. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

em situação de violência doméstica usam para explicar as agressões cometidas por seus parceiros, muitas vezes dizendo que a culpa foi dela.

Para melhor entendimento da problemática, recorreremos a algumas tipificações da violência.

2.1.1 Tipificação da Violência

A OMS, em seu Relatório já mencionado (KRUG et al., 2002), propõe uma tipologia da violência baseada em três grandes categorias: a violência autoinfligida, a violência interpessoal e a violência coletiva, tendo cada uma subtipos, de acordo com a figura abaixo:

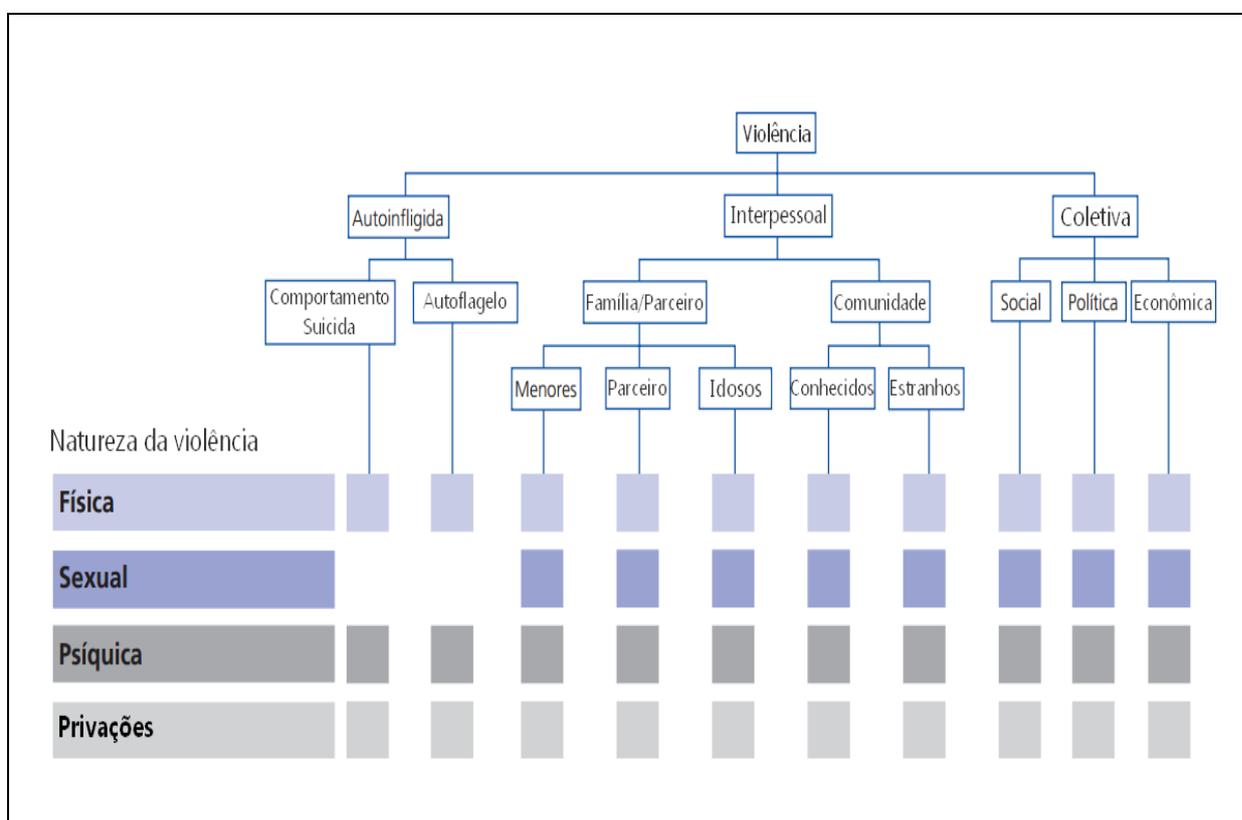


Figura 1 – Tipologia da Violência segundo a OMS (Fonte: KRUG et al., 2002, p. 6).

Segundo o Relatório, a *violência autoinfligida* refere-se à violência onde o perpetrador e a vítima são a mesma pessoa (KRUG et al., 2002). Podemos ver na tabela acima que esta violência se divide em autoagressão e suicídio.

A *violência interpessoal* refere-se à violência entre indivíduos. Este tipo é subdividido em violência familiar/na relação íntima e violência comunitária. Esta última pode ser cometida por conhecidos ou por estranhos à vítima, e geralmente ocorre fora dos lares.

Nessa tipificação nos interessa a violência familiar e está definida como aquela que "ocorre em grande parte entre os membros da família e parceiros íntimos, normalmente, mas não exclusivamente, dentro de casa" (KRUG et al., 2002, p. 6) e inclui, além da violência entre os parceiros íntimos, os abusos contra crianças, adolescentes e idosos. Está contida nessa categoria a violência contra as mulheres.

Segundo Heise, Ellsberg e Gottemoeller (1999), a violência sofrida pelas mulheres é diferente da violência interpessoal em geral porque, embora os homens também sofram violência de gênero, estão mais suscetíveis a serem vítimas de um estranho, enquanto as mulheres são mais vítimas de violência praticada por um familiar ou parceiro íntimo. Desse modo, a mulher está mais envolvida emocionalmente e/ou é financeiramente dependente do seu agressor, tendo estes aspectos forte implicação na forma como a violência é sentida e como pode ser combatida. A violência contra as mulheres será explicada num tópico mais adiante.

A *violência coletiva* é subdividida em social, política e econômica, e são aquelas cometidas por grandes grupos ou até mesmo países. Ainda segundo a OMS (KRUG et al., 2002), quanto à natureza, a violência pode ser classificada em:

- Física – soco, tapa, empurrão, puxão de cabelo, etc.;
- Psicológica – insulto, humilhação, ameaça, etc.;
- Sexual – obrigar a praticar sexo, submeter a carícias sexuais sem consentimento, etc.;
- Privação/negligência – submeter a cárcere privado, não oferecer os cuidados necessários a crianças, adolescentes ou idosos.

De acordo com Dahlberg e Krug (2007), estes quatro tipos de atos violentos ocorrem em todas as grandes categorias e subdivisões descritas acima, com exceção da natureza sexual na violência autoinfligida. Para as autoras, mesmo esta tipologia sendo imperfeita e não universalmente aceita, nos fornece uma estrutura útil para compreender os complexos tipos de violência praticada em todo o mundo.

Já Minayo (1994) classificou a violência em três categorias amplas: violência estrutural, de resistência e da delinquência. A violência *estrutural* refere-se ao marco da violência comportamental, presente na família e nos sistemas políticos, econômicos e culturais, acarretando à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, e tem como consequência a desigualdade social. Como resposta a essa violência pelo oprimido, temos o que se configura como violência de *resistência*. A violência de *delinquência* é uma forma de resposta dos indivíduos e grupos à violência estrutural que os incitou a cometer ações contrárias às leis socialmente reconhecidas. A violência contra as mulheres, foco do nosso

estudo, está enquadrada na violência estrutural, que se refere ao abuso de poder sobre determinados grupos de pessoas.

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2003), embora a violência seja um fenômeno mundial, uma das áreas mais afetadas é a região das Américas. Por isso, foi aprovada a resolução XIX, que solicita que os governos estabeleçam políticas e planos nacionais, com o intuito de prevenir e controlar a violência, dando ênfase especial aos grupos mais vulneráveis, nos quais se incluem crianças, mulheres e idosos.

Assim, a violência ocorre quando não existe qualquer forma de entendimento, quando o outro é anulado, coisificado e não há diálogo. Aqui se encontram as relações de gênero, caracterizadas por relações de poder que podem oprimir, e ao mesmo tempo produzir interações em que surgem discursos ideológicos e hegemônicos de dominação aceitos, compartilhados e introjetados nos sujeitos presentes na relação. Falaremos agora sobre um tipo de violência produzida nessas relações de gênero e poder: a violência contra as mulheres.

2.2 As violências contra as mulheres

Entendendo a violência como um tema múltiplo, de naturezas diversas, consideramos como objeto de estudo desta pesquisa uma forma particular, que é a violência contra as mulheres¹².

O conceito de violência contra as mulheres é uma expressão criada pelo movimento social feminista, e faz referência, de modo geral, a sofrimentos e agressões que estão tradicional e profundamente enraizados na vida social, percebidos como situações normais, quando dirigidos especificamente às mulheres pelo simples fato de serem mulheres (D'OLIVEIRA, 2000). Para Alemany (2009), a violência contra a mulher pode adquirir diversas formas, e diz respeito às situações de ameaça ou coação, tanto no âmbito público quanto privado, e que venham a causar sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos. Ainda segundo a autora, essas ações têm o intuito de intimidar, punir, humilhar ou atingir a integridade física e/ou psicológica da mulher.

Voltando à questão da conceituação, Ângulo-Tuesta (1997) nos lembra da dificuldade de definição do termo mais adequado para essa problemática, e destaca alguns vocábulos que podem ser utilizados: violência contra a mulher; violência intrafamiliar; violência conjugal; violência doméstica contra a mulher; e violência de gênero. Essa diversidade é resultado da

¹² Utilizamos o termo mulheres, no plural, para ressaltar as várias questões raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, deficiências, inserção social, econômica e regional existente entre as mulheres, conforme o Plano Nacional de Política para as Mulheres (BRASIL, 2008).

inexistência de uma única denominação e deve-se à complexidade do fenômeno estudado, à sua amplitude e à sua operacionalização, já que dependendo da área do conhecimento em que se percebe o problema, tem-se uma conceituação.

Segundo Ângulo-Tuesta (1997), alguns elementos são importantes para definir a violência contra as mulheres, como: a natureza ou tipo do ato (física, verbal, sexual, etc.); o caráter de definição do ato (forma de exercer poder, força ou coerção); o tipo de relação entre os envolvidos; e o contexto sociocultural em que ocorre a violência (atos socialmente legitimados e tolerados).

Corroborando com esse pensamento, Dantas-Berger e Giffin (2005) afirmam que a delimitação conceitual do termo é apoiada numa ambiguidade terminológica, devido a não existência de consenso para nomear a violência praticada contra as mulheres. Segundo as autoras, violência baseada em gênero, violência de gênero e violência contra mulheres são sinônimos, por serem mais abrangentes, abarcando nessa conjuntura todas as violências praticadas por homens contra as mulheres, pautadas numa relação de poder. As autoras ressaltam, no entanto, que por ocorrerem geralmente no âmbito familiar e/ou entre parceiros íntimos, têm-se como outras possibilidades denominar de violência doméstica ou intrafamiliar, mesmo que estas não caracterizam apenas eventos praticados contra mulheres.

Para Celmer (2010), os termos “violência contra a mulher”, “violência doméstica”, “violência familiar” e “violência conjugal”, não são sinônimos, mesmo que diversas vezes sejam usados como se fossem. Concordamos com essa posição, ao entender que a violência contra as mulheres não acontece necessariamente dentro de casa nem pelos vínculos familiares ou conjugais. Assim, a violência contra a mulher não é a mesma coisa, mas está contida na violência doméstica, familiar e conjugal. Para nossa pesquisa, foi feito um recorte específico do objeto: violência doméstica contra as mulheres cometidas por parceiros ou ex-parceiros.

Conforme a Convenção de Belém do Pará, ratificada pelo Brasil em 1995, a violência contra a mulher é “qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como privado” (CFEMEA, 2007, p. 08).

A Organização das Nações Unidas (ONU), na Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres em 1993, definiu em seu artigo 1º violência contra as mulheres como “qualquer ato de violência baseado no gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a

coerção ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada”.

É importante ressaltar que a violência contra as mulheres não é algo novo, existe desde a antiguidade, porém, por muito tempo a violência contra as mulheres foi socialmente aceita, acarretando a tolerância atual ao fenômeno. Durante décadas a violência de gênero não foi considerada no Brasil. Dessa forma, quando o marido matava a esposa tendo como justificativa uma suposta traição da mesma, ele não era punido. Essa justificativa era baseada na tese de “legítima defesa da honra¹³”. Assim, foi sendo construída a forma de perceber a violência, e a maneira de coibi-la, com base nas desigualdades de sexo, mas também de classe social e de cor. Essa aceitação sociocultural da violência contra as mulheres está tão arraigada que mesmo atualmente a legislação reprovando esse tipo de ação, as mulheres não se percebem como vítimas, e não reconhecem as agressões sofridas como violência.

Trazemos também a questão do estigma social que às vezes impede as mulheres de buscarem ajuda. Pesquisas mostraram que entre 22 a 70% das mulheres em situação de violência disseram que nunca tinham comentado sobre violência antes de serem entrevistadas. Algumas alegaram já ter falado com membros da família ou amigos, e poucas procuraram a polícia (HEISE; ELLSBERG; GOTTEMOELLER, 1999). Este fato é corroborado pela nossa pesquisa e demonstra o pouco crédito dos órgãos de defesa e combate à violência.

Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (VENTURINI; RECAMÁN; OLIVEIRA, 2004) revelou que pelo menos 6,8 milhões de mulheres brasileiras vivas já foram espancadas ao menos uma vez, e 31% dos casos tinham ocorrido entre os últimos doze meses em que a pesquisa foi feita. A pesquisa chegou ao número alarmante de que a cada quinze segundos uma mulher é agredida no Brasil.

Muitas culturas possuem crenças, normas e instituições sociais que legitimam e perpetuam a violência contra a mulher. Um dossiê realizado com dados coletados no Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Venezuela, Israel e Cingapura, atesta que a violência é comumente aprovada em caso de infidelidade feminina¹⁴. O mesmo dossiê aponta que em outros países como Egito, Nicarágua, Nova Zelândia, Gana e Índia, ainda existe a ideia que a mulher deve ser punida quando não cuida da casa e dos filhos, quando desobedece ao marido

¹³ Os “crimes de honra” são, em geral, os casos de agressões e homicídios contra as mulheres, praticados por seus maridos, companheiros, namorados, atuais ou ex, com alegação de prática de adultério e/ou desejo de separação por parte da mulher (PIMENTEL, Sílvia; PANDJIARIJIAN, Valéria; BELLOQUE, Juliana. “Legítima Defesa da Honra” – ilegítima impunidade de assassinos. Um estudo crítico da legislação e jurisprudência da América Latina. In: CORRÊA, Mariza; SOUZA, Érica R. (Orgs.) **Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”**. Campinas: Cadernos Pagú/UNICAMP, 2006, p. 65-134).

¹⁴ Conforme será mostrado no Capítulo 3, a infidelidade é considerada um problema apenas quando praticada pela mulher.

ou quando se recusa a ter relações sexuais¹⁵ (REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE, 2001). Dados da pesquisa de Heise, Ellsberg e Gottemoeller (1999) confirmam as conclusões apontadas pela Rede Nacional Feminista de Saúde.

Em escala mundial estima-se que 40 a 70% dos homicídios femininos são realizados por parceiros íntimos. Em todo o mundo, pelo menos uma em cada três mulheres já foi espancada, coagida ao sexo ou sofreu outra forma de abuso durante a vida, sendo que geralmente o agressor é um membro de sua própria família (DAY et al., 2003).

Segundo a OMS (2005), meninas e mulheres são vítimas frequentes de violência física e sexual, dentro e fora de casa. Mesmo considerando as subnotificações sobre a temática, principalmente por causa do estigma ainda existente, o estudo revelou que entre 15% e 71% das mulheres de diversos países sofreram agressões físicas e sexuais perpetradas por um parceiro íntimo.

Um estudo da UNICEF (2005) aponta que as desigualdades de gênero na família favorecem o contexto de violência. Segundo a pesquisa, mulheres que se casam com pouca idade têm maior probabilidade de aceitar que o marido bata na esposa e são mais vulneráveis a sofrer violência doméstica do que as mulheres que se casam com mais idade.

A violência é a responsável pela perda de um em cada cinco anos potenciais de vida saudável da mulher, além de um em cada cinco dias de falta ao trabalho ser causada pela violência sofrida pelas mulheres dentro de suas casas (BANCO MUNDIAL, 2006). Já o Relatório sobre o Peso Mundial da Violência Urbana Armada (2011, apud BRASIL, 2013a) aponta que 66 mil mulheres morrem por ano de homicídio doloso, o feminicídio, no âmbito doméstico.

Pesquisas nacionais corroboram a estatística mundial. O referido Relatório diz que no Brasil 41% dos feminicídios ocorreram dentro de casa, e que quase 70% das agressões contra as mulheres também ocorrem em casa. A maioria é morta por parceiros íntimos, familiares ou amigos, e a grande parte das mulheres sofreu violência ou abuso pelo menos uma vez antes do crime. Na faixa dos 20 a 49 anos, em 65% dos casos o agressor foi o parceiro ou ex. O Relatório aponta também que 60% das mortes foram com arma de fogo, indicando assim que arma em casa é um risco maior para as mulheres, já que a maioria relata ameaça antes de ser vítima, com exibição da arma para intimidar ou coagir (BRASIL, 2013a).

Em Pernambuco, no ano de 2011, foram 276 mulheres mortas; em 2012, foram 210, havendo uma redução de 38% em relação a 2006, onde tivemos 319 mulheres assassinadas no

¹⁵ Esses dados remetem às questões de gênero que serão explicitados no Capítulo 3, em que o papel da mulher é tido comumente como de dona de casa, mãe e objeto sexual do marido.

Estado (SDS, 2014). Segundo o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2012), com dados de 2010, Pernambuco ocuparia o 10º lugar no ranking nacional, com 251 assassinatos de mulheres. No entanto, na pesquisa divulgada pelo Instituto de Políticas Econômicas Aplicadas (IPEA) sobre o feminicídio no Brasil, com dados dos anos 2009 a 2011, Pernambuco ocupa o 5º lugar, atrás apenas do Espírito Santo, Bahia, Alagoas e Roraima, com taxa de CVLI de 7,81, bem superior à média nacional que é de 5,82 (GARCIA et al., 2014).

Conforme os dados da Gerência de Análise Criminal e Estatística de Pernambuco (GACE/SDS, 2014), através do programa Pacto Pela Vida¹⁶, o número de homicídios no Estado vem diminuindo, alcançando uma redução de 39% no período de 2006 a 2013. Contra essa tendência, o número de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) no Sertão do Araripe passou de 72 em 2012, para 92 em 2013. Da mesma forma, quatro mulheres foram assassinadas em 2012; em 2013, o número mais que dobrou. Embora não seja a única explicação, esses números deixam claro que as mulheres da região estão desprotegidas e que a rede de enfrentamento não tem conseguido atuar de maneira eficaz no combate à violência de gênero.

A pesquisa da Fundação Perseu Abramo (VENTURINI; RECAMÁN; OLIVEIRA, 2004) mostra que a responsabilidade do marido ou parceiro como principal agressor varia entre 53% (ameaça à integridade física com armas) e 70% (quebradeira), sendo que os outros agressores mais comuns são ex-marido, ex-companheiro e ex-namorado. Segundo o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2012), o local mais comum de ocorrência da violência contra as mulheres é a residência da vítima, fato em quase 72% dos casos. Ainda de acordo com o Mapa, em quase metade dos casos, o agressor era parceiro, ex-parceiro ou parente da mulher, o que demonstra a vulnerabilidade da mulher no âmbito de suas relações domésticas, afetivas e familiares. Embora não exista apenas vulnerabilidade, o lar, tido como do âmbito privado, termina por camuflar e esconder a violência que acontece nas “quatro paredes”, dando continuidade a ideia de que o que acontece dentro de casa, deve permanecer dentro de casa.

¹⁶ O Pacto Pela Vida (PPV) é um programa do Governo do Estado de Pernambuco que tem como finalidade reduzir a criminalidade e controlar a violência. O PPV foi implantado em 2007, através de estratégias de repressão e prevenção do crime com foco na redução de homicídios (SDS, 2014).

2.2.1 A Violência doméstica contra as mulheres

Realizando um recorte específico na esfera privada da violência contra as mulheres, tem-se a violência doméstica, como uma forma que ocorre nos lares, nas relações familiares, e que podemos considerar como um fenômeno complexo que afeta famílias indistintamente.

Celmer (2010) pontua que violência doméstica é aquela perpetrada não só contra a mulher, mas também contra outras pessoas que coabitem na mesma casa. No entanto, nossa pesquisa foi restringida para a violência doméstica quando praticada contra as mulheres, pelo parceiro íntimo, atual ou ex, já que as pesquisas pontuam que estes são os principais agressores.

Segundo Day et al. (2003) violência doméstica é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Esta violência pode ser cometida dentro e fora de casa, no entanto o agressor deve ser integrante da família e estar numa relação de poder com a pessoa agredida.

A principal diferença entre violência intrafamiliar e a violência doméstica é que na primeira a família constitui o referencial, enquanto na segunda é a unidade domiciliar, entendendo-a como um grupo de pessoas com ou sem parentesco de consanguinidade que estão sujeitos à autoridade da pessoa considerada chefe do domicílio. E conforme poderemos ver nos dados de nossa pesquisa, mesmo quando não são “chefes da família”, ou seja, quando não são os principais provedores financeiros, os homens ainda detêm a autoridade da casa.

A violência cometida dentro de casa fez com que as mulheres demorassem a perceber que estavam sendo vítimas de violência. E assim, as mulheres não entendiam que o fato de serem tratadas como “coisas” na relação conjugal ou no ambiente doméstico e de trabalho significava um crime. E isso não mudou muito. Dados da nossa pesquisa revelam que as mulheres geralmente são tratadas como “coisas” desde o início do relacionamento, mas esperam que a violência física aconteça, ou aumente de intensidade, para que percebam a gravidade da situação em que vivem.

A Lei 11.340/2006, mais conhecida como “Lei Maria da Penha”, no artigo 5º, define violência doméstica ou familiar contra a mulher como sendo toda ação ou omissão, baseada no gênero, que cause morte, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família e em qualquer relação íntima de afeto, em que o agressor conviva ou tenha convivido com a agredida (BRASIL, 2006). Esta é a definição que adotamos na nossa pesquisa.

De acordo com a referida Lei, *violência física* é qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da mulher. Strey e Werba (2001) especificam esta violência com atos como tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, amarramentos e estrangulamentos, lesões por armas ou objetos, obrigar a tomar medicamentos desnecessários ou inadequados, tais como álcool, drogas ou outras substâncias, inclusive alimentos, tirar de casa à força, arrastar, arrancar a roupa, abandonar em lugares desconhecidos e omitir cuidados e proteção.

A *violência psicológica* é qualquer conduta que venha a causar dano emocional e redução da autoestima, ou que possa prejudicar o pleno desenvolvimento ou que vise desmoralizar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões, através do uso de ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outra meio que cause prejuízo à saúde psicológica e a autodeterminação (BRASIL, 2006).

Outro tipo de violência, *a sexual*, é entendida como a conduta que constranja a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso de força. É ainda caracterizada quando se induz a comercializar ou a utilizar a sua sexualidade, quando impede de usar um método contraceptivo ou força o matrimônio, gravidez, aborto ou prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação. Violência sexual também acontece quando se limita ou anula o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2006).

A Lei Maria da Penha ainda tipifica a *violência patrimonial* como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total dos objetos da vítima, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, inclusive aqueles destinados a satisfazer suas necessidades. Já a *violência moral* se configura na calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

Segundo o Mapa da Violência¹⁷ (WAISELFISZ, 2012), os homens são mais vítimas do que as mulheres, mas os crimes são essencialmente diferentes, pois a violência contra a mulher geralmente acontece na esfera doméstica, no espaço privado. O Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2012), utilizando-se dos dados do Sistema de Informação de Agravos de

¹⁷ Nesta pesquisa, utilizamos o Mapa da Violência de 2012 por ser um Mapa que aborda especificamente a violência contra as mulheres. O Mapa da Violência editado em 2013 versa sobre as mortes por armas de fogo; e o de 2014, sobre as mortes de jovens no Brasil.

Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde, tipifica os diversos tipos de violências¹⁸ sofridas pelas mulheres atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em 2011. A violência física é a principal, aparecendo em 44,2% dos casos. A violência psicológica representa 20%, seguida da sexual, com 12,2% dos atendimentos. Com esses números, não podemos dizer que a violência sexual é a menos praticada; pode ser a menos denunciada e/ou a menos percebida como violação pelas mulheres, já que compreender que o sexo forçado dentro do casamento configura-se uma violência é uma ideia relativamente recente.

A violência contra a mulher é tão ampla que atualmente, no Brasil, é difícil conhecer alguém que não tenha contato com a problemática. Segundo pesquisa do Instituto Patrícia Galvão (2013), 54% das pessoas entrevistadas conhecem uma mulher que já foi agredida por um parceiro, e 56% conhecem um homem que já agrediu uma parceira. Ainda segundo dados da pesquisa, sete em cada dez pessoas entrevistadas acreditam que a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos. Ideia corroborada por dados já apresentados do Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2012). Os números são claros e mostram que, efetivamente, as mulheres sofrem mais violência em casa e por seus parceiros íntimos. Segundo Pitanguy (2006, p. 13), a violência é:

a dimensão maior da existência de mulheres e homens, que vivem relações de ‘proximidade’ calcadas na agressão, no ódio, na destruição do outro, ou enfrentam-se no universo fechado da transgressão e da criminalidade, no qual dívidas se pagam com a própria vida. Há, entretanto, uma direção neste universo de violência: via de regra os homens matam e as mulheres morrem.

Isto quer dizer que, embora as estatísticas de violência, como no Mapa da Violência, mostrem que os homens morrem mais, nas relações familiares e/ou conjugais, as mulheres são mais vítimas, ratificando a importância do nosso recorte específico de violência doméstica contra as mulheres.

De acordo com Schraiber et al. (2002), os eventos ocorridos no ambiente familiar muitas vezes não são nomeados de violência, ficando este termo restrito às situações do âmbito público. Mesmo quando a situação doméstica é extremamente severa, há uma negação da violência, como consequência de questões culturais que contribuem para a invisibilidade do problema.

Nesse sentido, pesquisa realizada por Okada (2007) com mulheres em situação de violência atendidas em um hospital de São Paulo, registrou como principais motivos alegados

¹⁸ Considera-se, segundo o Mapa da Violência (2012), que mais de um tipo de violência pode ter sido indicado em cada atendimento.

para a prática de agressões entre parceiros íntimos o uso de álcool e outras drogas (39,5%) e problemas financeiros (16,9%). Todas as entrevistadas listaram o ciúme como um dos motivos, mesmo as que apresentavam outras causas, sendo esse o mais assinalado na referida pesquisa. Na pesquisa de Azevedo (1985), 55,2% das mulheres alegaram o fato do companheiro estar alcoolizado no momento da agressão como motivo para a violência. Esses dados implicam uma hipótese da existência de uma disposição masculina em agredir as mulheres, corroborada por uma ideologia ancorada na hegemonia masculina.

Pesquisas como a de Mozzambani et al. (2011) revelam que muitas mulheres em situação de violência doméstica manifestam uma série de transtornos mentais. No referido estudo, 76% das mulheres apresentaram transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), 89% tinham transtorno depressivo e 94% transtorno de ansiedade. A pesquisa também mostrou que mais da metade das mulheres tinham história de experiências traumáticas na infância, ou seja, sofreram maus tratos ou presenciaram violência em casa.

Outra questão importante é o ciclo da violência. Segundo Heise, Ellsberg e Gottemoeller (1999), a violência contra as mulheres não é cometida em eventos isolados, sendo que a maioria das mulheres vive numa atmosfera de terror permeada por relacionamentos abusivos, através de várias formas de agressão que tendem a aumentar de frequência e de intensidade. Segundo Walter (1979), o ciclo de violência caracteriza-se pela continuidade no tempo, pela repetição sucessiva ao longo de meses ou anos, podendo ser cada vez menores as fases de tensão e apaziguamento, e maior a do ataque violento. Para a autora, o ciclo é composto por três fases:

1. A construção da tensão no relacionamento, marcada por incidentes menos severos, tais como agressões verbais, crises de ciúmes, ameaças, destruição de objetos, etc. A atitude da mulher é apaziguar, acalmar o parceiro, ser dócil e prestativa para não irritá-lo, já que de certa forma, sente-se responsável pelos atos do companheiro, negando seus sentimentos de raiva e angústia, anulando-se como sujeito na relação. A mulher nega o abuso e justifica a agressão. Se ele explode, ela assume a culpa, nega sua própria raiva e se convence que “talvez ele esteja bebendo demais ou trabalhando demais”;
2. A explosão da violência, descontrole da situação, agressões agudas, ataques mais graves, tornando a relação insuportável e inadmissível, havendo perda de controle e destruição marcada por um período curto de tempo. Algumas vezes a mulher percebe a aproximação da 2ª fase e provoca os incidentes violentos, por não

aguentar mais o medo, a ansiedade. E porque sua experiência lhe ensinou que depois vem a 3ª fase;

3. A lua de mel, arrependimento do agressor após o período de agressão física, demonstrando remorso e medo de perder a parceira, levando-o a fazer promessas, implorar perdão, dar presentes e demonstrar o quanto é apaixonado pela companheira, a tal ponto que chega a jurar que o episódio não se repetirá e que ele voltará a ser o homem por quem ela se apaixonou.



Figura 2 – Ciclo da Violência doméstica. Disponível em: <http://www2.tjce.jus.br:8080/jmulher/?tag=violencia>. Acesso em: 31 dez. 2014.

Essas situações podem ocorrer da forma como foram descritas aqui, ou nunca acontecerem. Esse é apenas um padrão geral que em cada caso se manifesta de maneira diferente. Mas é muito importante conhecer o ciclo para ajudar a identificá-lo e impedir que ele se reproduza. Afinal, em situações limites, o ciclo culmina no homicídio.

É difícil dizer, então, o porquê dessas mulheres continuarem vivendo no ciclo de violência existente dentro dos seus lares. Os motivos mais alegados pelas mulheres para continuar num relacionamento violento, de acordo com Day et al. (2003) são: medo de represália, perda do apoio financeiro, preocupação com os filhos, dependência emocional, perda do apoio da família e dos amigos, e a esperança de que o comportamento do parceiro mude um dia. Ainda conforme as autoras, o risco de ser assassinada pelo marido aumenta quando a vítima e o parceiro se separam. Este dado é corroborado pela pesquisa do Instituto Patrícia Galvão (2013). O medo de ser assassinada caso acabe a relação foi um dos motivos para a mulher não se separar do agressor apontado por 58% dos entrevistados. Já Gomes

(2008) aponta entre os motivos para a mulher se manter nesse tipo de relação o fato de esta se ver sozinha, pois o apoio da família não existe, especificamente para mulheres das classes sociais menos favorecidas, bem como o ideal de amor romântico e o sonho de se manter em uma família nuclear (pai, mãe e filhos); ainda a fuga de estigmas como solteirona e mãe solteira é fator relevante na insistência em relações violentas.

Podemos perceber através desses relatos como a violência praticada contra as mulheres é construída socialmente, criando um espaço na sociedade para a dominação masculina e a submissão feminina. Esse tipo de entendimento pode perpetuar a situação de desigualdade, colocando o homem num lugar de detentor de poder sobre a mulher.

Para entendimento dessa relação de poder e gênero, que desemboca na violência, assumimos a percepção de Gregori (1993). A autora lembra que a violência doméstica é fruto de uma dinâmica familiar violenta, e que é preciso superar a visão dualista e fixa dos papéis de gênero. Para a autora, essa visão pode facilitar a denúncia, no entanto

a construção de dualidades – como ‘macho’ culpado e mulher ‘vítima’ – para facilitar a denúncia e indignação, deixando de lado o fato de que os relacionamentos conjugais são de parceria e que a violência pode ser também uma forma de comunicação, ainda que perversa, entre parceiros (GREGORI, 1993, p. 134).

Em seus estudos, Gregori (1993) relativiza a dicotomia vitimização x dominação, e faz com que cada vez mais seja utilizada a expressão “mulher em situação de violência” – expressão que assumimos nessa pesquisa. A expressão é usada para tentar desvincular as mulheres da posição de eternas vítimas e para nomear as mulheres que estão inseridas em um ambiente onde as agressões são constantes.

Vale ressaltar que a violência aqui estudada é vista como uma relação de poder, entendendo o poder não como algo estático, mas que perpassa a dinâmica relacional, e que pode ser exercido por homens e mulheres alternadamente. Afinal, como diz Bourdieu (2012), não apenas as mulheres são submetidas a uma socialização que as diminuem e as forçam a aprender as virtudes da abnegação e do silêncio, mas também os homens acabam sendo prisioneiros e vítimas da representação dominante.

O contexto da violência simbólica pode ajudar na compreensão da violência ancorada nas relações de gênero. Para Bourdieu (2012), a raiz da violência simbólica está presente nos símbolos e signos culturais, principalmente no reconhecimento tácito da autoridade exercida por certos grupos. Assim, a violência simbólica não é percebida como violência, mas sim como uma interdição desenvolvida com base em um respeito que se exerce de um para o

outro de forma “natural”, como o é a dominação do homem ao longo dos tempos. Conforme Bourdieu (2012), a dominação acontece pela ação de forças sociais e pela estrutura de normas internas do mundo social em que os indivíduos se inserem e incorporam em seu *habitus*.

A pesquisa realizada pelo IPEA (2014) através do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) confirma esta raiz simbólica da violência. Trazemos aqui o que consideramos como os principais resultados da pesquisa: para 58% dos entrevistados, se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros; 63% concordam que casos de violência dentro de casa deveriam ser discutidos somente entre os membros da família; 89% concordam que “roupa suja deve ser lavada em casa”; para 82%, em briga de marido e mulher, “não se mete a colher”; para 64%, os homens devem ser a cabeça do lar; e 65% acham que a mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar. Esses números impressionantes demonstram o pensamento da população brasileira, ainda com fortes bases patriarcais e sexistas.

Entendemos, portanto, que situações de violência simbólica são muito comuns na vida das mulheres, porque mesmo quando não se encontram numa situação de violência física ou psicológica, sofreram alguma violência simbólica. Como bem pontuou Celmer (2010), a frase “isto não é coisa de menina” é um exemplo de violência simbólica, que traz em seu cerne as questões de gênero e poder que serão debatidas nesse nosso estudo.

2.3 Violência contra as mulheres e os direitos humanos

A violência é, antes de qualquer coisa, uma violação aos direitos humanos. Segundo Schraiber et al. (2005), tanto no plano nacional quanto no internacional, a violência é um acontecimento sociocultural que constitui uma violação dos direitos humanos, do ponto de vista legal e ético. Numa ordem mundial reconhecidamente injusta, onde o mais forte sobrepuja o mais fraco, como no caso das mulheres em relação aos homens, devido a todo o contexto sócio-histórico em que essa dominação foi moldada, Flores (2010) lembra que os direitos humanos são produtos culturais.

No Brasil, alguns dispositivos que fazem referência aos direitos das mulheres foram alcançados depois de muitas lutas. Desde a década de 1970 que o movimento de mulheres feminista trabalha para dar visibilidade à violência contra as mulheres. Do ponto de vista formal, a igualdade entre homens e mulheres veio apenas na Constituição Federal de 1988. Esta garantiu na forma da lei a igualdade entre os sexos, e a partir disso se começou a pensar em políticas voltadas ao público feminino, em particular a questão da violência resultante das

desigualdades de gênero. A referida Constituição apresenta no inciso I do artigo 5º que *“homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”* (BRASIL, 1988). De forma mais generalizada, o artigo 226 no seu parágrafo 8º diz que o *“Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”*. Assim, é impressionante perceber que a “supremacia” do homem só foi derrubada legalmente a partir de 1988, após inúmeras ações que chamavam atenção para a problemática.

No entanto, o que vemos ainda hoje é que não conseguimos prevenir a violência de forma eficaz, ficando a cargo do Estado as ações punitivas. Os diversos órgãos que previnem e combatem a violência contra as mulheres ainda são poucos e suas atuações muitas vezes ineficazes. Por exemplo, os Conselhos Municipais de Direitos da Mulher não existem em todos os municípios, assim como as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), que ainda são poucas no país, e principalmente no Estado de Pernambuco¹⁹.

Durante todo o século XX, o Brasil foi signatário de vários acordos internacionais que se relacionam, direta ou indiretamente, à questão da violência de gênero, e trouxeram grande impacto, já que quando os compromissos são firmados pelo governo diante à comunidade internacional, criam-se obrigações jurídicas para o país.

Podemos citar os seguintes acordos dos quais o Brasil é signatário: Carta das Nações Unidas, em 1945; Convenção contra o genocídio, em 1948; Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, em 1965; Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, em 1966; Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em 1966; Convenção para eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, em 1979; Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes, em 1984; Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1989 (SCHRAIBER; D’OLIVEIRA, 2003).

No plano internacional e nacional, a violência como um acontecimento sociocultural é um ato que constitui uma violação dos direitos humanos, tanto da perspectiva legal quanto da perspectiva ética (SCHRAIBER et al., 2005). Apesar de ser a violação mais praticada, com expressões variadas e em diferentes cenários, é a menos reconhecida no mundo. O consenso internacional de que a violência de gênero, dentre elas a violência doméstica contra as mulheres, é uma violação dos direitos humanos, está registrado na Declaração e no Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993.

¹⁹ O levantamento desses serviços na região do Araripe será apresentado no Capítulo 4.

Em 1994, o Brasil assinou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), primeiro documento a versar especificamente sobre a violência contra as mulheres. Esta Convenção constituiu-se em uma importante ferramenta na promoção da emancipação das mulheres, promovendo um grande avanço para a compreensão e visibilidade da temática, ao dispor, entre outros, sobre a definição de violência contra as mulheres. A Convenção destaca o direito de toda mulher a uma vida livre de violência, que compreende: *o direito a ser livre de todas as formas de discriminação e o direito de ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação.*

No ano seguinte foi realizada a Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim, que produziu a Declaração de Beijing. A partir deste ano, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) elaborou relatórios sobre o Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG) que apresenta e mede as desigualdades entre homens e mulheres no país. A constatação do Relatório do Desenvolvimento Humano de 1997 foi taxativa: *Nenhuma sociedade trata de maneira igual seus homens e suas mulheres.* Entendida como uma das mais incompreensíveis formas de discriminação, a violência baseada no simples fato de ser mulher, interfere significativamente no exercício dos direitos de cidadania e na qualidade de vida de mulheres no mundo todo.

Essas duas convenções tratam diretamente sobre a violência sexual, violência de gênero e todas as formas de discriminação contra as mulheres, inclusive quanto à sua autonomia e aos seus direitos. A Conferência de Pequim propôs que os Estados promovessem a ratificação e aplicação de todos os instrumentos internacionais sobre a violência contra as mulheres. Afinal, a ausência de equidade nas relações entre os gêneros nos âmbitos público e doméstico se traduz em diferenças de poder entre o homem e a mulher, e esta condição passou a ser reconhecida como um desrespeito aos direitos humanos.

Em 1940, o Código Penal brasileiro caracterizou a agressão física do marido contra a mulher como um crime passível de punição. Porém, o Código não levava em conta a situação específica da violência contra as mulheres. Em 2002, as discussões sobre a violência de gênero produziram um grande avanço no campo jurídico, com a reformulação do Código Civil. Anteriormente, os crimes contra as mulheres eram julgados como resultado da defesa da honra, já que o antigo Código era fundamentado pelo princípio da falta de autonomia feminina, pois as mulheres eram consideradas frágeis e desprotegidas, tendo como função social a maternidade e o cuidado com o lar e a família (BRASIL, 2002).

Após muitas convenções internacionais e ações nacionais, em 2002, foi criada no Brasil a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM), transformada em 2003 na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Nesse período foi formado um consórcio de entidades feministas e juristas para estudar e elaborar uma minuta de Projeto de Lei integral, estabelecendo a prevenção, punição e erradicação da violência doméstica e familiar contra as mulheres. A 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres só foi realizada em 2004.

Em 2006, por iniciativa do Estado de Pernambuco, foram realizadas Vigílias pelo Fim da Violência contra as Mulheres no intuito de denunciar a violência e os homicídios de mulheres. Neste mesmo ano, ocorreu um avanço significativo quando finalmente foi aprovada uma Lei que prevê o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres – a Lei 11.340/2006, mais conhecida como “Lei Maria da Penha”. Esta Lei alterou o Código Penal, permitindo o flagrante criminal e a decretação de prisão preventiva. Além disso, extinguiu as penas secundárias que estabeleciam o pagamento de cestas básicas ou multas, elevando a pena máxima de um para três anos de detenção. A partir da elaboração e sedimentação desta Lei, além de todos os acordos e dispositivos mundiais, a sociedade busca ter uma nova postura, através de ações que coíbam a violência contra as mulheres.

A Lei 11.340/2006 foi batizada de Lei Maria da Penha, em referência à Maria da Penha Maia Fernandes²⁰, que recorreu à Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH), órgão integrante da Organização dos Estados Americanos (OEA), após ter sofrido torturas no âmbito doméstico durante anos, culminando com as tentativas de homicídio por seu marido, que a deixou paraplégica. A CIDH condenou o Brasil pela demora, considerada injustificável, no processo penal de responsabilização do agressor, que terminou preso por tentativa de homicídio apenas em 2002, tendo o fato ocorrido em 1983 (CFEMEA, 2007). No entanto, Heredia cumpriu apenas dois anos da pena e ganhou o regime aberto. Por causa de sua luta de quase vinte anos em busca de justiça, a lei foi batizada com o nome de Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha foi o cumprimento de uma das determinações da Convenção de Belém do Pará e da Convenção para eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. A referida Lei tem como principal objetivo estabelecer estratégias de prevenção e

²⁰ Em 1983, a biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, na época com 38 anos, levou um tiro enquanto dormia e ficou paraplégica. O autor do disparo foi seu marido, o professor universitário Marco Antônio Heredia. Duas semanas depois, ele tentou matá-la novamente, desta vez por eletrochoque e afogamento, durante o banho. Na verdade, durante todo o casamento, Maria da Penha sofreu agressões e intimidações, sem reagir, temendo represália ainda maior contra ela e suas três filhas. Depois de ter sido quase assassinada por duas vezes, ela tomou coragem e fez a denúncia pública. A Justiça condenou Heredia pela dupla tentativa de homicídio, mas devido aos sucessivos recursos de apelação, ele conseguiu se manter em liberdade por anos (CFEMEA, 2007).

combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres, trazendo algumas mudanças jurídicas e sociais, alterando o Código Penal Brasileiro em diversos aspectos. A Lei retirou dos juizados especiais criminais (Lei 9.099/1995) a competência para julgar os crimes de violência doméstica contra a mulher, determinando a criação de juizados especiais com competência cível e criminal para abranger as questões de família decorrentes da violência contra as mulheres. Antes da mudança, casos de violência doméstica tinham o mesmo status, por exemplo, de uma briga de trânsito, e a punição era, na maioria das vezes, o pagamento de uma cesta básica. Desse modo, a impunidade dos crimes consistia em incentivo para a prática, considerado como desprezo aos direitos humanos das mulheres (BRASIL, 2004a).

A partir da elaboração e sedimentação da Lei 11.340/2006, além de todos os acordos e dispositivos mundiais, a sociedade busca ter uma nova postura, através de ações que coíbam a violência contra as mulheres.

Segundo Flores (2010), é preciso superar a ideia de que direitos humanos são apenas prescrições veiculadas em tratados e convenções internacionais. Faz-se necessário transformar a realidade em busca de uma efetivação da dignidade do ser humano, e esta será alcançada com o acesso igualitário e não hierarquizado aos bens necessários para uma vida digna. Daí a ideia de que os direitos humanos surgem como fruto das lutas sociais.

Bobbio (1992) reconhece que a expressão “direitos do homem” é muito vaga, e seriam relativos, pois não se trata de uma categoria única, absoluta ou eterna. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) é um marco importante no consenso entre os seres humanos, e foi uma inspiração e orientação para o crescimento da sociedade. Segundo Bobbio (1992), a Declaração representa um resumo do passado e uma inspiração para o futuro, mas seus preceitos não são eternos, e depende das reflexões que a humanidade deve fazer constantemente.

Os Direitos Humanos são os direitos e liberdade básicos de todas as pessoas, mas, comprovadamente, na prática, constatamos que no que tange a atitudes, ações e manifestações, não somos tão livres. Para Bobbio (1992), o reconhecimento e a proteção dos direitos do homem devem estar presentes nas principais constituições democráticas modernas.

Muito se fala que todos os seres humanos nascem com direitos inalienáveis. Estes direitos buscam proporcionar uma vida digna, e cabe ao Estado proteger tais direitos. A liberdade, a igualdade, tolerância, dignidade e respeito – independente de raça, cor, etnia, credo religioso, inclinação política partidária ou classe social – permite que o ser humano busque tais direitos fundamentais. Para Bobbio (1992, p. 30), “Os direitos do homem nascem

como direitos naturais universais, desenvolvem-se como direitos positivos particulares, para finalmente encontrarem sua plena realização como direitos positivos universais”.

O artigo 5º da Declaração Universal (ONU, 1948) diz que ninguém poderá sofrer qualquer espécie de tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante. Não é isso que ainda acontece em muitos lugares do mundo, e bem próximo de nós? Quando a violência doméstica acontece, não é, então, uma violação a esses direitos? Acreditamos que sim, e por isso, a nossa pesquisa versa sobre essa violação específica.

O Brasil é signatário dos principais tratados e conferências internacionais que estabelecem marcos legais para o avanço dos direitos humanos e dos direitos das mulheres. Afinal, o Brasil além de ter assinado todos os documentos relativos ao reconhecimento e às proteções aos direitos humanos das mulheres, também apresenta um quadro legislativo bastante avançado no que se refere à igualdade de direitos entre homens e mulheres. No entanto, está muito claro que apenas a existência de leis não modifica o quadro de violência. É preciso avançar no efetivo cumprimento destas.

No que concerne aos direitos humanos no Brasil, podemos pontuar como avanços legais conquistados: a alteração do Código Penal através da Lei 10.886/04, que extinguiu a imputabilidade do estuprador que se casasse com a vítima; a retirada da expressão “mulher honesta”, reconhecidamente discriminatória e de base em conceitos morais; a revogada do crime de adultério, culturalmente utilizado contra as mulheres; e a Lei Maria da Penha.

Pesquisas como as já citadas anteriormente (WAISELFISZ, 2012; INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2013) dão conta de que o lar é o lugar onde as mulheres mais sofrem violência. Sendo o direito à propriedade privada um dos direitos fundamentais assegurados na Declaração Universal, Arendt (2007, p. 81) lembra que

[...] as quatro paredes da propriedade particular de uma pessoa oferecem o único refúgio seguro contra o mundo público comum – não só contra tudo o que nele ocorre mas também contra a sua própria publicidade, contra o fato de ser visto e ouvido. [...] um lugar só nosso, no qual podemos nos esconder.

Esse esconderijo tem, portanto, duas faces. Protege nossa individualidade e privacidade, mas também permite que violências aconteçam, e continuem sendo pensadas no âmbito do privado, já que ocorrem dentro de casa. É o velho ditado “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, sendo atualizado.

Se os avanços legislativos são inquestionáveis, são também constantes os desafios da realidade de violação dos direitos humanos. Nos últimos anos, especialmente a partir de 2006,

têm-se avançado nas políticas públicas para as mulheres, voltadas para a inclusão social, prevenção e combate à violência, e apesar de algumas experiências de sucesso, observa-se que esse processo ainda tem muito que avançar. É preciso fazer muito mais para evitar que a violência doméstica, ainda tida como do âmbito do privado, deixe de acontecer.

Falaremos agora sobre a rede de enfrentamento da violência contra as mulheres, que compreendemos como imprescindível para a atuação nos encaminhamentos e atendimentos pertinentes a cada situação, bem como para a diminuição dos casos.

2.4 A rede de enfrentamento da violência contra as mulheres

Diante da amplitude da temática, consideramos necessário entender a rede de enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. O conceito de rede refere-se à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, objetivando a ampliação e a melhoria da qualidade do atendimento, ao encaminhamento adequado e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção (BRASIL, 2011a). A constituição da rede procura dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, que perpassa várias áreas.

A construção da rede de enfrentamento considera a rota crítica que as mulheres em situação de violência percorre e que possui diversas portas de entrada, como os serviços de emergência na saúde, delegacias, serviços de assistência social, e que devem atuar de maneira articulada para prestar uma assistência qualificada às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011a). A rede de atendimento é composta por duas principais categorias de serviços, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Principais Características da Rede de Enfrentamento e da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência

REDE DE ENFRENTAMENTO	REDE DE ATENDIMENTO
Contempla todos os eixos da Política Nacional (combate, prevenção, assistência e garantia de direitos).	Refere-se somente ao eixo da Assistência/Atendimento.
Inclui órgãos responsáveis pela gestão e controle social das políticas de gênero, além dos serviços de atendimento.	Restringe-se a serviços de atendimento (especializados e não-especializados).
É mais ampla que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência.	Faz parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Fonte: BRASIL, 2011b, p. 15

Os serviços considerados não-especializados de atendimento às mulheres são aqueles que, em geral, constituem a porta de entrada na rede, como os hospitais gerais, serviços de

atenção básica e programa saúde da família, delegacias comuns, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Ministério e Defensorias Públicas (BRASIL, 2011b).

Os serviços especializados são aqueles que atendem exclusivamente as mulheres e são especializados na temática da violência contra as mulheres, como os Centros de Atendimento à mulher em situação de violência, Casas-Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório, Delegacias e Promotorias Especializadas, Juizados Especiais, entre outros (BRASIL, 2011b).

A partir de 2003, as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres foram ampliadas, incluindo as ações de prevenção, de garantia de direitos e de combate à violência. Observou-se um aumento de 161,75% do número de serviços especializados entre 2003 e 2011. Em 2003 havia 248 Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (DEAM) em todo o Brasil, e em 2011 esse número subiu para 470. Da mesma maneira, em 2003 havia 43 Casas-Abrigo, e em 2011 já contávamos com 72. Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) subiu de 36 em 2003, para 187 em 2011. Além disso, após a Lei Maria da Penha, foram criados 94 juizados especializados/varas adaptadas de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2011b).

Podemos, portanto, afirmar que a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres está prevista na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e refere à:

[...] implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões. O enfrentamento requer a ação conjunta dos diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros), no sentido de propor ações que: desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; promovam o empoderamento das mulheres; e garantam um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência. Portanto, a noção de enfrentamento não se restringe à questão do *combate*, mas compreende também as dimensões da *prevenção*, da *assistência* e da *garantia de direitos das mulheres*, que compõem os Eixos Estruturantes da Política nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011a, p. 25).

A rede de atendimento às mulheres em situação de violência é dividida em quatro principais setores/áreas: saúde, justiça, segurança pública e assistência social (BRASIL, 2011b), e serão explicitados a seguir.

2.4.1 Serviços de Saúde

Em relação à rede de serviços de saúde, em 1983, foi implantado pelo Ministério da Saúde (MS), o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), marcando uma ruptura conceitual com os princípios norteadores da política de saúde das mulheres. Este Programa (BRASIL, 1984) propôs integrar os aspectos biomédicos, psicológicos e sociais como necessidades em saúde e começou a incluir a violência doméstica e sexual como parte dessas necessidades, aguçando o olhar para a violência contra as mulheres como uma questão de saúde pública.

Após 20 anos do PAISM, a Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher (BRASIL, 2004b) tem como um dos objetivos promover a atenção às mulheres e às adolescentes em situação de violência doméstica e sexual, estabelecendo como estratégias: organizar redes integradas de atenção às mulheres em situação de violência sexual e doméstica; articular a atenção às mulheres em situação de violência com ações de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST/Aids); e promover ações preventivas em relação à violência doméstica e sexual. A Política tem como intuito conseguir romper as fronteiras da saúde sexual e da saúde reprodutiva, para alcançar todos os aspectos da saúde da mulher, através de ações educativas, preventivas, de diagnóstico, tratamento e recuperação.

Em 2003, foi sancionada a Lei nº 10.778, que “estabelece a notificação compulsória em todo o território nacional para os casos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde, públicos ou privados” (BRASIL, 2003, seção 1, p.11). Segundo a Lei, os casos devem ser notificados, sejam confirmados ou suspeitos. Em 2004, foi instituído pela Portaria nº 2.406 o “serviço de notificação compulsória de violência contra a mulher, e aprova instrumento e fluxo para notificação” (BRASIL, 2004c, seção 1, p. 25). Para o MS, a notificação dos casos de violência contra as mulheres no SUS, permite dimensionar a magnitude do problema, caracterizar as circunstâncias da violência e conhecer o perfil das vítimas e dos agressores, contribuindo com a produção de evidências para o desenvolvimento das políticas e atuações governamentais em todas as esferas para enfrentar o problema (2004b).

Para Minayo e Souza (1998), a violência está vinculada ao âmbito da saúde, competindo aos profissionais da área prestar assistência às suas vítimas, sendo essencial expandir essa assistência, considerando os conceitos de promoção à saúde e de prevenção de agravos, ultrapassando o tradicional cuidado centrado nos danos físicos e emocionais da vítima.

Nos serviços de saúde os números da violência doméstica tendem a ser grandes, visto que as mulheres em situação de violência tendem a usar esses serviços com maior frequência, sendo que de 25% a 50% das mulheres atendidas podem sofrer ou ter sofrido violência física ou sexual cometida pelo parceiro (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2003). No entanto, como alertam as autoras, raramente as mulheres revelam de forma espontânea a violência sofrida, seja por dificuldades pessoais ou por não confiarem nos serviços de saúde.

Para Schraiber e D'Oliveira (2003), a abordagem da problemática da violência doméstica e sexual nos serviços de saúde requer técnica específica de conversa, além de conhecimento das referências existentes na região (jurídica, policial, social, psicológica, religiosa, cultural), para que o profissional tenha meios de apoiar a mulher a tomar a melhor decisão sobre seu caso.

A violência sexual é um dos principais indicadores da discriminação de gênero contra a mulher. Pesquisa da OMS (KRUG et al., 2002), realizada em oito países, retrata o perfil da violência sofrida pelas mulheres entre 15 e 49 anos. No Brasil, o estudo foi realizado em São Paulo e em Pernambuco, constatando que 29% das mulheres relataram violência física e/ou sexual por parte do companheiro. Em Pernambuco, 34% das mulheres relataram algum episódio de violência cometido pelo parceiro ou ex-parceiro. No entanto, entre as mulheres que relataram sofrer violência, apenas 11% relataram que buscaram hospitais ou centros de saúde. Ainda conforme a pesquisa, os principais problemas de saúde relatados pelas mulheres foram: dores ou desconforto severo, problemas de concentração e tontura, além de serem mais comuns as tentativas de suicídio e maior frequência do uso do álcool.

Os serviços de saúde prestam assistência médica, de enfermagem, psicológica e social às mulheres vítimas de violência, oferecendo serviços e programas especializados no atendimento dos casos de violência doméstica e sexual, inclusive no que se refere à interrupção da gravidez em casos de estupro (BRASIL, 2011b).

2.4.2 Serviços de Justiça

A Lei Maria da Penha prevê a criação dos Juizados Especiais, que podem contar com equipe de atendimento multidisciplinar e ser integrada por profissionais das áreas psicossocial, jurídica e da saúde (BRASIL, 2006). Esses Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher têm competência cível e criminal para o processo, julgamento e execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra as mulheres (BRASIL, 2011b).

No intuito de atender o que preconiza a Lei Maria da Penha, a Recomendação nº 9, de 8 de março de 2007, recomenda aos Tribunais de Justiça a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a adoção de outras medidas previstas na Lei (BRASIL, 2007).

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ/BRASIL, 2013b), entre 2006 e 2011 as varas e juizados especiais receberam mais de 677 mil procedimentos entre inquéritos, ações penais e medidas protetivas, sendo que 57% dos processos iniciados nessas varas especializadas em violência doméstica foram julgados.

As Defensorias da Mulher têm o objetivo de dar assistência jurídica, orientar e encaminhar as mulheres em situação de violência, sendo o órgão responsável pela defesa daquelas que não possuem condições financeiras de contratar um advogado, possibilitando a ampliação do acesso à Justiça (BRASIL, 2011b).

De acordo com dados da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), o número de Defensorias especializadas subiu de apenas quatro em 2003, para 57 em 2011 (BRASIL, 2011b).

2.4.3 Serviços de Segurança Pública

Na década de 1980 a violência contra as mulheres no Brasil tornou-se um dos grandes eixos de ação do movimento feminista, iniciando parcerias com o Estado para a formulação de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero. Um marco dessas parcerias foi a criação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento a Mulheres (DEAM), em 1985, que significou o reconhecimento da violência contra as mulheres como um problema social e não mais da esfera privada. A implantação das delegacias deu visibilidade à problemática e trouxe o consequente aumento das denúncias; no entanto, não foi eficaz para evitar novas agressões, isolamento social e fuga da vítima diante da perseguição do agressor (BRASIL, 2004a).

As reivindicações dos grupos feministas e de direitos humanos contribuíram para a criação de serviços de atenção às mulheres, especialmente em situação de violência, como as Delegacias de Defesa da Mulher, a construção de Casas-Abrigo e os Centros de Atendimento Multiprofissionais, tendo como foco, principalmente, a violência física e sexual cometida por parceiros ou ex-parceiros (SCHRAIBER et al., 2002). Em 1986 foi criada pela Secretaria de Segurança Pública a primeira Casa-Abrigo do país, para atender mulheres em situação de risco de morte no Estado de São Paulo.

De 1985 a 2002, o principal eixo de combate à violência contra as mulheres no Brasil foi a criação de Delegacias Especializadas e de Casas-Abrigo²¹, com ênfase na segurança pública e na assistência social, sendo a base do Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher, gerenciado pela SEDIM, vinculada ao Ministério da Justiça (BRASIL, 2008; 2011b).

As DEAM são unidades especializadas da Polícia Civil para atendimento às mulheres em situação de violência, desempenhando atividades de caráter repressivo e preventivo, através de ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, pautadas no respeito pelos direitos humanos e pelos princípios do Estado Democrático de Direito (BRASIL, 2011b). Importante frisar que a Delegacia comum também deve registrar toda e qualquer ocorrência das mulheres em situação de violência – o que ainda não é tão simples, conforme mostram os dados da nossa pesquisa.

Dados da CPMI que apurou a violência contra as mulheres no Brasil apontam que quase 56% das mulheres em situação de violência não procuraram a Polícia. E mais: 33% disseram temer represália ou não queriam envolver a polícia (BRASIL, 2013a).

A Polícia Militar também integra a rede de enfrentamento, visto que, muitas vezes, realizam o primeiro atendimento ainda na residência ou em via pública, para em seguida fazer o devido encaminhamento a outros serviços da rede.

2.4.4 Serviços de Assistência Social

As Casas-Abrigo são consideradas locais seguros que oferecem moradia e atendimento integral a mulheres em risco iminente de morte, exclusivamente em decorrência da violência doméstica, configurando-se um serviço de caráter sigiloso e temporário, de no mínimo três meses, até reunir condições para retomar suas vidas (BRASIL, 2011b).

As Casas de Acolhimento Provisório prestam serviços de abrigamento de curta duração (máximo de 15 dias), que não precisam ser sigilosos e as mulheres não correm risco iminente de morte, garantindo a integridade física e emocional das mulheres, e realizando diagnóstico da situação para realizar os encaminhamentos necessários (BRASIL, 2011b).

Os CRAS são unidades públicas estatais responsáveis pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) seu principal serviço. O

²¹ Desde 2009, as Casas-Abrigo são consideradas serviços socioassistenciais de alta complexidade e, portanto, serão explicados no subitem a seguir – Serviços de Assistência Social.

trabalho do CRAS tem caráter preventivo, promovendo acesso e usufruto de direitos (BRASIL, 2011b). Embora não seja sua função, pode realizar acolhimento e encaminhamento das mulheres em situação de violência.

Já os CREAS ofertam o PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos), sendo responsável pelo apoio, orientação e acompanhamento de famílias em situação de ameaça ou violação de direitos (BRASIL, 2011b). Tem como uma das linhas de ação, mas não exclusivamente, o atendimento/acompanhamento às mulheres em situação de violência.

Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) são espaços de acolhimento/atendimento psicossocial, orientação e encaminhamento jurídico às mulheres em situação de violência, realizando ações necessárias para a superação da situação de violência (BRASIL, 2011b).

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 é um serviço da SPM, que auxilia e orienta as mulheres em situação de violência, realizando o encaminhamento da mulher para os serviços da rede de atendimento mais próxima, além de prestar informações sobre outros serviços disponíveis, funcionando 24 horas, sete dias da semana (BRASIL, 2011b).

O Ligue 180 foi criado em 2005, tendo proporcionado uma maior visibilidade aos serviços da Rede de Enfrentamento, funcionando também como instrumento de monitoramento das instituições públicas no atendimento prestado às mulheres. De 2005 a 2012, realizou mais de três milhões de atendimentos, e em 2011 teve sua área de atuação aumentada passando a atender às mulheres brasileiras que vivem na Espanha, Portugal e Itália (BRASIL, 2012b).

Em 2012, a Central realizou 732 mil atendimentos, o que representa uma média de 2.000 registros diários. Nos primeiros meses de 2012, em 70,19% dos casos de violência doméstica contra as mulheres, o agressor foi o companheiro ou cônjuge da vítima. Ao acrescentarmos como agressores o ex-marido, namorado e ex-namorado, o percentual sobe para impressionantes 89,17% dos casos (BRASIL, 2012b). Em relação ao ano de 2013, este percentual caiu para 83,8% dos relatos (BRASIL, 2013c).

Em números de ligação para o Ligue 180, Pernambuco configurou o 13º em 2012 e em 2013, apresentando uma diminuição de 2,18% de um ano para outro. Em 2013, 55,24% das mulheres que se consideraram agredidas relataram ter sofrido violência física. A violência sexual foi apontada por apenas 1,72% (BRASIL, 2013c). Este baixo índice pode ser explicado porque ainda é comum na cultura brasileira as mulheres não reconhecerem a obrigação em ter relações sexuais com o companheiro como uma forma de violência.

Como podemos perceber, todas as pesquisas, dados nacionais e internacionais, corroboram nossa premissa inicial de que as mulheres no Brasil sofrem violência pelo simples fato de serem mulheres, principalmente quando não se enquadram nos padrões sexistas/machistas que ditam o papel da mulher na sociedade, numa evidente relação de poder. Nossa pesquisa tem o intuito de verificar tais preposições, e para isso no capítulo a seguir explicitaremos os conceitos de gênero e de poder, fundamentais para o melhor entendimento das violências praticadas contra as mulheres.

3 RELAÇÕES DE GÊNERO E DE PODER NO SERTÃO DE PERNAMBUCO

*Que diferença da mulher o homem tem? (sei não)
Espera aí que eu vou dizer, meu bem.
E que o homem tem cabelo no peito
Tem o peito cabeludo e a mulher não tem.
[...] **Mulé tem que ser fêmea e o homem tem que ser macho!***

Trecho da música “*Tem pouca diferença*”, de Luiz Gonzaga.

Segundo o último censo, a mulher constitui a maioria da população brasileira. O Estado de Pernambuco segue a estimativa nacional, tendo mais de 50% de população feminina (IBGE/BRASIL, 2010). No entanto, ela ainda busca a definição do seu papel, da sua individualidade e de suas subjetividades. Continuamos a viver numa sociedade patriarcal em que os padrões há muito vêm sendo moldados, distinguindo diferenças e definindo o que a mulher pode ou não exercer na sociedade.

Para Perrot (2007) a mulher é excluída da história diversas vezes e isso se expressa na reduzida produção sobre ela. A autora pontua que a mulher passou a ser objeto de estudo histórico apenas a partir da década de 1960. Antes disso, a produção sobre as mulheres era contada pelos homens. Essa invisibilidade seria porque as mulheres estavam restritas ao ambiente privado da família e do lar. A ela restava escrever cartas e diários, que eram frequentemente destruídos, para não colocar em risco sua “honra”.

Diante da invisibilidade feminina, Perrot (2007) pergunta qual seria o motivo das mulheres não pertencerem à história e, na sequência, faz as seguintes afirmativas: as mulheres não são vistas nos espaços públicos; o corpo delas amedronta, por isto, em alguns países do mundo, ainda é preciso cobri-lo todo e usar véu; as mulheres deixaram poucos vestígios escritos, há um silêncio das fontes; suas imagens são produzidas pelos homens, por isso, para os artistas, são mais sonhos do que reais.

Essa questão Scott (1992) chama de “problema da invisibilidade”. Segundo a autora, o fato de pesquisas mostrarem que as mulheres foram sistematicamente excluídas da história é um contrassenso, pois o que se afirma é que as mulheres foram apáticas aos acontecimentos históricos. Esta considerada apatia decorre, principalmente, pelo fato da história ter sido narrada prioritariamente pelos homens, que sempre foram o elemento de identificação do genérico “humanidade”. Assim, o produto final desse contexto foi o desaparecimento das mulheres.

Las investigaciones recientes han mostrado, no el que las mujeres fuesen inactivas o estuviesen ausentes em los acontecimientos históricos, sino que fueron sistemáticamente omitidas de los registros oficiales. Al hacer una evaluación acerca de lo que es esencial, de lo más sobresaliente del pasado para nuestro presente, rara vez se menciona a las mujeres como individuos o como grupo definible (SCOTT, 1992, p. 38-9).

Para Perrot (2007), o silêncio mais profundo seria o silêncio do relato, porque foi reprimido pela suposta superioridade dos homens nos campos político, econômico e social. Nesses espaços, a história produzida é a história das rainhas e heroínas, ou a história das mulheres imaginadas e idealizadas por eles. Da Antiguidade aos tempos modernos, o limite do espaço social destinado às mulheres se delimitou de forma muito localizada. Diversas formas de confinamento, como o convento, a casa da família, o bordel, o harém, o gineceu, ou o castelo feudal, impuseram às mulheres o destino do espaço privado. O livre acesso ao espaço público é uma conquista ainda muito recente para as mulheres.

Passados anos, a mulher configura, atualmente, como importante objeto de pesquisa. Pela lacuna do passado ou pelas inúmeras transformações que aconteceram no cotidiano feminino, estudar, pesquisar e falar sobre a mulher, principalmente por outras mulheres, começou a ser mais frequente.

Segundo Bruschini e Unbehau (2002), o crescimento expressivo das mulheres nas universidades foi crucial para o aumento das discussões e das pesquisas envolvendo mulheres, isto porque toda pesquisadora tem vontade de estudar a sua própria realidade. A partir das questões sobre si próprias, as mulheres procuraram e “descobriram” que tinham uma história. Perceberam que era importante contá-la, inclusive para rejeitar a supremacia masculina firmemente assentida até o momento, e assim passou-se a questionar a concepção clássica da inferioridade da mulher. Muitas mulheres começaram a se indispor à ideia de que estavam contidas em um sujeito universal, ou seja, o masculino.

Até o século XVIII havia um debate sobre as mulheres serem seres humanos iguais aos homens. Apenas no século XIX elas tiveram garantido o direito à educação, mas ainda demoraram muito tempo para entrar nas universidades. Já no século XX, após inúmeros movimentos de lutas, “descobriu-se” que as mulheres tinham uma história, e assim, puderam contá-la, e conseqüentemente, as mulheres passaram também a escrever sua história (PERROT, 2007).

Como problematiza Araújo (2000), as mulheres são “descendentes” de Eva, e por isso são consideradas pecadoras, transgressoras, não confiáveis, sedutoras e culpadas pela fraqueza dos homens. Contudo, faz-se cada vez mais necessário desenvolver uma história das

mulheres. E ela está sendo escrita. Afinal, como diz Del Priore (2000), a história das mulheres não pode ser considerada apenas delas, mas é de toda a família, do trabalho e da literatura, incluindo a história do corpo, da sexualidade, da loucura, bem como das violências que sofreram ou praticaram.

No Brasil, segundo Del Priore (2000), as primeiras narrativas históricas sobre as mulheres tiveram início na década de 1980 e foram muito marcadas pela preocupação com a dialética da dominação versus opressão, dando pouco ou nenhum destaque às múltiplas formas de resistência que as mulheres elaboraram ao longo do tempo para fugir à dominação masculina.

No início, a escrita sobre as mulheres ficou muito centrada no período colonial, utilizando-se relatos de viajantes, processos civis e criminais, além de iconografia. Assim, muito se escreveu sobre a senhora de engenho e a escrava como dois polos opostos e distantes, além de debater de maneira exaustiva o discurso moralizador sobre o uso dos corpos das mulheres coloniais. Segundo Araújo (2000), as leis do Estado e da Igreja, os pais, irmãos, tios, tutores, além da repressão vinda dos velhos costumes misóginos, eram utilizados para tentar conter a sexualidade feminina, que no entendimento da época, caso conseguisse se libertar, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas.

Perrot (2007) afirma que os corpos femininos foram subjugados, dominados e violentados de diversas formas. A autora comenta sobre o tabu em torno do sangue menstrual que durante séculos foi ligado à impureza, assim como a virgindade que era tida como o capital mais precioso das moças solteiras, obsessivamente vigiada e protegida pela família e pela sociedade. Dessa forma, historicamente foi sendo construída a ideia da plenitude feminina reduzida aos deveres conjugais, dependência sexual e maternidade.

Com o tempo, essa representação social da mulher como esposa e mãe foi se consolidando, tornando natural um aspecto que é cultural. Como problematiza Beauvoir (1967, p. 165):

Isso faz supor da parte dela [da mulher] uma humilde renúncia; mas ela é recompensada, porque, guiada, protegida pela força do homem, escapará ao abandono original; tornar-se-á necessária. Rainha em sua colmeia, repousando tranquilamente em si mesma no coração de seu domínio, mas levada pela mediação do homem através do universo e do tempo, a mulher encontra no casamento a força de viver e ao mesmo tempo o sentido de sua vida.

Assim, a mulher que era considerada frágil e suscetível aos excessos da sexualidade passa a ser vista com portadora de uma sensibilidade natural expressa pelo seu destino, a maternidade, e seu espaço como sendo o do lar. Durante muito tempo, para a mulher restavam poucas opções: o casamento ou o convento. Como a sexualidade da mulher era ditada pela Igreja, ela só se revelaria no casamento, ou deveria ser “sufocada” nas paredes do convento.

Considerando a sexualidade natural feminina como exagerada, desde a época da colonização brasileira existia a ideia de que o homem era diferente da mulher não apenas pelas características biológicas, mas, sobretudo, por sua natureza e características morais. Segundo Del Priore (2000), tanto o pensamento médico quanto o religioso consideravam a mulher como um instrumento enviado por Deus, e sua função seria exclusivamente de reprodução. Beauvoir (1967) pontua que, por lei, o homem era o “chefe da família”, e assim, o marido tinha uma superioridade moral e social sobre as esposas. Como não permitiam que elas estudassem, tinham, ao menos visualmente, uma superioridade intelectual, com a vantagem do acesso à cultura e da formação profissional, até então negadas às mulheres.

Após várias décadas passadas, parece-nos que pouca coisa efetivamente mudou. Nos anos de 1950, como reforça Bassanezi (2000), as mulheres continuavam exercendo papéis de esposas modelos e boas mães, o que acabava reforçando a ideia de que ser mulher era ser integralmente esposa e mãe dedicada. Nessa época, as meninas tinham que aprender como cuidar da casa, bordar, tocar piano, desempenhar tarefas típicas de boa filha e futura dona de casa e mãe, num processo que tinha o intuito de fazer da mulher a “rainha do lar”.

Nessa época, o casamento ainda era tido como o objetivo de vida de todas as solteiras, e seria a realização feminina. Era ensinado que existia diferença sexual entre homens e mulheres, e que dependia da mulher a felicidade no casamento, através dos seus esforços para manter a família unida e o marido satisfeito (BASSANEZI, 2000). Assim, a maternidade, o casamento e a dedicação ao lar deviam fazer parte da “essência” feminina.

Importante ressaltar que foi no século XX, com a crescente industrialização do país, que as mulheres começaram a entrar no mercado de trabalho, ocupando profissões como operárias, enfermeiras, secretárias, vendedoras e professoras (BASSANEZI, 2000). Isso foi o início da mudança do papel da mulher na sociedade, deixando de ser apenas esposa e mãe, saindo do âmbito privado como única opção, para assumir funções no campo público. Conforme Silva (1992), a conquista do direito ao voto em 1932, fez com que as mulheres tivessem outras conquistas, tais como: ingressar nas instituições escolares; participar do mercado de trabalho sem precisar da autorização do marido; licença-maternidade; aposentadoria integral com trinta anos de serviço, entre outros.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a ascensão da classe média, a distância entre homens e mulheres diminuiu, influenciando, inclusive, as práticas sociais do namoro e da intimidade familiar. Contudo, as distinções entre os papéis femininos e masculinos continuavam. E, embora, a mulher entrasse cada vez mais no mercado de trabalho, ainda era cercada de preconceito e tida como subsidiária ao do homem (BASSANEZI, 2000). Assim, o homem permanecia com a autoridade e a responsabilidade pelo sustento da família, e a mulher ficava com as ocupações domésticas e mantinha as características da “feminilidade”, entre elas o instinto materno e a doçura. Isto porque, mesmo quando as mulheres são consideradas “chefes da família”, sendo responsáveis financeiramente pelo sustento da casa, são os homens que mantêm a autoridade moral, refletida nas relações de poder entre os membros da família.

Mesmo com uma maior participação feminina nas questões econômicas e sociais, na década de 1960 ainda existia a crença de que a mulher deveria esquecer de si mesma para amar e cuidar daqueles que a cercavam (MACHADO, 2003). Desse modo, ela seria culpada caso acontecesse algum problema com seus filhos e à família como um todo.

Apenas a partir da década de 1970 que a história muda um pouco, e a profissão exercida pela mulher passa a ser mais importante do que a família a qual ela pertencia. Ocorreu uma desvalorização da virgindade, e o adultério passou a ser caso de divórcio e não de morte (MURARO, 1975). Esse direito só foi adquirido quando a noção de casamento começou a ser ressignificada pela sociedade, e hoje existem diversas formas que são social e legalmente consideradas “casamento”, mesmo que não haja as cerimônias religiosas e/ou civis, como por exemplo, a união estável²².

Por causa da emancipação feminina ocorrida na década de 1970, nas duas décadas seguintes houve um ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho, devido também às mudanças econômicas e sociais (MACHADO, 2003). Assim, no fim do século XX e início do século XXI, as mulheres já exerciam quase todos os tipos de atividades, não havendo como no passado, um espaço dito masculino, que não pode ser ocupado por mulheres. Vale ressaltar, porém, que permanece um recorte da profissão via gênero, posto que algumas são consideradas femininas (professor de séries iniciais, cuidadores em geral, como técnicos de enfermagem e enfermeiros, entre outras) e outras são consideradas masculinas (a maioria da área de exatas, engenharias, mecânica, entre outras).

²² Segundo o novo Código Civil brasileiro (BRASIL, 2002), para que seja configurada a união estável ela deve ser pública, contínua e duradoura e que as partes tenham a intenção de constituir família. No entanto, o referido Código considera como tipos de estado civil: casado; separado judicialmente; divorciado; viúvo; e solteiro.

As noções do “ser mulher” mudaram ao longo da história de acordo com as transformações sociais ocorridas. Com a sociedade industrial, a mulher passou a adotar uma posição de operária nas fábricas e indústrias, saindo do espaço doméstico como único lócus de suas atividades diárias. Se antes disso, as mulheres deveriam apenas servir ao marido e aos filhos nos seus afazeres domésticos, ou ainda se limitando às tarefas no campo, a partir da Revolução Industrial houve uma nova realidade econômica no mundo, o que acarretou a ida das mulheres para trabalhar com as máquinas. Essa passagem trouxe algumas consequências, já que o trabalho era exaustivo no início do processo de industrialização.

Outra grande mudança conquistada pelas mulheres foi os métodos contraceptivos, como a invenção da pílula anticoncepcional, em 1960, que trouxe mais emancipação às mulheres para decidir quando engravidar.

Assim, a mulher que durante muito tempo foi treinada para ser inferior e não ser capaz de tomar decisões sozinhas, enfim adquire a possibilidade de conduzir a própria vida. Segundo Massi (1992), quando o discurso masculino não mais tentar definir o que é ser mulher, e deixar de dizer que determinados afazeres e responsabilidades são naturais e inerentes à condição feminina, passará a ser questionado e a ideologia patriarcal começará a fazer furos.

Esses questionamentos do discurso masculino hegemônico iniciaram, principalmente com o movimento feminista, que buscou dar às mulheres um lugar na história, discutindo liberdade de expressão e de pensamento, além de lutar por direitos iguais e cidadania. Ou seja, “o movimento feminista foi o fio que permitiu às mulheres tecerem um novo desenho na trama social” (MASSI, 1992, p. 14), permitindo mudanças e rupturas, a partir do momento que buscou uma nova ideologia de vida e de comportamento.

3.1 A história do Movimento de Mulheres

Acreditamos que não é possível falar de um movimento feminista único e homogêneo, por causa do número de tendências e concepções existentes. Podemos, no entanto, supor que o cerne da preocupação das várias tendências, independente de suas diferenças, está o fato de suas práticas se basearem na necessidade de eliminar as relações de poder sobre as mulheres.

É importante ressaltar que ao longo da história sempre houve mulheres que de alguma forma se rebelaram contra a condição imposta a elas, lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com a própria vida.

O cerceamento da vida da mulher acontece desde a Antiguidade. Na Grécia, a mulher era considerada inferior, marginalizada e perigosa (PATTI, 2004). Podemos verificar isso através de alguns mitos, como o de Pandora, que utiliza a mulher como responsável por espalhar todos os males do mundo. Ainda conforme a autora, em Roma, a vida da mulher era semelhante ao da mulher grega, com a vida restringindo-se ao lar. A mulher ficava submetida a um patriarcado com valores morais e civis muito severos, mesmo aquelas que tinham condições socioeconômicas boas.

Na Idade Média permaneceu uma sociedade marcada pela hegemonia masculina. Nessa época o casamento foi institucionalizado pela Igreja, que estimava a maternidade e o papel de boa mãe. Segundo os preceitos morais da Igreja, um bom casamento era quando o homem “governava” e a mulher obedecia incondicionalmente. Nesse período teve início a caça às bruxas. Ao utilizar conhecimentos de origem camponesa para tratar de doenças, as mulheres foram tidas como criminosas no contexto histórico da Contra Reforma (MACHADO, 2003). Com isso as mulheres foram vítimas de grande perseguição, e muitas foram consideradas bruxas e culpadas por tudo que desse errado na sociedade, como as más colheitas, as epidemias e até as mortes misteriosas.

A Inquisição da Igreja Católica foi implacável e marcou uma época sangrenta, de intensa perseguição e crueldade com as mulheres (PATTI, 2004). Qualquer mulher que desafiasse os princípios pregados como dogmas pela Igreja, era punida. Isso fez com que muitas mulheres fossem torturadas e queimadas vivas até a morte sem ter cometido nenhum crime.

Já no século XIX, os homens europeus tentaram isolar a força crescente das mulheres; força esta que já havia sido sentida na era das Luzes²³ e nas Revoluções²⁴. Às mulheres eram impostas a infelicidade, e isso era alcançado não apenas enclausurando-as em casa, e excluindo-as de certos lugares de atividade, como por exemplo, a criação literária e artística, a produção industrial, a política e a história, mas também, e principalmente, forçando-as às atividades estritamente domésticas, e até mesmo para o social domesticado (PERROT, 2005). Contudo, as mulheres souberam conquistar os espaços que lhes eram deixados ou confiados para aumentar sua influência até conseguir chegar a algum poder.

²³ O século XVIII é conhecido como o “século das luzes”, devido ao movimento do Iluminismo, que teve início na França. Esse termo é referência ao período anterior, considerado um regime que vivia nas “trevas da ignorância”. Para os iluministas, o homem é produto do meio em que vive e da sociedade e da educação.

²⁴ A França do século XVIII foi um palco expressivo de contradições e lutas sociais. Neste contexto, a Revolução Francesa propagou os ideais iluministas, baseados na liberdade e progresso.

Apesar de não constituir organizações reconhecidas pelos homens, a história mostra que as mulheres sempre foram as primeiras a estarem na luta, incondicionalmente, pelo direito ao pão de seus filhos. Elas faziam motins em períodos de carestia ou de acúmulo do capital e, por isso mesmo, foram tratadas como loucas, perigosas e inconsequentes (PERROT, 2005). As mulheres no século XIX eram tratadas como “perdidas”, e necessitavam sempre do “condutor” masculino.

Marcado pelo princípio da hegemonia masculina foi no século XIX que começou o movimento feminista, que veio determinar importantes mudanças na vida das mulheres, quando passaram a lutar pela melhoria das condições de vida e de trabalho, pela igualdade de direitos entre os sexos, e por sua participação na política (MACHADO, 2003). As mulheres, inicialmente na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles foi o direito ao voto, conquistado no país em 1918.

No Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou publicamente pelo direito ao voto. Nesta primeira onda também houve o movimento das operárias de ideologia anarquista, que reuniu entre outras classes, as costureiras e as chapeleiras (PINTO, 2003). O direito ao voto feminino no Brasil foi conquistado em 1932²⁵. Nesse processo, a primeira mulher eleita prefeita no Brasil e na América Latina foi Luíza Alzira Soriano Teixeira. Ela disputou as eleições em 1928 para a prefeitura de Lajes (RN), quando as mulheres sequer podiam votar. Já em 1934, foi eleita a primeira mulher deputada federal, Carlota Pereira de Queiroz, médica paulista.

Esse feminismo inicial perdeu forças a partir da década de 1930, tanto na Europa, Brasil e Estados Unidos, retomando sua importância na década de 1960. Importante lembrar que foi durante esses trinta anos de “esfriamento” do movimento que surgiu um livro que se tornou fundamental para a nova onda do feminismo: *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949. Logo de início, Beauvoir pergunta: “*Em que medida existe a mulher?*” e depois estabelece uma das máximas do feminismo: “*Não se nasce mulher: torna-se mulher*”.

A década de 1960 é extremamente importante para a Europa e os Estados Unidos, em que o movimento feminista surgiu com toda a força, e as mulheres falavam diretamente pela primeira vez das relações de poder entre homens e mulheres. As principais precursoras do movimento foram Simone de Beauvoir e Betty Friedmam. Esta última publicou em 1963 o livro “*A mística feminina*”, considerado uma “bíblia” do novo feminismo. O movimento

²⁵ Vale ressaltar que, embora instituído em 1932, a mulher pode votar, de fato, apenas na década de 1940. E, apenas uma Lei publicada em 1968, removeu qualquer discriminação em função do sexo.

surgiu defendendo os princípios de liberdade e igualdade para a mulher, reivindicando não apenas mais espaço para a mulher no trabalho, na vida pública e na educação, mas questões que incluíam toda a problemática que envolvia a vida familiar e social da mulher, lutando por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres. Depois passou a incluir na pauta questões como liberdade de expressão, de pensamento e de exposição dos problemas que atingem as mulheres, insistindo em direitos iguais e cidadania (ADRIÃO, 2008).

Compreendendo o Movimento como o que possibilitou as mudanças de ideologia (MASSI, 1992), o primeiro ponto importante se refere ao trabalho da mulher fora de casa: de rejeitado passa ser desejado. Sobretudo na Europa, a II Guerra Mundial foi a grande responsável pelas alterações, porque, devido à necessidade, as mulheres começaram a se inserir nas fábricas, em substituição aos homens que tinham ido à guerra.

Apesar da melhoria na qualidade de vida, a condição da mulher dentro do lar permaneceu a mesma, sendo que as transformações significativas só aconteceram depois da II Guerra Mundial, quando as mulheres começaram a buscar seu lugar na sociedade, percebendo-se como capazes de trabalhar e de ter responsabilidades que até então só cabiam ao homem (MASSI, 1992). As mulheres começaram a exigir melhores ambientes de trabalho, salários dignos e acesso aos cursos superiores.

Se a primeira onda do feminismo lutou principalmente pelo direito ao voto, a segunda onda lutou pelo direito ao aborto, por uma sexualidade livre sem a determinação heteronormativa, pelo uso de métodos contraceptivos, pelo confronto com o modelo patriarcal de família e com a invisibilidade jurídica da mulher.

Segundo Pinto (2003), o novo feminismo no Brasil nasceu na época da ditadura. Se a década de 1960 foi propícia para os movimentos na Europa e nos Estados Unidos, pois havia um cenário de efervescência política e de renovação dos costumes, o mesmo não ocorreu no Brasil, que estava mergulhado num clima de ditadura, repressão e morte. Ainda segundo a autora, o ano de 1975 foi marcante por dois aspectos: após ser declarado como Ano Internacional da Mulher pela ONU, foi realizado um evento no Rio de Janeiro, denominado "*O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira*"; foi também o ano da organização do Movimento Feminista pela Anistia, que proporcionou a volta de mulheres exiladas, que trouxeram uma nova forma de pensar suas condições de mulher, em que somente os papéis de mãe e esposa (de preferência submissa e dócil) não lhes serviam mais.

Desse modo, passado um longo período de opressão e discriminação, percebe-se que o século XX trouxe um movimento feminista mais político na luta pelos direitos das mulheres. No entanto, foi apenas nas décadas de 1950 até 1970 que o mundo, de fato, observou

mudanças fundamentais no papel social da mulher, que são significativas para o que acontece hoje. Podemos destacar as condições mais favoráveis para a inserção da mulher no mercado de trabalho, aumento dos anos de estudo, refletido na conquista de cargos de liderança e comando, bem como a diminuição das taxas de natalidade e maior expectativa de vida.

Nos anos 1980, o feminismo no Brasil entrou numa fase de grande euforia na luta pelos direitos das mulheres, trazendo uma ampla diversidade de temas: violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à saúde, luta contra racismo e opções sexuais (PINTO, 2003). Uma das vitórias significativas do movimento foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, que posteriormente se transformou na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM).

Foi o Movimento Feminista brasileiro o responsável por tornar pública a violência contra as mulheres, principalmente a violência sexual e a doméstica. Segundo Azevedo (1985), as mulheres reclamavam por medidas e soluções, já que o crime passionai ainda não era punido. Esta mobilização aconteceu em função da brutalidade da violência conjugal e da impunidade dos agressores.

Em 1985, foram criadas as delegacias especializadas. O feminismo, as feministas e as delegacias da mulher não conseguiram resolver a questão da violência, mas a criação das delegacias foi, sem dúvida, um avanço na medida em que a mulher passou a ser reconhecida como vítima de violência. Outra conquista importante, segundo Pinto (2003) foi a implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que envolveu três temas principais, até então negligenciados completamente: planejamento familiar, sexualidade e aborto.

Conforme Machado (2003), ao chegarmos ao século XXI, finalmente alguns estereótipos começam, mesmo que vagarosamente, a serem questionados, porque os homens despertaram o envolvimento com os trabalhos domésticos e nos cuidados com os filhos, ao mesmo tempo em que as mulheres estão cada vez mais adentrando no âmbito público, através dos estudos e do trabalho, ocasionando, assim, uma maior interação homem-mulher. Essa evolução na história da mulher foi vista em vários lugares do mundo, incluindo o Brasil.

Autoras como Adrião (2008) relatam uma terceira onda do movimento feminista, da década de 1990 até os dias atuais. A autora diz que o primeiro momento do movimento feminista se caracteriza pela reivindicação de direitos políticos; o segundo pela luta do direito ao corpo, prazer e contra o patriarcado; e o terceiro seria caracterizado pela maleabilidade dos sujeitos, interpelado pelo pós-estruturalismo, onde se buscou a desconstrução de categorias

estanques e fixas. Esta posição de Adrião (2008) da qual compartilhamos, é importante para entender o conceito de gênero que será debatido no próximo tópico.

Como enfatizam Pessis e Martín (2005), as mudanças trazidas desde a Revolução Industrial não conseguiram integrar a mulher em posição de igualdade em relação aos homens. Para as autoras, ultrapassar os estereótipos comportamentais e a estrutura familiar baseadas na desigualdade de gênero é algo difícil de ser alcançado. Afinal, foram essas formas de pensamento que mantiveram estáveis os padrões de desigualdade, que causaram o histórico de violência institucional e doméstica cometidas contra as mulheres no Brasil.

O progresso no enfrentamento da violência de gênero deve ser compreendido a partir da atuação contínua do movimento feminista no Brasil. Esse movimento, ampliado no que se denominou posteriormente de movimento de mulheres, logo cedo compreendeu a existência de relação entre violência e discriminação contra as mulheres. Assim, uma das linhas de ação do movimento foi a luta pela conquista da plena igualdade entre homens e mulheres nos espaços públicos e privados. O movimento também apontou a importância das leis e políticas públicas para a concretização da cidadania das mulheres, com o reconhecimento e o acesso aos direitos, até então negados, dentre eles o direito a uma vida sem violência. O movimento feminista também trouxe o entendimento da violência contra as mulheres como violência de gênero. Para entender esse contexto, faz-se necessário discorrer sobre o conceito de gênero.

3.2 O conceito de Gênero

Na tentativa de dar conta da mudança que vem ocorrendo em relação às mulheres, buscou-se outro conceito, o de gênero, para tentar entender a configuração de sociedade, e, conseqüentemente, a violência (ainda) existente nela.

A princípio, falar sobre homem e mulher era enfatizar a dicotomia homem/cultura e mulher/natureza, marcada por estereótipos, preconceitos e uma hierarquia de valores. Essa visão de dois polos era sustentada pela ideia da “desigualdade” entre os dois sexos, separando e contrapondo-os (GONÇALVES, 2006). Assim, o universo masculino era relacionado à cultura, sinônimo de objetivo, de racional e de público, e isso definia a sua “superioridade” em relação ao universo feminino, que era pensado em relação à natureza, sua suposta aptidão ao emocional, ao subjetivo e ao privado.

A ideia de que o homem representa a razão e a lógica é um arquétipo cultural milenar. Por outro lado, a imagem da mulher é arraigada de preconceitos contra o corpo e a matéria, pois o feminino é descrito como o lócus da corporalidade, da emoção, das coisas efêmeras,

cíclicas e a atribuição de cuidados na esfera privada. Como atributos do masculino, são mencionados o conhecimento, a razão, o controle, a objetividade, a estabilidade e desempenho na esfera pública (WILSHIRE, 1997).

O que entendemos por gênero surgiu, segundo Saffioti (2005), em seu artigo junto com Stoller em 1968²⁶. No entanto a autora afirma que os estudos de gênero começaram a ter repercussões a partir do artigo de Rubin, originalmente publicado em 1975. A partir de Rubin, o conceito de gênero passou por ressignificações, inclusive afastando-o do que inicialmente a própria Rubin propôs.

Rubin (1993) esteve interessada na gênese da opressão e da subordinação social das mulheres, e trabalhou com a separação entre a esfera da natureza (fêmea) e da cultura (a mulher domesticada). Essa dicotomia deu base ao que Rubin chamou de sistema sexo/gênero. Este sistema seria um aparato social sistemático, que pega uma matéria-prima (o sexo, a fêmea) e a transforma em um produto (o gênero, a mulher domesticada). Para Rubin (1993), o sistema sexo/gênero é um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas.

Os primeiros aportes teóricos sobre gênero apresentavam os conceitos de sexo e gênero intimamente atrelados, numa relação dicotômica entre a condição humana biológica versus a social. Assim, essa primeira ideia de gênero foi e ainda é pensada, por algumas correntes feministas, a partir das desigualdades construídas em momentos históricos distintos, bem como em múltiplos lugares, que contribuem para a construção de desigualdades. Desse modo, pelo menos inicialmente, essa concepção de gênero parte da ideia de uma diferença biológica existente entre homens e mulheres e, vinculada a essa diversidade, os vários lugares sociais historicamente construídos e propostos a cada um deles e a cada uma delas, que instituem os alicerces de práticas discriminatórias e desiguais entre as pessoas.

Buscando as origens das diferenças entre os gêneros masculino e feminino, Pessis e Martín (2005) recorrem às questões biológicas para explicar alguns padrões de comportamentos na pré-história. Segundo as autoras, a criança humana é muito frágil ao nascer e é preciso um grande cuidado com elas. Como a proteção da comunidade era feita pelos homens, coube às mulheres cuidarem das crianças.

Assim, do ponto de vista social, a condição de superioridade e inferioridade entre homens e mulheres estava relacionada ao tipo de atividade social que cada um dos sexos desenvolvia. Com isso teve início a divisão do trabalho por gênero, com as mulheres se

²⁶ O artigo ao qual Saffioti se refere é “Gênero e Patriarcado”, de autoria dela junto a Robert Stoller.

aprimorando nas tarefas de cuidar das crianças, das atividades relacionadas à garantia, à manutenção e à continuidade do grupo, enquanto as atividades desenvolvidas pelos homens estavam relacionadas à defesa do grupo, envolvendo todos os tipos de bens e propriedades (PESSIS; MARTÍN, 2005). Essa é a base da visão marxista das relações de gênero, onde a mulher era responsável pela reprodução da espécie e o homem responsável pela produção material.

Segundo Louro (1997), a concepção principal em relação ao gênero reside no fato de que o “masculino” e o “feminino” são construções histórico-culturais, rompendo o paradigma biologizante. Para a autora, é preciso, portanto, considerar que o conceito de gênero não é único, pois as representações sobre homens e mulheres são inúmeras, e depende das diversas sociedades e dos diferentes momentos históricos do qual se fala. Louro (1997) ainda ressalta que as concepções de gênero divergem inclusive dentro de uma mesma sociedade, de acordo com os diversos grupos étnicos, etários, religiosos, raciais e classes que a compõem.

Podemos considerar gênero como um instrumento analítico que tem como objetivo principal demonstrar que o “masculino” e o “feminino” são estabelecidos em suas relações e interações, num determinado tempo e espaço (GONÇALVES, 2006). Ou seja, a autora concorda com Louro (1997) que o “*masculino*” e o “*feminino*” são construções socioculturais e, portanto, históricas.

Conforme Scott (1995), em seu uso mais recente, o termo gênero nasce com as feministas americanas, que tentavam dar ênfase ao caráter social das diferenças baseadas no sexo. As feministas recusavam o determinismo biológico que ficava implícito nos termos “sexo” e “diferença sexual”.

Lauretis (1994) coloca a problemática da diferença sexual no centro do debate das teorias feministas. Seus argumentos falam da necessidade de separar gênero de diferença sexual, e partindo de uma visão foucaultiana, passar a conceber gênero como produto de várias tecnologias, como um dispositivo. Para a autora, os gêneros são produzidos por uma tecnologia, uma maquinaria de produção, que criam as categorias homem e mulher para todas as pessoas, através de discursos apoiados nas instituições como a família, a escola, entre outras. Dessa forma, somos todos interpelados pelo gênero, considerando interpelação como um “processo pelo qual uma representação social é aceita e absorvida por uma pessoa como uma própria representação, e assim se torna real para ela, embora seja de fato imaginária” (LAURETIS, 1994, p. 220). Por isso algumas pessoas inseridas em determinada cultura social absorvem os papéis de mulher como sendo estritamente de esposa e de mãe, e os reproduzem como se fossem escolhas suas e não uma representação da sociedade em que vivem.

Essa problemática colocada por Lauretis (1994) permite avançar na constatação de que somos sujeitos constituídos no gênero, no entanto não devemos considerar apenas a diferença sexual, mas também os códigos linguísticos e as representações culturais que estão imbricados nas relações de sexo, de raça e de classe. A consequência dessa afirmação é que se as representações de gênero referem-se aos arranjos sociais que têm significados diferenciais, o fato do sujeito ser representado ou se autorrepresentar como masculino ou feminino, deixa implícito o conjunto dos seus atributos sociais. Assim, podemos concluir que o termo gênero remete a um significado e ao seu referente, caracterizando a representação de uma relação de pertencer a uma categoria ou um grupo. Portanto, a ideia de pertencimento remete os sujeitos a uma posição dentro dessas relações, baseadas em posições hierárquicas de poder naturalizadas.

Para esta pesquisa, assumimos o conceito de gênero de Scott (1995). Para a autora, o conceito de gênero é uma categoria analítica que ajuda no entendimento da história, do percurso e dos diversos significados atribuídos ao termo. Além disso, tem suas implicações para a compreensão de estudos sobre a mulher. Scott aborda e discute três posições teóricas evidenciadas pelas historiadoras feministas para realizar a análise de gênero.

A primeira proposição é das feministas que procuram explicações nas raízes do patriarcado, além de discutir a desigualdade entre homens e mulheres; contudo não esclarecem o que a diferença de gênero tem a ver com as outras desigualdades (SCOTT, 1995). Esse aporte teórico fundamenta-se nas diferenças físicas, principalmente no que concerne ao aspecto reprodutivo da mulher, universalizando uma construção sociocultural e a historicidade das diferenças do gênero baseadas em características biológicas.

A segunda posição teórica refere-se à tradição marxista, utilizando-se uma abordagem histórica, baseada nas teorias de Marx e Engels. Este aporte teórico sugere uma explicação material para o gênero, afirmando existir uma relação de dupla dominação das mulheres, pelo patriarcado e pelo capitalismo, que mesmo separados, interagem (SCOTT, 1995). A crítica de Scott em relação a essa abordagem é por tratarem o gênero como subproduto das estruturas econômicas, não sendo o gênero considerado uma categoria de análise.

A terceira abordagem é a teoria psicanalítica, que deve ser pensada através de duas perspectivas. Uma é a Escola Anglo-americana, que trabalha com teorias de relação de objeto, dando ênfase às influências sociais e ambientais, principalmente a interação mãe-bebê; e a outra é a Escola Francesa, fundamentada nos enfoques estruturalistas e pós-estruturalistas, e tem como referências as teorias freudianas e lacanianas (SCOTT, 1995). Estas duas perspectivas estão baseadas em teorias da linguagem e têm como preocupação central o

processo pelo qual é construída a identidade do sujeito. A Escola Francesa centra-se nas primeiras etapas do desenvolvimento infantil, procurando indicações sobre a formação da identidade de gênero.

A Escola Anglo-americana privilegia a experiência concreta e acredita que o consciente é capaz de compreender o inconsciente. Para Scott (1995), esta abordagem reduz o conceito de gênero ao domínio da família e da experiência doméstica, não permitindo ligar o conceito ou o sujeito a outros sistemas, sejam eles sociais, econômicos, políticos ou de poder. Assim, essa perspectiva não consegue explicar quando a construção da identidade de gênero afasta-se dos padrões da família nuclear, restringindo gênero à família e desconectado do sistema social.

A Escola Francesa pontua o papel central da linguagem como sistema simbólico na comunicação, interpretação e representação de gênero. Esta perspectiva considera o inconsciente fundamental para a construção do sujeito “*generificado*”, através das relações edipianas e tendo o falo como significante principal. A crítica a essa abordagem se deve pela valorização excessiva da universalidade, não percebendo o sujeito como vulnerável às variações sócio-históricas (SCOTT, 1995).

Considerando as três abordagens que buscam explicar o gênero, mas percebendo que cada uma tem falhas, Scott (1995, p. 86) propõe uma definição de gênero, que assumimos neste nosso trabalho, que incorpora duas posições e entendendo-o como um “*elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (e como) uma forma primária de dar significado às relações de poder*”. Dessa forma, trabalhar com o conceito de gênero é ampliá-lo além das questões sobre diferenças físicas e biológicas, sendo necessário afirmar sua dimensão social, histórica e política.

As relações sociais (a primeira posição do conceito) são atravessadas por quatro elementos distintos, relacionados entre si, que não operam isoladamente, mas concomitantemente. São eles: os símbolos culturalmente disponíveis e que evocam representações múltiplas e muitas vezes contraditórias, como Eva-Maria, luz-escuridão; os conceitos normativos, que evidenciam interpretações dos símbolos e significados, dentre eles as doutrinas religiosas, educativas, políticas, entre outras; as instituições sociais e políticas, e as organizações que sustentam uma representação binária do gênero, visto que a questão de gênero também existe nas instituições; e a formação da identidade subjetiva, visto que o desenvolvimento da sexualidade e identidade dos sujeitos é contornado por um processo cultural (SCOTT, 1995).

A segunda posição do conceito refere-se ao gênero como um dos meios de articulação do poder, pois a mulher é vista como o sexo frágil, sobre o qual é realizado um controle que a coloca “em seu lugar” e impede sua participação na esfera política, impõe maneiras de vestir, andar e sentar para as mulheres, consolidando o poder e naturalizando as posições masculinas e femininas (SCOTT, 1995). Gênero, portanto, revela-se um conceito fundamental para analisar a relação de subordinação das mulheres e a mudança social e política. Corroborando as proposições de Scott, Louro (1997) afirma que os espaços sociais como a igreja, o governo, as práticas educativas e a justiça são atravessados pelos gêneros, são “generificados”, sendo produzidos a partir das relações de gênero.

O gênero, portanto, é imposto e sua construção “é o produto e o processo tanto da representação quanto da autorrepresentação” (LAURETIS, 1994, p. 43). À mulher é dado o papel de esposa e mãe como algo natural, como se estivesse em sua “essência”, algo inerente à sua vida, retirando outras possibilidades do ser, e de certa forma, restringindo sua identidade. Ao contrário, Beauvoir (1967, p. 09) é enfática ao dizer que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Ou seja, não há um destino biológico, psíquico ou econômico que irá definir a maneira de ser mulher na sociedade, mas é através das relações sociais que será elaborada a diferença entre o masculino e o feminino.

A mulher não tem um destino traçado pela sua biologia; não há um construto biológico que define qual o destino da mulher. Na verdade, existe uma construção sociocultural que define, e às vezes limita o papel da mulher na sociedade. Butler (2003, p. 58-59) comenta a célebre frase de Beauvoir:

Se há algo de certo na afirmação de Beauvoir de que ninguém nasce e sim *torna-se* uma mulher decorre que *mulher* é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha origem ou fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e re-significações. Mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, a própria “cristalização” é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais. Para Beauvoir, nunca se pode tornar-se mulher em definitivo, como se houvesse um *telos* a governar o processo de aculturação e construção [grifos da autora].

Assim, tanto para Beauvoir quanto para Butler, o gênero não é algo inerente, não tendo, portanto, nem começo nem fim. Gênero é muito mais algo que construímos continuamente no contexto sócio-histórico-cultural em que estamos inseridos. Nesse sentido, gênero não é sinônimo de mulher.

Falar sobre a mulher é trazer à tona inúmeros aspectos, como por exemplo, os diversos papéis, status e modelos de comportamento das mulheres, além dos mitos e das expectativas

sociais. A luta de classes, de sexos, os afetos, preconceitos, tabus e interditos morais também fazem parte das narrativas sobre as mulheres (ÁVILA NETO, 1994). Conforme Butler (2003), ser uma mulher não é tudo o que se é, porque o gênero nem sempre é consistente nos diferentes contextos sócio-históricos. Além disso, o gênero estabelece relações com questões de raça, de classe, de etnia, sexuais e regionais, que são construídas em determinada cultura.

Wittig (2006) fala do mito da mulher que cria “mulheres de verdade” e grava em nossas mentes algumas características do “ser mulher” que devem ser adquiridas tanto por nossas mentes, como por nossos corpos. Dessa forma, aquelas que recusam as características socialmente construídas para o “ser mulher”, não são consideradas mulheres de verdade, e são consideradas antinaturais. Essas “características” negam a possibilidade de criar nossas próprias categorias, exercendo uma ação sobre nossos seres físicos e mentais. Ainda segundo Wittig, as imagens pornográficas, os filmes, as fotos de revistas, constituem um discurso que diz: as mulheres são dominadas.

Há uma construção da identidade feminina como o “sexo frágil”, na qual a mulher necessita ser protegida, e só um homem forte e corajoso seria capaz de oferecer essa proteção, principalmente se esse homem é o marido. Beauvoir (1967) diz que os homens não gostam de “mulher-homem”, inteligente ou aquelas que sabem o que quer. A autora ironiza a ideia que para ser feminina, a mulher deve mostrar-se impotente, fútil, passiva e dócil. Essas “características” femininas enalteceriam às masculinas de protetor, viril, forte.

A expressão gênero, portanto, tornou-se fundamental para se compreender a interação e a cumplicidade com que se constroem as relações entre mulheres e homens, sendo os dois marcados por uma cultura machista e patriarcal. Assim, reconhecendo, como afirma Scott (1995), que nem homens nem mulheres podem situar-se fora do gênero, nessa pesquisa trabalhamos com o conceito já apresentado elaborado pela autora.

O gênero é socialmente modelado, ou seja, as características tidas como masculinas e femininas são ensinadas desde o berço e tomadas como verdadeiras, pela sua repetição cultural. Entendemos, por fim, baseando-se em Scott (1995), que gênero diz respeito a relações de poder e à distinção entre atributos culturais impostos a cada um dos sexos e suas peculiaridades biológicas. O conceito de gênero explicitado nesse tópico, compreendido na sua dimensão sociocultural, ajuda a entender a maneira pela qual o poder é definido, estruturado e exercido, nosso próximo tema a ser debatido.

3.3 O conceito de Poder

Para discutirmos a questão do poder, partimos da premissa de que as relações estão permeadas por ele. Entendemos que o poder não é exterior ao homem, mas perpassa por ele, é atravessado por ele. A violência interrompe o jogo de poder, que é relacional. Neste sentido, assumimos a posição sobre o poder de Hannah Arendt.

Arendt (1985) baseando-se em autores como Jouvenel, Weber e Voltaire, explica que poder, de modo geral, significa submeter o outro a agir de uma determinada maneira desejada, esclarecendo que o cerne do poder é a efetividade do domínio.

Reportando-nos ao conceito de gênero proposto por Scott (1995) mencionado no tópico anterior, a segunda proposição corresponde à teorização do gênero que se refere ao poder na assimetria das relações entre homens e mulheres. Assim, conforme Arendt (1985), o poder é relacional, e só existe se o que o distingue existir, como o público e o privado, o poder e a violência. O poder não existe como algo isolado e absoluto, ficando todas as pessoas sujeitas a exercer ou sofrer a ação do poder.

Para Arendt (1985), poder e violência não são a mesma coisa, pois violência baseia-se no uso de instrumentos, enquanto que o poder não necessita de superação numérica ou quantitativa para ser exercido. Dessa forma, pensamos numa relação de proporcionalidade inversa, ou seja, quanto mais poder, menos violência e vice-versa. Nas palavras de Arendt, A lógica máxima do poder seria “todos contra um”, e a da violência seria “um contra todos”, sendo que a violência não é possível sem uso de instrumentos. Assim, a noção de poder de Arendt (1985) concebe o domínio que um indivíduo detém sobre o comportamento do outro.

É importante ressaltar que para a autora o poder não é fundamento da violência, pois o poder é consenso e intersubjetividade. Por isso falamos de relações de poder; porque pessoas juntas têm um poder que não teriam sozinhas. Com isso, o poder não se justifica, mas se legitima, como por exemplo, nas comunidades e entre as pessoas, implicando relações de subordinação. Retomamos o conceito de poder de Arendt trazido no capítulo anterior como diferenciação da violência, ampliando sua definição para melhor entendimento:

o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo se conserva unido. Quando dizemos de alguém que ele está ‘no poder’, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. A partir do momento em que desaparece o grupo do qual se originara o poder desde o começo (*potestas in populo*, sem um povo ou grupo não há poder), ‘seu poder’ também se esvanece (ARENDDT, 1985, p. 65-66).

Portanto, para a autora, o poder existe apenas entre as pessoas, quando elas agem e discursam persuasivamente, desaparecendo quando elas se dispersam. Por isso, o poder não pode ser considerado um atributo ou uma qualidade natural, encontrado na natureza. O poder não é um bem material ou um instrumento do qual se possa dispor, como acontece na violência. O poder é mais do que um potencial de poder, e conforme Arendt é um fim em si mesmo.

O poder se origina de maneira legítima quando a palavra e o ato não são conflitantes, ou seja, quando as palavras não são vazias de significados e os atos não são violentos, “quando as palavras não são usadas para velar intenções, mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar novas relações e realidades” (ARENDR, 2007, p. 212).

O conceito de gênero proposto por Scott (1995) leva em consideração onde o poder se articula, pensando seu caráter relacional e histórico. O gênero como categoria de análise, deve considerar o contexto intersubjetivo, e no que se refere à questão da subordinação da mulher, esta categoria analítica pretende buscar não apenas uma explicação significativa em termos dos comportamentos das mulheres, mas também o sentido que tais comportamentos adquirem em sua interação social. Chauí (1985, p. 25-26), baseada nas ideias arendtianas, pontua que o poder é a:

capacidade coletiva para tomar decisões concernentes à existência pública de uma coletividade, de tal maneira que seja expressão da justiça, espaço de criação de direitos e garantia da justiça pelas leis, sem COAÇÃO. Expressão dos direitos daquela parte da sociedade cujo desejo é não ser comandada nem oprimida.

Por isso, o verdadeiro exercício do poder seria ativar o outro e não dominar e destruir, mas condensar sentidos que se tornam realidade. O poder se exerce sobre “sujeitos livres”, pois estes teriam possibilidades de condutas, reações e comportamentos. Essa liberdade não é “antídoto” para o poder, mas condição. Podemos pressupor que as mulheres, em determinadas situações, possuem esse poder relacional, mas que em uma convivência violenta, nem sempre o poder é suficiente para acabar com a dominação ou a violência que sofrem, sendo possível pensar processos de subjetivação vivenciados por homens e mulheres.

A sociedade brasileira, não diferente de muitas outras, foi moldada ao longo da história por modelos que preconizavam a subordinação da mulher ao homem, ligando-a a estereótipos dos deveres maternos e domésticos. Essa dominação masculina, principalmente refletida no poder do pai, é conhecida como patriarcado. Sabemos que o machismo está

estabelecido numa relação que coloca o senhor (o patriarca) na posição de dominador, detentor da força e de um poder absoluto sobre tudo e todos, inclusive o poder de dominação sobre as mulheres, pois, como bem apresenta Freyre (2003), a força concentrou-se nas mãos dos senhores, considerados donos das mulheres.

Analisando a sociedade brasileira, Freyre (2003) deixa evidente o lugar do homem historicamente construído desde o Brasil colonial, como sendo o patriarca dono inclusive das mulheres. Essa violência simbólica que constitui a mulher como objeto, portanto submissa e submetida ao desejo do outro, está longe de ser uma atitude localizada na individualidade dos atores sociais. Ao contrário, está inscrita na própria trama social historicamente situada. Seja na casa (fruto dos acordos privados), seja na senzala (fruto das relações públicas de comércio e opressão) e nas linhas tênues que separam esses dois cenários, a propriedade, o patrimônio, enfim, o poder é do patriarca.

Freyre (2003) apresenta histórias de violência ocorridas no período colonial entre senhores de engenho e suas esposas. Ele cita casos de assassinatos por causa de infidelidade conjugal trazidos pelo frade Dom Domingos do Loreto Couto. Por exemplo, tem-se a história do crime cometido pelo coronel Fernão Bezerra Barbalho que matou a própria esposa e quase todas as filhas depois que um dos escravos inventou histórias de traição da sinhá-dona. O coronel acabou preso e enforcado, e o local do crime ficou conhecido como “matança”.

É importante lembrar que a história da mulher limitada ao mundo privado é expressa principalmente pelo casamento. A história do casamento sempre esteve sempre ligada ao adultério. Cometido pelo homem era considerado normal. Na época colonial, segundo Araújo (2000), a mulher se colocava em grande perigo ao praticar adultério. Punha em risco sua vida, pois segundo a lei da época, o marido poderia matar tanto a mulher quanto o adúltero.

Nesse sentido, segundo Del Priore (2000), enquanto a infidelidade masculina era considerada um problema de foro íntimo, não manchando a reputação das esposas traídas, a infidelidade feminina significava escândalo social e estava associada ao crime. Nas palavras de Ávila Neto (1994), há uma dupla moralidade: uma para o homem, visto como predador, garanhão, que tudo pode; e outra para a mulher, recatada e obediente. No caso do adultério feminino, se torna relativa a dicotomia entre o privado e o público, pois, mesmo a mulher e a família estando associadas ao espaço particular, a infidelidade feminina era uma questão social e pública, não fazia parte somente do âmbito privado. Isto porque havia o medo de que as infidelidades femininas “manchassem” a imagem dos maridos e das famílias. Segundo Araújo (2000), a sexualidade feminina na época do Brasil colônia procurava sempre se esconder para evitar o julgamento da sociedade, pois a mulher era vista como culpada pelo

pecado; culpa esta imposta principalmente pela Igreja. Resumindo: a mulher poderia ser mãe, irmã, filha, religiosa, mas nunca amante.

Assim, a maioria das mulheres tinha sua vida definida pela família, seguindo os moldes da sociedade na qual estava inserida. No Brasil, até as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do XIX, os casamentos eram arranjados e impostos, como um contrato conjugal. A chamada família patriarcal brasileira era comandada pelo pai, que exercia seu poder na casa-grande e na senzala.

No Brasil colônia, o homem branco era a figura central, e a mulher branca tinha funções como supervisionar as tarefas de escravas e escravos, além da maternidade. A mulher era completamente submissa ao homem, pois este era quem tinha o poder (SILVA, 1992). Na sociedade ainda escravocrata, as mulheres brancas eram educadas em um ambiente rigidamente patriarcal. Para escaparem do domínio do pai, as mulheres casavam. No entanto, passavam para o domínio do marido, perpetuando a posição submissa das mulheres frente à figura masculina (MURARO, 1975).

É importante ressaltar que, em pleno Brasil República, passados quatrocentos anos do descobrimento, pelo Código Civil de 1916 (que vigorou até 2002) a mulher era um ser tutelado, assim como as crianças, e o adultério feminino ainda poderia ser punido se houvesse suspeita ou prova da relação íntima com um homem que não fosse o marido, mesmo que esporádica. Já o adultério masculino somente seria punido se comprovada a manutenção de uma amante por um longo tempo.

Essa questão do cerceamento da mulher pelo casamento e pela maternidade é uma expressão do patriarcado. Porém, Saffioti (2005) enfatiza a importância de ver a questão do patriarcado de forma relacional, onde duas partes estão envolvidas, pois mesmo numa ordem patriarcal, as mulheres têm algum poder. A autora lembra que apesar do patriarcado referir-se à questão de gênero, perpassa todo o corpo social, ou seja, está ligada a toda sociedade e não apenas às questões de gênero e tem o controle como valor central da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal.

A concepção do patriarcado é originada do próprio nome, pater (pai), o que tem o poder. Conforme Aguado (2005, p. 28), trata-se de um modelo construído como um

[...] conjunto de sistemas familiares, sociais, ideológicos y políticos que determinan cual es la función o papel subordinado que las mujeres deben interpretar con el fin de adecuarse y mantener un determinado orden social. Y para ellos se han utilizado mecanismos diversos a lo largo de la historia, entre ellos, la violencia directa o indirecta, la fuerza, la presión social, los rituales, la tradición, la ley, la educación, la religión, el lenguaje etc.

Patriarcado, portanto, determina os papéis e comportamentos das mulheres a fim de manter a ordem social vigente, podendo ser também entendido como um “conjunto dinâmico e contraditório de relações em que prevalece o exercício de poder do sexo masculino sobre o feminino, com fins de submeter (...) [as mulheres] a uma situação de dominação-exploração” (SILVA, 1992, p.28). As representações acerca da mulher, seja na relação familiar ou na sociedade, passam pelas concepções de fragilidade, dependência e submissão, que dão ao homem o direito de tutela sobre ela. Silva (1992) pontua que essa situação é frequentemente posta como se fosse uma questão inerente à natureza da mulher e não como fruto de uma ideologia que tende a reproduzir uma ordem social única, baseada em relações de poder contraditórias.

Dados mostram que a cultura patriarcal contribui para a agressão contra as esposas pelas seguintes crenças: o homem tem o direito de determinar se sua esposa pode ou não trabalhar; o homem tem o direito de decidir se sua esposa pode sair de casa à noite; é importante mostrar à esposa que ele é a cabeça do lar; o homem tem o direito de ter relações sexuais com sua mulher, mesmo se ela não desejar (SMITH, 1990). Esses dados corroboram as pesquisas apresentadas no capítulo 2, como a de Heise, Ellsberg e Gottemoeller (1999).

Chauí (1985) problematiza a ambiguidade feminina, construída pela tradição judaico-cristã da sexualidade, expressa nas figuras de Eva e Maria, ligando o sexo ao mal e à morte. Segundo esta visão, o destino da mulher é “ser para o outro”, através da maternidade, sendo a mulher confinada ao espaço privado. Segundo Chauí (1985, p. 33), “estar circunscrito ao espaço [privado] é estar privado da relação com os outros pelo poder”. Localizar a mulher no espaço privado, não configura por si uma violência, mas é violência o fato de associá-lo à ideia de privação, de constrangimento da autonomia.

Chauí (1985) entende que a subordinação das mulheres vem de um discurso externo a elas, e a ideia de que o espaço privado não simboliza privacidade e intimidade, mas privação é referência de Arendt. As mulheres ao longo da história foram associadas ao espaço privado, sendo consideradas como pessoas privadas e, portanto, não tinham direito a falas e ações das construções e decisões políticas do mundo, que existem no espaço público. Por exemplo, o discurso sobre o corpo das mulheres é masculino, é uma fala externa que provoca a condição de possibilidade do silêncio das mulheres, sendo um discurso sobre as mulheres e não das mulheres. É nesta lógica que há discriminação das mulheres como uma primeira condição para a violência, ocasionando uma “coisificação” das mulheres.

As mulheres, segundo Azevedo (1985), ganham a atribuição de um universo próprio, o doméstico, enquanto os homens atuam no mundo público, ou seja, o do trabalho e da política.

Assim, a vida das mulheres é privada e doméstica e a dos homens, pública e social. Importante destacar que esse espaço doméstico tem sido reservado para a mulher sob a justificativa de sua capacidade natural de ser mãe.

DaMatta (1997) ressalta que o mundo cotidiano aponta a mulher como centro de todas as tarefas domésticas familiares. Esta divisão de espaços casa/rua, que acorda esferas simbólicas do masculino e do feminino, se atualiza concretamente nas análises sobre gênero e violência. O homem é visto como um ser da rua. Assim, a mulher deve ficar em casa em sua posição de dona de casa, aquela que cuida dos filhos, dos afazeres domésticos, enquanto que o homem sai para trabalhar, e pode sair com os amigos e com outras mulheres. Pode-se afirmar que mesmo hoje, nesta era de transformação e mudanças rápidas, o homem é o agregador, símbolo do mundo da rua, do mercado, do trabalho, da política e das leis, enquanto que a mulher representa o mundo da casa, da família, das regras e costumes relativos à mesa e à hospitalidade. Essa dicotomia homem/público e mulher/privado é apresentada como justificativa para a ideia da dominação masculina sobre a mulher, porque o homem apesar de ser do domínio público, detém o poder do privado, da casa, da mulher e dos filhos.

A dominação masculina é uma dominação simbólica, mas legitimada pela sociedade, que ainda se constitui patriarcal. Entende-se esse poder como uma ação que é exercida constantemente entre os sujeitos e que supõe, conseqüentemente, formas de resistência e contestação. Há uma hierarquia entre os sexos que é fundamentada na superioridade e no poder masculino.

Nessa sociedade do patriarcado, o poder do pai acaba passando para o marido. Ou seja, a mulher, que antes se submetia a figura masculina do pai, trata de achar quem o substitua. E assim, conforme Bourdieu (2012), a dominação masculina coloca a mulher como objeto simbólico, fazendo com que se torne dependente dos outros, principalmente dos homens. Esta dependência simbólica termina por construir o “ser mulher”, dependente, insegura, envolvida apenas em atividades domésticas, já que no lar estaria protegida de todo o “mal” que existe fora dele. A posição da mulher nesta sociedade é pontuada por Ávila Neto (1994) como sendo definida pelo mundo patriarcal dominado pelo falo, tendo sua feminilidade predeterminada, produzindo uma identidade estritamente materna e reprodutora.

Assim, segundo Bourdieu (2012), as mulheres determinam suas condutas e percebem-se a partir da visão masculina, entendendo como racional a divisão entre o masculino e o feminino, naturalizando essa identidade que lhes foi socialmente imposta, colocando a mulher numa perspectiva em que sua sexualidade está voltada apenas à reprodução, o que faz com que as mulheres construam sua imagem alicerçada na visão masculina. Essas relações são

moldadas a partir de dicotomias, de pares opostos, que agem como categorias de percepções. Portanto, quando a parte dominada questiona alguma dessas categorias, ela aplica a si mesmo, embora inconscientemente, o ponto de vista dominante, usando para se avaliar a lógica do preconceito desfavorável.

Nesse sentido, ao falar sobre violência contra as mulheres, evitamos a dicotomia vítima-agressor, pensando o contexto como *situação de violência*, já que o poder é fluido e instável. As mulheres não são simplesmente vítimas da ação, porque são “co-autoras, cúmplices e mesmo agentes, submetendo outros à violência e incluindo, nesses outros, outras mulheres” (CHAUI, 1985, p. 8).

No cruzamento das questões de gênero e de poder, entendendo o gênero como uma construção sociocultural e não estritamente biológica, conforme Scott (1995), e o poder como relacional (ARENDETT, 1985) e base para a submissão das mulheres pelos homens, faremos um recorte específico dos temas expressos no sertão de Pernambuco.

3.4 Gênero mulher e poder no Sertão de Pernambuco

Diante do exposto, mais especificamente o sertão nordestino, devido a sua singularidade sociocultural, tem uma forma particular de significar as relações de gênero e de poder. Primeiro, debateremos a questão do gênero do sexo feminino.

Durante muito tempo, o “ser mulher” no Nordeste esteve no imaginário social ligado ao cangaço, dando ênfase a estereótipos de um ambiente hostil e violento. A mulher era vista como “mulher de coragem”, referindo-se às cangaceiras, trazendo arraigado esse estigma de “mulher macho”, uma categoria dicotômica de gênero, capaz de assumir qualquer tipo de trabalho por mais duro que fosse, onde a criminalidade atribuída a elas não levava em consideração as circunstâncias que as fizeram entrar para o cangaço. A mulher sertaneja estava associada a valores morais rígidos e tradicionais, vistas como mulheres sérias, trabalhadoras, centradas na vida familiar, apegadas a terra e a acompanhar seus maridos.

Nesse ambiente de caatinga, a construção do “ser mulher” não era algo fácil, e a vaidade e os sentimentos como amor, acabavam dividindo espaço com a dor e o medo. Parece que o senso comum cristalizou a ideia da masculinização da mulher como algo corriqueiro do sertão nordestino, colocando-as num lugar fixo e determinado. Segundo Falci (2000), no sertão, ao nascerem, as mulheres eram chamadas de “mininu fêmea”.

Algumas ideias cristalizadas ainda mostram a mulher do sertão como sendo a “mulher-macho”. Albuquerque Jr. (2003) afirma que a mulher sertaneja ainda é vista como uma

mulher lutadora, resistente à seca, honesta, cheia de filhos dos quais cuida com muito amor e carinho, seja ela rica ou pobre. A mulher sertaneja além de trabalhar nos afazeres domésticos, é aquela que também trabalha em pequenas indústrias e auxilia nos serviços do marido, podendo substituí-lo, caso haja necessidade.

Ao contar a história da mulher no sertão, Falci (2000) diz que as mulheres mais ricas não tinham muitas atividades fora do lar, e geralmente eram educadas para exercer o papel de mãe e aprender as “prendas domésticas”, como orientar os filhos, fazer ou mandar fazer alguma coisa na cozinha, além de costurar e bordar. As com menos dinheiro faziam atividades, como doces por encomenda, arranjo de flores, mas não eram atividades valorizadas nem bem-vistas pela sociedade. As mulheres pobres, então, eram costureiras, rendeiras, lavadeiras. Ou eram roceiras, ao lado dos pais, irmãos e maridos, fazendo todo o serviço considerado masculino. Disso surge a ideia da mulher sertaneja como forte assim como o homem, já que realiza as mesmas tarefas que ele.

Essa identidade feminina nordestina foi construída em relação ao homem nordestino. Na ideia de estabelecer o homem nordestino como aquele que não tem medo, de pensá-lo como forte e resistente ao clima árido que assola o sertão, tornou o homem viril, macho e corajoso. Assim, a mulher também foi sendo construída em relação a esta identidade masculina, e igualmente em decorrência das condições de sua região, passou a ser masculinizada, ou seja, a mulher tinha que ser macho para sobreviver aos obstáculos.

A mulher-macho era aí uma exigência da natureza hostil e da sociedade marcada pela necessidade de coragem e destemor constante. Portanto, o discurso regionalista nordestino vai criando não só o homem nordestino, mas a própria mulher nordestina como caracterizados por traços masculinos, traços da sertaneja (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 247).

Ao mesmo tempo, é-nos dada uma mulher nordestina que vive às voltas de seu “coronel”, levando-se em conta o estereótipo do machão nordestino. Mesmo as mulheres mais ricas, tinham a vida cerceada pelos homens. No sertão nordestino do século XIX, as mulheres de classe social alta, mesmo aquelas que tinham estudo, estavam limitadas ao espaço privado, do lar. As mulheres não eram consideradas cidadãs políticas, e por isso o campo público (seja econômico, político, social ou cultural), não era destinado às mulheres (FALCI, 2000).

Naquela época, os casamentos eram acordos de família, firmados como um compromisso familiar, um acordo. O que se queria, na verdade, era a manutenção e solidificação dos laços de amizade e do patrimônio territorial das famílias detentoras do poder

local. Dentre algumas normas, a filha mais velha devia casar primeiro, e os maridos tinham o “poder marital” sobre a herança da mulher.

Apesar de não ter a mesma dimensão dos casamentos entre famílias ricas, o casamento entre as classes mais pobres também era valorizado. Segundo Falci (2000), era um alívio para os pais casarem suas filhas, pois não havia “acerto” entre famílias nem havia dote. Nesse cenário de seca, com a natureza nem sempre como aliada, a mulher pobre passa a ser vista como sofrida, com a função de ir para roça com o marido e as crianças, em busca de algum alimento.

Assim, é construído um lugar para a mulher que é do trabalho duro e da ajuda ao marido. Albuquerque Jr. (2003) relaciona alguns elementos que explicariam a suposta “masculinização” da mulher do Nordeste, como a seca e a ausência dos maridos que migram com ela, forçando as mulheres a assumirem as tarefas deles e também seu lugar na família. Aquelas denominadas “viúvas da seca” tinham que aprender a viver no universo masculino para sobreviver à ausência do marido. Essa rigidez das mulheres na época da seca e a necessidade de estar masculinizada são elementos ainda presentes na literatura regionalista.

Esses elementos reforçam as ideias do que seria masculino ou feminino no Sertão. Essas narrativas preconceituosas acabam naturalizando o papel de gênero, reafirmando a sertaneja como mulher feia, muito trabalhadora, e consideradas mulheres “boa para trabalhar e casar e nunca para exercer profissões importantes, para ocupação de altos cargos administrativos, pouco atrativas para romance ou aventuras” (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 13).

A diversidade de comportamentos e atitudes atribuídas às mulheres do sertão pontua que as imagens fixas não condizem necessariamente com o cotidiano, e Vasconcelos (2009) ressalta que ao nos referirmos ao Nordeste/Sertão podemos trazer à tona imagens cristalizadas associadas à seca, fome e calor, mas também se podem desconstruir essas representações fazendo alusão às ações, acontecimentos e pessoas que subvertem essas imagens estereotipadas.

Ao tentar entender como se configura o poder no sertão de Pernambuco, perpassando as questões de cangaço e coronelismo, é necessário evidenciar a identidade deste território em particular, marcado por estigmas sociais, principalmente entendendo o sertanejo e a sertaneja como aqueles trabalhadores rurais que fogem da seca. Albuquerque Jr. (2007, p. 11) identifica esse “preconceito de lugar” como sendo:

O preconceito quanto à origem geográfica é justamente aquele que marca alguém pelo simples fato deste pertencer ou advir de um território, de um espaço, de um lugar, de uma vida, de uma cidade, de uma província, de um estado, de uma região, de uma nação, de um país, de um continente considerado por outro ou outra, quase sempre mais poderoso, mais poderosa, como sendo inferior, rústico, bárbaro, selvagem, atrasado, subdesenvolvido, menor, menos civilizado, inóspito, habitado por um povo cruel, feio, ignorante, racialmente ou culturalmente inferior.

Os diversos preconceitos constroem e estigmatizam tanto homens quanto mulheres. Esse olhar marcado por preconceitos de lugar acarreta, por consequência, a imagem de “macho” do sertão.

Um macho que se preze é agressivo na vida e com as pessoas, se caracteriza pela vontade de poder, de domínio, exige subordinados e subordinações, notadamente das mulheres. Um macho não deixa transparecer publicamente suas emoções e, acima de tudo, não chora, não demonstra fraquezas, vacilações, incertezas. Um macho tem opiniões firmes e incontestáveis, tem uma só palavra, não aceita ser contrariado ou contestado, notadamente por mulheres. Um macho não adoece, não tem fragilidades nem físicas, nem emocionais, frescuras. Um macho sempre sabe o que faz, aonde quer chegar e aí daquele que se colocar em seu caminho. Um macho é um ser competitivo, está sempre disputando com outros machos a posse das coisas e das pessoas. Um macho é objetivo, racional, até frio e cruel, calculista, não se deixando levar por sentimentos. Um macho é desleixado, sem vaidade, é um homem natural, sem artifício, sem polidez (ALBUQUERQUE JR., 2010, p. 23-24).

Assim, no senso comum, as representações dos homens nordestinos estão ligadas ao coronel, ao jagunço, ao cangaceiro: coragem, destemor, valentia, virilidade. Para Albuquerque Jr. (2003), alimentar esse mito do homem sertanejo como “cabra-macho” é contribuir para alimentar um modelo de masculinidade baseada numa relação entre homens e mulheres que vigora desde o Brasil colônia, e por isso, é naturalizada, tida como eterna. Esse modelo de homem termina por vitimar os próprios homens, já que os instiga a situações de risco, colabora com a violência contra as mulheres, e termina por exigir dos homens renúncias afetivas e emocionais, como paternidade e expressão de sentimentos. Para o autor, a macheza nordestina torna os homens infelizes.

Foi no final do século XIX até a década de 1940 que homens e mulheres do sertão entraram para a história: o movimento do cangaço foi tão importante para o Brasil, que houve um ciclo de filmes retratando esse tema. Para Freitas (2005), o fenômeno do cangaço foi considerado uma alternativa em relação aos trabalhos rurais e aos casamentos que selavam acordos entre as famílias e não consideravam os sentimentos dos noivos, principalmente das mulheres. Ser cangaceiro (ou cangaceira) parecia ser algo subversivo a ordem social, patriarcal e clientelista existente, embora não possamos desconsiderar que as maiores vítimas das violências praticadas pelos cangaceiros eram as mulheres camponesas, que quando não

entravam de forma forçada para os bandos, eram estupradas e até mesmo mortas (FREITAS, 2005).

Facó (1983) em seu estudo sobre a origem do cangaço situa historicamente o período colonial, como o período de exploração e ocupação do interior do país, em que os colonos expulsaram indígenas e os negros dos quilombos, como sendo responsável pelo surgimento dos capangas, que serviam para defender as terras dos ataques indígenas. Com o tempo a função deixou de ser apenas defensiva e os capangas passaram a atacar as propriedades vizinhas. Como bem frisa o autor, os capangas eram comandados pelos coronéis, chefes locais.

O capanga podia posteriormente tornar-se cangaceiro, e uma das diferenças entre os dois era que o último não era um assalariado, e praticava crimes por sua conta e risco. Mas, principalmente, o cangaceiro era uma espécie de rebelde contra a ordem dominante que esmagava os pobres do campo e não se submetiam ao trabalho pesado do campo. Por outro lado, ambos eram de origem humilde, trabalhadores rurais oprimidos pelo latifúndio e sofriam as injustiças sociais. Assim, o cangaço proliferou no Nordeste, especialmente em tempos de grandes secas (FACÓ, 1983). Tendo Lampião como principal expoente do movimento, o cangaço teve sob seu comando vinte anos de assassinatos, assaltos a propriedades de grandes fazendeiros, ataques a povoados, vilas e cidades. O cangaço passa a ser visto como um modo de ganhar a vida num ambiente onde imperava a ferocidade do coronel.

Lins (1997) ressalta que o cangaço foi contado através de um imaginário de fome, crueldade, beirando ao surrealismo. Isto não quer dizer que o autor negue as ações violentas cometidas pelos cangaceiros, mas alerta para a importância de separar ficção e realidade. Algumas histórias falam da violência cometida por Lampião e seu grupo; outras dizem que para Lampião, o estupro era crime punido com a morte.

O cangaço foi um fenômeno tão importante que inúmeras mulheres participaram do movimento. Quando a seca assolava o sertão e a população se via na miséria, o cangaço se tornava um lugar de liberdade ou de aventura, tanto para os rapazes quanto para as moças. Nesses períodos de grande seca, era comum que os patriarcas vendessem suas filhas ou irmãs mais jovens para as volantes (LINS, 1997).

Em contrapartida, quando as mulheres eram entregues aos cangaceiros, tornavam-se cangaceiras, o que lhes dava uma identidade e autonomia. A entrada das mulheres, por volta de 1930, mudou completamente o movimento do cangaço. Para alguns, depois que o cangaceiro se apaixonava, ficava mais fácil ser vencido; para outros, amar uma mulher deixava simbolicamente o cangaceiro menos viril (LINS, 1997). Há uma dualidade de visões

no que refere ao fenômeno do cangaço, e não podemos dizer com certeza que as mulheres vivenciavam outro tipo de relação de poder, mais libertário, dentro do grupo.

Ao aceitar as mulheres no cangaço, inicialmente com Maria Bonita que se tornaria sua esposa, Lampião subverteu a norma e ignorou a tradição. Embora a maioria das mulheres que entraram no cangaço tenha origem pobre, com passado de violência, algumas mulheres ricas aderiram ao movimento, por razões que não eram econômicas ou sociais (LINS, 1997).

Importante frisar que no sertão, assim como no resto do Brasil, os “desviantes” são muitas vezes respeitados e admirados, como aconteceu com Lampião. Assim, o contexto de violência trazido pelo cangaço, trouxe graves consequências para o destino da mulher. Segundo Lins (1997, p. 98), “o machismo tradicional no Nordeste deu lugar ao estigma contra a mulher violada pelos cangaceiros ou pelos soldados, através, sobretudo, do repúdio das vítimas”. A violência (neste caso, o estupro de mulheres), era uma prática tida como “natural” da cultura androcentrista, uma afirmação do erotismo masculino.

Dessa forma, a violência sexual antes do casamento era passível de “pagamento” através do casamento. Ou seja, o esturador podia casar com a vítima e tornar-se membro da família. E nesse caso, se a violação fosse cometida por um cangaceiro, a mulher jamais seria perdoada, visto que o erro só era “pago” com o casamento. Então, uma mulher violentada não “servia mais” para o casamento; uma vez estuprada, a mulher estava acabada, restando-lhe como solução a prostituição (LINS, 1997). A mulher representava uma preocupação permanente, porque criou o pecado e porque podia ser violada. Com isso não podemos dizer que o cangaço proporcionou uma revolução da mulher nordestina, pois a emancipação se restringiu ao movimento dos cangaceiros. Essa dualidade é expressa no tratamento dado às mulheres de fora do bando, e o desejo de algumas jovens de aderirem ao cangaço.

Ao atribuírem aos cangaceiros a ideia de violência e da violação sem medida, criou-se o mito dos cangaceiros. O nordestino, expresso no cangaceiro, é radicalizado numa visão ambígua e perigosa, repudiado como monstro, mas amado e respeitado (LINS, 1997). Assim, como a violência normatiza a conduta dos homens pobres e livres do agreste nordestino, tanto entre coronéis quanto entre os cangaceiros, o poder do mando, sem descartar o uso da força, é o que prevalece.

Albuquerque Jr. (2001) analisou os discursos de Freyre (2003) e uma série de outros intelectuais que viam na sociedade da época uma feminização, uma horizontalização onde as fronteiras tanto espaciais, sociais e culturais entre o “ser homem” e o “ser mulher” eram vistas como naturais/biológicas. Estas “características naturais” estariam se perdendo, visto por alguns intelectuais como algo extremamente negativo. Assim, com estes pressupostos os

discursos tradicionalistas criaram de certa forma um estereótipo de um tipo regional, “o nordestino”, que para eles seria capaz de salvar a sociedade através de sua força, virilidade, bravura e honradez, dos tais problemas trazidos segundo eles com a República e suas mudanças econômicas, culturais e sociais.

Analisando esses discursos, Albuquerque Jr. (2001) mostra como a identidade regional nordestina é inventada como uma “reação viril” perante a passividade das “pessoas” da região. O tipo nordestino surge como um tipo voltado para a preservação de um passado regional, tradicional e patriarcal que estaria desaparecendo e dando lugar a uma sociedade “matriarcal”, efeminada. Conforme o autor, nesse discurso, está se falando do nordestino enquanto homem, um macho, não enquanto palavra que serve para se referir a toda espécie humana, pois a ideia de nordestino que está emergindo é pensada no masculino, não havendo lugar para o feminino nessa figura. É imprescindível, no entanto, ressaltar que no contexto considerado “urbano” a violência doméstica também acontece, não sendo algo restrito dos contextos “rurais”.

Esse tipo regional criado dentro do pensamento eugenista, que descrevia a influência da raça na degeneração do povo brasileiro, procurava naturalizar os comportamentos e valores do nordestino. Já o discurso antropogeográfico procurava explicar as características físicas, os traços subjetivos e os códigos culturais do nordestino como produto tipificado pela natureza da região. O discurso literário desenhava o nordestino como aquele que partilhava da superioridade dos fortes, temido, capaz de tudo, valente, corajoso em uma região que até a mulher é “macho sim senhor”. Este discurso se vale de uma série de imagens e enunciados que constituíam os tipos regionais anteriores como o sertanejo, o brejeiro, o praieiro, o vaqueiro, o coronel, o senhor de engenho, o caboclo, o matuto, o beato e o retirante. Enfim, os discursos tradicionalistas ou regionalistas localizam o falo como significante central na forma de ser do nordestino, e assim, a figura do nordestino que emerge nos anos 1920, vai conduzir toda uma galeria de tipos regionais ou tipos sociais marcados por uma vida rural, por uma sociabilidade tradicional, e, acima de tudo, desenhados com características masculinas.

No Nordeste, a questão do patriarcado se configura, principalmente, no coronelismo. Como pontua Leal (1975), o coronelismo não é um fenômeno simples, pois envolve uma complexidade de características da política local. O coronelismo seria, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos, principalmente entre os senhores de terras e o poder público.

O poder do coronel estava relacionado às populações rurais, e o coronel era uma figura local de grande influência, e dominavam funções de polícia e de justiça, submetendo ao seu

poder, inclusive delegados, juízes e prefeitos (LEAL, 1975). Nesse caso, quanto mais terra o coronel possuísse, maior era seu poder, e mais pessoais dependiam dele.

O voto de cabresto é uma característica do coronelismo. Esse tipo de voto era um sistema tradicional de controle do poder público, onde os coronéis utilizavam a compra de votos, ou da máquina pública. O coronel às vezes “violentava” os eleitores do curral eleitoral para que votassem nos candidatos apoiados por ele. E já que o voto era aberto, havia uma grande pressão dos coronéis. Podemos então compreender o coronelismo como uma manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação pela qual os resíduos patriarcais conseguem sobreviver ao sistema representativo.

Se o coronel tinha poder sobre todo um município, imaginemos como seria esse poder dentro de casa. Em relação ao seu lar, é reproduzido o patriarcado na casa grande, e o coronel queria fazer exatamente aquilo que não tolerava que fizessem com ele, queria mandar em tudo, queria bater. De forma geral, os coronéis são concebidos como homens que, além do grande poder aquisitivo, são figuras autoritárias, brutais e ignorantes. Assim, no final do século XIX e início do XX, como uma mulher poderia assumir um papel de autoridade? A mulher era, então, considerada frágil, indefesa, sendo aquela que precisava do homem para lhe proteger. A figura do coronel era respeitada além de sua casa, intervindo, inclusive, na vida de outras pessoas que eram manipuladas pelo seu poder.

Em um certo casamento, recebeu o sacerdote, o velho padre Rocha da Diocese de Nazaré, uma denúncia de que o noivo era casado anteriormente no religioso. Explicou ao coronel Chico Heráclio a impossibilidade de se realizar a cerimônia, o que pelo zum-zum que corria já escandalizara a todos... Chico, cautelosamente indagou-lhe qual a pena em caso de constatar depois o falso testemunho. E sabendo que era pecado mortal, preso de grande seriedade, disse: Faça o casamento, padre. Juro duzentas vezes. O casamento foi feito (ALBUQUERQUE; VILAÇA, 2003.p.162).

Fica claro que, mesmo o noivo não podendo se casar novamente, o poder que o coronel exercia sobre o religioso (e todas as outras entidades da sociedade), fez com que o casamento fosse realizado. Por outro lado, a mulher nesse período era vista como a responsável pelo pecado carnal e não tinha o direito de se defender. Se fosse a mulher a querer casar novamente, de certo seria excomungada dentro da sociedade patriarcal. Geralmente a mulher era vista como aquela que servia como escrava do lar, principalmente para o coronel. Segundo Albuquerque e Vilaça (2003), isso pode ser constatado quando o coronel se casava várias vezes, pois suas mulheres morriam muitas vezes no parto, ou de doenças venéreas.

A figura do coronel Chico Heráclio, de Pernambuco, reforça a ideia de um homem viril, em que as mulheres tinham de ceder ao que ele queria, sendo elas consideradas as responsáveis pelo prazer dele. Já que os coronéis mandavam em toda a região (ou curral eleitoral), não poderia ser diferente em sua casa, sendo sua mulher e filhos obrigados a lhe obedecer incondicionalmente. Por isso que, para continuar mandando na região, os coronéis sempre queriam que suas esposas lhe dessem filhos varões (machos). Quando tinham filha mulher, eles queriam que elas seguissem a mãe em casa e aprendessem tudo que elas sabiam, para quando arranjassem seu casamento, não decepcionassem seu marido (ALBUQUERQUE; VILAÇA, 2003).

Nessa época dos grandes coronéis, a mulher tinha que ser boa cozinheira, cuidar bem da casa e dos filhos, além de satisfazer sexualmente o marido. Dento da política falocêntrica, não tinham como deixar essa imagem de mulher, já que eram treinadas para servirem ao marido e ao lar. Restava à mulher ser aquela submissa ao homem, tendo que acatar suas decisões e servi-lo. Depois de casar, a mulher se libertava do poder de seu pai, mas caía nas “garras” do poder do marido, passando a obedecer a seu esposo, como mostrado no item sobre patriarcado. No coronelismo, podemos ver a mulher com dois objetivos: o da satisfação do homem, centro da sociedade coronelística, e o da reprodução.

Atualmente, a sociedade sertaneja é herdeira de uma sociedade machista, do coronelismo. A modernidade, é claro, chegou, e o sertão está mais desenvolvido, com Universidades, por exemplo, e as mulheres estudam e trabalham. No entanto, os pensamentos continuam tendo como base a raiz “coronelista”.

Para Beauvoir (1967), as mulheres são consideradas o negativo dos homens, e teriam uma falta que as diferencia do masculino. A mulher seria aquela que o homem se apodera para complementar seu corpo no sentido do prazer. Ao remeter-nos ao coronelismo, a mulher não passaria daquele objeto diferente da identidade masculina que estava ali para lhe satisfazer. A identidade masculina é construída desde o nascimento, como um homem forte, ignorante, detentor do poder, principalmente nessa sociedade patriarcal. A mulher, por outro lado, seria aquele ser frágil, ingênuo, tendo que ser guiado durante toda a vida. Na sociedade do final do século XIX e início do XX, a política coronelística tinha o homem como sendo o poderoso, o machão. Se existia prazer, era o homem quem deveria sentir, pois a mulher estaria ali simplesmente para servir o homem viril e forte sempre que ele tivesse vontade. Esse é um exemplo claro de uma sociedade patriarcal, na qual a mulher tem seu único espaço o da casa, para lavar, cozinhar e cuidar dos filhos, e no momento em que o homem quisesse se satisfazer sexualmente, ela deveria estar pronta.

No coronelismo, existente numa sociedade patriarcal, o homem dominava sua casa e as fronteiras dos currais eleitorais, e assim as mulheres tinham pouca oportunidade para reivindicar por espaços dentro da sociedade construída para ela servir ao homem. “Todas” as mulheres eram educadas e tinham como destino traçado um casamento. As mulheres que “fugiam” dos coronéis terminavam por cair na outra ponta: a do cangaço.

Conforme o exposto, as relações de gênero e de poder no Sertão possuem uma ligação direta com a violência doméstica contra as mulheres. O contexto sertanejo (embora não o único, visto que as capitais, regiões metropolitanas e outras também vivenciam o fenômeno da violência) apresenta uma ambiguidade na identidade de gênero da mulher, ora vista como “mulher-macho”, ligada ao estereótipo do cangaço, ora vista como “mulher-frágil”, ligada ao coronelismo. De qualquer forma, o cangaço é representado por um contexto transgressor, que não segue regras nem leis, e por isso é visto como a representação da própria violência, principalmente contra as mulheres. Já o coronelismo, na figura marcante do “coronel”, representa a dominação do homem sobre as mulheres, suas esposas, consideradas apenas objetos da sexualidade do marido e instrumento de procriação. Assim, violência doméstica contra as mulheres como consequência das relações de gênero e de poder ainda é alarmante e legitimada no contexto sociocultural sertanejo.

4 UM OLHAR SOBRE O SERTÃO DO ARARIPE DE PERNAMBUCO

*E o sertão é um paraíso [...]
E o sertão é um vale fértil. É um pomar vastíssimo, sem dono.*

Euclides da Cunha, em “*Os Sertões*”.

Neste capítulo apresentamos um estudo descritivo da rede de enfrentamento da violência contra as mulheres, analisando os resultados da nossa pesquisa documental. Iniciamos com a contextualização da região pesquisada – o Sertão do Araripe de Pernambuco. Utilizando como instrumentos de coleta a pesquisa documental, e tendo como referência o período de 2010 a 2013, apresentamos em seguida os números da violência contra as mulheres na região. A coleta foi realizada em diferentes bancos de dados, que serão apresentados a seguir.

A pesquisa foi desenvolvida através de um trabalho de campo, destacando nossa afinidade e conhecimento do objeto de estudo, já que atuamos no atendimento a mulheres em situação de violência na região pesquisada. Dessa forma, consideramos a pesquisa como uma maneira de compreender a realidade e a metodologia como o percurso necessário para alcançar esta compreensão.

Na nossa pesquisa, utilizamos predominantemente a abordagem qualitativa, mas também foram necessárias algumas análises quantitativas. A preponderância do caráter qualitativo do estudo deve-se ao fato que este trabalha com “o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2012, p. 21). Nosso objeto de estudo é o próprio ser humano vivendo em sociedade, sendo assim um objeto construído historicamente, em constante mudança e transformação. Minayo (2012, p. 12) pontua que:

Isto significa que cada sociedade humana existe e se constrói num determinado espaço e se organiza de forma particular e diferente de outras. Por sua vez, todas as que vivenciam a mesma época histórica tem alguns traços comuns, dado o fato de que vivemos num mundo marcado pelo influxo de comunicações. Igualmente, as sociedades vivem o presente marcado por seu passado e é com tais determinações que constroem seu futuro, numa dialética constante entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo.

Portanto, os fenômenos humanos são parte da realidade social e não podem ser traduzidos simplesmente em números. Acreditamos que a pesquisa qualitativa apresenta meios para compreendermos o universo da violência doméstica contra as mulheres, que é

marcado pela diversidade de subjetividades, de significados e de valores, permeados pelas relações de gênero e de poder.

Utilizamos a pesquisa bibliográfica e a documental, e posteriormente as entrevistas semiestruturadas com as mulheres em situação de violência. O uso das entrevistas teve o intuito de evidenciar os significados e valores das participantes da pesquisa sobre o tema pesquisado. Os dados qualitativos da pesquisa serão apresentados no próximo capítulo.

Como campo da pesquisa, trabalhamos a rede de enfrentamento e proteção das mulheres em situação de violência na região do Araripe, através de um estudo quantitativo dos casos notificados em diversos órgãos da rede. Estes dados serviram para analisar a situação da referida rede no que se refere à promoção dos direitos humanos e da cidadania das mulheres. Os levantamentos de prontuários, boletins de ocorrência e fichas de atendimentos foram realizados no: Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) Regional, sediado em Ouricuri; Hospital Regional Fernando Bezerra, localizado em Ouricuri; e na Delegacia de Polícia Civil, de Ouricuri.

No primeiro momento, traçamos o perfil do Sertão do Araripe, através de dados históricos, geográficos, populacionais e sociais. Em seguida, realizamos um levantamento da rede de enfrentamento da violência contra as mulheres na região, listando os serviços existentes nas quatro áreas expressas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Por fim, apresentamos os dados da violência contra as mulheres coletados em alguns serviços da região, no intuito de expressar quantitativamente a magnitude da problemática, bem como compreender como está sendo realizado o trabalho de articulação da rede de enfrentamento.

Este capítulo se justifica pela necessidade de situar a região, dando destaque ao mapeamento realizado, bem como a inexistência de dados sobre a violência no local. A ênfase também se refere à visibilidade para o contexto da região.

4.1 Contextualizando o Sertão do Araripe de Pernambuco

Para compreender o contexto do Sertão do Araripe de Pernambuco, inicialmente apresentamos alguns dados sobre a região, disponibilizados principalmente pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos de Pernambuco (SEDSDH/PE) e Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS/PE).

A região do Araripe está localizada na extremidade noroeste de Pernambuco, limitando-se com os Estados do Ceará e Piauí e com as regiões Sertão Central e Sertão do São Francisco. A região está localizada na porção mais ocidental de Pernambuco e faz parte da

região semi-árida do Nordeste. O sertão araripeano tem como limites: ao Norte o território do Cariri (Ceará); ao Sul o município de Parnamirim e território do Sertão do São Francisco (Pernambuco); a Leste o município de Serrita (Pernambuco); e a Oeste o território Vale dos Guaribas (Piauí). A média das distâncias para a capital, Recife, é de 573,3 km, sendo Araripina o mais distante (620,6 km) e Moreilândia o mais próximo (516,2 km).

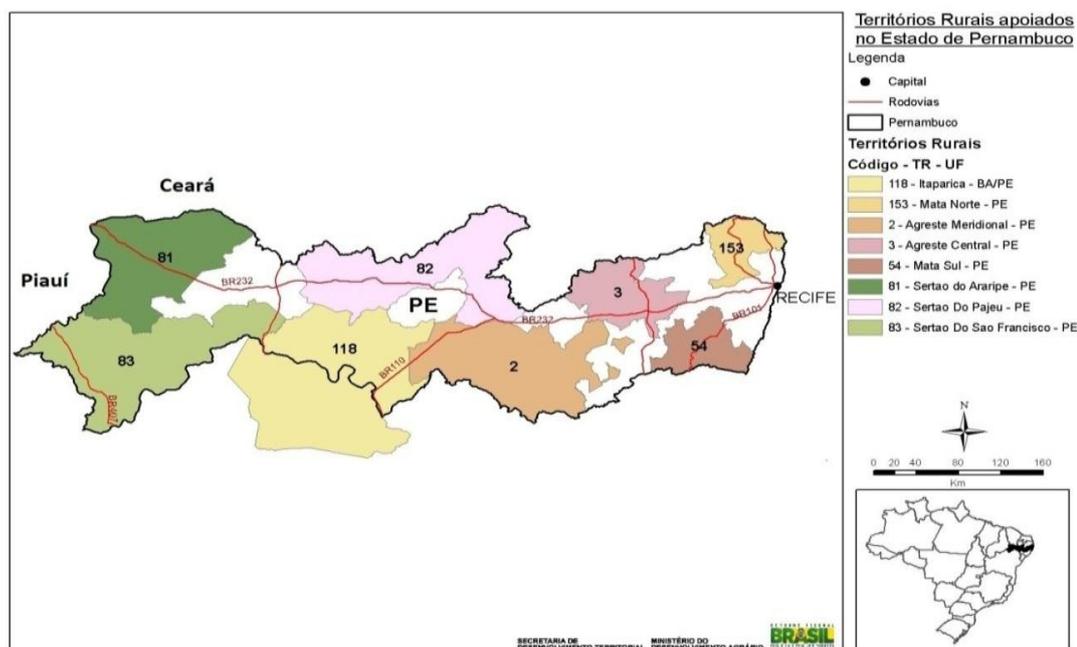


Figura 3 – Localização do Sertão do Araripe e seus limites

Fonte: <http://sit.mda.gov.br/images/mapas/tr/uf_026_trs_pernambuco_jan_2009.jpg>. Acesso em: 04 out. 2013.

A região tem uma população estimada pelo IBGE, para o ano de 2010, de 313.547 habitantes, que corresponde a 3,56% da população estadual e área de 11.613,76 km², que representa 11,81% do território estadual, com uma densidade demográfica de 27 hab./km².

De acordo com a SEDSDH/PE²⁷, o Sertão do Araripe é compreendido por dez municípios: Ouricuri, Bodocó, Exu, Granito, Moreilândia, Santa Cruz, Santa Filomena, Trindade, Ipubi e Araripina. Dentre eles, destacam-se as cidades de Ouricuri e Araripina, como polos regionais.

²⁷ Utilizamos a divisão regional utilizada pela SEDSDH/PE, por ser a secretaria que gerencia o CREAS Regional. Destacamos a informação porque para a Secretaria Estadual de Saúde, por exemplo, a regional tem 11 municípios, acrescentando Parnamirim.



Figura 4 – Municípios que compõem o Sertão do Araripe

Fonte: <<http://www.fundacaoararipe.org.br/>> Acesso em: 04 out. 2013.

Os municípios mais populosos são Ouricuri (64.358 habitantes) e Araripina (77.302 habitantes), segundo o último Censo (BRASIL, 2010). Ainda de acordo com este Censo, 72,35% da população da região é alfabetizada e 46% reside na zona rural. Assim, a agricultura tem grande importância econômica e social, pois é fonte de trabalho e renda para grande parcela da população.

A região distingue-se pela exploração e beneficiamento da gipsita no Polo Gesseiro, responsável por 95% da produção brasileira. Praticamente todos os municípios dependem da atividade gesseira. Destacam-se ainda a caprinovinocultura, a produção de mandioca e a apicultura, sendo a região a maior produtora de mel do Estado.

Segundo dados do Sistema Infopol da Gerência de Análise Criminal e Estatística (GACE), houve uma queda no número de homicídios na região entre 2011 e 2012; no entanto, houve aumento no ano de 2013 (SDS, 2014). O Sertão do Araripe foi escolhido por ser uma das regiões do Estado que ainda não conseguiu diminuir efetivamente os índices de violência. De acordo com os dados divulgados pela GACE, elaboramos a Tabela 1 com os números de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) na região e no Estado, no período de 2010 a 2013.

Tabela 1 – Estatística de CVLI em Pernambuco e no Sertão do Araripe – Ano 2010 a 2013

ANO DE REFERÊNCIA	NÚMERO VÍTIMAS EM PERNAMBUCO	TAXA CVLI (por 100 mil hab.)	NÚMERO VÍTIMAS NO SERTÃO ARARIPE	TAXA CVLI (por 100 mil hab.)
2010	3495	34,76	77	24,96
2011	3507	39,47	98	31,55
2012	3321	36,97	72	22,93
2013	3101	34,14	92	28,99

Fonte: GACE/SDS, 2014.

A Tabela 1 mostra que o ano de 2011 apresentou um aumento dos CVLI em relação ao ano anterior, tanto no Estado, quanto no Araripe, sendo o ano mais violento entre os pesquisados. Podemos também observar que os anos seguintes apresentam uma queda no que se refere ao âmbito estadual. No entanto, na região do Araripe, os números voltam a crescer em 2013.

Utilizando um recorte de gênero, a Tabela 2 mostra os CVLI de mulheres no Estado e na região. A Tabela foi elaborada a partir dos Anuários da Criminalidade divulgados no site da SDS. O ano de 2010 não está relacionado porque o Anuário deste ano não está disponibilizado ou não foi elaborado.

Tabela 2 – CVLI total e de mulheres no Sertão do Araripe – Anos 2011 a 2013

MUNICÍPIO	ANO DE REFERÊNCIA					
	2011		2012		2013	
	CVLI TOTAL	CVLI MULHER	CVLI TOTAL	CVLI MULHER	CVLI TOTAL	CVLI MULHER
ARARIPINA	30	1	20	0	12	2
BODOCÓ	3	0	10	2	12	0
EXU	15	0	0	0	5	0
GRANITO	1	0	3	0	0	0
IPUBI	8	1	10	0	12	1
MOREILÂNDIA	3	1	3	1	3	1
OURICURI	19	2	16	0	25	4
SANTA CRUZ	2	0	1	0	2	0
SANTA FILOMENA	5	0	1	0	0	0
TRINDADE	12	0	8	1	21	2
TOTAL	98	5	72	4	92	10

Fonte: GACE/SDS, 2014

A Tabela 2 apresenta alguns dados importantes para nossa análise. De forma geral, considerando os três anos, os municípios de Ouricuri e Araripina são os mais violentos. Destaca-se o município de Exu, que apresentou queda considerável: em 2011 com quinze assassinatos, chegando a zerar no ano seguinte. Outro destaque é o município de Bodocó, que juntamente à Ipubi foram os únicos que vieram numa ascendência, sem apresentar a diminuição em 2012. Bodocó teve um aumento de impressionantes 300% de 2013 em relação a 2011. Trindade também apresentou aumento significativo, passando de 8 assassinatos em 2012, para 21 em 2013. Já Araripina, apresenta uma descendência, passando de 30 assassinatos em 2011, para 12 em 2013.

No que se refere à questão de gênero, Ouricuri apresenta-se como o mais violento, ocorrendo em três anos seis assassinatos de mulheres. Os municípios de Exu, Granito, Santa Cruz e Santa Filomena não registraram mortes de mulheres entre 2011 e 2013. Já Moreilândia foi o único município a registrar morte de mulher em todos os anos relacionados.

Com isso, elegemos os municípios de Ouricuri e Araripina como lócus da pesquisa porque são considerados polos regionais, concentrando o maior número de equipamentos sócio-assistenciais, são os mais populosos e de maiores rendas e índices de desenvolvimento.

4.1.1 Ouricuri²⁸

A cidade de Ouricuri surgiu no início século XX, oriunda de uma fazenda de gado, e suas terras pertenciam a Dona Brígida Alencar, que não podendo cuidar sozinha, resolveu vendê-las. Uma grande parte foi comprada pelo Sr. João Goulart, que denominou suas terras de Fazenda Tamboril, e iniciou o cultivo da terra e a criação de gado.

Em 1841, chegou ao local, o Pe. Francisco Pedro da Silva, que ergueu a Igreja de São Sebastião, hoje padroeiro da cidade. O vigário atribuiu ao local o nome de Ouricuri, uma palmeira conhecida na região. Em 30 de abril de 1844 foi criado o distrito, sendo elevado à categoria de cidade e emancipado em 14 de maio de 1903. Hoje o município é formado pelos distritos sede e Barra de São Pedro, além do Povoado de Santa Rita.

Segundo dados do IBGE (BRASIL, 2010), 50,7% da população de Ouricuri são mulheres; 49,35% da população geral residem na zona rural; e 63,5% são de cor parda. A renda média mensal da população rural é menos da metade da população urbana. O Índice de Gini²⁹ é de 0,43.

A média de pessoas por domicílio é de 3,88. Em 2011, 10.234 famílias estavam recebendo o Benefício Bolsa Família e 14.872 famílias estavam inscritas no Cadastro Único³⁰. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH³¹) é de 0,61.

A taxa de analfabetismo no município é de 28,9% para pessoas com menos de 15 anos de idade, e de 39,1% para os com mais de 15 anos. A meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) era de 2,8 e o município alcançou a nota 3,0³².

²⁸ Dados históricos coletados no site da Prefeitura de Ouricuri. Disponível em: <http://www.prefeituradeouricuri.com.br/historia/>. Acesso em: 31 dez. 2014.

²⁹ O Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda de um determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a uma unidade, sendo que o valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda e o valor um está no extremo oposto. O índice do Brasil em 2012 foi 0,505 e de Pernambuco 0,611 (IPEA, 2012).

³⁰ Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS/CadÚnico, 2011.

³¹ O IDH é uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Varia de zero a um, onde a unidade representa a melhor condição dos três pilares que o constituem: saúde, educação e renda (MDS, 2011).

³² Fonte: Ministério da Educação – MEC/INEP, 2011.

4.1.2 Araripina³³

Antes de ser elevado à categoria de município, o distrito foi criado com o nome de São Gonçalo e pertencia a Ouricuri. O local contava apenas com uma capela e uma dezena de casas. Com a chegada do primeiro vigário, surgiu a primeira escola estadual e começou uma nova era para o vilarejo.

Em 11 de setembro de 1928 conquistou sua emancipação política. O nome Araripina atribui-se, provavelmente, a proximidade com a chapada do Araripe. O município é composto pelos distritos sede, Lagoa do Barro, Morais, Nascente e Rancharia, e pelo povoado Gergelim.

Segundo dados do IBGE (2010), 51% da população de Araripina são mulheres; 39,32% da população geral residem na zona rural; e 62,8% são de cor parda. A renda média mensal da população rural é pouco mais da metade da população urbana. O Índice de Gini é de 0,45.

A média de pessoas por domicílio é de 3,74. Em 2011, 13.279 famílias estavam recebendo o Benefício Bolsa Família e 18.957 famílias estavam inscritas no Cadastro Único³⁴. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,65.

A taxa de analfabetismo no município é de 23,1% para pessoas com menos de 15 anos de idade, e de 34,6% para os com mais de 15 anos. A meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) era de 3,1 e o município alcançou a nota 4,1³⁵.

4.2 A rede de enfrentamento da violência contra as mulheres no Sertão do Araripe

Considerando os altos índices de homicídios de mulheres registrados no ano de 2013 na região do Araripe, podemos inferir que o número de mulheres em situação de violência é, de fato, alarmante. A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres prevê a criação de uma rede de combate à violência de gênero e atendimento integral às mulheres em situação de violência. No Sertão do Araripe, no entanto, essa rede é pequena, e em alguns momentos, desconexa e desarticulada.

O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2008) colocou como um dos eixos prioritários o enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres.

³³ Dados históricos coletados no site da prefeitura de Araripina. Disponível em: <http://www.araripina.pe.gov.br/araripina/historia/>. Acesso em: 31 dez. 2014.

³⁴ Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS/CadÚnico, 2011.

³⁵ Fonte: Ministério da Educação – MEC/INEP, 2011.

Nesse contexto, tinha-se como um dos objetivos proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado, integral e qualificado, nos diversos serviços especializados e na rede de atendimento. Para isso, uma das prioridades era ampliar e aperfeiçoar a rede de atendimento e garantir a implementação da Lei Maria da Penha e demais normas jurídicas nacionais e internacionais. No entanto, ao realizar o mapeamento e o levantamento de dados, essa implementação parece ter ficado apenas no plano, não sendo efetivada na prática.

Conforme o Quadro 1 apresentado no Capítulo 2, a rede de atendimento é constituída pelos serviços de emergência na saúde, delegacias, serviços de assistência social, e devem atuar de maneira articulada. A seguir, apresentamos uma análise da rede de atendimento às mulheres em situação de violência no Sertão do Araripe, dividida nas quatro áreas conforme preconiza a Política Nacional (BRASIL, 2011a; 2011b).

4.2.1 Serviços de Saúde

A rede de saúde da Região do Araripe está em reformulação, esperando a construção e/ou inauguração de alguns serviços. O mapeamento dos serviços de saúde foi realizado em outubro de 2014, e os dados são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Mapeamento dos Serviços de Saúde da Rede de Atendimento à Mulher no Sertão do Araripe

SERVIÇOS	QUANTIDADE
HOSPITAL REGIONAL	01
HOSPITAL MUNICIPAL	04
HOSPITAL FILANTRÓPICO	01
UNIDADE MISTA	04
UNIDADES DE PRONTO-ATENDIMENTO (UPA)	00
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA (SAMU)	00
EQUIPES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF/PSF)	105
EQUIPES DO NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF)	13
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)	06

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2014.

Os Serviços de Saúde aparecem em grande quantidade, porque são incluídos todos os Postos de Saúde da Família, principal estratégia de atendimento à saúde da população através do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), todos os dispositivos da saúde devem realizar acolhimento, atendimento e o encaminhamento necessário diante dos casos de violência contra a mulher.

Um desses dispositivos, talvez o mais importante da região, é o Hospital Regional, localizado em Ouricuri. O setor de epidemiologia do Hospital é responsável pelo registro dos

casos de violência atendidos. O Hospital recebe os casos encaminhados pela Polícia ou de demanda espontânea, e realiza, quando necessário, o exame de corpo de delito. A grande queixa em relação a esse serviço é que ele absorve demasiadamente a demanda de Ouricuri, já que o município não tem hospital municipal. Isto se reflete nos números de notificação de violência, muito superior em relação aos demais municípios. Os dados de notificação serão apresentados mais adiante, nas Tabelas 8 a 11.

Em Araripina, fica sediado o hospital filantrópico gerenciado por entidade católica sem fins lucrativos. Conforme percebido, o referido hospital consegue acolher grande parte da demanda do município, que é um dos mais violentos da região, além de ser o mais populoso. Os municípios de médio porte³⁶ possuem hospitais municipais (Bodocó, Exu, Trindade e Araripina); e os de pequeno porte contam apenas com uma unidade mista de saúde (Santa Cruz, Santa Filomena, Moreilândia e Granito).

Chamamos atenção na Tabela 3 para o fato da região não contar com nenhum serviço de emergência – não há UPA nem SAMU, sobrecarregando, assim, os hospitais, principalmente o Hospital Regional. Ressalta-se que em Ouricuri há uma UPA-E construída e equipada. No entanto, continua sem funcionar. Segundo informação da Secretaria Estadual de Saúde (SES/PE), a UPA deveria estar funcionando desde o final do 1º semestre de 2014³⁷. No município de Trindade, as obras para construção de uma UPA 24h já foram iniciadas. Quanto ao SAMU, há projetos de implantação da Rede de Urgência e Emergência na região, sem previsão até o momento de realização da pesquisa.

A Estratégia de Saúde da Família (ESF) foi recentemente reformulada e incluída na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB/BRASIL, 2012c), e tem como princípios a universalidade, a acessibilidade, o vínculo, a continuidade do cuidado, a integralidade da atenção, a responsabilização, a humanização a equidade, e a participação social. Uma das diretrizes da Política é possibilitar o acesso universal e contínuo a serviços de saúde de qualidade e resolutivos. Em resumo: o Programa Saúde da Família é a porta de entrada ao SUS, e apenas quando a problemática demandar maior complexidade de intervenção, o usuário deve ser encaminhado para outros serviços.

No que se refere a essa Estratégia, a região ainda não está com 100% de cobertura, e a Tabela 4 mostra a situação em cada município da região:

³⁶ A divisão de grande, médio e pequeno porte refere-se à regional. Dessa forma, consideram-se municípios de grande porte Ouricuri e Araripina. Para o IBGE, municípios de grande porte possuem mais de 100 mil habitantes.

³⁷ Previsão de inauguração da UPA-E de Ouricuri até o final do primeiro semestre de 2014. Disponível em: <http://portal.saude.pe.gov.br/unidades-de-saude-e-servicos/secretaria-executiva-de-atencao-saude/upaes>. Acesso em: 28 dez. 2014.

Tabela 4 – Cobertura de Equipes de Saúde da Família por município

MUNICÍPIO	% DE COBERTURA
Araripina	75,01%
Bodocó	92,5%
Exu	100%
Granito	86,11%
Ipubi	100%
Moreilândia	100%
Ouricuri	82,43%
Santa Cruz	100%
Santa Filomena	100%
Trindade	100%

Fonte: DATASUS, 2013.

Disponível em:

<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?pacto/2013Mon/cnv/monitpe.def>.

Acesso em: 28 dez. 2014.

Assim, por ser considerada a porta de entrada e a que deve estar mais próxima dos problemas da comunidade, é preocupante que os principais municípios da regional apresentem os piores índices de cobertura.

A Política de Atenção Básica também abrange os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), que foram criados com o objetivo de ampliar a abrangência das ações da atenção básica, bem como sua resolutividade, expandindo, inclusive as categorias profissionais de saúde que atuam nas equipes³⁸. Na regional, alguns municípios contam com mais de uma equipe de NASF, como Ouricuri, Araripina e Ipubi, e outros ainda não tem nenhuma, como Santa Filomena e Moreilândia. Os NASF são responsáveis por uma quantidade de famílias na área de abrangência das Equipes de Saúde da Família. Percebe-se pelo quantitativo que as equipe de NASF estão em número insuficiente na região, deixando uma carência de atendimento, principalmente de psicólogos e assistentes sociais, que lidariam diretamente com as questões de violência identificadas.

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são regulamentados pela Portaria nº 336 de 2002 do Ministério da Saúde, e atendem especificamente pessoas com transtorno mental. Há um critério populacional para a implantação desse tipo de serviço; assim, todos os municípios na região que atendem ao quesito, já o possuem e são: Ouricuri, Araripina, Bodocó, Exu, Trindade e Ipubi. Aparentemente sem nenhuma correlação, os CAPS também são equipamentos importantes no que concerne à questão da violência, como mostrou a pesquisa de Mozzambani et al. (2011). Segundo os autores, a maioria das mulheres em

³⁸ As equipes das Unidades de Saúde da Família são compostas por: médico; enfermeiro; técnico de enfermagem; agente comunitário de saúde; e podem ainda conter cirurgião-dentista, técnico e/ou auxiliar de saúde bucal. Os NASF são compostos por equipe multidisciplinar, e o arranjo depende de cada gestão, podendo contar com: psicólogo; fisioterapeuta; terapeuta ocupacional; assistente social; fonoaudiólogo; nutricionista; educador físico; farmacêutico; além de profissionais de práticas integrativas e complementares, como acupuntura e homeopatia (BRASIL, 2012c).

situação de violência apresenta como consequência algum tipo de problema psiquiátrico. Sendo assim, a violência doméstica é um grave problema de saúde pública, e podemos concluir que há alta probabilidade de existir doenças psiquiátricas em mulheres em situação de violência doméstica.

Conforme dados da Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher, 2014), uma das metas para o ano de 2014 era a formação de profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, no que concerne à rede de hospitais de referência para o atendimento de mulheres em situação de violência sexual e do aborto previsto em Lei. Esta formação deveria ocorrer entre março e dezembro de 2014. O serviço escolhido na regional foi o Hospital Regional Fernando Bezerra. No entanto, a capacitação não ocorreu e, assim, o hospital ainda não configura a rede de atendimento de referência estadual.

Assim, a rede de serviços de saúde na região do Araripe, embora num primeiro momento conte com um número alto de equipamentos, está necessitando de melhorias na qualidade, efetividade e eficácia, principalmente no que se refere à articulação entre os órgãos. Lembramos que, conforme as pesquisas já mencionadas (MINAYO; SOUZA, 1998; SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2003), a saúde é um dos principais receptores da violência doméstica contra as mulheres, devido à facilidade de acesso e aos inúmeros agravos à saúde das mulheres em situação de violência.

4.2.2 Serviços de Justiça

Os serviços de justiça são o principal retrato da rede de atendimento à mulher vítima de violência no Sertão do Araripe, ainda carecendo de implantação dos órgãos que compõem esta área. A Tabela 5 mostra o mapeamento dos serviços na região.

Tabela 5 – Mapeamento dos Serviços de Justiça da Rede de Atendimento à Mulher no Sertão do Araripe

SERVIÇOS	QUANTIDADE
JUIZADOS/VARAS ESPECIAIS DE ATENDIMENTO À MULHER	00
DEFENSORIAS DA MULHER	00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2014.

A Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) prevê a criação dos Juizados ou Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. No entanto, passados oito anos de promulgação da Lei, esta implantação parece caminhar em passos lentos. Os Juizados especiais são órgãos com competência cível e criminal, responsáveis por processar, julgar e

executar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. Em Pernambuco, segundo a Secretaria da Mulher (SecMulher, 2014) existem sete desses órgãos, todos situados na Região Metropolitana do Recife³⁹. Ainda conforme a Secretaria, não há metas para criação de Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na regional do Araripe.

No que concerne à Defensoria da Mulher, em todo o Estado de Pernambuco há apenas uma: o Núcleo de Defensoria Pública Especializada na Defesa da Mulher em Situação de Violência (DEPEDDIM), em Recife. Segundo a Lei Maria da Penha, a Defensoria deverá atuar de forma articulada e integrada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com as áreas de segurança pública, garantindo que toda mulher em situação de violência doméstica e familiar tenha o devido acesso aos serviços públicos (BRASIL, 2006). A falta desse equipamento torna o acesso à justiça mais demorado e penoso para as mulheres em situação de violência.

O desafio nesta área continua sendo ampliar o nível de institucionalização do atendimento das mulheres em situação de violência no âmbito da promotoria e da defensoria. O Ministério Público não criou cargos específicos de promotorias criminais da mulher, restringindo-se a designar promotores ou promotoras para atuar nas Varas Especializadas. Já a Defensoria Pública criou apenas uma Defensoria Pública Especializada na capital do Estado, o que dificulta as mulheres de outras regiões terem o acesso que lhes é garantido por Lei.

4.2.3 Serviços de Segurança Pública

Os serviços de segurança pública são importantes para a mobilização das ações de punições aos agressores e precisa atuar em conjunto, principalmente, aos serviços de justiça. A Tabela 6 apresenta os serviços de segurança pública existentes na região.

O principal dado da Tabela 6 é a inexistência de delegacia especializada, reivindicação antiga da população da região. A inexistência de um serviço especializado pode dificultar a denúncia, principalmente da mulher em situação de violência doméstica. Biancarelli (2006) lembra que um dos motivos da dificuldade em registrar a violência no sertão do Estado é que uma casa pode estar oito quilômetros de distância da outra. Ainda segundo o autor, nesse contexto as agressões contra as mulheres são tidas como “naturais”, além de que um homem

³⁹ As Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Pernambuco estão localizadas: duas em Recife; uma em Olinda; uma em Jaboatão dos Guararapes; uma Camaragibe; uma no Cabo de Santo Agostinho; e uma em Igarassu. A meta proposta em 2014 foi a de apoiar a criação de mais cinco Varas, situadas em Goiana, Caruaru, Garanhuns, Serra Talhada e Petrolina (SecMulher, 2014).

ser considerado e chamado de “cabra-macho” ou “cabra da peste” não é uma ofensa, mas enaltece a masculinidade.

Tabela 6 – Mapeamento dos Serviços de Segurança Pública da Rede de Atendimento à Mulher no Sertão do Araripe

SERVIÇOS	QUANTIDADE
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO À MULHER (DEAM)	00
DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL	10
DELEGACIA DE PLANTÃO	01
BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR (REGIONAL)	01
BRIGADA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	02

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2014.

Pernambuco ainda não possui uma quantidade suficiente de DEAM⁴⁰ para atender de maneira eficaz toda a população feminina, que é maioria no Estado. A Secretaria da Mulher (SecMulher, 2014) lançou como meta para 2013 a implantação da DEAM de Ouricuri. No começo de 2014, reestruturou sua meta para que esta implantação acontecesse até o final do ano. O ano terminou, e a DEAM continua sendo um “sonho” para as mulheres em situação de violência no Araripe, mesmo entendendo que a implantação de uma DEAM por si, não é garantia de melhor serviço nem tampouco de diminuição dos casos de violência.

Ainda segundo dados da Secretaria da Mulher (SecMulher, 2014), foi realizada em outubro de 2013, uma capacitação no município de Ouricuri com o tema “O papel dos (as) profissionais de Segurança Pública no cumprimento da Lei Maria da Penha”, com a participação de profissionais da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros, totalizando 68 participantes. Não sabemos da efetividade desta capacitação, visto que não entrevistamos os profissionais para buscar mais informações sobre o evento. De acordo com a Secretaria, as capacitações foram formatadas para atender às especificidades de cada um dos públicos, a fim de que cada agente pudesse compreender seu papel na efetiva aplicação da Lei nº 11.340/2006.

O principal desafio desta área continua sendo regionalizar e uniformizar o funcionamento das DEAM, com atendimento de regime de plantão 24 horas. A questão da delegacia de plantão é outra problemática importante no Araripe. A referida delegacia é a de Ouricuri, e como pudemos ver na nossa pesquisa de campo, quando a violência contra a mulher acontece nos fins de semana ou à noite, torna-se mais difícil para a mulher fazer o registro da ocorrência. A entrevistada Superação contou que sofreu a agressão na madrugada

⁴⁰ Pernambuco hoje conta com dez Delegacias especializadas, sendo em: Recife, Jaboatão, Paulista, Caruaru, Garanhuns, Surubim, Petrolina, Goiana, Vitória de Santo Antão e Cabo de Santo Agostinho. Disponível em: <http://www.policiaocivil.pe.gov.br/images/docs/relacaopce.pdf>. Acesso em: 30 jan, 2014.

de um feriado municipal, e por isso, a delegacia já estava fechada. A entrevistada relatou que recusou se deslocar por quase 60 km para registrar o fato na delegacia de plantão e apenas prestou queixa dois dias depois da agressão. Isto dificulta, inclusive, a realização do exame de corpo de delito.

4.2.4 Serviços de Assistência Social

Essa rede de serviços prevê a articulação entre os diversos equipamentos, com o objetivo de responder às demandas jurídicas, sociais, psicológicas, educacionais e de moradia das mulheres em situação de violência. A Tabela 7 apresenta os órgãos existentes na regional.

Tabela 7 – Mapeamento dos Serviços de Assistência Social da Rede de Atendimento à Mulher no Sertão do Araripe

SERVIÇOS	QUANTIDADE
CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)	16
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) REGIONAL	01
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) MUNICIPAL	09
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER (CRAM)	01
CASA-ABRIGO	00
CASA DE ACOLHIMENTO PROVISÓRIO	00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2014.

Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) são dispositivos de caráter preventivo, promovendo acesso aos direitos da comunidade onde estão inseridos. São implantados nos bairros que apresentam maior vulnerabilidade e risco social, bem como maior número de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família (PBF). Todos os municípios da região contam com CRAS, sendo que Ouricuri e Araripina possuem três cada um.

Nos dispositivos da assistência social, temos também o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Os CREAS são serviços públicos de prestação de serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de risco, tendo seus direitos violados, podendo ser municipal ou estadual. Na região, apenas o município de Santa Filomena não possui o serviço, porém, espera-se a implantação para o ano de 2015. Além dos CREAS municipais, há o CREAS Regional, de gestão estadual, vinculado a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SESDSDH/PE). É

sediado no município de Ouricuri, e atende todos os municípios do Sertão do Araripe. Uma das demandas dos CREAS são as mulheres que sofreram algum tipo de violação dos direitos.

O CREAS Regional tem como uma das linhas de ação, a articulação com Conselhos tutelares, Ministério Público, Polícia Civil e Militar, além das secretarias municipais e sociedade civil organizada. Essa articulação em rede, não estava acontecendo de maneira satisfatória. Isto fica explícito nas análises dos números referentes à violência contra a mulher, que serão apresentados no próximo tópico. De forma geral, o CREAS deveria ser responsável pelos atendimentos psicossociais (além de jurídico, caso necessário) às mulheres em situação de violência.

O Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) presta acolhida, acompanhamento psicológico e social, e orientação jurídica às mulheres em situação de violência. Podemos ver na Tabela 7 que existe apenas um CRAM na região. O mais impressionante nisto é que o serviço está localizado no menor e menos populoso município da regional – Granito. Não há sequer dados significativos de violência no município que possam justificar a existência do dispositivo. Fica-nos a dúvida se esta implantação não está alicerçada em questões político-partidárias.

Conforme dados da Secretaria da Mulher (SecMulher, 2014), foi realizada em 2013 uma palestra sobre Gênero, Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e Lei Maria da Penha, no município de Ouricuri, para 60 participantes. Foi programada para 2014 a Formação de Profissionais da Rede que atuam nos CRAM, que na regional abrangeria o município do Granito. Não temos informações se esta formação de fato aconteceu.

Por fim, na área de assistência social, ainda temos dois tipos de equipamentos: a Casa-Abrigo e a Casa de Acolhimento Provisório, ambas inexistentes na região. A diferença entre os dois dispositivos é que o primeiro é um local de moradia de caráter sigiloso; o segundo é um abrigo provisório, para garantir a integridade física da mulher enquanto os encaminhamentos necessários são realizados. Esses serviços são regulamentados na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. É importante ressaltar que, embora a implantação de uma Casa-Abrigo também seja uma reivindicação da população da região, a abertura desse tipo de serviço não beneficiaria diretamente as mulheres do Araripe. Por ser um serviço sigiloso e no qual as mulheres permanecessem por mais tempo, a proposta de abrigo é retirar a mulher em situação de violência de perto de seu agressor, e isto implica, muitas vezes, distanciar-se o máximo possível do seu município de residência. Por outro lado, a Casa de Acolhimento Provisório é um equipamento fundamental para

salvaguardar de imediato as mulheres com risco iminente de morte, até que se sejam encaminhadas para outros serviços.

4.2.5 Outros Equipamentos

Além dos equipamentos mapeados nas tabelas já apresentadas, consideramos pertinente mencionar outros serviços existentes na região, que não se configuram nas áreas apresentadas anteriormente. No entanto, são fundamentais para o fortalecimento da rede de enfrentamento da violência contra as mulheres. Esses equipamentos dizem respeito à Política de Empoderamento e Municipalização das Ações de Gênero e da Política de Reforço Estratégico para o Segmento de Mulheres Rurais (SecMulher, 2014).

No que concerne à Política de Empoderamento e Municipalização, a Secretaria da Mulher criou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Ação Governamental para as Mulheres. Este Programa tem como objetivo desenvolver estratégias para garantir a execução de Políticas para as Mulheres no âmbito municipal, além de apoiar a criação e estruturação de Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres (OMPM). O Quadro 2 informa o status do OMPM de cada município da Regional, que tem 90% de cobertura, ou seja, dos dez municípios que compõem a regional, nove possuem algum organismo.

Quadro 2 – Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres no Sertão do Araripe

MUNICÍPIO	STATUS DO OMPM
ARARIPINA	SECRETARIA
BODOCÓ	COORDENADORIA
EXU	COORDENADORIA
GRANITO	COORDENADORIA
IPUBI	COORDENADORIA
MOREILÂNDIA	COORDENADORIA
OURICURI	--
SANTA CRUZ	COORDENADORIA
SANTA FILOMENA	COORDENADORIA
TRINDADE	COORDENADORIA

Fonte: SecMulher, 2014.

Conforme o Quadro 2, apenas Araripina possui uma Secretaria da Mulher, que foi criada recentemente, em 2013. Dos demais municípios, apenas Ouricuri não possui OMPM. Este é, inclusive, é um dos motivos alegados para a morosidade da implantação da DEAM no município, já que um dos pré-requisitos é que se possua algum OMPM.

Segundo a Secretaria da Mulher, em 2013, foram realizadas capacitações com os OMPM do Estado. No Sertão do Araripe, o município do Granito sediou a referida

capacitação, intitulada “Lei Maria da Penha e os Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres”, com a presença de 23 profissionais, entre gestoras e técnicas.

Outra linha de ação importante desta Política é o apoio a criação, implantação e fortalecimento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher. No Sertão do Araripe, apenas o município de Bodocó possui conselho municipal. Os conselhos municipais são instrumentos importantes no monitoramento das ações e uso de recursos públicos. A falta desse tipo de equipamento dificulta a criação de um plano municipal específico para a área, além de não existir a fiscalização do que foi ou não cumprido pelo governo municipal. Importante ressaltar que, embora a Secretaria Estadual mencione o Conselho Municipal em Bodocó, este não foi localizado. Entramos em contato com a Secretária Municipal de Assistência Social, que nos informou que o Conselho não existia; uma coordenadora da área da saúde nos disse não saber informar se o Conselho existia ou não.

A Secretaria da Mulher de Pernambuco criou em 2013 os Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher, que têm o compromisso de desenvolver estudos, pesquisas e atividades de formação em gênero. Na regional, Araripina conta com dois núcleos: um na Escola de Referência em Ensino Médio Josias Inojosa de Oliveira; e outro, na Autarquia Educacional do Araripe (AEDA), instituição de ensino superior.

No que concerne à Política de Reforço Estratégico para Mulheres Rurais, a estratégia básica, segundo a Secretaria da Mulher (SecMulher, 2014), é formatar e implantar mecanismos dotados da capacidade de acelerar oportunidades de mobilização sociopolítica e construir a autonomia econômica das mulheres. Neste sentido, em 2013 foi apresentado o Projeto “*Fortalecimento da Autonomia e do Empreendedorismo das Mulheres*”, com objetivo central a formação “*Mulheres Convivendo com o Semiárido Pernambucano*”. Todos os municípios da região do Araripe foram selecionados para fazer parte do Projeto. Não há dados sobre as ações de 2014 até o término da nossa pesquisa, e não podemos afirmar se o Projeto de fato aconteceu.

Fortalecer projetos e ações direcionadas às mulheres da zona rural é primordial para o enfrentamento da violência na região porque, conforme os dados informados pelo CREAS Regional, que serão apresentados no tópico seguinte, a maioria das mulheres em situação de violência doméstica residem na área rural.

4.3 Os números da violência contra as mulheres no Sertão do Araripe

Na nossa pesquisa, elegemos como dados secundários os números da violência contra as mulheres na região, registrados em diferentes equipamentos da rede de atendimento. Embora acreditemos que exista uma sub-notificação dos casos, os números aqui trazidos representam a magnitude da problemática da violência na região, bem como demonstram a fragilidade da rede de enfrentamento da violência contra as mulheres. Esses dados serão apresentados a seguir, e têm como referência os anos de 2010 a 2013.

Este recorte temporal deve-se ao fato que o CREAS Regional, órgão estadual especializado no atendimento a vítimas de violência e articulador da rede na região, foi inaugurado em setembro de 2009, mas teve seu início forte de atuação a partir do ano seguinte. Fomos até 2013 porque não haveria tempo hábil para compilar os dados de 2014.

4.3.1 Dados do Hospital Regional Fernando Bezerra – Ouricuri

A primeira coleta de dados foi realizada no setor de epidemiologia do Hospital Regional Fernando Bezerra (HRFB), localizado em Ouricuri. Inicialmente, houve uma resistência da gestão em fornecer os dados, alegando que este tipo de notificação não era realizado. Alguns dias depois, a autorização foi concedida. No entanto, não tivemos acesso aos prontuários e o que nos foi repassado foram apenas números da Notificação Compulsória de Violência por ano e por município, sendo impossível obter dados importantes para a pesquisa, como idade da mulher vítima e tipo de agressão sofrida.

A procura pelos números de violência registrados neste equipamento foi baseada no aporte teórico já apresentado, e como enfatizam Schraiber e D'Oliveira (2003), as mulheres em situação de violência usam os serviços de saúde com maior frequência. Ressaltamos também a existência da Lei nº 10.778/2003, que estabelece a notificação compulsória para casos de violência contra a mulher, sejam eles confirmados ou suspeitos. As Tabelas 8 a 11 apresentam os números de notificações realizadas no Hospital Regional Fernando Bezerra (HRFB) no período de 2010 a 2013, de acordo com o município de residência da mulher em situação de violência. A Tabela 8 refere-se ao ano de 2010.

Tabela 8 – Números de Notificação de Violência do HRFB – Ano 2010

MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	ABRIL	DEZEMBRO	TOTAL
ARARIPINA	0	1	1
BODOCÓ	0	0	0
EXU	0	0	0
GRANITO	0	0	0
IPUBI	0	0	0
MOREILÂNDIA	0	0	0
OURICURI	1	3	4
SANTA CRUZ	0	0	0
SANTA FILOMENA	0	0	0
TRINDADE	0	0	0
TOTAL	1	4	5

Fonte: Setor de Epidemiologia do HRFB, 2014.

Esses números insignificantes apresentados na Tabela 8 devem-se ao fato que, até o ano de 2010, as notificações não eram realizadas de maneira periódica, e não porque as violências não aconteceram. Segundo informações do Setor de Epidemiologia, até o referido ano, a gestão estadual do hospital não realizava as devidas cobranças. A partir de 2011, o hospital começou a ser administrado pela Santa Casa de Misericórdia, e as notificações, de fato, começaram a ser feitas. Isto demonstra a importância da sensibilidade da gestão e dos profissionais no que se refere à temática da violência de gênero. A Tabela 9 apresenta os dados referentes ao ano de 2011.

Tabela 9 – Números de Notificação de Violência do HRFB – Ano 2011

MUNIC RESID	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
ARARIPINA	0	0	0	2	1	2	0	2	3	0	1	2	13
BODOCÓ	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	3
EXU	0	0	0	0	0	0	1	2	1	1	0	0	5
GRANITO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
IPUBI	0	1	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	4
MOREILÂNDIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OURICURI	2	2	5	14	20	9	11	10	12	11	10	8	114
SANTA CRUZ	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
ST. FILOMENA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TRINDADE	0	0	0	3	2	1	2	2	1	0	1	2	14
TOTAL	2	3	5	20	24	12	14	20	18	13	12	12	155

Fonte: Setor de Epidemiologia do HRFB, 2014.

É, como toda certeza, impressionante a diferença entre as Tabelas 8 e 9. Ressalta-se, no entanto, que o acréscimo de 150 notificações entre 2010 e 2011, não reflete o aumento proporcional da violência; apenas confirmam que a partir de 2011, a Lei nº 10.778/2003 começou a ser cumprida com mais rigor e eficácia.

Porém, chama-nos atenção a superioridade de casos notificados com mulheres residentes em Ouricuri. Como já dissemos anteriormente, o município não possui hospital

municipal, ficando o HRFB responsável por acolher toda a demanda. Por isso, os números dos outros municípios parecem insignificantes quando comparados aos de Ouricuri. Pode ser, embora não tenhamos a certeza, que os outros municípios realizem ações de acolhimento, atendimento e notificação dos casos de violência contra a mulher. Para o ano de 2011, além de Ouricuri, houveram notificações expressivas dos municípios de Araripina e Trindade.

A Tabela 10 confirma essa tendência de maior número de casos oriundos de Ouricuri no ano de 2012, porém reflete uma pequena diminuição nas notificações deste município, e um aumento na região como um todo.

Tabela 10 – Números de Notificação de Violência do HRFB – Ano 2012

MUNIC RESID	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
ARARIPINA	0	0	2	1	5	0	1	0	1	2	5	1	18
BODOCÓ	1	0	3	0	0	1	0	2	0	1	1	3	12
EXU	1	0	0	2	1	1	0	1	1	0	0	0	7
GRANITO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPUBI	0	0	1	1	0	1	2	1	0	2	1	3	12
MOREILÂNDIA	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	3	5
OURICURI	9	6	6	8	10	15	7	2	11	16	11	9	110
SANTA CRUZ	1	0	2	0	4	0	2	0	0	0	0	1	10
ST. FILOMENA	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
TRINDADE	1	0	0	5	0	2	2	1	3	2	1	2	19
TOTAL	13	6	14	18	20	21	15	8	16	23	19	22	195

Fonte: Setor de Epidemiologia do HRFB, 2014.

A Tabela 10 mostra um aumento de pouco mais de 25% nas notificações de violência. Em comparação com a Tabela 9, referente ao ano de 2011, percebe-se que a maioria dos municípios apresentou um aumento de casos, exceto Ouricuri (com uma diminuição de quatro casos) e Granito que passou de 1 para nenhum registro. Em 2011, dois municípios não tiveram casos registrados (Moreilândia e Santa Filomena); em 2012, apenas Granito ficou com zero⁴¹.

Na Tabela 10 é significativo o aumento registrado no município de Santa Cruz, que passou de uma notificação em 2011, para 10 em 2012, um aumento de 900%. Ainda tiveram aumento expressivo os municípios de Bodocó (de 3 para 12) e Ipubi (de 4 para 12). Esse aumento do número de notificações está na contramão dos dados da Secretaria de Defesa Social (SDS, 2014), que expressa uma diminuição dos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) na região, conforme a Tabela 2 já apresentada. Os CVLI referem-se ao grau máximo da violência, os homicídios, mas são uma importante representação da problemática da

⁴¹ Lembramos que esses números referem-se ao Hospital Regional Fernando Bezerra, sendo possível que os próprios municípios tenham realizado a notificação de algum caso.

violência na região. A Tabela 11 apresenta os números de casos registrados no HRFB em 2013.

Tabela 11 – Números de Notificação de Violência do HRFB – Ano 2013

MUNIC RESID	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
ARARIPINA	2	5	4	1	5	1	0	4	2	0	2	0	26
BODOCÓ	1	1	2	2	1	3	0	0	1	0	2	1	14
EXU	1	0	1	0	2	0	1	1	0	1	1	1	9
GRANITO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPUBI	1	1	1	0	3	1	1	1	0	0	1	1	11
MOREILÂNDIA	0	0	0	1	0	0	1	0	2	0	0	0	4
OURICURI	9	11	14	16	9	15	7	14	14	9	22	20	160
SANTA CRUZ	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	2	1	7
ST. FILOMENA	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	3
TRINDADE	0	2	2	1	4	3	0	3	4	2	1	0	22
TOTAL	14	21	25	22	24	25	12	23	23	12	31	24	256

Fonte: Setor de Epidemiologia do HRFB, 2014.

A Tabela 11 mostra um aumento de mais de 30% em relação ao ano de 2012 e de 65% comparado com 2011. O único município que continuou zerado de notificação foi Granito. Houve grande oscilação em relação ao ano de 2012. Municípios como Ipubi, Moreilândia e Santa Cruz apresentaram diminuição, mas pouco significativa. Já Bodocó, Exu, Santa Filomena e Trindade tiveram aumento, no entanto pequeno. Araripina veio numa ascendente, passando de 13 casos em 2011 para 26 em 2013, num acréscimo de 100%.

Na Tabela 11, o que mais chama atenção é o aumento registrado no município de Ouricuri. Após uma pequena diminuição no ano de 2012, houve um aumento de 50 casos no ano de 2013. Esse crescimento do número da violência contra a mulher registrado no HRFB está em consonância com os dados nos outros órgãos pesquisados, como veremos mais adiante.

4.3.2 Dados do CREAS Regional – Ouricuri

A segunda coleta de dados foi realizada no CREAS Regional Sertão do Araripe, localizado em Ouricuri, com abrangência nos dez municípios que compõem a região. O CREAS conta com equipe multiprofissional composta por assistente social, psicólogo, pedagoga, advogada e educadoras sociais, além da parte administrativa. O CREAS Regional pesquisado foi inaugurado em 14 de setembro de 2009, e é vinculado à SEDSDH/PE, realizando atendimento e acompanhamento psicossocial e jurídico a pessoas e famílias com direitos violados. Na região, o CREAS Regional tornou-se principal articulador entre os equipamentos dos diversos municípios, firmando parceria imprescindível com a Delegacia de

Polícia Civil, que através do Pacto Pela Vida (PPV), começou a encaminhar todos os boletins de ocorrência registrados com motivação de violência para triagem e acompanhamento do serviço. No entanto, esta articulação iniciou-se em 2014, ficando os números dessa ação fora do nosso recorte temporal.

As Tabelas 12 a 15 apresentam os números de casos de mulheres em situação de violência doméstica atendidas no CREAS Regional, no período de 2010 a 2013, apresentando outras variáveis importantes para análise do contexto. A Tabela 12 refere-se ao ano de 2010.

Tabela 12 – Mulheres em situação de violência atendidas no CREAS Regional – Ano 2010

MUNICÍPIO RESIDÊNCIA DA MULHER	ZONA DE RESIDÊNCIA	IDADE	TIPO DE VIOLAÇÃO	AGRESSOR
OURICURI	RURAL	43	PSICOLÓGICA	IRMÃO
OURICURI	RURAL	45	FÍSICA	ESPOSO
OURICURI	RURAL	40	PSICOLÓGICA	ESPOSO
GRANITO	RURAL	33	PSICOLÓGICA	ESPOSO
TRINDADE	RURAL	33	PSICOLÓGICA	COMPANHEIRO
GRANITO	RURAL	49	FÍSICA	ESPOSO
OURICURI	RURAL	52	FÍSICA E PSICOLÓGICA	ESPOSO
OURICURI	RURAL	44	PSICOLÓGICA	ESPOSO
GRANITO	RURAL	31	FÍSICA	ESPOSO
SANTA CRUZ	RURAL	30	PSICOLÓGICA	ESPOSO
OURICURI	RURAL	34	FÍSICA	COMPANHEIRO
OURICURI	RURAL	39	PSICOLÓGICA	GENRO

Fonte: CREAS Regional Sertão do Araripe, 2014

Conforme a Tabela 12, em 2010 o CREAS Regional atendeu e acompanhou doze casos de mulheres em situação de violência doméstica. O fato de a maioria ser de Ouricuri já foi debatido anteriormente. Apesar de realizar articulação regional, o CREAS está fisicamente situado no referido município, o que facilita a procura de mulheres residentes nele. Para realizar atendimentos das mulheres de outros municípios, de forma geral, o caso tem que ser encaminhado por um serviço do município de origem da mulher. Outro dado relevante é que em 100% dos casos a mulher era residente da zona rural dos municípios. Outra variável apresentada é a idade das mulheres. Na Tabela 12, todas as mulheres têm 30 anos ou mais, e a violência mais relatada é a psicológica. A Tabela 13 apresenta os números para o ano de 2011.

Tabela 13 – Mulheres em situação de violência atendidas no CREAS Regional em 2011

MUN. RESIDÊNCIA DA MULHER	ZONA DE RESIDÊNCIA	IDADE	TIPO DE VIOLAÇÃO	AGRESSOR
OURICURI	RURAL	60	FÍSICA E PSICOLÓGICA	FILHO
OURICURI	RURAL	58	FÍSICA	FILHO
OURICURI	RURAL	35	PSICOLÓGICA	ESPOSO
OURICURI	URBANA	84	NEGLIGÊNCIA	SOBRINHO
OURICURI	URBANA	28	SEXUAL	COMPANHEIRO
OURICURI	URBANA	61	NEGLIGÊNCIA	FILHO

Fonte: CREAS Regional Sertão do Araripe, 2014

Na Tabela 13, todas as mulheres atendidas são do município de Ouricuri, no entanto, já aparecem casos da zona urbana, ficando metade dos casos para cada zona de residência. Novamente a idade das mulheres está numa faixa acima dos trinta anos, sendo apenas uma mulher com idade inferior. Em relação aos agressores, a Tabela 13 mostra uma heterogeneidade: filho, sobrinho e esposo/companheiro. De qualquer forma, todos os agressores ainda são do sexo masculino e possuem um vínculo familiar com a mulher. No que concerne ao tipo de violação sofrida, também podemos perceber uma heterogeneidade. Aparece a violência sexual perpetrada pelo companheiro. A Tabela 14 resume os casos do ano 2012.

Tabela 14 – Mulheres em situação de violência atendidas no CREAS Regional em 2012

MUNICÍPIO RESIDÊNCIA DA MULHER	ZONA DE RESIDÊNCIA	IDADE	TIPO DE VIOLAÇÃO	AGRESSOR
OURICURI	RURAL	46	PSICOLÓGICA	IRMÃO
OURICURI	RURAL	69	FÍSICA E PSICOLÓGICA	CUIDADORA
OURICURI	RURAL	N.I.	PSICOLÓGICA	COMPANHEIRO

Fonte: CREAS Regional Sertão do Araripe, 2014

A diminuição dos números de casos atendidos é perceptível. No entanto, como a pesquisa não foi realizada nos CREAS municipais, não podemos inferir que a procura das mulheres por esse tipo de serviço diminuiu. Mais uma vez, todos os casos são da zona rural e do município de Ouricuri, bem como a maioria da violação é a violência psicológica. O que nos chama a atenção na Tabela 14 é aparecer uma mulher como agressora. Como a violência doméstica é definida como aquela perpetrada por pessoas que coabitam a mesma casa da vítima (CELMER, 2010), esse caso entrou nas estatísticas. Para efeitos da nossa pesquisa, levamos apenas em consideração quando os agressores eram parceiro íntimo das mulheres. A Tabela 15 apresenta os dados do ano 2013.

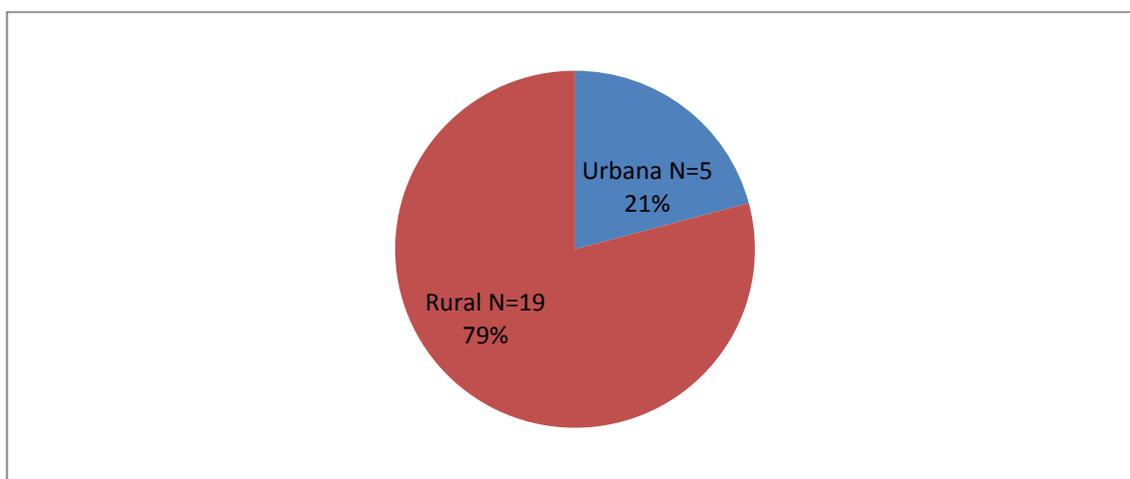
Tabela 15 – Mulheres em situação de violência atendidas no CREAS Regional em 2013

MUNICÍPIO RESIDÊNCIA DA MULHER	ZONA DE RESIDÊNCIA	IDADE	TIPO DE VIOLAÇÃO	AGRESSOR
OURICURI	URBANA	52	NEGLIGÊNCIA	FILHOS
OURICURI	URBANA	35	FÍSICA E PSICOLÓGICA	ESPOSO
OURICURI	RURAL	39	PSICOLÓGICA	ESPOSO

Fonte: CREAS Regional Sertão do Araripe, 2014

A Tabela 15 mostra que pela 1ª vez a maioria das mulheres é residente na área urbana do município, mas todas ainda são de Ouricuri. A faixa de idade continua acima dos 30 anos, e a violência psicológica é a mais relatada, e o esposo é o principal agressor.

Nenhum dos quadros apresentados faz referência à violência moral ou patrimonial. Da mesma forma, nenhum dos agressores era ex-companheiro, e sim atual. Os gráficos a seguir fazem um resumo das variáveis apontadas nas Tabelas 12 a 15. O CREAS Regional atendeu um total de 24 mulheres em situação de violência doméstica, entre 2010 e 2013.

**Gráfico 1** – Área de Residência da Mulher

Conforme o Gráfico 1, a maioria das mulheres atendidas no CREAS Regional durante os anos de referência, residem na zona rural de seus municípios. Na nossa pesquisa, tivemos participantes que representam esta parcela da população. Os dados trazidos pelo dispositivo mostram a necessidade premente de políticas públicas específicas para as mulheres da zona rural, que parecem estar mais propícias a situação de violência doméstica. Biancarelli (2006) lembra da dificuldade de procurar ajuda devido à distância entre as casas e para os serviços que compõem a rede. Vale lembrar que municípios como Ouricuri e Araripina sequer tem 100% de cobertura de Equipes de Saúde da Família, muito menos de outros serviços da assistência social ou da segurança pública.

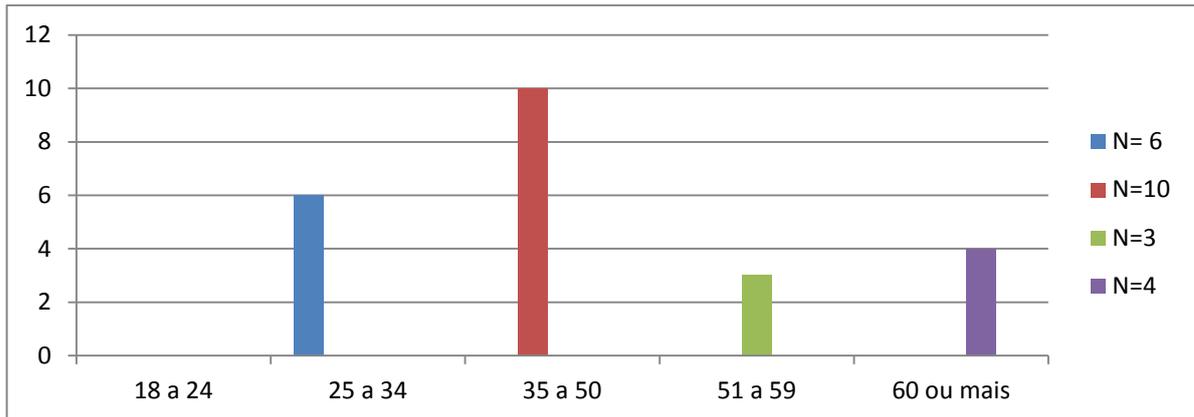


Gráfico 2 – Idade das mulheres

*N total = 23, porque a idade de uma das mulheres não foi informada.

Conforme o Gráfico 2, a faixa de idade que mais está em situação de violência no Araripe é de 35 a 50. A faixa de 18 a 24 anos não teve nenhuma notificação. Este dado diverge das pesquisas nacionais realizadas. Segundo o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2012), o intervalo de maior incidência de violência é de 20 a 29 anos.

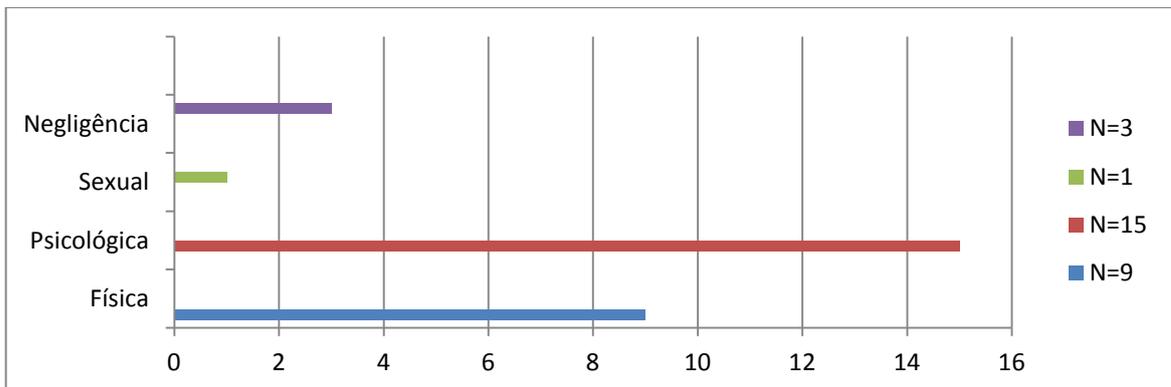


Gráfico 3 – Tipo de violação sofrida

*Tipos de violação não excludentes.

O Gráfico 3 relaciona os tipos de violação sofrida pelas mulheres, lembrando que as mulheres podem referir mais de um tipo. A violação mais mencionada é a violência psicológica, seguida da física. Este dado também diverge das pesquisas nacionais, como o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2012) que mencionam a física como a principal violação. No entanto, como o CREAS é um órgão que realiza atendimentos psicossociais, pode ser um motivo para as mulheres com esse tipo de violação serem as principais usuárias do serviço.

Aparece no nosso Gráfico 3 a violência sexual. Este tipo de violência é a mais difícil de ser denunciada, já que ainda há o censo comum que a mulher não pode recusar ter relações sexuais com o marido (HEISE; ELLSBERG; GOTTEMOELLER, 1999). Outro tipo de

violação apresentada, a negligência, aparece nessa tabela, para mulheres acima de 60 anos, conforme classificação da OMS (KRUG et al., 2002). Segundo este relatório, a negligência é caracterizada quando não se oferece os cuidados necessários. Nos dados coletados, este tipo de violação foi perpetrada pelos cuidadores.

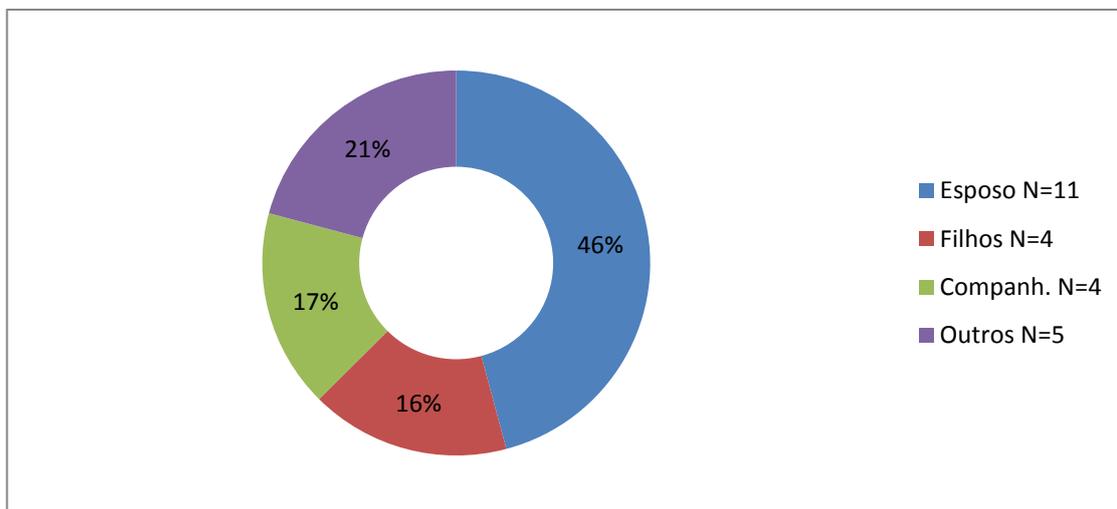


Gráfico 4 – Parentesco do agressor

No Gráfico 4, corroborando os dados de pesquisas mencionadas anteriormente, como a de Waiselfisz (2012), que em quase metade dos casos o esposo/companheiro é agressor; nos dados do CREAS este percentual ficou em 63%. Apenas em um dos casos o agressor não tinha qualquer grau de parentesco, no entanto residia na mesma casa que a mulher.

Os dados apresentados pelo CREAS Regional nos demonstram a fragilidade da rede de enfrentamento da violência contra as mulheres na região. Ficou evidente que a referência e contra-referência na região têm demonstrado grandes lacunas. Se no ano de 2012 o HRFB notificou 196 casos de violência, o CREAS Regional atendeu apenas três.

Esta diferença exorbitante nos remete algumas considerações importantes. Primeiro, o CREAS é regional, e, portanto, atua em toda a região, mas por ser sediado em Ouricuri, atende mais este município. Das 196 notificações do Hospital, em 110 a vítima era residente em Ouricuri. Importante frisar que não há informações se os outros casos foram encaminhados para os CREAS dos municípios de residência da vítima, já que não foi realizado este levantamento.

4.3.3 Dados da Delegacia de Polícia Civil – Ouricuri

A última coleta de dados quantitativos foi realizada na Delegacia de Polícia Civil de Ouricuri, já que não há Delegacia Especializada na região. A Delegacia de Ouricuri também é a delegacia de plantão, atendendo as ocorrências de flagrante no período da noite, nos fins de semana e nos feriados.

Apesar de muito bem recebidos, não tivemos acesso aos boletins de ocorrência, e o que nos foi repassado foram apenas números, sem especificar a natureza da violência denunciada, nem outros dados como a idade da mulher ou parentesco do agressor. No entanto, no que se refere à idade, em conversa informal, um dos agentes calcula que mais de 80% das mulheres estão entre 25 e 40 anos, e que o principal agressor é o marido ou companheiro. Infelizmente, os dados que confirmem isso não foram apresentados.

Importante frisar que, apesar de ser a delegacia de plantão, os casos apontados nas tabelas a seguir se referem apenas ao município de Ouricuri. Isto porque, conforme nos foi explicado, no dia seguinte o boletim segue para o município de origem e lá ocorrerá o inquérito e o processo. Além disso, o Sistema Infopol⁴² passou a especificar as ocorrências relacionadas à Lei Maria da Penha a partir de agosto de 2011, por isso os dados informados são a partir de tal período, e estão apresentados na Tabela 16.

Tabela 16 – Ocorrências relacionadas à Lei Maria da Penha em Ouricuri

ANO	Nº DE OCORRÊNCIAS
2011 (a partir de agosto)	46
2012	193
2013	128

Fonte: 201^a Delegacia Circ. de Ouricuri, 2014

A Tabela 16 mostra uma lacuna no ano de 2011, já que os dados começaram a ser especificados a partir de agosto. Fazendo uma projeção para o ano todo, proporcionalmente, teríamos uma média de 110 ocorrências no ano⁴³. Este seria quase o mesmo número de notificações de violência realizadas no Hospital Regional, que em 2011, para o município de Ouricuri, realizou 114 (ver Tabela 9). Se pegarmos os números exatos divulgados, de agosto até dezembro foram 46 ocorrências na Delegacia, e 51 notificações de violência no HRFB. Essa divergência pode ocorrer porque a Lei 10.778/2003 que estabelece a notificação

⁴² Sistema de Informação Policial.

⁴³ Este número projetado refere-se ao cálculo aproximado realizado: 46 casos em cinco meses; portanto, 110 casos em 12 meses.

compulsória em casos de violência contra a mulher, diz que casos *confirmados ou suspeitos* devem ser informados.

Realizando um cruzamento dos dados com os apresentados pelo CREAS Regional, fica mais do que evidente a falha na rede de enfrentamento da violência contra a mulher na região. No ano de 2011 o CREAS acompanhou seis casos de mulheres em situação de violência doméstica (ver Tabela 13).

Em relação ao ano de 2012, foram 193 ocorrências de violência doméstica contra a mulher, registrados como Lei Maria da Penha, no município de Ouricuri. Percebe-se que houve um aumento em relação ao ano de 2011, considerando a projeção proporcional que realizamos, de aproximadamente 110 casos no ano. O aumento considerado seria de 75% nas ocorrências. Relacionando esses números às notificações realizadas no HRFB, encontramos uma grande divergência. O Hospital notificou 110 casos durante todo o ano de 2012 (ver Tabela 10), bem abaixo do número de ocorrências registradas.

Segundo a Tabela 16, o ano de 2012 foi o que mais teve registros de ocorrências relacionadas à Lei Maria da Penha. Esse dado não segue a tendência dos CVLI na região. Conforme a Tabela 1, o ano de 2012 apresentou uma queda nos homicídios, inclusive o de mulheres, sendo o menor nos três anos de referência (2011 a 2013). Não sabemos se o grande número de ocorrências teve efeito contrário no número de homicídios de mulheres: os homens podem ter ficado acuados, já que perceberam que as mulheres estavam se empoderando da situação e perdendo o medo de denunciar.

Realizando o cruzamento dos dados com os do CREAS Regional, a situação não mudou; pelo contrário, parece ter piorado. Segundo a Tabela 14, o CREAS acompanhou apenas três casos de mulheres em situação de violência durante o ano de 2012. Número insignificante diante das 193 ocorrências registradas na delegacia, bem como as 110 notificações realizadas no HRFB.

No que concerne ao ano de 2013, as ocorrências apresentaram uma queda de quase 34%, passando de 193 para 128 registros. Igualmente ao ano anterior, há uma diferença considerável entre os números de ocorrências na delegacia e as notificações realizadas no hospital, que foram 160 para o município de Ouricuri (ver Tabela 11). Da mesma forma, o CREAS Regional acompanhou três casos de mulheres em situação de violência doméstica (ver Tabela 15), um número ínfimo diante da grandeza dos números registrados na delegacia e no hospital.

A Delegacia de Ouricuri também forneceu os números de inquéritos encaminhados à Justiça relacionados à Lei Maria da Penha. Ou seja, nem toda ocorrência instaura um

inquérito que vai ser um processo na justiça. Segundo os agentes da polícia, a gravidade do fato determina se será feito um inquérito ou simplesmente será lavrado um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO). A Tabela 17 apresenta esses dados referentes aos anos de 2012 e 2013, pois antes, segundo informação do agente administrativo da Delegacia, esse relatório não era realizado.

Tabela 17 – Inquéritos encaminhados à Justiça relacionados à Lei Maria da Penha em Ouricuri

ANO	Nº DE INQUÉRITOS
2012	83
2013	70

Fonte: 201ª Delegacia Circ. De Ouricuri, 2014

Conforme a Tabela 17, menos da metade das ocorrências relacionadas à Lei Maria da Penha registradas na delegacia em 2012 seguiram para a Justiça. Não podemos afirmar o motivo desta diferença, já que a mudança ocorrida na Lei Maria da Penha não permite que a mulher retire a queixa na Delegacia, e porque toda lavratura de boletim de ocorrência gera a obrigatoriedade de instauração de inquérito policial. Vale ressaltar que a Lei Maria da Penha modificou a Lei 9.099/1995 para que a violência doméstica e familiar contra a mulher deixasse de ser um crime de menor potencialidade⁴⁴.

Se a Lei diz que o crime doméstico contra a mulher não pode ser considerado de menor potencialidade, não poderia ser lavrado um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO). No entanto, não é isso que se verifica na prática. Em conversa informal nos foi relatado que, dependendo da gravidade da lesão, o delegado tem, inclusive, arbitrado fiança, o que seria contra os preceitos da Lei Maria da Penha.

Assim, fica-nos a dúvida: por que as denúncias não foram encaminhadas à Justiça? Por que o inquérito ainda não foi concluído? Se pensarmos que os casos são de 2012, essa explicação é pouco provável. Outra possibilidade é o crime continuado⁴⁵, quando a mulher realiza vários registros de ocorrência contra um mesmo homem, podendo também ser aplicado o Princípio da Economia Processual⁴⁶. Porém, verificar o motivo real dessa situação ultrapassou os limites desta pesquisa.

⁴⁴ O artigo 17 da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) veda a possibilidade de imposição como pena por qualquer crime cometido no contexto familiar a pena de prestação pecuniária ou multa.

⁴⁵ Segundo o artigo 71 do Código Penal Brasileiro, se uma pessoa pratica dois ou mais crimes da mesma espécie, de acordo com as condições de tempo, lugar ou maneira semelhantes, é aplicado pena de um crime, dando a entender que os delitos posteriores são continuação do primeiro.

⁴⁶ A finalidade deste princípio é atingir um objetivo prático e seguro com o mínimo de atos processuais possíveis.

A Tabela 18 realiza um cruzamento dos dados quantitativos sobre a violência contra a mulher no Sertão do Araripe, nos três órgãos pesquisados.

Tabela 18 – Cruzamento dos dados de violência do HRFB, CREAS Regional e Delegacia de Polícia – Anos 2010 a 2013

LOCAL DE REGISTRO	ANO			
	2010	2011	2012	2013
HRFB – Ouricuri	5*	155	195	256
CREAS Regional – Ouricuri	12	6	3	3
Delegacia de Polícia Civil de Ouricuri	N.I.	46**	193	128

*Dados de Abril e Dezembro de 2010

** Dados de Agosto a Dezembro de 2011

A Tabela 18 demonstra claramente a falta de articulação entre os órgãos, expressos nas diferenças entre os números de cada um dos serviços. Importante frisar, por exemplo, que os números do HRFB são de toda a regional; assim, as 193 ocorrências da Delegacia em 2012 não estão contidas nas 195 notificações, visto que, conforme a Tabela 10 foram 110 notificações do município de Ouricuri.

Como o município de Ouricuri não possui hospital municipal ficam as dúvidas: Onde essas mulheres realizaram o exame de corpo de delito? Alguma não foi encaminhada para a realização do exame, tão importante para informar a gravidade da lesão? Ou o Hospital não está notificando devidamente, deixando de informar alguma situação? Infelizmente, não temos dados suficientes para responder essas perguntas, e compreender onde estaria ocorrendo falha.

Os números revelam que os encaminhamentos não são realizados ou ainda que as mulheres em situação de violência doméstica não conhecem e/ou não confiam e/ou não utilizam a rede de enfrentamento da violência contra a mulher na região do Araripe de Pernambuco, e por isso, órgãos importantes como o CREAS, que realizam atendimento psicossocial, tenham números tão pequenos de casos diante da enorme demanda da Delegacia e do Hospital.

No próximo capítulo, apresentamos análises das entrevistas realizadas com mulheres residentes no Sertão do Araripe, que estão ou estiveram em situação de violência doméstica, e que utilizaram algum desses equipamentos da rede de atendimento, entre os anos de 2010 e 2013.

5 ANALISANDO CASOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO SERTÃO DO ARARIPE

*No Nordeste o homem quando é traído tem que matar.
Se fosse no Rio de Janeiro, tudo bem.
Eu enchia os cornos, te dava uns catiripapos e tava tudo certo.
Mas aqui no Nordeste eu vou ter que dar uma de macho...*

Trecho da peça de teatro “*Lisbela e o Prisioneiro*”, do pernambucano Osman Lins.

Neste capítulo, apresentamos um estudo descritivo de casos de mulheres em situação de violência doméstica, analisando os resultados da pesquisa de campo. Para uma melhor compreensão da problemática da violência doméstica contra a mulher na região, utilizamos uma entrevista semiestruturada com cinco mulheres em situação de violência, atual ou passada, buscando explorar as subjetividades presentes em suas respostas.

A partir do desenho teórico delineado em nossa pesquisa, partimos do pressuposto que as mulheres em situação de violência doméstica na região do Araripe de Pernambuco não compreendem as violações sofridas como violência, e que tinham como principais papéis da mulher os de esposa e de mãe.

O universo da pesquisa de campo envolveu cinco casos de mulheres em situação de violência doméstica, atual ou passada, residentes no Sertão do Araripe de Pernambuco. Todas as mulheres entrevistadas foram atendidas em algum ponto de atenção que configura a rede de enfrentamento⁴⁷, entre os anos de 2010 a 2013. Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 163), a amostra da pesquisa “é uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”, que pode ser representativo ou não da população em estudo. Na nossa pesquisa utilizamos a amostragem estratificada, que se caracteriza pela seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada, por exemplo: idade, cor da pele, etc. Este tipo de amostragem tem como principal vantagem o fato de assegurar a representatividade do universo a ser pesquisado.

Para a análise dos dados qualitativos, utilizamos a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2004), com o intuito de identificar os conteúdos subjacentes e latentes das entrevistas. Dentro da análise de conteúdo, escolheu-se a análise categorial, que funciona pelas operações de desmembramento do conteúdo em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Em outras palavras, “a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente,

⁴⁷ Ficará evidente na análise das entrevistas que nem todas as mulheres compreendem a rede de enfrentamento, mesmo tendo feito uso desta rede, principalmente de equipamentos como o Posto de Saúde da Família (PSF).

por reagrupamentos segundo o gênero com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2004, p. 119). A autora afirma que para a realização da análise, as unidades de codificação podem ser agrupadas em função de unidades superiores e mais abrangentes, denominadas unidades de contexto, que permitem compreender a significação dos itens obtidos, repondo-os no seu contexto.

Para tratamento e interpretação dos dados qualitativos da pesquisa de campo, tomamos como referência em nosso estudo algumas categorias analíticas relacionadas com nosso aporte teórico, para a interpretação das entrevistas semiestruturadas, assim relacionadas:

- CATEGORIA ANALÍTICA 1: Violência doméstica contra as mulheres – regularidade de temas, expressões que enunciam a presença de violações de direitos, principais violências sofridas, percepção dessas violências;
- CATEGORIA ANALÍTICA 2: Relações de Gênero – palavras, expressões que remetem questões sobre o papel da mulher na sociedade, estigma, discriminação;
- CATEGORIA ANALÍTICA 3: Relações de Poder – frequência com que são atribuídas palavras de dominação, expressões correlacionadas com a cultura patriarcal, familiar e social.

As mulheres participantes da pesquisa buscaram atendimento em algum dispositivo da rede de enfrentamento da violência contra as mulheres, entre os anos de 2010 e 2013, mesmo recorte temporal dos dados quantitativos analisados. Restringimos os municípios de residência para Ouricuri e Araripina, visto que são os polos regionais, os mais populosos e com maiores índices de violência contra as mulheres.

Utilizamos ainda como critério de inclusão mulheres a partir dos 18 anos de idade. As entrevistadas foram contatadas para participar da pesquisa, no intuito de representarem a heterogeneidade das mulheres da região. Todas leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cujo modelo está no Apêndice B.

As entrevistas com as mulheres residentes em Araripina foram realizadas na Secretaria da Mulher do município, espaço gentilmente cedido pela secretária. Para as mulheres residentes em Ouricuri, duas entrevistas aconteceram no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade, com autorização da coordenadora do local, e uma na casa da mãe da participante. O Quadro 3 apresenta as características das mulheres participantes da pesquisa.

Quadro 3 – Características das Participantes da Pesquisa

MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	OURICURI – 3 ARARIPINA – 2
ÁREA DE RESIDÊNCIA	ZONA URBANA – 4 ZONA RURAL – 1
COR DA PELE	BRANCA – 1 PARDA – 3 PRETA – 1
IDADE	18 A 29 ANOS – 1 30 A 49 ANOS – 3 50 ANOS OU MAIS – 1
RENDA* MENSAL DA MULHER	ATÉ 1 SM – 1 ATÉ 3 SM – 2 ATÉ 5 SM – 2
GRAU DE ESCOLARIDADE	ATÉ ENSINO FUND – 2 ATÉ ENSINO MÉDIO – 1 SUPERIOR COMPL OU MAIS – 2

Fonte: Primária

*Cálculo realizado usando como referência o SM de 2014: R\$ 724,00.

Conforme o Quadro acima, a heterogeneidade das mulheres foi alcançada, conforme a amostragem estratificada escolhida para garantir a representatividade de cada característica desejada.

Para a coleta de dados, utilizamos uma entrevista com roteiro semiestruturado (APÊNDICE A), e para manter o sigilo das participantes, seus nomes verdadeiros foram preservados. Durante a entrevista, solicitamos às mulheres que dessem outro nome a si mesmo, uma palavra que representasse o momento da vida que estavam passando, e que tivesse um significado para elas. Assim, as participantes da pesquisa são denominadas de:

- 1 – Esperança: esta palavra foi escolhida, segundo a participante, porque “sem esperança a gente não consegue mudar nada”;
- 2 – Superação: a palavra é repetida várias vezes durante a entrevista, e a participante diz que já está conseguindo superar o que aconteceu, “em relação a minha vida e dos meus filhos, sem ele”;
- 3 – Socorro: a participante diz que Socorro é o nome de sua melhor amiga e por isso o escolheu. No entanto, poderíamos pensar que a escolha também se reflete num pedido de “socorro”, já que ela é uma das participantes da pesquisa que permanece em situação de violência doméstica;
- 4 – Felicidade: a participante disse que tem tudo, menos a felicidade, “eu queria ser feliz, mas queria ser feliz com ele”;
- 5 – Mudança: segundo a entrevistada, mudanças aconteceram na sua vida, mas ela queria mais, “queria mudar tudo por tudo”.

Elaboramos quadros analíticos com as respostas das participantes da pesquisa. Cada quadro está organizado por uma categoria analítica que descrevemos no começo do capítulo. Os quadros analíticos foram sistematizados em três colunas: Coluna 1 (Categoria Analítica), Coluna 2 (Unidade de Registro); e Coluna 3 (Unidade de Contexto). Para cada categoria analítica escolhida, apresentamos um quadro para cada mulher entrevistada, totalizando quinze quadros analíticos. A análise das entrevistas será apresentada a seguir, de acordo com cada categoria.

5.1 Categoria Analítica 1 – Violência doméstica contra as mulheres

Buscando compreender a visão das mulheres em situação de violência doméstica sobre a violência sofrida, elaboramos os quadros analíticos, organizando as unidades de registro em seis perspectivas: 1 – Concepção e identificação dos tipos de violência sofrida; 2 – Motivação da violência sofrida; 3 – Ciclo da violência; 4 – Motivos para permanecer no Ciclo de Violência; 5 – Consequências da violência; e 6 – Conhecimento da Rede de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

O Quadro 4 apresenta as respostas da entrevista semiestruturada com a participante de codinome Esperança.

Quadro 4: Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 1 – Entrevistada Esperança

ANÁLISE DE CONTEÚDO		ENTREVISTADA ESPERANÇA	
CATEGORIA ANALÍTICA	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO	
1 – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES	Concepção e identificação dos tipos de violência sofrida	Entrevistadora: Como e quando foi a 1ª vez que você se sentiu agredida?	
		Esperança: Meu filho tava chorando muito, querendo comer, e o pai queria ficar com ele no braço a todo custo. E eu fui tentar tirar o menino do braço dele. Foi a 1ª vez que ele me deu um tapa. Eu caí com o tapa, sangrou o nariz.	
	Motivação da violência sofrida	Entrevistadora: Que tipos de violência você considera que sofreu?	
Esperança: Demorou pra ter outro episódio de violência. Tinha assim... violências psicológicas. Sempre teve muita, durante todo o relacionamento. Denegria, colocava pra baixo, palavras grosseiras, que mexem com a gente, com o íntimo. Eu sei que cada dia minha autoestima baixava mais. Teve a violência patrimonial, ele ficou com tudo meu. [...] A agressão ainda continua de outras formas. Ele não dá dinheiro de pensão, quer tomar os filhos... vai te dilacerando até a última gota.			
		Entrevistadora: Pra você, existiam motivações para a violência?	
		Esperança: Na 1ª vez... ele tava bêbado. Depois, quando já estávamos separados... ele foi fazer tratamento psicológico. Foi uma questão da família mesmo. Foi visto que ele tem problema bipolar.	

	Ciclo da violência	<p>Entrevistadora: Você demorou pra ter coragem de romper o vínculo...</p> <p>Esperança: Ele ficava arrependido. Eu ganhava muitos presentes. Cheguei a ganhar até carro. E todas as promessas de arrependimento... Ele chorava muito depois.</p>
	Motivos para permanecer no Ciclo	<p>Entrevistadora: Apesar das agressões terem começado logo, o que fez com que você mantivesse esse relacionamento por 14 anos?</p> <p>Esperança: Por questões de religião, por tentar estar junto, ainda fiquei muito tempo casada, pra ver se ainda dava certo...</p> <p>[...] Sempre tem a questão de achar que tem que estar juntos por causa dos filhos. É frustrante ver seus sonhos, de família sendo destruído, não era bem o que eu tinha em mente pra minha vida. É uma questão que tem que desconstruir muitos sonhos pra sair desse círculo.</p>
	Consequências da violência	<p>Entrevistadora: Depois de sofrer essas violências, percebe algo diferente, o que foi que mudou?</p> <p>Esperança: Engordei 30kg, tive que fazer redução... Até hoje a questão do peso, fico oscilando. [...] Sei que tenho a necessidade de acompanhamento psicológico, com certeza.</p>
	Conhecimento da Rede de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres	<p>Entrevistadora: Você conhece como está a estrutura do município em relação a essa questão da violência contra a mulher?</p> <p>Esperança: Conheço. Mas só fui até a delegacia fazer a denúncia. Não fui encaminhada pra nenhum acompanhamento.</p> <p>[...] Percebo que a Lei Maria da Penha é uma questão de engatinhar mesmo, está engatinhando, porque precisa de tantas coisas.</p>

Fonte: Primária, 2014.

No Quadro 4, observamos que a participante compreende que as agressões que sofria era uma violência, uma violação de direitos. Na sua percepção, ela sofreu violência desde o início do relacionamento. No entanto, há uma contradição em sua fala: ela diz que demorou muito tempo para ter outro episódio de violência. Neste caso, a participante se refere apenas à violência física, como se apenas esse tipo representasse uma violação. Por outro lado, ela afirma que sofreu violência psicológica durante todo o relacionamento. Sua compreensão de violência psicológica está adequada ao que diz a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), como ações que reduzem a autoestima, e causam constrangimento e humilhações.

Nas tipificações da violência, a participante também refere ter sofrido a patrimonial, que segundo a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), se configura, entre outras coisas, na retenção de documentos e recursos econômicos. Além, evidentemente, de ter sofrido violência física, especificada por Strey e Werba (2001) como empurrões, tapas, socos, etc.

Apesar de seu entendimento de que as agressões que sofria se configurava como violência doméstica, a participante ainda permaneceu casada por vários anos. Na tentativa de buscar um motivo ou justificativa para a situação de violência que passou, a participante lembra que na 1ª agressão que sofreu o marido estava sob efeito de bebida alcoólica. É

importante lembrar que esta 1ª agressão refere-se à violência física sofrida, e não as violências psicológicas, que segundo a própria entrevistada, sempre aconteceram. Na pesquisa realizada por Okada (2007), 39,5% das mulheres entrevistadas listou o alcoolismo como razão para a violência sofrida. Vale ressaltar que mesmo pessoas que não bebem podem ser violentas. As drogas em geral podem até provocar atitudes violentas, já que tem um efeito desinibidor, mas não podem e não devem ser apontadas como causas da violência contra a mulher.

Em relação ao ciclo de violência, a entrevistada confirma o exposto por Heise, Ellsberg e Gottemoeller (1999), que a violência não é cometida em evento isolado, e sim por várias formas de agressão. A participante narra o que compreendemos como a fase de lua-de-mel do ciclo de violência (WALTER, 1979): choro, promessa de arrependimento e presentes.

Sobre os motivos para permanecer na situação de violência, Esperança relatou que além da questão religiosa, não queria ver sua família “destruída”. Este dado corrobora o apontado por Gomes (2008), de que as mulheres têm o sonho de manter a família nuclear.

Ainda em relação à pesquisa de Okada (2007), nenhuma mulher relatou problemas psicológicos por parte do companheiro como motivação para a violência. A participante da nossa pesquisada relata que seu ex-marido foi para tratamento psiquiátrico. Esse dado é importante, visto que as políticas públicas de acompanhamento e tratamento (quando for o caso) para homens que cometem violência são praticamente inexistentes. No Estado de Pernambuco, a Gerência de Penas Alternativas e Integração Social (GEPAIS), vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDS DH/PE), tem o objetivo de apoiar o Sistema de Justiça, acelerando o julgamento de crimes de menor potencial ofensivo e violência doméstica, realizando atendimentos psicossociais aos autores e vítimas de violência. Não encontramos dados sobre esses atendimentos aos homens que cometem violência doméstica contra a mulher, nem quais seriam essas penas.

Ao verificar as consequências da violência sofrida, a participante relata questões psicológicas que refletiram em questões físicas, como o fato de ter engordado cerca de 30 kg no período pós-separação. Isto pode estar diretamente relacionado a problemas de ansiedade e/ou depressivos, muito comuns em mulheres que sofrem violência doméstica, conforme pontuam Mozzambani et al. (2011).

No que concerne ao conhecimento da participante sobre a rede de enfrentamento, ela diz saber dos equipamentos, mas mesmo assim, foi apenas até a delegacia fazer a denúncia e não utilizou outros serviços. Ela relata que seu filho faz acompanhamento psicológico, mas não foi encaminhado pela rede. A delegacia que registrou a queixa também não fez qualquer encaminhamento, seja para serviços de saúde ou de assistência social. Esse fato corrobora

nossa percepção anterior de que a rede do Sertão do Araripe ainda está desarticulada, sem realizar os encaminhamentos com a frequência devida. A percepção da entrevistada sobre a Lei Maria da Penha é enfática: ainda está engatinhando, porque é preciso mudar muitas coisas na aplicação da referida lei.

O Quadro 5 apresenta as respostas da Entrevistada Superação para a categoria analítica 1.

Quadro 5: Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 1 – Entrevistada Superação

ANÁLISE DE CONTEÚDO	ENTREVISTADA ESPERANÇA	
CATEGORIA ANALÍTICA	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
1 – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES	Concepção da violência doméstica e identificação dos tipos de violência sofrida	Entrevistadora: Como e quando foi a 1ª vez que você se sentiu agredida?
		Superação: Ele já vinha sendo agressivo comigo com palavras. [...] me chamou de rapariga, prostituta, um monte de coisa. Ele partiu pra cima de mim sem eu nem esperar. Ele me bateu do portão da minha casa até meu quarto. Fiquei toda machucada, meu olho tava todo preto, fechado, todo roxo, peito, seio, tudo, de chute mesmo. Bateu, bateu, bateu...
	Motivação da violência sofrida	Entrevistadora: Ele te agredia de outras formas?
		Superação: Verbalmente.
		Entrevistadora: Psicologicamente?
Superação: (sim, com a cabeça) Já estava desgastado [o casamento].		
Ciclo da violência	Entrevistadora: Pra você, existiam motivações para a violência?	
	Superação: Ele tava alterado. Só que ele estava bom. Não tava bêbado. Ele tinha bebido, mas não estava bêbado. [...] Ciúme, né?	
Motivos para permanecer no Ciclo	Entrevistadora: Na 1ª agressão física, você já teve a coragem de denunciar.	
	Superação: No dia seguinte ele me viu, começou a chorar e tudo, arrependido do que fez. [...] Eu fui muito espancada. Mas fui espancada só uma vez!	
Consequências da violência	Entrevistadora: E como foi depois de fazer a denúncia?	
	Esperança: Ele me marcou muito, mas eu consegui superar e hoje falo disso numa boa e sem medo. Eu incentivo as pessoas a denunciar... E bola pra frente, a vida continua!	
	Entrevistadora: E depois de toda essa agressão, teve alguma consequência, alguma seqüela?	
	Superação: Não tenho força nenhuma no braço esquerdo, nem uma garrafa PET eu abro. Porque realmente, ele foi colocando meu braço pra trás, e hoje eu faço fisioterapia. Meu joelho abriu, tenho cicatriz grande,	

		o osso ficou pra fora do joelho.
	Conhecimento da Rede de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres	<p>Entrevistadora: Depois de fazer a denúncia na delegacia, houve algum encaminhamento pra outro tipo de serviço?</p> <p>Superação: Não... nada.</p> <p>Entrevistadora: Mesmo que não tenha ido, você sabe quais são os dispositivos do município?</p> <p>Superação: Até agora, a única pessoa que me ligou, me deu assistência quando soube, foi Fabíola [secretária da mulher de Araripina] mesmo. Mas eu nunca tive acompanhamento, nem procurei nenhum órgão.</p>

Fonte: Primária, 2014.

De acordo com o Quadro 5, observamos que a participante relata como primeira forma de violência sofrida, a verbal, que pode ser configurada como psicológica, através do uso de palavras de baixo calão e insultos; podendo ser também considerada como violência moral, por difamação, com uso de xingamentos, como “prostituta”. Além disso, a participante conta com detalhes a agressão física que sofreu, com tapas, socos e chutes, conforme conceituação da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). O relato da agressão física sofrida por Superação demonstra a dimensão da desdemonização trazida por Arendt (1985), ou seja, a violência não é algo irracional, pois o marido foi para casa, esperou e planejou o momento em que cometeria as agressões. Por isso Arendt (2007) reforça a ideia de que na violência não há diálogo.

No que se refere à motivação da agressão, a participante aponta o ciúme do marido. Esse dado também foi encontrado na pesquisa de Okada (2007), motivo apontado por todas as entrevistadas, mesmo aquelas que apresentavam mais de uma causa. Essa questão do ciúme traz arraigada a questão da mulher como objeto do marido, como se o homem tivesse direito de “posse”, baseado numa questão sociocultural patriarcal, conforme visto no capítulo 2. Ademais, lembramos o conceito de Arendt (1985) de que na violência o agressor vê a vítima como simples objeto.

A entrevistada Superação foi a única que acabou o casamento após o primeiro episódio de violência física. Mesmo afirmando que já sofria violência psicológica anteriormente, a participante só pensou em fazer algo após a agressão física. O ciclo de violência foi pequeno, mas pode ser percebido na fala da participante ao dizer que o marido “chorou, arrependido”, o que caracterizaria a fase de lua-de-mel. No entanto, o ciclo foi interrompido já que o relacionamento terminou após o primeiro episódio de explosão de violência, e assim, também não foi identificado os motivos para permanecer no Ciclo – isto porque o Ciclo existiu, mesmo sendo pequeno, já que a entrevistada relatou que sofria

violência verbal há algum tempo. Parece-nos, no entanto, que se a violência permanecesse sendo verbal/psicológica, a entrevistada talvez continuasse com o casamento; o que ela não admitiu foi a violência física.

Como consequências da violência, a participante relatou várias questões físicas, inclusive com a necessidade de fazer fisioterapia. Este fato confirma a importância dos serviços de saúde na rede de atendimento as mulheres em situação de violência. Minayo e Souza (1998) afirmam que os profissionais da saúde devem atuar na assistência e prevenção dos agravos físicos e psicológicos.

Em relação ao conhecimento da rede de enfrentamento, a participante diz que não foi encaminhada a nenhum órgão, embora tenha conhecimento da rede. No dia da agressão física sofrida, foi por iniciativa própria realizar o exame de corpo de delito, isto porque só pode realizar a denúncia alguns dias depois do fato, já que a delegacia da cidade estava fechada porque era feriado, e ela deveria se deslocar até a delegacia de plantão, em outro município. Esse dado corrobora os números quantitativos apresentados no capítulo anterior, que refletem a falta de articulação entre os dispositivos da rede. A única ajuda que teve foi da secretaria da mulher do município. Isto aponta a importância dos organismos municipais de políticas para as mulheres, ainda muito incipientes na região.

O Quadro 6 apresenta as respostas da Entrevistada Socorro para a categoria analítica 1.

Quadro 6: Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 1 – Entrevistada Socorro

ANÁLISE DE CONTEÚDO		ENTREVISTADA ESPERANÇA	
CATEGORIA ANALÍTICA	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO	
1 – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES	Concepção da violência doméstica e identificação dos tipos de violência sofrida	<p>Entrevistadora: Como e quando foi a 1ª vez que você se sentiu agredida?</p> <p>Socorro: Faz muito tempo... tô lembrada não.</p> <p>Entrevistada: E já se sentiu agredida muitas vezes?</p> <p>Socorro: Não, só dessa vez.</p> <p>Entrevistadora: E como foi?</p> <p>Socorro: Ele veio pra me empurrar.</p> <p>Entrevistadora: Foi só o empurrão? Teve outra coisa?</p> <p>Socorro: Não, foi só o empurrão.</p>	
	Motivação da violência sofrida	<p>Entrevistadora: Quando foi que ele cometeu violência doméstica?</p> <p>Socorro: Bateu quando ele arrumou uma amante.</p> <p>Entrevistadora: E naquele dia, sabe o motivo dele ter te agredido?</p>	

		Socorro: Porque eu também peguei o capacete pra lascar a cabeça dele! [enfática]
		Entrevistadora: Então, no dia que vocês discutiram ele tinha bebido. É isso?
		Socorro: Foi. Se ele tivesse bom... Ele não faz nada comigo, não.
Ciclo da violência		Entrevistadora: E depois da denúncia, o que aconteceu?
		Socorro: Eu chamei Vitória*, ela chamou a atenção dele, ele disse que não ia mais beber, e parou de me judiar. Faz três meses que ele parou de beber e de me judiar.
		Entrevistadora: E mudou alguma coisa [após ele ser preso e liberado]?
		Socorro: Ele melhorou 100% a vista do que ele era.
Motivos para permanecer no Ciclo		Entrevistadora: E como foi, naquele momento ele não ficou preso? O que aconteceu?
		Socorro: Não. Ele disse aos policiais que ia se ajeitar, prometeu que não ia beber mais, que não ia me maltratar mais
		Entrevistadora: E assim ele tem feito?
		Socorro: (sim com a cabeça)
		Entrevistadora: Está tudo tranquilo?
		Socorro: (sim com a cabeça)
Consequências da violência		Entrevistadora: E depois de toda essa agressão, teve alguma mudança em você?
		Socorro: Fiz tratamento com psiquiatra, tomei muitos remédios, tive depressão.
		[...] Esse medo... mesmo que ele não esteja fazendo nada...
Conhecimento da Rede de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres		Entrevistadora: Você conhece algum lugar aqui na região pra procurar ajuda?
		Socorro: Na Maria da Penha!
		Entrevistadora: E como chega na Maria da Penha? Vai aonde?
		Socorro: Vai na cadeia!
		Entrevistadora: E conhece outro lugar que possa procurar?
		Socorro: Não sei...

Fonte: Primária, 2014.

*Nome fictício.

Podemos observar através do Quadro 6 que a entrevistada Socorro apresenta diversas contradições. Ao verificar sua concepção de violência, ela relata só ter sido agredida uma única vez, com um empurrão, configurando a violência física. Em seguida, ao falar sobre a motivação da violência, a participante utiliza o verbo “bater”, o que no nosso entendimento é uma gradação dos atos que configuram a violência física. Socorro diz que esse “único”

episódio foi há muito tempo, mas mais adiante na entrevista, diz que faz três meses que o companheiro deixou de agredi-la. Assim, Socorro parece não reconhecer as inúmeras violências que sofre ou, no mínimo, tenta escondê-las, diminuindo a gravidade dos fatos.

Assim como a pesquisa de Okada (2007), a participante considera que o uso de bebida alcoólica por seu companheiro é um dos motivos da violência. Além disso, a participante utiliza o mecanismo de defesa e diz que a culpa da violência sofrida é dela, já que teria tentado agredir o companheiro primeiro. Esse tipo de atitude foi delineado por Costa (1986) ao dizer que quem vive em ambientes violentos acaba tendo dificuldade de discernir a fantasia da realidade. Podemos também refletir sobre a dimensão da despersonalização da violência proposta por Arendt (1985). Segundo a autora, esta dimensão reflete a reação ao decréscimo do poder. Quando Socorro tentou reagir às violências sofridas, mesmo que num esboço não real, seu companheiro usou instrumentos da violência para retomar sua suposta superioridade dentro de casa. Um dado interessante é que Socorro fala que as agressões começaram devido ao seu companheiro ter iniciado um relacionamento extraconjugal, colocando a culpa da violência em alguém de fora, externo, como o processo de projeção descrito por Klein (1975). Essa justificativa também aparecerá na entrevista de Felicidade, conforme veremos mais adiante.

Outra contradição é encontrada no ciclo de violência. Anteriormente, a participante disse ter sido agredida uma única vez e que fazia muito tempo; depois diz que faz três meses que ele parou de “judiar” dela. Não identificamos na sua fala os elementos que provem o ciclo de violência, mas podemos inferir que o ciclo existe, visto que a participante continua morando com seu companheiro perpetrador da violência. Esse momento em que a entrevistada refere que seu companheiro está “100% melhor” evidencia a fase de lua de mel, em que o agressor demonstra o quanto é apaixonado pela companheira.

No que concerne aos motivos para permanecer no ciclo de violência podemos perceber que a entrevistada tem a esperança que o marido mude um dia, assim como apontado na pesquisa de Day et al. (2003). Socorro relata que seu companheiro mudou o comportamento, que nesse momento está tudo calmo e tranquilo, mas sabemos que essa mudança faz parte do próprio Ciclo da Violência. Porém, é interessante notar que Socorro não verbalizou as respostas, apenas sinalizou com a cabeça de que estaria tudo bem no seu relacionamento.

A terceira contradição dessa entrevista se refere às consequências da violência. A participante relata ter tido problemas psicológicos, fazendo uso, inclusive de medicamentos antidepressivos. Esta questão corrobora os dados da pesquisa de Mozzambani et al. (2011) de que a maioria das mulheres em situação de violência apresentam problemas psicológicos

como consequência. Porém, na tipificação da violência, menciona apenas a violência física. Vale ressaltar que no nosso entendimento do contexto da violência, as agressões físicas não estão desvinculadas das agressões verbais e/ou psicológicas. Importante ressaltar que, segundo a Convenção de Belém do Pará, a violência contra a mulher é qualquer ação que cause sofrimento físico, sexual ou psicológico, sendo que este último parece ser mais difícil de ser compreendido como violência.

Por fim, no que concerne ao entendimento da rede de enfrentamento da violência, a participante menciona a “Maria da Penha” como dispositivo importante no combate a violência. Porém, demonstra desconhecimento da rede ao dizer que se deve procurar ajuda na “cadeia”, quando na verdade ela deve estar se referindo à delegacia. Parece-nos que o nome “Lei Maria da Penha” ficou popularizado, no entanto, o verdadeiro conhecimento sobre a Lei ainda é mínimo, principalmente numa região que não conta com uma DEAM. Apesar de Socorro ter feito uso de um serviço de saúde, já que fez tratamento psicológico, ela não foi encaminhada devido às agressões que sofreu, o que corrobora nossa ideia da fragilidade da rede de proteção às mulheres na região, bem como o total desconhecimento de que os serviços de saúde também fazem parte da rede de enfrentamento da violência contra as mulheres.

O Quadro 7 apresenta as respostas da Entrevistada Felicidade para a categoria analítica 1.

Quadro 7: Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 1 – Entrevistada Felicidade

ANÁLISE DE CONTEÚDO		ENTREVISTADA ESPERANÇA	
CATEGORIA ANALÍTICA	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO	
1 – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES	Concepção da violência doméstica e identificação dos tipos de violência sofrida	Entrevistadora: Como e quando foi a 1ª vez que você se sentiu agredida?	
		Felicidade: Ele começou a me agredir com palavrão, começou a me desprezar. [...] Depois que ele deixou ela, parou de beber e de fumar. Mas aí, se ele me xingava, começou a me agredir ainda mais com palavrão.	
	Motivação da violência sofrida	Entrevistada: Ele xingava geralmente de quê?	
Felicidade: Os palavrões que nordestino fala: Ave Maria três vezes, Satanás, Desgraça. E de uns tempos pra cá, ele começou: Vai se f...; vai tomar no... Esses palavrões, mais absurdo ainda.			
		Entrevistadora: E por que ele teria começado essas agressões?	
		Felicidade: Depois de uns cinco anos de casada, ele começou a beber muito, e a ter umas amizades. E de repente, ele arrumou uma pessoa. Foi aí que começou a indiferença...	
		Entrevistadora: Que motivos ele diz que você dá?	

		<p>Felicidade: Por exemplo, se Patrícia* brincar e deixar algo no chão, eu tenho que pegar e guardar. Ao invés dele dizer: “Felicidade*, organiza, guarda o brinquedo”, ele diz: “Satanás, desgraça, tu não está vendo que se deixar vai ficar bagunçado?”. É assim!</p> <p>[...] Ele diz: “eu te xingo pra não te bater”.</p>
	Ciclo da violência	<p>Entrevistadora: E depois que ele agride, ele pede desculpas? Como teu pai fazia com sua mãe?</p> <p>Felicidade: Não, porque ele acha que está certo. Ele me xingar está certo. Não tem necessidade de pedir desculpa. Ele me xinga e quer que eu fique “de boa” com ele.</p> <p>[...] Por mais que eu seja extrovertida, brincalhona e tudo, eu não consigo ficar “de boa”. Eu me isolo, fico distante, nem olho. Passo dez dias sem olhar na cara dele.</p> <p>Entrevistadora: Você deixa passar o tempo?</p> <p>Felicidade: Deixo...</p>
	Motivos para permanecer no Ciclo	<p>Entrevistadora: E por que continua?</p> <p>Felicidade: Talvez porque eu não quero separar mesmo; separar a família. Porque meu filho fala que se o pai for embora, vai com ele. Fica fazendo chantagem. Eu vou falar a verdade: eu amo meu marido. Se eu não amasse, talvez... Então não é só pelas crianças, é por amor.</p> <p>[...] Talvez pelos palavrões, pelas agressões verbais, eu não tenho coragem de separar. Eu teria se ele aprontasse de novo [arrumar outra mulher] e eu descobrisse. Entendeu?</p>
	Consequências da violência	<p>Entrevistadora: E você nunca procurou nenhuma ajuda, nenhum acompanhamento médico ou psicológico?</p> <p>Felicidade: Não... eu fiquei um pouco perturbada quando eu estava tentando descobrir se ele estava me traindo. Comecei a vigiar ele, a desconfiar de tudo. Eu conversei com as pessoas mais próximas, que eu podia confiar. Mas nunca procurei ajuda profissional.</p> <p>[...] É um sentimento de tristeza, de desprezo... Me sinto triste. Amo ele, mas me sinto triste. Acho que ninguém merece ser tratada assim.</p>
	Conhecimento da Rede de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres	<p>Entrevistadora: Mesmo sem ter procurado, você tem noção onde as mulheres podem procurar ajuda?</p> <p>Felicidade: A Lei Maria da Penha, eu sei que é agressão verbal.</p> <p>Entrevistadora: E onde seria?</p> <p>Felicidade: Na delegacia da mulher! Mas não sei se eu... tenho medo de procurar, tenho medo da atitude, da reação dele...</p> <p>Entrevistadora: E conhece outro lugar?</p> <p>Felicidade: Não... só o que eu sei é da Lei Maria da Penha, que tem que ir na delegacia contar o que está acontecendo.</p>

Fonte: Primária, 2014.

*Nome fictício.

Conforme o Quadro 7, podemos perceber que a entrevistada relata sofrer agressões verbais. Felicidade aceitou ser entrevistada assim que foi convidada, e utilizava sempre a expressão “agressão verbal”. Ela demonstra entender que sofre violência doméstica, mas minimiza as agressões por ser “apenas” verbal. Podemos categorizar essa violência dentro da psicológica, que segundo a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) configura-se através de insultos e constrangimento. Isso nos remete à dificuldade da mulher perceber-se como vítima de violência, já que acontece dentro de casa. Arendt (1985) ressalta que na relação violenta, a pessoa é anulada e vista como um objeto.

Assim como a entrevistada Socorro, Felicidade traz como motivo para a violência sofrida o fato de seu marido ter outra mulher. Segundo ela, foi nesse momento que teria iniciado os xingamentos e o desprezo, utilizando-se de mecanismos de defesa, projetando a culpa em algo externo, ou seja, numa outra pessoa fora do relacionamento, conforme Klein (1975). Além disso, ela pontuou o uso de bebida alcoólica no início das agressões. Porém, foi enfática ao dizer que seu marido não bebe nem fuma mais, e mesmo assim, as agressões intensificaram após ele terminar o relacionamento extraconjugal.

Outra frase importante de Felicidade: segundo ela, *seu marido diz que a xinga para não bater*. Ou seja, a violência ainda é entendida apenas como a física; enquanto outras configurações de violência acontecerem, não tem nenhum problema. Arendt (2007) lembra que a violência é ausência de diálogo. Então, esse tipo de relação pode ser tão prejudicial quanto uma baseada na violência física. Afinal, a violência contra a mulher abarca não apenas a questão física, mas também a dimensão psicológica, que na nossa pesquisa tem aparecido com muita frequência e intensidade.

Uma questão interessante pontuada por Felicidade em relação aos xingamentos que seu marido diz é que, segundo ela, são “xingamentos que nordestino fala”. Talvez, outras palavras não a incomodassem, mas dentro da cultura nordestina, algumas palavras têm um significado muito forte.

Sobre o Ciclo da Violência, Felicidade não deu elementos que comprovassem a existência conforme pontuado por Walter (1979), porque ela não relata a fase de lua de mel, compreendida pelos pedidos de desculpas e arrependimento. Segundo a entrevistada, seu marido acredita estar certo em agredi-la verbalmente e por isso não pede desculpas. Embora invertido, o ciclo acontece, já que Felicidade é a pessoa que atua para permanência do círculo. Ela relata ficar distante, se retrair, na expectativa da fase de explosão minimizar, até que nova fase de tensão ocorra, segundo a própria entrevistada, por motivos banais e corriqueiros.

No que concerne aos motivos para continuar na situação de violência, Felicidade pontua que não quer acabar a família. Assim como pontuam Day et al. (2003), as mulheres se preocupam com os filhos. Felicidade relata que seu filho a chantageia, dizendo que vai ficar com o pai em caso de separação. E conforme Gomes (2008), as mulheres têm o sonho de manter a família nuclear. Felicidade é enfática ao dizer que não permanece casada apenas pelos filhos, mas também por amor ao marido. Felicidade diz que não vai se separar por sofrer “apenas” agressões verbais; se por ventura o marido tiver outro relacionamento extraconjugal, isso a faria se separar. Esses dois fatos remetem ao ideal de amor romântico pontuado por Gomes (2008). Segundo a autora, o casamento é fundamentado no amor romântico e na construção de uma intimidade e comunicação emocional.

Como consequências da violência, embora Felicidade relate não ter tido nenhuma, nem procurou qualquer ajuda, podemos inferir na sua fala que ela apresentou alguns problemas psicológicos, como paranóia, ciúme patológico e sintomas depressivos. Felicidade minimiza a “tristeza” que diz sentir como se fosse algo normal da sua vida familiar. Mais uma vez, isto demonstra a importância da rede de serviços de saúde e da assistência social, para realizar o acompanhamento da mulher, bem como de toda a família, no que concerne às questões psicossociais e físicas.

Em relação ao conhecimento da rede de enfrentamento, assim como Socorro, Felicidade diz que sabe da “Maria da Penha” e que deveria ir até uma delegacia da mulher. Esta informação é preocupante, já que a região não possui esse dispositivo. Será que as mulheres acreditam que só devem procurar as delegacias da mulher? Não sabem que podem realizar em delegacias comuns? Ou este pensamento é reflexo do preconceito e das inúmeras histórias que se ouvem sobre as mulheres que buscaram (ou tentaram) ajuda nas delegacias da região, ainda tão despreparadas para lidar com essa temática específica? No caso da nossa entrevistada, ela sabe que pode procurar qualquer delegacia, e que a lei que a protegeria é a Lei Maria da Penha. Porém, o medo, a vergonha, entre outros fatores, dificulta a compreensão da real dimensão da situação de violência na qual está inserida.

O Quadro 8 apresenta as respostas da Entrevistada Mudança para a categoria analítica 1.

Quadro 8: Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 1 – Entrevistada Mudança

ANÁLISE DE CONTEÚDO		ENTREVISTADA ESPERANÇA
CATEGORIA ANALÍTICA	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
1 – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES	Concepção da violência doméstica e identificação dos tipos de violência sofrida	<p>Entrevistadora: E como foi, quando você começou a se sentir agredida pelo seu companheiro?</p> <p>Mudança: O de agora?</p> <p>Entrevistada: Esse de agora também te maltrata?</p> <p>Mudança: De bater? [espantada] Não! [enfática] Só mais assim, de palavra...</p> <p>Entrevistadora: E o outro que você falou?</p> <p>Mudança: Ah, esse batia, deu tiro... Só não pegou porque Deus não quis. [risos] Nunca esqueço!</p> <p>Entrevistadora: E quando foi a 1ª vez?</p> <p>Mudança: Que ele batia? Quase todos os dias. Quando ele acostumou... eu já não podia sair, tinha que ficar presa dentro de casa. Se eu sáísse, eu era mais novinha... a “peia” comia. Atirava... É que Deus era tão bom que desviava [as balas].</p>
	Motivação da violência sofrida	<p>Entrevistadora: E qual o motivo dele bater em você?</p> <p>Mudança: Ele tinha muitas mulheres. E as mulheres dele eram assim: pra viver dentro de casa.</p> <p>[...] Ele não bebia. Tinha ciúme...</p>
	Ciclo da Violência	<p>Entrevistadora: E desde o começo ele era assim?</p> <p>Mudança: Não... Os primeiros meses foram bons... bons até demais! Aí depois...</p> <p>Entrevistadora: E como era, ele pedia desculpas depois?</p> <p>Mudança: Não, ele dizia que se eu fosse embora, eu voltava. E dito e feito: eu fui embora uma vez, e onde eu estava eu fiquei de um jeito que pra onde eu me virava, eu via ele. Não passei nem um mês e voltei.</p>
	Motivos para permanecer no Ciclo	<p>Entrevistadora: E mesmo batendo, você continuou com ele, por quê?</p> <p>Mudança: Ele dizia que se eu deixasse ele, me matava...</p> <p>[...] Um homem que dá um tiro na mulher, ele tem coragem de matar. Uma vez ele quase mata...</p> <p>[...] Só que depois eu criei vergonha, eu disse: Vou criar vergonha, e só volto no Pernambuco quando esse homem morrer, enquanto ele estiver vivo, não boto os pés aqui. Fui pra São Paulo e só vim depois que ele morreu. Eu tinha tanta vontade de vim embora, que quando me ligaram e disseram: “Mataram fulano”, eu disse: “Graças a Deus, vou comprar minha passagem e vou embora pro meu lugar”.</p> <p>[...] A gente aguenta muita coisa por causa dos filhos. Só de viver ali sossegada, comendo, dormindo, e do lado de meus filhos, fazia eu viver ali por causa disso...</p>

	Consequências da Violência	<p>Entrevistadora: Você ficou com alguma sequela das agressões?</p> <p>Mudança: A única é essa mesmo: hoje não apanho mais de ninguém. Hoje eu criei coragem, depois de velha.</p> <p>Entrevistadora: Mas e teus filhos, que presenciavam as agressões?</p> <p>Mudança: Minha filha... Hoje ela tem um trauma. Tem 18 anos e fala que não quer casar porque não vai passar o que eu passei.</p> <p>Entrevistadora: E nunca foi pra nenhum tipo de acompanhamento?</p> <p>Mudança: Não... só que eu digo a ela: nem todo homem é igual.</p>
	Conhecimento da Rede de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres	<p>Entrevistadora: Mesmo que você na tenha procurado, você tem ideia de onde pode pedir ajuda?</p> <p>Mudança: Tenho, na cadeia, né? Dar parte dele. Mas eu não tinha coragem, não. E cidade pequena é assim: se uma pessoa der parte de um “cabra”, pode ter certeza que depois a pessoa sabe quem foi.</p> <p>Entrevistadora: Tem outros lugares que você sabe que pode procurar ajuda?</p> <p>Mudança: (não com a cabeça).</p>

Fonte: Primária, 2014.

O Quadro 8 nos mostra que a entrevistada Mudança sofreu várias violências físicas perpetradas pelo seu companheiro na época. Ela relata chutes, tapas e até mesmo lesão por arma de fogo, enquadrados na tipificação segundo Strey e Werba (2001). Arendt (1985) ressalta o uso de instrumentos e ferramentas na configuração da violência. É importante mencionar que essa violência era do relacionamento anterior; no relacionamento atual, Mudança refere sofrer agressões verbais. Pela fala da entrevistada, foi possível perceber que atualmente ela minimiza as agressões que sofre, por fazer uma comparação à relação anterior: se antes apanhava e tinha risco de morte, parece-lhe muito melhor ser agredida apenas verbalmente. Mudança também relata, embora não tenha essa compreensão, a violência psicológica, tipificada pela Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) pela limitação do direito de ir e vir, identificado no seu relato que tinha que “ficar presa em casa”, senão era agredida fisicamente.

Sobre a motivação das agressões sofridas, Mudança é enfática ao dizer que seu ex-companheiro não bebia, e que uma possível motivação seria o ciúme, fato corroborado pela pesquisa de Okada (2007). Interessante notar que Mudança relata que seu companheiro tinha várias mulheres e que elas deveriam ficar dentro de casa, e isto tem ligação direta com as violências cometidas por ele.

Em relação ao Ciclo de Violência, não percebemos elementos que comprovassem, afinal, segundo a entrevistada, o companheiro não se arrependia nem pedia desculpas; era ela

quem acaba voltando para a situação de violência. Embora o Ciclo não exista conforme o apresentado por Walter (1979) é possível inferir que havia uma circularidade nos acontecimentos, e que em algum momento as agressões paravam para depois reiniciar. Afinal, ela relata que no início do relacionamento era tudo muito bom; podemos pensar que o relacionamento como um todo passou pelo Ciclo da Violência.

No que se refere aos motivos para continuar na relação violenta, Mudança relata uma situação extrema de ameaça com uso de armas de fogo. Cabe-nos lembrar os dados trazidos pela CPMI da Violência contra a Mulher (BRASIL, 2013a) que arma em casa é um risco maior para a mulher e que mais de 60% dos feminicídios no Brasil são por armas de fogo. Conforme Day et al. (2003), o risco de ser assassinada aumenta com a separação, e por isso as mulheres continuam num relacionamento violento, principalmente quando a ameaça não está mais no discurso, mas é real, e já houve tentativa de homicídio, como no caso de nossa entrevistada. Mudança relatou que fugiu do relacionamento violento e foi embora para São Paulo, só retornando para a cidade após a morte do ex-companheiro. Também foi possível inferir a preocupação com os filhos (DAY et al., 2003). Quando estava casada com esse 1º companheiro, Mudança tinha dois filhos que não eram dele. Além do medo de que o companheiro fizesse algo com seus filhos, Mudança também relata que era bom ter um lugar pra dormir e ter comida, e que por isso continuava no relacionamento violento. Para ela, era melhor aguentar as agressões do que não ter onde morar ou o que dar de comer para seus filhos.

No que concerne às consequências da violência, a entrevistada pontua uma que consideramos relevante: ela diz que agora não apanha mais. Essa fala faz sentido porque Mudança continua numa situação de violência doméstica, com outro companheiro e com violência verbal, sem violência física, segundo ela. E assim, depois do que passou, ela diz que atualmente não aceitaria viver uma relação com agressões físicas. Por outro lado, os filhos mais velhos da entrevistada presenciaram muitos episódios de violência física. E uma das consequências disto é que sua filha diz que não quer casar, porque não quer passar o que a mãe sofreu. Isto corrobora a importância do acompanhamento psicológico para as mulheres em situação de violência, bem como seus filhos. Afinal, grande parte dos filhos sofre violência junto com a mãe. Segundo dados do Ligue 180 (BRASIL, 2013c) em 64% das situações, filhos e filhas presenciam as agressões cometidas contra suas mães.

Já em relação ao conhecimento da rede de enfrentamento da violência, a entrevistada também apresentou um entendimento restrito, pois se refere à cadeia, assim como a entrevistada Socorro, como o local de denúncia, e não a delegacia. Como Socorro e

Felicidade, Mudança diz desconhecer outros locais para procurar ajuda e atendimento. A entrevistada traz um dado importante para nossa pesquisa: o medo da denúncia em uma cidade pequena, como todas na região pesquisada. Mudança diz que não fez nenhuma denúncia, pois em pouco tempo o denunciado saberia do fato, inclusive quem seria o denunciante. Este fato é de extrema relevância para nossa pesquisa, já que estamos numa região que não tem uma DEAM, e os equipamentos da rede especializada praticamente não existem, como uma Casa de Acolhimento Provisório. E mais: reforçam a importância em ter profissionais capacitados e sensíveis às questões da violência contra as mulheres, para realizar atendimentos e encaminhamentos de maneira rápida e eficaz.

Analisaremos agora a categoria analítica 2, relações de gênero.

5.2 Categoria Analítica 2 – Relações de Gênero

Buscando compreender a visão das mulheres em situação de violência doméstica sobre a identidade da mulher na sociedade, se corroboram ou não a perspectiva do senso comum de mulher apenas como mãe e esposa, elaboramos os quadros analíticos, organizando as unidades de registro em três perspectivas: 1 – O Papel da Mulher na Sociedade; e 2 – Estigma e Discriminação; 3 – A mulher no Sertão.

O Quadro 9 apresenta as respostas da entrevista semiestruturada com a participante de codinome Esperança.

Quadro 9: Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 2 – Entrevistada Esperança

ANÁLISE DE CONTEÚDO	ENTREVISTADA ESPERANÇA	
CATEGORIA ANALÍTICA	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
2 – RELAÇÕES DE GÊNERO	Papel da mulher na sociedade	<p>Entrevistadora: Como você percebe o papel da mulher na sociedade hoje?</p> <p>Esperança: Minha filha tinha quebrado o braço, eu tava trabalhando e ele tava em casa sem fazer nada. Mas ele dizia assim: “Você que tem que vim buscar pra levar no médico, porque você é a mãe”.</p> <p>[...] Hoje meus filhos moram em Recife. Eu sinto muita saudade dos meninos... às vezes fico meio perdida. Me cobro muito, sinto muita falta... Não sei se é questão da maternidade mesmo, ou se é o papel, não sei dizer mesmo.</p>
	Estigma e discriminação	<p>Entrevistadora: Você acha que te cobram isso, deles viverem em Recife?</p> <p>Esperança: A sociedade cobra assim... eu ser uma mãe má? Cobra, cobra! Até os olhares são agressivos, na verdade.</p>

	A Mulher no Sertão	<p>Entrevistadora: Acha que é diferente do que cobram aqui [no sertão] e em Recife?</p> <p>Esperança: A família dele é tudo de interior. Eu acho que não tem essa diferença, o preconceito do pessoal do Recife e do interior. Infelizmente. Na capital não é mais... Achar que é, mas não é!</p>
--	--------------------	---

Fonte: Primária, 2014.

De acordo com o Quadro 9, observamos que a participante passou por uma situação que assinala a questão da mulher arraigada no papel de esposa e mãe. Seu marido na época disse que quem tinha que levar os filhos ao médico era ela. Isto remete à questão de gênero postulada por Scott (1995), que aponta as diferenças entre os sexos significando as relações entre eles: ou seja, era ela, a mulher, a mãe, que teria a obrigação com os filhos, como se isso não fosse função também do pai. Essa perspectiva também nos remete ao pontuado por Pessis e Martín (2005), que na divisão de gênero, a mulher era responsável pela reprodução da espécie e pelas tarefas de cuidar das crianças. De qualquer forma, a entrevistada tentou desvincular-se do papel restrito de mãe, quando permitiu que seus filhos morassem com a avó paterna, em Recife. Ela relata que sente muita falta dos filhos, e não sabe dizer se esse sentimento é por causa do papel de mãe ideal que ainda é cobrado às mulheres pela sociedade em geral. Assim, como nos disse Ávila Neto (1994), o comportamento da mulher é cheio de expectativas sociais que ditam seus papéis e seus modelos de comportamentos.

A partir dessa construção do papel da mulher, a entrevistada relata a discriminação que sofre por assumir comportamentos diferentes daquele esperado pela sociedade em geral. Nesse caso, estigmatizam-na como uma “mãe má”, já que não mora com os filhos. Este fato seria como negar a maternidade, não assumir seu principal papel na vida social, o de ser mãe. Conforme Machado (2003), a mulher deveria esquecer de si mesma para cuidar da família, e a entrevistada está, teoricamente, fazendo o oposto. Importante lembrar que durante muito tempo a mulher foi compreendida apenas como esposa e mãe, e cerceada de outras vontades. Infelizmente, ainda é esse o entendimento para muitas pessoas, e assim, o estigma com as mulheres que rompem essa barreira permanece. Conforme Scott (1995), esse aspecto reprodutivo da mulher universaliza uma construção sociocultural, como se a mulher tivesse a obrigação de ser mãe, e não apenas mãe, mas uma mãe conforme os padrões sociais exigem.

Na visão da entrevistada, não há diferença entre as cobranças sobre o papel da mulher e o preconceito sobre elas no Sertão ou em outro lugar. Ela pontua que a família do ex-marido é do interior da Estado, mas é enfática ao dizer que no Recife (ou nas capitais) os estigmas são os mesmos. Assim como na capital, as mulheres do Sertão foram educadas para serem

esposas e mães. Se há um senso comum que cristaliza o imaginário do Sertão como um lugar de “mulher-macho” (ALBUQUERQUE JR., 2003), para a entrevistada as diferenças que ocorrem não são devido ao lugar, mas às relações que são construídas – e as relações desiguais podem acontecer tanto no Sertão quanto na capital. Afinal, o sertão também evoluiu, e hoje conta com universidades, mais espaço para as mulheres trabalharem, e embora mantenha as adversidades da seca, as imagens cristalizadas de mulheres “masculinizadas” não condizem necessariamente ao cotidiano da região.

O Quadro 10 apresenta as respostas da entrevista semiestruturada com a participante de codinome Superação.

Quadro 10: Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 2 – Entrevistada Superação

ANÁLISE DE CONTEÚDO	ENTREVISTADA ESPERANÇA	
CATEGORIA ANALÍTICA	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
2 – RELAÇÕES DE GÊNERO	Papel da mulher na sociedade	<p>Entrevistadora: Acha que melhorou essa exigência? Já que historicamente, as pessoas pensam que a mulher nasceu pra ser mãe, esposa...</p> <p>Superação: Acredito que sim. Você vai rompendo barreiras, você vai vencendo. Mas a sociedade lhe cobra muito. Se você se impor, consegue ultrapassar as barreiras.</p>
	Estigma e discriminação	<p>Entrevistadora: Você acha que, de alguma forma, as pessoas te cobram outra postura? De ser mãe, esposa...</p> <p>Superação: Criticam,,, comigo, porque “ela não é daqui”,” o que é que tá fazendo aqui”... é assim que funciona! Mas eu tenho meu emprego, minhas coisas. Assim... as pessoas verdadeiras, mais próximas, não criticam.</p> <p>Entrevistadora: Teve algum rumor de que você era a errada?</p> <p>Superação: Não. Até porque a 1ª mulher dele, depois do que aconteceu comigo, algumas pessoas disseram que ele batia nela, mas ela não teve coragem de denunciar.</p>
	A Mulher no Sertão	<p>Entrevistadora: E como você percebe a questão da mulher, da violência aqui no sertão... É diferente de outros lugares?</p> <p>Superação: Não acho que seja diferente... Tanto aqui como na “cidade grande”, estamos lutando pra mudar as coisas.</p>

Fonte: Primária, 2014.

Para a entrevistada Superação, as exigências sobre a mulher ser apenas esposa e/ou mãe melhoraram, ou seja, já não há tanta cobrança para isso. Segundo ela, a sociedade até cobra essa atitude, mas é possível transpor essas barreiras que tentam limitar o papel da mulher. Essa mudança de concepção tem como base toda a luta do movimento feminista, que trouxe uma nova forma de pensar as condições da mulher, em que apenas os papéis de mãe e

esposa não eram mais suficientes. Esta concepção nos remete a Lauretis (1994), pois conforme a autora somos interpelados pelo gênero, e assim algumas pessoas inseridas numa determinada sociedade absorvem os papéis da mulher como sendo estritamente de esposa e de mãe, e os reproduzem como se fosse escolhas suas. Nossas entrevistas ultrapassam essa barreira, porque a sociedade mudou e a representação social da mulher mudou também.

No entanto, conforme o Quadro 10, a entrevistada relata que a discriminação ainda existe, principalmente pelo papel de trabalhadora assumido por ela. Essa entrada da mulher ativamente no mercado de trabalho também foi consequência do movimento de mulheres, que lutou pela inserção, por melhores condições e melhores salários. Assim, como pontua Scott (1995), os atributos culturais impostos para cada sexo reforçam o que é considerado para o homem e para a mulher. No caso da entrevistada, seu mergulho no mundo do trabalho, âmbito público, é tido como um atributo masculino, e por isso carregado de preconceito. Reportamos também a proposição de Wittig (2006) ao falar do mito da “mulher de verdade”, gravando na nossa mente as características socialmente construídas do “ser mulher”, e durante muito tempo, adentrar no mundo público do trabalho não era considerada uma característica da mulher.

Ainda em relação ao estigma que cerca a mulher em situação de violência, a entrevistada relata que não foi discriminada pelo fato de ter feito a denúncia, principalmente pelo fato do marido ter um histórico de agressão, pois já tinha agredido a primeira esposa. Esse dado é importante porque na pesquisa do IPEA (2014), 89% das pessoas concordam que “roupa suja se lava em casa”, ou seja, que as brigas e desentendimentos do casal são uma questão do âmbito do privado. Talvez por isso a 1ª mulher não tenha tido o incentivo e a coragem de denunciar.

Quanto à questão da diferença de percepção da mulher no sertão e em outros lugares, a entrevistada Superação endossa a opinião da entrevistada Esperança de que não há diferença. E a ideia de “mulher-macho” fica mesmo no imaginário dos filmes que retratam o cangaço. Se por um lado a mulher do sertão não é a “mulher-macho”, por outro também não é a “mulher frágil” de seu “coronel”, aceitando toda a dominação exercida pelo homem de forma completamente passiva. Isso se reflete nas denúncias contra seus maridos, que hoje acontecem com mais facilidade, depois que compreendemos a violência de gênero e a rede de enfrentamento foi instituída.

O Quadro 11 apresenta as respostas da entrevista com a participante de codinome Socorro.

Quadro 11: Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 2 – Entrevistada Socorro

ANÁLISE DE CONTEÚDO	ENTREVISTADA ESPERANÇA	
CATEGORIA ANALÍTICA	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
2 – RELAÇÕES DE GÊNERO	Papel da mulher na sociedade	<p>Entrevistadora: Então, pra você, a mulher hoje não deve trabalhar?</p> <p>Socorro: Eu acho melhor a mulher trabalhando, não é pra depender do marido.</p> <p>Entrevistadora: E você acha que se encaixa nesse papel de mulher que a sociedade quer?</p> <p>Socorro: Eu sou diferente. Sou “avexada da bola”.</p> <p>Entrevistadora: E não pode ser assim?</p> <p>Socorro: Não... porque antes eu não era assim.</p>
	Estigma e Discriminação	<p>Entrevistadora: Acha que tem alguma coisa que a mulher não deve fazer?</p> <p>Socorro: Fazer coisa errada.</p> <p>Entrevistadora: Como o quê?</p> <p>Socorro: Trair o marido.</p> <p>Entrevistadora: E só a mulher que não pode?</p> <p>Socorro: O homem também não.</p>
	A Mulher no Sertão	<p>Entrevistadora: Você acha que é diferente aqui no sertão de outros lugares?</p> <p>Socorro: É tudo uma coisa só.</p>

Fonte: Primária, 2014.

A entrevistada Socorro também apresenta uma concepção do papel da mulher que não está limitada à questão da maternidade e do casamento, ao ser enfática que, para ela, a mulher deve trabalhar e não depender financeiramente do marido. No entanto, em mais uma das inúmeras contradições existentes na sua fala, em seguida ela diz que não se encaixa no “papel” exigido por ser “avexada”. Ou seja, mesmo que não fique explícito qual seria a maneira adequada, a entrevistada aponta que haveria uma “forma” ideal de ser mulher, um “padrão” que deveria seguir, mesmo que ela não se considere seguindo-o. Isto nos remete à proposição de Scott (1995) de que o gênero é importante para analisar a relação de subordinação das mulheres. Por isso, Socorro não se considera seguindo o padrão social, que naturaliza as posições masculinas e femininas.

Sobre os estigmas, Socorro acredita que as mulheres não devem apresentar alguns comportamentos, como por exemplo, trair o marido. Essa ideia remete-nos a questão da infidelidade ser um problema apenas quando praticada pela mulher. Mesmo que em seguida a

entrevistada afirmar que o homem também não deve trair, acreditamos que a resposta não foi espontânea, mas apenas porque a entrevistadora perguntou. Conforme Del Priore (2000), a infidelidade masculina não “mancha” a reputação das esposas traídas; já a infidelidade feminina é uma questão social. Para Socorro, a mulher não deve trair, remetendo assim à questão do gênero como uma construção social, conforme postulada por Scott (1995), e uma forma de significar as relações de poder – afinal, ao homem é permitido trair; à mulher, não.

Conforme o Quadro 11, Socorro compartilha a mesma opinião das outras entrevistadas: de que as relações de gênero no sertão não diferem de outros lugares. Ou seja, o papel exigido, os comportamentos, os estigmas, são basicamente os mesmos de qualquer outro lugar. Essa construção feminina da mulher como “sexo frágil” não é exclusiva nem é excludente do sertão. Essa suposta naturalização da mulher sertaneja como feia, trabalhadora, e boa para casar e trabalhar, são discursos preconceituosos, encontrados nas literaturas regionalistas.

O Quadro 12 apresenta as respostas da entrevista com a participante de codinome Felicidade.

Quadro 12: Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 2 – Entrevistada Felicidade

ANÁLISE DE CONTEÚDO	ENTREVISTADA ESPERANÇA	
CATEGORIA ANALÍTICA	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
2 – RELAÇÕES DE GÊNERO	Papel da mulher na sociedade	<p>Entrevistadora: E como é pra você sair pra trabalhar?</p> <p>Felicidade: No meu ponto de vista, eu fui criada assim: meu pai não queria que minha mãe trabalhasse pra criar os filhos. Eu achava bonito isso do meu pai. [chora] Eu queria ficar em casa pra cuidar dos meus filhos, eu queria que ele [o marido], mesmo sem condições, falasse assim: “Como eu queria que você ficasse em casa cuidando dos nossos filhos e não trabalhasse mais”.</p> <p>[...] Eu acho que a gente tem que trabalhar pra ajudar. Mas se o meu marido tivesse condições de eu ficar em casa cuidando dos meus filhos, era meu sonho.</p>
	Estigma e discriminação	<p>Entrevistadora: E as pessoas falam por você trabalhar? Ou seu marido?</p> <p>Felicidade: Ele fala o contrário: mulher tem que trabalhar mesmo, tem que se “ferrar” mesmo. Ele é muito grosso.</p>
	A Mulher no Sertão	<p>Entrevistadora: Você acha que aqui no sertão a gente entende diferente?</p> <p>Felicidade: De casar e não separar? Aqui é mais forte! Em cidade grande a mulher não aguenta. Qualquer coisa já dão um “chute” no marido.</p> <p>[...] Aqui é mais forte o modo das mulheres pensarem, eu</p>

		tenho essa raiz forte.
--	--	------------------------

Fonte: Primária, 2014.

De acordo com o Quadro 12, podemos observar uma dualidade na compreensão da entrevistada sobre o papel da mulher. Ela diz que, levando em consideração o que seu pai dizia para sua mãe, o que ela queria mesmo era ficar em casa, e assumir estritamente os papéis de mãe e de esposa. Conforme Bassanezi (2000), até meados de 1950, a maternidade e o casamento faziam parte da “essência” feminina. Por isso que Lauretis (1994) fala da representação social que vai aos poucos sendo aceita e absorvida como uma própria representação. Afinal, em seguida, Felicidade diz que a mulher deve trabalhar, mas seria um trabalho subsidiário ao do homem. Esta concepção vem de contramão à luta do movimento feminista que buscou superar esta ideia de que o trabalho da mulher era menos importante do que o do homem. Foi essa saída para o âmbito público que deu início a mudança do papel da mulher na sociedade. Por isso Scott (1995) na sua conceituação de gênero remete ao fato dos símbolos culturalmente disponíveis e que evocam representações diferentes e muitas vezes contraditórias: assim está nossa entrevistada, gostaria de ficar em casa e não precisar trabalhar, mas compreende que a mulher precisa trabalhar, e não depender financeiramente do marido.

Com essa construção dual do papel da mulher, a entrevistada não relata sofrer nenhum preconceito por trabalhar fora de casa. Na realidade, seu marido diz que a mulher tem que trabalhar. Segundo ela, o marido diz que a mulher tem que se “ferrar” mesmo. Essa ideia pode ser devido ao fato de que a mulher assume várias funções ao mesmo tempo: é mãe, é esposa, é empregada, tem jornada em casa e fora de casa. O “ferrar” é muito mais do que simplesmente trabalhar. Isto parece ser pouco, deveria haver um “castigo” para a mulher que tenta ultrapassar as barreiras. Ela tem que se “dar mal”, tem que “sofrer” por querer algo mais do que ser esposa e mãe. Embora a concepção do seu marido não seja que a mulher não possa trabalhar, ele parece querer algo mais. Conforme Scott (1995) é através das relações sociais que se elabora a diferença entre o masculino e o feminino, sendo que o espaço público “sempre” foi do homem; se a mulher passou a transitar nele, que arque com as consequências.

Diferente das três entrevistas analisadas anteriormente, Felicidade acredita que há uma diferença da mulher do sertão e de outros lugares. Para ela, a ideia de que quando se casa não deve se separar ainda existe e é muito forte no contexto sertanejo. Historicamente, segundo Falci (2000), era um alívio para os pais casarem suas filhas, já que servia como solidificação para laços de amizade e patrimônio de terras. Para a entrevistada, as mulheres da cidade

grande não suportariam tanta violência quanto as mulheres do sertão, e que logo se separariam. Sabemos que isto não é verdade, que a violência não é restrita a uma região, e nem as atitudes são exclusivas de determinados lugares. É claro que a cultura tem uma influência na determinação dos comportamentos, mas achar que simplesmente por morar no sertão as mulheres suportariam a violência seria reduzir demais a dimensão do fenômeno.

O Quadro 13 apresenta as respostas da entrevista com a participante Mudança para a categoria analítica 2.

Quadro 13: Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 2 – Entrevistada Mudança

ANÁLISE DE CONTEÚDO	ENTREVISTADA ESPERANÇA	
CATEGORIA ANALÍTICA	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
2 – RELAÇÕES DE GÊNERO	Papel da mulher na sociedade	<p>Entrevistadora: Foi escolha sua não estudar e não trabalhar?</p> <p>Mudança: Na época de estudar, nós caímos na vida.</p> <p>Entrevistadora: Mas se fosse pra escolher, gostaria de trabalhar?</p> <p>Mudança: Gostaria. Eu gostava de trabalhar, numa casa, no que eu sei fazer, né? Fazendo faxina... Se eu pudesse, eu ia.</p> <p>Entrevistadora: E sempre quis ser mãe?</p> <p>Mudança: Desejei e não me arrependi.</p>
	Estigma e discriminação	<p>Entrevistadora: E por que as pessoas teriam esse preconceito?</p> <p>Mudança: Eu já sofri muito nessa vida: já fui mulher de programa, já vendi... [drogas] pra sobreviver.</p> <p>[...] Pra ver meus filhos bem, eu fazia de tudo. Só não roubava, nunca matei nem roubei. Então é difícil refazer a vida numa cidade pequena.</p>
	A Mulher no Sertão	<p>Entrevistadora: Você acha que é diferente aqui, de uma pessoa que mora em São Paulo, por exemplo?</p> <p>Mudança: É... porque as mulheres de lá procuram logo onde denunciar.</p> <p>Entrevistadora: E por que aqui a gente não faz isso?</p> <p>Mudança: Porque a maioria das mulheres daqui não tem coragem, e é “besta”. Hoje, se o “cabra” me bater, ele só bate uma vez, eu denuncio.</p>

Fonte: Primária, 2014.

Para a entrevistada Mudança, as dificuldades na vida foram imensas. Ela nunca estudou. Historicamente, as mulheres foram impedidas de estudar durante muito tempo, e só conquistaram esse direito bem depois dos homens. Ela disse que quando criança, seus pais se

separaram e ela ficou um tempo com o pai e depois com a mãe, e isso dificultou sua ida a escola, e porque teve que trabalhar desde cedo. Apesar de verbalizar a vontade, Mudança não pode mais trabalhar porque, segundo ela, tem uma filha com deficiência que necessita de atenção o tempo todo. Assim, mesmo querendo trabalhar, isso não é mais possível. Mudança tem seis filhos, a mais velha com 18 anos, ou seja, foi mãe pela primeira vez aos 14 anos. Conforme suas palavras, “caiu na vida” muito cedo. Apesar de todas as dificuldades que relatou na sua entrevista, Mudança disse que sempre desejou ser mãe e não se arrependeu em ter seus filhos. Esse “arrependimento” que ela diz não sentir pode se referir às questões sobre aborto, que embora não tenha sido feitas na entrevista, podem fazer parte de sua vida ter sido questionada porque, mesmo engravidando tão nova resolveu ter os filhos.

Não fica evidente do seu relato que papel a entrevistada acredita que as mulheres devem ter. No entanto, reflete sua vontade de ser mãe, mas não apenas isso, já que gostaria de trabalhar. Importante lembrar a proposição de Louro (1997) ao afirmar que os espaços sociais são “generificados”, e até as práticas familiares e educativas refletem as posições do homem e da mulher na sociedade.

O preconceito é muito forte na trajetória de vida de Mudança; afinal, ela afirma já ter sido “garota de programa” e que já vendeu drogas para sobreviver e alimentar seus filhos. Embora essas situações tenham acontecido em São Paulo, para onde fugiu do relacionamento violento, parece que quando voltou para sua cidade natal, trouxe consigo todo o estigma de “mulher da vida”. Vale salientar que a própria Mudança parece ter certa discriminação contra ela mesma. Mesmo justificando seus atos pela necessidade de sustentar seus filhos, ela parece ter vergonha desse passado, que foi “apagado” ao se casar novamente. Parece que o casamento é como um comprovante da honestidade da mulher; mulher, mãe solteira, ainda vive rodeada de preconceitos, de mulher “perigosa”, que não pode “ver homem”. Mulheres que são separadas e com filhos são a encarnação de Eva, segundo Araújo (2000), são pecadoras, sedutoras e culpadas pelas fraquezas dos homens. Por isso que mesmo atualmente vivendo um novo relacionamento violento, Mudança acha melhor estar casada. Parece-nos que há um retrocesso de pensamento em que a mulher, “sexo frágil”, precisa estar tutelada a um ser mais forte, nesse caso, um homem.

Corroborando essa linha de pensamento, pelo fato de Mudança já ter morado em São Paulo, tem a ideia de que as mulheres do sertão têm medo de denunciar o marido agressor, e que em São Paulo isso não acontece, elas denunciam logo. Lembramos do que Mudança disse na categoria anterior (Quadro 7) que a denúncia em cidade pequena não fica anônima. Este fato deve pesar na decisão da mulher em denunciar ou não seu companheiro. Talvez, em

idades grandes o anonimato seja mais fácil de ser mantido, além do que a existência de DEAM facilite o acesso e o acolhimento das mulheres em situação de violência. O que verificamos na nossa pesquisa é que o quadro de efetivo feminino nas delegacias de polícia civil é mínimo, e apenas a Delegacia Seccional de Araripina conta com uma delegada mulher.

Essa ideia da mulher sertaneja como frágil e sem coragem de denunciar o agressor está ligada a figura do coronel, concebidos como homens autoritários, brutos e ignorantes, assim como era o primeiro companheiro de Mudança. A mulher seria considerada indefesa, e precisava do homem pra lhe proteger. No entanto, muitas vezes, era esse homem “protetor” que cometia a violência.

Analisaremos agora a última categoria analítica, que são as relações de poder percebidas nas narrativas das mulheres em situação de violência.

5.3 Categoria Analítica 3 – Relações de Poder

Buscando compreender a visão das mulheres em situação de violência doméstica sobre ordenamento patriarcal, baseados no poder masculino, elaboramos os quadros analíticos, organizando as unidades de registro em duas perspectivas: 1 – A Cultura Patriarcal; e 2 – Dominação Masculina.

O Quadro 14 apresenta as respostas da entrevista semiestruturada com a participante de codinome Esperança.

Quadro 14: Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 3 – Entrevistada Esperança

ANÁLISE DE CONTEÚDO	ENTREVISTADA ESPERANÇA	
CATEGORIA ANALÍTICA	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
3 – RELAÇÕES DE PODER	Cultura patriarcal	<p>Entrevistadora: Essa violência que você sofreu... era anterior, em casa, com seu pai, sua mãe?</p> <p>Esperança: Nunca vi não. Violência do meu pai e da minha mãe? De forma nenhuma! Era um relacionamento muito tranquilo.</p> <p>[...] Até minha mãe pediu pra eu voltar [pro marido, depois de sofrer a 1ª agressão].</p>
	Dominação masculina	<p>Entrevistadora: A violência começou logo no início do relacionamento. Quando começou a te incomodar?</p> <p>Esperança: O 1º me incomodou muito. Eu já não queria mais estar perto dele.</p> <p>[...] No começo [mesmo depois de separada] ele queria continuar mandando em mim. Porque eu ainda entrava na onda, numa forma meio inconsciente, me via escrava de</p>

		umas coisas... ele me manipulava. Ele ligava pra mim direto. Era horrível. Parecia coisa de filme de terror.
--	--	--

Fonte: Primária, 2014.

Conforme podemos ver no Quadro 14, a entrevistada não corrobora da pesquisa apresentada por Mazzombani et al. (2011) de que as mulheres em situação de violência sofreram ou presenciaram agressões familiares na infância ou adolescência. No entanto, no que concerne à cultura do patriarcado, ela relata que apesar de contar à família as agressões que sofria, sua mãe a aconselhou permanecer casada. Na construção da sociedade patriarcal brasileira, a mulher era tida como subordinada ao homem, principalmente através dos estereótipos dos deveres maternos e domésticos. Por isso a mãe da entrevistada, embora a filha sofresse violência, achava que ela não deveria se separar. Essa ideia nos remete à proposição de Arendt (1985) de que o poder se exerce sobre “sujeitos livres”, que teriam possibilidades de comportamentos. No entanto, mesmo sem destruir o outro, o poder consegue mudar os sentidos da realidade, e assim, a mulher termina por aceitar a sua posição de inferior, de submissa, na relação de poder com o homem. Historicamente, a maioria das mulheres tinha sua vida definida pela família, e de algum modo, isso parece se perpetuar nos dias de hoje, afinal, não conseguimos nos livrar do modelo patriarcal de sociedade.

No que se refere à dominação masculina, a entrevistada Esperança pontua que esta é exercida constantemente, mesmo que existam formas de resistência e contestação. A ideia de que o homem é “dono” da mulher rompe até mesmo as barreiras do casamento. Segundo a entrevistada, mesmo após a separação, ela continuou cerceada pelo ex-marido. De acordo com Smith (1990), existe a noção de que o homem tem o direito de decidir se a esposa sai de casa à noite e determina se a mulher pode ou não trabalhar. E esse lugar de dominação na relação de poder não pode ser questionado. Quando o é, apenas o poder não consegue manter os papéis pré-determinados, e os homens acabam recorrendo aos instrumentos da violência. Essa dominação também é reflexo da sociedade patriarcal em que vivemos onde o poder do pai passa para o marido. Através do recorte sertanejo, trazemos a contribuição de Albuquerque Jr. (2001). Segundo o autor, alimentar a ideia do homem do sertão como “cabra-macho” contribui para naturalizar a relação entre homens e mulheres baseada num modelo de masculinidade que vigora desde o Brasil Colônia: um homem corajoso, viril e valente. Por outro lado, essas características são mais ressaltadas através de uma relação de poder desigual entre homens e mulheres.

O Quadro 15 apresenta as respostas da entrevista semiestruturada com a participante de codinome Superação.

Quadro 15: Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 3 – Entrevistada Superação

ANÁLISE DE CONTEÚDO	ENTREVISTADA ESPERANÇA	
CATEGORIA ANALÍTICA	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
3 – RELAÇÕES DE PODER	Cultura patriarcal	<p>Entrevistadora: Sua família era bem estruturada...</p> <p>Superação: Na minha família não tem [casos de violência doméstica]. Ele me tirou da minha casa. Ele me tirou de dentro da casa do meu pai e da minha mãe.</p> <p>[...] Eu não apanhei do meu pai, vou apanhar de homem?</p> <p>[...] Na minha família não tem caso de agressão. Nenhum! O 1º fui eu e falo abertamente que sou contra.</p>
	Dominação masculina	<p>Entrevistadora: E como estava seu casamento?</p> <p>Superação: Já vinha desgastado. Até porque eu passava o dia todo trabalhando, e ele trabalhava em sistema de plantão. Nas horas de folga, a maioria ele passava o tempo todo bebendo.</p> <p>[...] Fazia a programação dele, mas não aceitava quando ele tava bebendo e eu pegava os meninos e saía. Mas ele embriagado, eu tentava sair...</p> <p>Entrevistadora: E ele tem cumprido [a medida protetiva]?</p> <p>Superação: No Fórum eu não sei se ele tem cumprido, nunca fui atrás...</p> <p>Entrevistadora: E essa distância?</p> <p>Superação: Eu evito. Na realidade, não é uma coisa que parte dele. Os lugares, eu evito completamente, eu vivo minha vida tentando evitar.</p>

Fonte: Primária, 2014.

Podemos perceber no Quadro 15 que a entrevistada compartilha a ideia da entrevistada Esperança no que se refere ao fato de que não presenciou violência familiar anteriormente com seus pais. A entrevistada é enfática ao dizer que este fato a fez não aceitar a primeira agressão física que sofreu do marido, e logo fez a denúncia e terminou o casamento. No entanto, é interessante perceber sua concepção sobre o fato que seu marido a “tirou de casa” e, portanto, não a achou “na rua”. Este fato nos remete à pesquisa do IPEA (2014) que apontou que mais da metade dos entrevistados concorda total ou parcialmente com a afirmação “tem mulher que é pra casar, tem mulher que é pra cama”. Ou seja, se ele a “tirou” da casa dos pais, ela seria uma “mulher pra casar”, e não deveria ser tratada de maneira violenta, como se mulheres que não correspondessem aos valores patriarcais internalizados, merecessem apanhar. Podemos ainda refletir sobre a questão do patriarcado expressa pela ideia do poder do pai que passa para o marido, e assim, conforme Aguado (2005), manter uma determinada ordem social.

Ao refletir sobre a questão da dominação masculina, percebemos como é exercida através da manipulação das atividades da mulher: ao homem é permitido fazer o que quiser, sair de casa, beber; à mulher, só teria esse direito se o homem consentir, mesmo que seja com os filhos. Aqui nos cabe lembrar a concepção de poder de Arendt (1985) que se refere ao domínio de um sobre o comportamento do outro.

Outra questão importante mencionada pela entrevistada é o fato do ex-marido não cumprir a medida protetiva. Conforme o Quadro 15, ela é que tem evitado os lugares para não encontrar com ele, e não o contrário, conforme preconiza a Lei Maria da Penha. Isso nos remete ao poder dos “coronéis” do sertão nordestino, que conforme Leal (1975) eram figuras de grande influência e submetiam ao seu poder delegados e juízes. Não sabemos se este é o caso, mas a analogia é pertinente. Por outro lado, reforça-nos a ideia de que o homem é do âmbito público e que por isso não tem seu espaço restringido; enquanto a mulher é do âmbito do privado, e deveria se restringir à sua casa, como pontua DaMatta (1997). Daí o fato do ex-marido de Superação não ter sua mobilidade restringida, mesmo após a medida protetiva. Ademais, faz-nos refletir sobre a efetividade da Lei Maria da Penha nesses casos.

O Quadro 16 apresenta as respostas da entrevista semiestruturada com a participante de codinome Socorro.

Quadro 16: Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 3 – Entrevistada Socorro

ANÁLISE DE CONTEÚDO	ENTREVISTADA ESPERANÇA	
CATEGORIA ANALÍTICA	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
3 – RELAÇÕES DE PODER	Cultura patriarcal	<p>Entrevistadora: Então, quando vocês eram pequenos, teu pai batia em vocês?</p> <p>Socorro: Não, ele era muito amoroso.</p> <p>Entrevistadora: Quando você começou esse relacionamento teu pai ainda era vivo. Tinha algum problema com ele?</p> <p>Socorro: Não, meu pai gostava dele. O problema era a família dele. A família era contra porque eu tinha filhos. Mas depois eles viram meu valor.</p>
	Dominação masculina	<p>Entrevistadora: E como estão as coisas em casa agora?</p> <p>Socorro: Ele não consegue emprego. Então... eu vendi a casa, a gente mora em outra casa. Ele comprou uma moto, pra gente não andar a pé.</p>

Fonte: Primária

A entrevistada Socorro também não refere ter sofrido ou presenciado violência familiar. No entanto, traz um dado novo: a família do marido não queria o relacionamento deles, porque ela já tinha sido casada e tinha filhos. Podemos refletir que essa situação devia-

se ao fato que, se segundo a cultura patriarcal a mulher era completamente submissa ao homem, pois este era quem tinha o poder, e Socorro era separada ou divorciada, ela teria transgredido os padrões dessa submissão. E assim, os pais do atual marido não saberiam como seria o comportamento dela nesse novo casamento. Mas, segundo a própria entrevistada, com o tempo eles perceberam o “valor” dela, visto que Socorro acabou por perpetuar a relação de poder e de submissão ao seu marido, ratificada na situação de violência doméstica em que ainda vive. Como pontuou Arendt (2007), o poder se legitima quando cria novas relações e realidades, e assim, a entrevistada que mais apresenta contradições no seu relato, negando muitas vezes as agressões que sofre, “empossando” seu companheiro de poder.

Sobre a dominação masculina, é interessante perceber como os valores mesmo modificados, terminam por intensificar a relação de poder do homem sobre a mulher. Socorro é quem mantém financeiramente a casa, já que o marido está desempregado; na verdade, quem comprou a moto mencionada foi ela, já que ela é quem deve estar pagando. Mesmo assim, a dominação masculina permanece. Ou seja, por mais que Socorro seja a provedora financeira da casa, o homem permanece como provedor moral, reafirmando a posição da mulher como submissa ao homem. Essa situação é corroborada pela pesquisa do IPEA (2014) que apontou que para 64% dos entrevistados, o homem deve ser a cabeça do lar, apesar do número de mulheres chefes de família só aumentar. Por isso que Arendt (1985) reforça a ideia de que o poder é relacional; o poder é fluido e instável, e como pontua Chauí (1985), as mulheres em situação de violência são co-autores e cúmplices dessa relação. É a vivência do machismo que coloca o homem na posição de dominador e detentor de um poder absoluto sobre tudo, inclusive sobre as mulheres.

O Quadro 17 apresenta as respostas da entrevistada Felicidade para a categoria analítica 3.

Quadro 17: Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 3 – Entrevistada Felicidade

ANÁLISE DE CONTEÚDO	ENTREVISTADA ESPERANÇA	
CATEGORIA ANALÍTICA	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
3 – RELAÇÕES DE PODER	Cultura patriarcal	<p>Entrevistadora: E como era a relação dos seus pais?</p> <p>Socorro: Ele xingava demais, demais! Mas assim... no mesmo momento que ele xingava, ele era carinhoso com ele. E eu falava direto: Nossa, mãe, eu não quero casar pra passar pelo que a senhora passa!</p> <p>[...] Me criei assim... eu tinha medo de homem, muito medo de homem, por esse motivo, né?</p>

		<p>[...] A gente casou, porque era o sonho do meu pai por eu ser a filha única com minha mãe. Então eu falei: vou me casar! O sonho do meu pai era que eu arrumasse alguém pra casar, porque ele tava doente e queria que quando morresse, eu já tivesse amparada por alguém. Era o sonho do pessoal daquela época, né? Casei de véu e grinalda, virgem, como meu pai queria.</p> <p>Entrevistadora: Sua mãe comparou sua situação com a dela...</p> <p>Felicidade: Minha mãe diz: “Mas filha, palavrão não dói. Tu não lembra que teu pai me xingava? E eu só separei dele por morte... Vocês têm dois filhos, que precisam de família, e família é marido, mulher e os filhos juntos”.</p> <p>[...] Todas as minhas irmãs já passaram por momentos difíceis no casamento e me aconselham: tem paciência, tu não viu que a gente sofreu também e que estamos bem hoje? Eu vejo o passado delas, e realmente, uma já sofreu bastante, pior, porque o marido batia nela.</p>
	<p>Dominação masculina</p>	<p>Entrevistadora: Fiz uns cálculos e vi que você recebe mais que seu marido?</p> <p>Felicidade: Recebo, porque ele trabalha por conta... Um mês tem mais, outro não...</p> <p>Entrevistadora: Então você não sai sozinha?</p> <p>Felicidade: A não ser vim visitar minha mãe e os pais dele. Sair sozinha não. Ou saio com ele, ou fico em casa.</p> <p>Entrevistadora: Então você tem habilitação, mas não usa o carro?</p> <p>Felicidade: Não, porque ele me amedronta, e eu acabo ficando recuada.</p>

Fonte: Primária

Dentre as entrevistadas para a pesquisa, apenas Felicidade relata ter presenciado violência doméstica anteriormente, corroborando a ideia de Mozzambani et al. (2011) de que mulheres em situação de violência tinham história de experiências traumáticas na infância. O patriarcado é muito forte no relato de Felicidade, pois a mãe sofria violência verbal e ela sofre a mesma coisa. Conforme Silva (1992), a concepção de que o poder do sexo masculino sobre o feminino submete a mulheres a uma situação de dominação na relação familiar, perpassa a ideia de fragilidade e dependência da mulher. Embora a entrevistada conte que não queria “passar pelo que a mãe passou”, o que verificamos é uma reedição da história. Aparentemente, saber que sua mãe e suas irmãs viveram situações de violência doméstica, que não terminaram o casamento por isso, e que segundo a entrevistada são “felizes”, lhe dá forças para continuar o relacionamento. Parece-nos que depois de casar, a mulher cai nas “garras” do poder do marido, passando obedecer ao seu esposo incondicionalmente.

Até mesmo em relação ao seu casamento, a entrevistada disse que queria realizar o sonho de seu pai (não seu) de ver sua única filha casada. Lembramos que segundo Falci (2000), o casamento, principalmente para as famílias pobres do sertão, era um alívio para os pais, que tinham muito medo que suas filhas ficassem no “caritó⁴⁸” ou que “caíssem na vida⁴⁹”. Segundo Felicidade, este fato do casamento para realização do sonho do seu pai e não “por amor”, era um dos motivos de seu marido ter iniciado os episódios de violência. Ao que indica, ele queria machucar e ferir a mulher do mesmo jeito que se sentiu ofendido por ela ter casado não porque gostava dele, mas ter a sensação de “dever cumprido” para com seu pai.

Importante a fala de Felicidade quando ela menciona que sua mãe minimiza as agressões que ela sofre porque teria sofrido também e diz: *“Palavrão não dói”*. Essa afirmação é esse macho nordestino agressivo, que não demonstra fraqueza, é frio e cruel, conforme Albuquerque Jr. (2007) ainda é legitimado na cultura sertaneja. Ou seja, homem tem que ser “macho” e as mulheres enquanto seres “frágeis” tem que se conformar com algum tipo de violência, e melhor ainda se for “apenas” verbal.

No que concerne à dominação masculina é interessante perceber que Felicidade ganha mais do que seu marido. Embora não possamos afirmar que ela é a chefe financeira da família, visto que os ganhos do marido oscilam, o poder do marido é exercido inclusive moralmente. Isto se reflete no fato da entrevistada afirmar que não sai sozinha de casa; ou seja, seu marido tem essa possibilidade, ela não. Por isso Chauí (1985) problematiza a noção de que a mulher estar restrita ao espaço privado caracteriza-se como violência a partir do momento que está ligada à ideia de privação, de constrangimento da autonomia, como é o caso de Felicidade. Essa concepção de que o espaço doméstico é reservado para a mulher tem como justificativa a sua capacidade natural de ser mãe.

Reportamo-nos a Bourdieu (2012) para lembrar que a dominação masculina coloca a mulher como objeto simbólico, fazendo com que se torne dependente dos outros, principalmente dos homens. Assim, Felicidade não sai sem o marido nem é permitida dirigir o carro. Essa dependência constrói a mulher insegura, envolvida nas atividades domésticas, pois no lar estaria segura de todo o “mal” que existe fora dele.

O Quadro 18 apresenta as respostas da entrevista semiestruturada com a participante de codinome Mudança.

⁴⁸ Expressão nordestina usada para moça que não casa.

⁴⁹ Expressão nordestina usada para identificar mulheres que saíram de casa, fugidas ou não; ou ainda foram para a prostituição.

Quadro 18: Análise de Conteúdo – Categoria Analítica 3 – Entrevistada Mudança

ANÁLISE DE CONTEÚDO	ENTREVISTADA ESPERANÇA	
CATEGORIA ANALÍTICA	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
3 – RELAÇÕES DE PODER	Cultura patriarcal	<p>Entrevistadora: E como foi a sua infância?</p> <p>Mudança: Foi um pouco boa e um pouco ruim. Meus pais se separaram.</p> <p>Entrevistadora: E o que lembra da época que eles moravam juntos?</p> <p>Mudança: Sofrido. Mãe sofria na mão dele. Na época, meu pai bebia muito e trabalhava pra assumir, e mãe teve muitos filhos, 14 filhos.</p> <p>Entrevistadora: E ele costumava agredir tua mãe?</p> <p>Mudança: Não... não lembro...</p> <p>Entrevistadora: E com vocês?</p> <p>Mudança: Nunca agrediu a gente não.</p>
	Dominação masculina	<p>Entrevistadora: Você falou que foi muito machucada pelo seu ex-companheiro. Pra onde você foi?</p> <p>Mudança: Pra casa.</p> <p>Entrevistadora: Nem procurar médico você podia?</p> <p>Mudança: Não... procurava era nada!</p> <p>Entrevistadora: E com esse novo companheiro?</p> <p>Mudança: Assim... ele é muito namorador. Sai muito, é desses homens que se arruma e não dá satisfação. Bebe muito. E também, peguei doença venérea com ele. Foi muito difícil. E hoje tenho até nojo de me deitar com ele.</p> <p>Entrevistadora: E o homem ainda quer mandar na mulher?</p> <p>Mudança: Ele acha que tem direito de mandar na mulher, quer fazer dela gato e cachorro. Ainda existe esse pensamento e é muito.</p> <p>Entrevistadora: E de onde vem isso?</p> <p>Mudança: Não sei... Mas tem homem que diz assim: “A mulher é minha, só faz o que quero”.</p> <p>Entrevistadora: E você acha que é assim?</p> <p>Mudança: Eu acho que a mulher tem o direito de fazer o que quiser, e o homem tem direito de fazer o que ele quiser. Só que daquele jeito, um respeitando o outro.</p> <p>Entrevistadora: E você, como é?</p> <p>Mudança: Eu sou, eu respeito. Não baixo a cabeça, mas respeito, não saio de casa, se sair eu aviso a ele...</p>

Fonte: Primária, 2014.

Conforme podemos ver no Quadro 18, a entrevistada Mudança ratifica a ideia da maioria das mulheres desta pesquisa de que não presenciou violência entre seus pais. No entanto, relata que seu pai bebia muito e isso fez sua mãe sofrer, afinal, foram 14 filhos para cuidar. Ávila Neto (1994) lembra que no mundo patriarcal dominado pelo falo, a feminilidade da mulher é predeterminada, produzindo uma identidade estritamente materna e reprodutora. De certa forma, Mudança perpetuou essa história, sendo mãe muito jovem e tendo uma quantidade de filhos fora dos padrões da realidade brasileira atual. Segundo o Censo 2010, a média de filhos por casal era de 1,86.

No que concerne à dominação masculina, o relato da entrevistada é muito chocante. No episódio em que ela comenta ter sofrido uma agressão física intensa, com pisadas em seu rosto, ela disse que não procurou nenhum serviço de saúde, cuidou dos ferimentos em casa, visto que seu companheiro não a permitia sair (ver Quadro 7). O cerceamento da vida da mulher numa relação de poder desigual tem alcances em todas as áreas de sua vida, inclusive nas questões de saúde. É claro que isso se devia ao fato que, talvez, Mudança tivesse que explicar os ferimentos, e algum profissional poderia perceber que era devido a uma violência. Importante destacar que o poder tem alcance no corpo, marca, investe, sujeitando-o. É justamente no corpo que o homem demonstra sua dominação sobre a mulher.

Em seguida, podemos verificar mais uma vez a dicotomia casa x rua. Ou seja, o homem tem o âmbito público como seu principal domínio, embora não seja o único, visto que também domina o lar, espaço reservado prioritariamente para as mulheres. Assim, no seu relacionamento atual, Mudança não costuma sair de casa, mesmo que não seja impedida, mas tem uma filha com deficiência que lhe restringe a movimentação; enquanto seu companheiro gosta de sair e arruma outras mulheres, deixando-lhe exposta inclusive a doenças venéreas. Conforme Albuquerque e Vilaça (2003), isto é uma noção da sociedade patriarcal, em que as mulheres dos coronéis serviam de escrava do lar, e muitas vezes morriam de doença venérea. Como nesse atual relacionamento Mudança não é presa em casa, ela pode se tratar da doença, mas tem dificuldade em manter relações sexuais com o companheiro, o que acontece muitas vezes pela “obrigação” da mulher em servir o marido sexualmente.

A entrevistada reflete que ainda há o pensamento que o homem é quem manda na mulher, e que infelizmente, muitas mulheres obedecem, e que são feitas de “gato e cachorro⁵⁰”. Lembrando a concepção de Freyre (2003), é evidente historicamente o lugar do homem construído no Brasil como sendo o patriarca, “dono” das mulheres, constituindo a mulher como objeto, submissa e submetida ao desejo do outro.

⁵⁰ A expressão correta seria “gato e sapato”, que significa humilhar, desprezar, maltratar a pessoa.

Por outro lado, ainda em sua fala sobre a dominação masculina, a entrevistada diz que tanto o homem quanto a mulher tem direitos iguais no relacionamento, contanto que mantenham o respeito. A maior dificuldade seria chegar nesse ponto de respeito em comum. Vale lembrar que Arendt (1985) conceitua que o poder se exerce sobre “sujeitos livres”, e que esse poder é relacional, por isso vale a ideia de igualdade no respeito relatada pela nossa entrevistada.

Este capítulo analisou as falas das mulheres entrevistadas através da técnica de análise de conteúdo de acordo com três categorias analíticas escolhidas embasadas no aporte teórico utilizado. As principais conclusões que chegamos estão descritas a seguir:

- No que se refere à Categoria Analítica 1:

Na análise desta categoria, ficaram evidentes as concepções de violência das mulheres, sendo que a maioria delas compreende que está ou esteve numa situação de violência doméstica. Pudemos verificar que o tipo de violência mais referida pelas mulheres foi a violência psicológica, às vezes caracterizada como “violência verbal”. Apenas a entrevistada Socorro não refere este tipo de violência. Contudo, sua entrevista é permeada de contradições, e quando ela diz que fez tratamento psiquiátrico, podemos inferir que houve a violência psicológica. Esse dado é ratificado pelos números apresentados pelo CREAS Regional (Gráfico 3), ocorrendo violência psicológica em mais de 60% dos casos acompanhados pelo serviço.

O segundo aspecto analisado nessa categoria analítica foi a motivação da violência. Houve uma variedade de motivos apontados pelas mulheres: os mais comuns, verificados em pesquisas já referenciadas como a de Okada (2007) e Azevedo (1985), são o uso de bebida alcoólica (assinalado por três mulheres) e o ciúme (mencionado por duas mulheres). Além desses motivos, duas mulheres relataram que as agressões teriam começado quando seus maridos/companheiros iniciaram um relacionamento extraconjugal, justificando a violência em algo externo, conforme pontuado por Klein (1975). A entrevistada Socorro ainda justificou alegando que teria agredido primeiro, e que, portanto, a agressão sofrida foi uma reação ao ato cometido por ela. Essa é uma situação explícita de dificuldade de discernir a realidade, segundo Costa (1986). A entrevistada Esperança ainda relatou que seu ex-marido foi posteriormente diagnosticado como portador de transtorno bipolar, corroborando a importância dos serviços de saúde na rede de enfrentamento da violência.

O terceiro aspecto da categoria analítica foi o ciclo de violência, que segundo Walter (1979) é composto por três fases. Embora nem sempre tenha ficado explícito, ficou claro que

o ciclo da violência ocorreu com todas as mulheres entrevistadas. O mais compreensível foi da entrevistada Esperança, que relatou receber presentes depois de um episódio de agressão, além de pedidos de desculpas. Nas entrevistas de Socorro e Mudança, o ciclo está presente pelo aumento da gravidade das agressões. Isto corrobora a ideia que a violência doméstica se configura num ciclo que vai aumentando de intensidade com o tempo. Da mesma forma, confirma nossa percepção de que as mulheres só se incomodam quando a violência física é configurada; enquanto existe a psicológica elas parecem atenuar a situação, como a entrevistada Felicidade, que diz que não vai se separar porque “apenas” sofre agressão verbal, ou Superação, que só realizou denúncia após o episódio de agressão física.

O quarto aspecto da categoria analítica foram as motivações para permanência nesse ciclo de violência. Muitas situações apontadas corroboram os dados de Day et al. (2003): medo de represália e preocupação com os filhos (Mudança) e achar que o comportamento do marido vai mudar (Socorro). Também confirmam a pesquisa de Gomes (2008) de que as mulheres permanecem no ciclo pelo sonho de manter a família nuclear (Esperança, Superação e Felicidade) e pelo ideal de amor romântico (Felicidade). Além disso, Esperança pontuou a questão da religião (evangélica, neste caso) como motivo para permanecer num relacionamento violento. Nenhuma das mulheres referiu dependência financeira como um motivo para continuar no relacionamento, já que a maioria é principal provedora financeira da casa; mesmo assim, os maridos parecem manter o poder dentro de casa.

Outro aspecto da primeira categoria analítica foram as consequências da violência. Ao sofrer violência doméstica, a mulher não se vê apenas numa situação de ameaça ou dor decorrente dos maus tratos, na verdade ela está sendo dilacerada, já que vê tudo o que sonhou na vida ser destruído. Seu lar, já não é mais o mesmo, os filhos são penalizados mesmo quando não são espancados, logo a sua saúde física e mental também é completamente comprometida, pois a alegria dá lugar a dor e ao medo, fatos que levam a mulher a acreditar e permanecer numa relação conflituosa. Porém, chega a hora em que o próprio corpo responde, e assim surgem as sequelas, que podem ser físicas ou psicológicas.

O último aspecto analisado foi o conhecimento da rede de enfrentamento. Neste sentido, percebemos que duas mulheres referem ter conhecimento; e três apresentam um conhecimento restrito: Lei Maria da Penha e/ou Delegacia. Entendemos, portanto que: há uma necessidade urgente que os órgãos que compõem a rede divulguem seus serviços; que os profissionais sejam melhores capacitados para acolher as demandas; além, é claro, da ampliação da rede.

- No que se refere à Categoria Analítica 2:

Na análise da Categoria Gênero, o primeiro aspecto foi o papel da mulher. Podemos perceber que as mulheres não corroboram a ideia de que o papel da mulher é estritamente de esposa e mãe, pois elas já conquistaram, de certa forma, o espaço público através da inserção no mercado de trabalho. Todas as entrevistadas têm fonte de renda, e não dependem financeiramente do marido ou companheiro. Apenas Felicidade gostaria de ficar em casa, cuidando dos filhos, mas compreende a importância de seu trabalho fora de casa, principalmente porque ganha mais do que seu marido.

O segundo aspecto analisado foi o estigma. As entrevistadas percebem que há certa discriminação quando conquistam o trabalho fora do lar, quebrando assim, os papéis fixos e estereotipados em relação à mulher, de ser apenas esposa e mãe. O estigma também apareceu no que diz respeito à mulher que denuncia o marido agressor. Como muitas pessoas ainda entendem a violência doméstica como do âmbito privado, discriminam as mulheres que quebram esse ciclo. A discriminação relacionada ao gênero ficou evidente no relato de Socorro, que compreende que a infidelidade pode ser cometida apenas pelo homem, pois se for cometida pela mulher, ela se torna “errada”.

O último aspecto analisado foi a mulher no sertão. Não houve um consenso entre as entrevistadas se há diferença no papel da mulher do/no sertão e em outros lugares. Felicidade diz que é diferente, e que no sertão a questão de estar casada tem um peso maior que em outras cidades. Assim como Mudança, que acredita que as mulheres residentes em São Paulo, por exemplo, não aguentariam ser espancadas. Sabemos que essa visão não é verdadeira, mas pode ser sustentada porque a entrevistada vislumbra que em São Paulo há várias Delegacias da Mulher, que realizam esse trabalho de acolhimento às mulheres em situação de violência mais facilmente que no Sertão do Araripe, que não conta com esse tipo de dispositivo.

- No que se refere à Categoria Analítica 3:

O primeiro aspecto analisado nesta categoria foi a cultura patriarcal. Esta, ainda está arraigada na concepção de família das entrevistadas, sendo que algumas perpetuam situações passadas, como por exemplo, aceitar a situação de violência em que vivem porque sua mãe ou irmãs também viveram, como a entrevistada Felicidade. Apesar de apenas esta ter relatado a vivência de violência na infância, Esperança diz que sua mãe achava que ela não precisava se separar porque o marido a bateu. Além disso, apareceram questões como o casamento sendo uma realização familiar e não pessoal.

O outro aspecto analisado foi a dominação masculina, que extrapola o espaço do casamento. Os relatos falam do cerceamento da vida da mulher mesmo após a separação. Ou seja, o homem, ex-marido, acredita que mantém o poder mesmo após o fim da relação, como nos casos de Esperança e Superação. Essa dominação também se reflete em outras questões, como a saúde da mulher, como relata Mudança, que foi impedida de ir ao médico para que não percebessem que seus ferimentos eram devido à agressão doméstica. Além disso, mesmo quando o homem não é o principal provedor financeiro da família, continua sendo o provedor moral, e assim, vende e compra o que quer e quando quer (entrevistada Socorro) ou diminui a autoestima da mulher para que ela não se sinta capaz de fazer nada sem sua companhia ou supervisão, como dirigir um carro (entrevistada Felicidade).

Assim, no que concerne ao cruzamento dos dados empíricos com a teoria, percebemos o conceito de gênero de Scott (1995) assumido na nossa pesquisa, que vai além das diferenças físicas e biológicas, e afirma a dimensão sócio-histórica do conceito, em que o “masculino” e o “feminino” são culturalmente construídos. Foi importante ver a história do movimento das mulheres e perceber as lutas realizadas para chegarmos ao “papel” da mulher na sociedade de hoje. Pudemos perceber que essa construção social do gênero está refletida em algumas falas das mulheres, como: *“você que tem que vim buscar para levar no médico, porque você é a mãe”* (Esperança), *“a sociedade lhe cobra muito”* (Superação) e *“meu pai não queria que minha mãe trabalhasse para cuidar dos filhos”* (Felicidade).

Como Scott (1995) propõe que o gênero é uma forma de significar as relações de poder, as falas também expressam essa concepção. Acreditamos que nossos resultados confirmam a teoria de Arendt (1985) de que o poder é relacional. Ficou evidente nas falas das entrevistadas a questão do poder, como por exemplo: *“ele queria continuar mandando em mim”* (Esperança) e *“ele me amedronta, eu fico recuada”* (Felicidade). A compreensão dos dados empíricos através da teoria é importante para compreendermos a violência doméstica contra as mulheres, e a partir da nossa pesquisa, buscar subsídios para atuar na prática, na prevenção e no enfrentamento deste tipo de violação de direitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Eu quase que nada não sei.
Mas desconfio de muita coisa.*

Guimarães Rosa, em “*Grande Sertão: Veredas*”.

Para investigar a violação dos direitos humanos das mulheres em situação de violência doméstica no Sertão do Araripe de Pernambuco percorremos um longo caminho, uma vez que o fenômeno da violência é complexo e envolve uma variedade de fatores.

Assim, o primeiro objetivo específico da nossa pesquisa foi mapear a rede de enfrentamento da violência contra as mulheres, analisando como está ocorrendo o enfrentamento da violência de gênero na região. Sabemos que o Brasil, nas últimas décadas, buscou desenvolver alguns mecanismos para o enfrentamento da violência, entre eles a criação da rede de serviços para atuar de maneira integrada e mais eficaz, envolvendo todos os setores da sociedade e todas as esferas do governo. Por isso, nossa pesquisa de campo iniciou-se com o levantamento dos serviços existentes na regional que fazem parte da rede de enfrentamento, conforme as quatro áreas definidas na Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011a; 2011b). Realizamos o mapeamento dos serviços nos dez municípios que compõem o Sertão do Araripe.

Dentre os serviços mapeados, destacam-se em quantidade os *serviços de saúde*, e por ser uma das principais portas de entrada para mulheres em situação de violência. Entendemos que as mulheres utilizam os serviços de saúde constantemente, mesmo sem informar a situação de violência que vivenciam. Este uso está representado primordialmente pelo Posto de Saúde da Família (PSF), um dos dispositivos mais próximos da população, como especificado na Política Nacional de Atenção Básica – PNAB (BRASIL, 2012b). As mulheres utilizam o serviço mesmo sem compreender que ele faz parte da rede de enfrentamento, como a entrevistada Mudança, que começou a usar o serviço devido à doença sexualmente transmissível que seu companheiro transmitiu. E assim, durante os atendimentos, a agente comunitária de saúde que faz seu acompanhamento domiciliar tomou conhecimento de sua situação e de sua história de vida. Foi através desta agente comunitária que Mudança se tornou participante desta pesquisa.

Outra forma importante de acesso aos serviços de saúde são os hospitais. Há uma cultura na região de procurar os hospitais, sem necessariamente passar pelo PSF, como preconiza a PNAB, deixando para os hospitais os casos de maior complexidade. Esse

fenômeno é verificado principalmente no município de Ouricuri, que não possui hospital municipal, superlotando o hospital regional, que deveria atender apenas os casos mais graves. O HRFB tem intensificado as notificações de violência contra a mulher, expresso no aumento dos números trazidos no Capítulo 4. Não sabemos, no entanto, se após essas notificações, há algum tipo de encaminhamento dos casos, já que muitas vezes eles chegam ao hospital através da delegacia, para realização do exame de corpo de delito. Sendo assim, os profissionais de saúde, tornam-se fundamentais, não apenas para diagnosticar e tratar os casos, como para desenvolver possíveis intervenções ou encaminhamentos. Porém, essa atuação é repleta de barreiras pessoais e institucionais, o que impede sua eficácia, contribuindo para a perpetuação do problema e para sua invisibilidade.

No mapeamento dos *serviços de justiça*, ficou evidente a fragilidade da rede, afinal, nenhum dos órgãos preconizados na Política Nacional existe na regional. No entanto, é importante frisar que essa precariedade não é exclusiva do Sertão do Araripe: as Varas Especiais estão concentradas na região metropolitana do Recife, e no Estado existe apenas uma Defensoria da Mulher, localizada na capital. Já que a Lei Maria da Penha, datada de 2006, prevê a criação destes órgãos, está claro que ainda estamos caminhando lentamente na implantação da rede de serviços especializados.

No que se refere aos *serviços de segurança pública*, a principal lacuna encontrada foi a falta da DEAM na região. Reivindicação antiga da população, promessa esquecida das gestões, que a cada ano estendem o prazo. Segundo a Secretaria da Mulher de Pernambuco, a implantação deveria ter ocorrido em 2013, depois foi prorrogado para 2014 (SecMulher, 2014), e até agora a DEAM ainda é uma utopia. Não estamos, reafirmamos, dizendo que a DEAM na regional resolveria todos os problemas da violência contra as mulheres. Mas acreditamos que aumentar a rede de serviços especializados é assumir a complexidade da situação e buscar meios específicos de combate à violência de gênero.

Os *serviços de assistência social* estão presentes em todos os municípios na região, representados principalmente pelos CRAS e CREAS. Mas os serviços especializados, como o CRAM, existem em apenas um município. Outra carência importante é a da Casa de Acolhimento Provisório. Afinal, como garantir a integridade física da mulher e dos filhos com ameaça iminente de morte? Qual o lugar seguro, até que sigam para uma Casa-Abrigo de caráter sigiloso? De quem é a responsabilidade de sua integridade: A família? A polícia? A gestão municipal ou estadual? A própria mulher? Infelizmente essas questões continuam sem resposta, e o que sabemos é que diferentes arranjos são realizados pelos órgãos existentes na região, conforme cada situação.

Se o mapeamento da quantidade de serviços existentes já nos alerta sobre os “furos” existentes na rede de enfrentamento, o levantamento dos números da violência contra as mulheres na região nos confirma a situação. Pensando nas quatro áreas preconizadas na Política Nacional (BRASIL, 2011a; 2011b), escolhemos um serviço de cada setor para realizar a coleta de dados: no serviço de saúde, escolhemos o Hospital Regional Fernando Bezerra; no serviço de segurança pública, a Delegacia de Polícia Civil de Ouricuri; no serviço de assistência social, o CREAS Regional; no serviço de justiça, não houve coleta, já que não há nenhum órgão no mapeamento anteriormente realizado. Assim, a coleta foi realizada em três equipamentos assistenciais.

Através dos números coletados ficou evidente que o enfrentamento da violência contra as mulheres não vem acontecendo de maneira articulada, devido às falhas na rede de serviços, que muitas vezes não tem funcionado com a eficácia necessária. Os dados compilados na Tabela 18 retratam a diferença entre as ocorrências registradas na Delegacia, as notificações de violência realizadas no HRFB, e, principalmente, a quantidade mínima de mulheres em acompanhamento pelo CREAS Regional. Conclusão: cada órgão parece preocupar-se apenas com a sua função, sem procurar articular e acionar outros dispositivos da rede. Se a mulher vai à delegacia para registrar uma ocorrência, é rotina encaminhar para o hospital para realização do exame de corpo de delito, não porque se entende a necessidade de algum atendimento devido às sequelas físicas e/ou psicológicas; nem a delegacia nem o hospital parecem referenciar os casos ao CREAS, que é o órgão responsável pelos acompanhamentos psicossociais e jurídicos. E assim, as mulheres em situação de violência não conhecem a rede de enfrentamento na região, que não realiza os encaminhamentos e acompanhamentos devidos. Esse desconhecimento da rede ficou comprovado na análise das entrevistas com as mulheres.

O nosso segundo objetivo específico foi identificar o perfil sócio demográfico das mulheres em situação de violência no Sertão do Araripe. Para alcançar esse objetivo utilizamos as informações coletadas no CREAS Regional. Segundo estes dados, as mulheres da *zona rural* estão mais propícias à situação de violência doméstica. Vários fatores podem explicar esse fato: a distância entre as casas protegem os agressores; a dificuldade de acesso aos serviços básicos de saúde e/ou assistência social; ou ainda a permanência de uma cultura patriarcal muito forte na zona rural, que compreende a mulher como submissa ao homem, principalmente ao marido.

Conforme os dados do CREAS Regional, as mulheres estão mais sujeitas a situação de violência *entre os 35 e 50 anos de idade*. Porém, segundo as estatísticas nacionais, as

mulheres sofrem mais violência dos 20 aos 29 anos (WAISELFISZ, 2012). Importante frisar que a faixa de idade encontrada na nossa pesquisa limitou-se aos dados do CREAS Regional, já que esta informação não foi repassada pelo HRFB nem pela Delegacia de Ouricuri. Outras informações importantes como cor da pele, renda e escolaridade também não foram fornecidas por estes dois equipamentos.

Para alcançar os outros objetivos específicos, utilizamos entrevistas com mulheres em situação de violência doméstica, passada ou atual. Com a realização destas entrevistas, pudemos inferir alguns dados referentes ao segundo objetivo. Conseguimos, através da amostra estratificada, entrevistar mulheres de diferentes características, confirmando o que os estudos mostram: a violência contra as mulheres não é específica de mulheres de baixa renda, nem de baixa escolaridade, tampouco de mulheres de cor de pele negra ou parda. A violência contra as mulheres é tão ampla que abarca as diversas classes sociais, raciais, étnicas, geracionais, entre outras. Conforme o Quadro 2, as mulheres entrevistadas para nossa pesquisa representaram a heterogeneidade das mulheres: são de zona urbana e rural; cor de pele branca, parda e preta; variada faixa de idade; mulheres que nunca estudaram e também mulheres com nível superior completo; mulheres que vivem com um salário mínimo por mês e as que ganham mais de 4 mil reais mensais. A multiplicidade também foi conseguida no que se refere à situação de violência, já que pensávamos em situação atual ou passada. Assim, duas mulheres já romperam o ciclo, e três ainda se encontram em situação de violência.

Faz-se necessário mencionar que, diante da dificuldade encontrada para conseguirmos mulheres dispostas a participar de nosso estudo, acreditamos que falar sobre a violência doméstica contra as mulheres ainda é um tabu, existente no senso comum de que “roupa suja se lava em casa” ou que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Assim, para termos acesso às mulheres para participar da pesquisa, foi imprescindível a ajuda de profissionais que já atuam na rede e são sensíveis à questão da violência de gênero.

A partir da análise das entrevistas realizadas com mulheres em situação de violência, buscamos nosso terceiro objetivo: analisar a violência doméstica, através das relações de gênero e de poder. Diante dos dados coletados, compreendemos que os eventos de agressão ocorrem devido ao fato da mulher ser considerada um objeto de propriedade masculina e, muitas vezes, a mulher internalizar como justificativa que os eventos são desencadeados por uso de bebidas alcoólicas ou por ciúme do companheiro. Essas explicações agem em consonância com a não responsabilização do marido/companheiro frente ao evento, uma vez que, culpando o álcool ou ciúme, é mais fácil “aceitar” a situação de violência que vivencia dentro de casa.

Nossos dados empíricos sobre a violência doméstica contra as mulheres confirmam a proposição de Arendt (1985) sobre a questão: o agressor vê a vítima como simples objeto, e não como pessoa. Esta ideia está expressa nas falas das mulheres entrevistadas, como: “*cada dia minha autoestima baixava mais*” (Esperança) e “*eu te xingo para não te bater*” (Felicidade). Além disso, encontramos informações que nos remetem às dimensões da violência proposta por Arendt (1985), como a desdemonização. Assim, percebemos nesses resultados que os encontros entre teoria e prática acontecem, e foi primordial o conhecimento da teoria para a compreensão dos dados empíricos.

Importante refletir sobre um aspecto: a mulher que vive numa relação em que sofre agressões físicas, psicológicas e morais constantes, às vezes, para romper este laço tem que mudar completamente sua vida, abandonando casa, família, amigos, enfim, tudo o que conhece e construiu, como o caso de Mudança, e até mesmo de Esperança, que terminou ficando longe dos filhos. É o lado mais perverso da violência, onde quem mais sofre com a situação, tende a sofrer as maiores perdas também com a separação; essas perdas não são apenas financeiras, mas principalmente emocionais. Talvez a frase mais marcante tenha sido a da entrevistada Felicidade: seu marido diz que a agride verbalmente para não bater, como se a violência verbal/psicológica fosse menos grave que a violência física.

Ainda há uma situação que nos chamou atenção nas análises das entrevistas: a medida protetiva referida pela entrevistada Superação. Segundo ela, seu ex-marido não tem se importado em cumprir a medida que exige que ele fica a 200 metros de distância dela. Ficam as dúvidas: cabe a quem fiscalizar? Há possibilidade de fiscalização? A mulher terá que, toda vez descumprida a medida, fazer nova denúncia? Como serão acolhidas essas denúncias, que se tornarão recorrentes, numa região onde não há órgãos especializados na defesa da mulher em situação de violência doméstica? Essas são algumas questões que, infelizmente, não puderam ser respondidas na nossa pesquisa.

Nossos resultados revelam que nossa hipótese inicial não foi confirmada. A mulher atual não se vê apenas no papel de mãe e esposa, pois conquistou sua liberdade, chegando ao espaço público, encontrando seu lugar no mercado de trabalho e nos estudos; no entanto, a hegemonia masculina ainda é muito presente. A mulher oscila entre sua antiga posição, restrita ao papel de esposa e mãe, e a atual. Em virtude do paradigma dominante em nossa sociedade, a mulher acumulou diversos papéis, que a sobrecarregam. De alguma forma, as mulheres ainda percebem certa discriminação quando elas saem do restrito mundo privado, e não houve consenso sobre se há diferença das relações de gênero e de poder no sertão e em outros lugares, como a capital.

A definição de papéis de provedor para o homem e cuidadora para a mulher, típicos da forma de estruturação social patriarcal, é fator de intensificação de conflitos conjugais, de acordo com Dantas-Berger e Giffin (2005), pois quanto mais maridos e esposas cobram de seus cônjuges tais papéis tradicionais, mais tensão e brigas emergem em seus relacionamentos.

O gênero, como debatido nesta pesquisa baseado nas ideias de Scott (1995), é um elemento constitutivo das relações sociais entre homens e mulheres, sendo uma construção social e histórica, sobreposta a um corpo sexuado, e uma forma de significação de poder. Na maioria das sociedades, as relações de gênero são desiguais. Da mesma maneira que diferentes sociedades estão expostas a vários tipos e graus de risco, homens e mulheres, em função da organização social das relações de gênero, também estão expostos a padrões distintos de sofrimento, adoecimento e morte. Desse modo, é imprescindível incorporar a perspectiva de gênero na análise do perfil epidemiológico e no planejamento de ações, que tenham como objetivo promover a melhoria das condições de vida, a igualdade e os direitos de cidadania da mulher.

A violência doméstica talvez seja a expressão exacerbada da insuficiente autonomia das mulheres em várias situações, seja por motivações financeiras, envolvimento emocional e afetivo ou ainda, pelas próprias convenções de gênero, que atribuem papéis definidos socialmente para homens e mulheres os quais, embora cada vez mais assumam identidades múltiplas, ainda se inserem nessa ordem social e familiar persistentemente patriarcal. Essas concepções expressam a desigualdade de poder que marca o próprio conceito de gênero, fazendo com que o considerado “feminino” seja frequentemente desvalorizado em relação ao “masculino”.

O último objetivo específico do nosso trabalho foi verificar se as mulheres se percebem como vítimas de violência. Neste caso, nossa hipótese inicial também foi refutada, pois elas demonstraram compreender todas as agressões que sofrem como uma violência. No entanto, os motivos para permanecer nessa situação são inúmeros, e já foram apontados na categoria analítica 1, no aspecto motivos para permanecer no ciclo. Concluímos, portanto, que as mulheres compreendem a situação de violência em que se encontram, mas ainda não se utilizam ou desconhecem a rede de enfrentamento. Afinal, essa rede não se restringe à Delegacia.

A partir das respostas dos objetivos específicos, buscamos responder nosso objetivo geral: Como as relações de gênero e poder permeiam as violações de direitos humanos

existentes na violência doméstica contra a mulher no Sertão do Araripe? As principais conclusões do nosso estudo são:

- As questões de gênero e poder se configuram baseadas em papéis rígidos e patriarcais internalizados de forma que dependência financeira das mulheres não se configura como um motivador para que a mulher permaneça no ciclo de violência doméstica, aparecendo outros motivos que parecem ser mais relevantes, como dependência emocional, as questões religiosas ou a cultura patriarcal que ainda considera o casamento indissolúvel;
- As relações de poder permeiam as relações afetivas íntimas, de forma que a violência psicológica é levada ao segundo plano em deferimento da violência física, ou seja, enquanto os constrangimentos, humilhações e ameaças não desencadearem as agressões físicas, as mulheres têm mais dificuldade em romper o ciclo de violência;
- A violação dos direitos humanos das mulheres em situação de violência doméstica no sertão do Araripe não se refere apenas às agressões físicas, psicológicas e morais a que são submetidas, mas também está contida na dificuldade de acesso aos serviços e na pouca compreensão da rede de enfrentamento da violência pelas mulheres, repercutindo na fragilidade da referida rede, que termina por não contribuir para a diminuição da violência sexista e machista no Sertão do Araripe;
- As relações de gênero e poder das violações dos direitos humanos também estão configuradas no não cumprimento da Lei Maria da Penha, já que esta não permitiria lavrar TCO, pois não considera a violência doméstica como crime de menor potencial, no entanto, isso ainda vem ocorrendo na região pesquisada, conforme dados da Delegacia de Polícia de Ouricuri.

A partir das conclusões desta pesquisa, inquietações ainda permanecem, instigando-nos a dar continuidade aos nossos estudos na área. Algumas perguntas que, infelizmente não puderam ser respondidas diante das limitações da pesquisa, como por exemplo, o não acesso aos prontuários de notificações de violência e os boletins de ocorrência. Essas lacunas que nos inquietam ao fim dessa investigação científica são: Que falhas há na aplicação da Lei Maria da Penha? Socorro fez denúncia quando foi agredida fisicamente e teve um corte profundo na cabeça, no entanto seu companheiro não ficou preso. Segundo os policiais da delegacia de Ouricuri, em conversa informal, o homem vai preso de acordo com a gravidade dos fatos,

podendo ser feito um TCO ou aberto inquérito. Quem decide a gravidade? A arbitragem da fiança se utiliza de quais parâmetros?

Como propostas para uma nova pesquisa, pensamos que seria importante ampliar os órgãos pesquisados, para traçar um perfil sóciodemográfico das mulheres em situação de violência mais fidedigno, bem como seria de suma importância ter acesso aos prontuários e boletins de ocorrência no intuito de coletar dados sobre a natureza da violência, idade das mulheres, entre outros.

Diante do exposto, apesar dos significativos avanços e conquistas históricas alcançadas pelas mulheres – afinal, de totalmente submissa ao poder masculino, lutou para conseguir maior espaço no lar e visibilidade no espaço público –, no Brasil ainda vigora padrões, valores e atitudes discriminatórias. As novas dinâmicas macrossociais acarretaram mudanças que repercutiram no âmbito da família e nas relações de gênero. A inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, a influência dos movimentos feministas pela igualdade de direitos, o avanço da ciência em relação aos métodos contraceptivos, a melhoria educacional das mulheres, dentre outras, trazem um conjunto de “novos valores”, ligados a uma situação mais igualitária entre o homem e a mulher. Juntam-se a isto, mudanças demográficas, econômicas, políticas e culturais.

A imagem de mulher que se desenha não mais se relaciona com a dependência e a passividade, ao contrário, é incentivado como valor a independência feminina, conquistada principalmente no mundo do trabalho. Os espaços público e privado continuam dicotomizados, mesmo com a mulher tendo maior acesso ao mundo público através do trabalho e da escolarização. Parece inegável o reconhecimento de mudanças significativas, trazidas por este novo contexto, nos padrões de relações de gênero e a nova configuração das relações de poder que as envolvem. Ou seja, mesmo que as mulheres tenham conquistado avanços significativos como o direito ao voto, ao trabalho fora do ambiente doméstico e à educação, algumas ainda permanecem submissas aos homens devido às relações de gênero e de poder tão fortemente arraigadas na nossa sociedade, e não é diferente no Sertão do Araripe de Pernambuco.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Karla Galvão. **Encontros do Feminismo** – Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia. 2008. 301f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Departamento de Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

AGUADO, Ana. Violencia de género: sujeto femenino y ciudadanía en la sociedad contemporánea. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de (Orgs.). **Marcadas a Ferro**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005, p. 23 – 34.

ALBUQUERQUE, Roberto C. de; VILAÇA, Marcos Vinícius. **Coronel, Coronéis: apogeu e declínio do Coronelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)**. Maceió: Catavento, 2003.

_____. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: MACHADO, Charliton José S.; SANTIAGO, Idalina Maria F. L.; NUNES, Maria Lúcia S. (Orgs.). **Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2010, p. 21-34.

ALEMANY, Carme. Violências. In: HIRATA, Helena et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unifesp, 2009.

ÂNGULO-TUESTA, Antonia de Jesús. **Gênero e violência no âmbito doméstico: a perspectiva dos profissionais de saúde**. 1997. 151f. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública) – Departamento de Ciências Sociais, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1997.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 45-77.

ARENDT, Hannah. **Da Violência**. Tradução de Maria Cláudia D. Trindade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

_____. **A condição humana**. 10. ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ÁVILA NETO, Maria Inácia d'. **O autoritarismo e a mulher: o jogo de dominação macho-fêmea no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artes & Contos, 1994.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas: A violência denunciada.** São Paulo: Cortez, 1985.

BANCO MUNDIAL. **Violência contra a mulher.** Disponível em: <<http://www.bancomundial.com>>. Acesso em: 07 mar. 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** 4. ed. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2004.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 607-639.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** A experiência vivida. 2. ed. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, vol. II, 1967.

BIANCARELLI, Aureliano. **Assassinatos de mulheres em Pernambuco.** 1. ed. São Paulo: Publisher Brasil/ Instituto Patrícia Galvão, 2006.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Campus, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 11. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Ministério da saúde. **Programa de atenção integral à saúde da mulher.** Bases de Ação Programática. Brasília: Centro de Documentação, Ministério da Saúde, 1984.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil,** de 5 de outubro de 1988. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988.

_____. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: Casa Civil, 27 set. 1995. Seção 1, p. 15033.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário oficial da União.** Brasília: Casa Civil, 11 jan. 2002. Seção 1, p. 1.

_____. Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. **Diário Oficial da União.** Brasília: Casa Civil, 25 nov. 2003. Seção 1, p. 11.

_____. Presidência da República. **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004b.

_____. Ministério da saúde. Portaria nº 2.406, de 5 de novembro de 2004. Institui serviço de notificação compulsória de violência contra a mulher, e aprova instrumento e fluxo para notificação. **Diário Oficial da União**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004c. Seção 1, p. 25.

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Diário Oficial da União**. Lei Maria da Penha. Cria mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Casa Civil, 8 ago. 2006. Seção 1, p. 1.

_____. Presidência da República. **Pacto nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

_____. Presidência da República. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766. Acesso em: 21 ago. 2012.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. **Informativo: Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, DF, 2011a.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, DF, 2011b.

_____. Ministério da Saúde. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2012a.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Balanco semestral Ligue 180**. Janeiro a junho/2012. Brasília, DF: Ligue 180, Central de Atendimento a Mulher, 2012b.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica – PNAB**. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde, 2012c.

_____. Senado Federal. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. **Relatório Final**. Investigação da situação da violência contra a mulher no Brasil e apuração das denúncias de omissão. Brasília, 2013a.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **O poder judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha**. Brasília, DF: Secretaria de Comunicação Social, 2013b.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Balanco semestral Ligue 180**. Janeiro a junho/2013. Brasília, DF: Ligue 180, Central de Atendimento a Mulher, 2013c.

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. Os programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. In: _____. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34/ Fundação Carlos Chagas, 2002. p. 17-58.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CELMER, Elisa Girotti. Violências contra a mulher baseada no gênero, ou a tentativa de nomear o inominável. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (Org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 72-88.

CFEMEA. Centro Feminista de Estudos e Assessoria. **Lei Maria da Penha: do papel para a vida**. Comentários à lei 11.340/2006 e sua inclusão no ciclo orçamentário. Brasília: CFEMEA/CECIP, 2007.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CARDOSO, Ruth et al. **Perspectivas antropológicas da mulher**. Sobre mulher e violência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 23-62.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise**. Rio Janeiro: Graal; 1986.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia P. L. **Violência de gênero, necessidades de saúde e uso de serviços em atenção primária**. 2000. 286f. Tese (Doutorado em Medicina) – Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, vol. 11, p. 1163-1178, jan. 2007.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANTAS-BERGER, Sônia Maria; GIFFIN, Karen. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 417-425, mar./abr. 2005.

DAY, Vivian Peres; TELLES, Lisieux Elaine B.; ZORATTO, Pedro Henrique; AZAMBUJA, Maria Regina F.; MACHADO, Denise Arlete; SILVEIRA, Marisa Braz. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria**. Porto Alegre, v. 25, Supl. 1, p. 9-21, abr. 2003.

DEL PRIORE, Mary. Apresentação. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 7-10.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Gênese e lutas. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 241-277.

FLORES, Joaquim Herrera. **Teoria Crítica dos Direitos Humanos: os direitos humanos como produtos culturais**. Tradução de Luciana Caplan, Carlos Roberto Garcia, Antonio Suxberguer e Jeferson Dias. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FREITAS, Ana Paula Saraiva de. **A presença feminina no cangaço: práticas e representações (1930 – 1940)**. 2005. 242f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Centro de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

FREUD, Sigmund. **Escritos sobre a Guerra e a Morte**. Tradução de Artur Morão. Covilhã: LusoSofia, Universidade da Beira Interior, 2009.

_____. Além do Princípio do Prazer. In: _____. **Obras psicológicas completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 49. ed. São Paulo: Global, 2003.

GARCIA, Leila P.; FREITAS, Lúcia R. S. de; SILVA, Gabriela D. M. da; HÖFELMANN. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagracia.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2014.

GAUER, Ruth Chittó. **Fenomenologia da violência**. Curitiba: Juruá, 2003.

GOMES, Jaciara Josefa. **Discurso feminino: uma análise crítica de identidades sociais de mulheres vítimas de violência de gênero**. 2008. 131f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Departamento de Letras, Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e terra, 1993.

HEISE, Lori; ELLSBERG, Mary; GOTTEMOELLER, Megan. **Ending Violence against Women**. Baltimore, USA: Population Reports, 1999.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres**. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2013/livro_pesquisa_violencia.pdf>. Acesso em: 04 out. 2013.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIPS. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. Brasília: IPEA, 2014.

KLEIN, Melanie. **Amor, culpa e reparação**. Tradução de André Cardoso. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

KRUG, Etienne G.; DAHLBERG, Linda L.; MERCY, James A.; ZWI, Anthony B.; LOZANO, Rafael. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Brasília: OMS/Opas/UNDP/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do Gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LINS, Daniel. **Lampião: o homem que amava as mulheres**. São Paulo: Annablume, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO, Odila de Melo. Mulher: códigos legais e códigos sociais – o papel dos direitos e os direitos de papel. In: HESKETH, Maria Avelina Imbiriba (Org.). **Cidadania da mulher, uma questão de justiça**. Brasília: OAB Editora, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MASSI, Marina. **Vida de mulheres – imaginário e cotidiano**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 10, suplemento 1, p. 07-18, 1994.

_____.; SOUZA, Edinilsa Ramos. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. IV (3), p. 513 – 531, nov. 1997 – fev. 1998.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOZZAMBANI, Adriana C. F.; RIBEIRO, Rafaela L.; FUSO, Simone F.; FIKS, José Paulo; MELLO, Marcelo Feijó. Gravidade psicopatológica em mulheres vítimas de violência doméstica. **Rev. Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 33 (1), p. 43-47, 2011.

MURARO, Rose Marie. **Libertação sexual da mulher**. Petrópolis: Vozes, 1975.

OKADA, Márcia Massumi. **Violência doméstica contra a mulher: estudo com puérperas atendidas em uma maternidade filantrópica**. 2007. 138f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Departamento de Enfermagem, Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **WHO Multi-Country Study on Women: Inicial results of prevalence, health outcomes and women's responses**. Resumo de Relatório. Genebra: WHO, 2005. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/smi/cap1.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova York, 1948. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em: 21 ago. 2012.

_____. **Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres**. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, nº 48/104, aprovada em 20 de dezembro de 1993.

OPAS. Organização Pan-Americana de saúde. **Repercussão da violência na saúde das populações americanas**. Washington, D.C., USA: 44º Conselho Diretor, 55ª Sessão do Comitê Regional, 2003.

PATTI, Elci A. Macedo R. **O que pode uma mulher?** Sexualidade, educação e trabalho. Franca, SP: Unesp, 2004.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Araújo. Bauru, SP: Edusc, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PESSIS, Anne-Marie; MARTÍN, Gabriela. Das origens da desigualdade de gênero. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de (Orgs.). **Marcadas a Ferro**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005, p. 17-22.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme. **Violência Urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.

PITANGUY, Jaqueline. Prefácio. In: BIANCARELLI, Aureliano. **Assassinatos de mulheres em Pernambuco**. 1. ed. São Paulo: Publisher Brasil/ Instituto Patrícia Galvão, 2006, p. 13-17.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE. **Dossiê Violência contra a mulher**. Um problema que afeta toda a sociedade. Recife: SOS Corpo/Fundação Ford, 2001.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política do sexo”. Tradução de Christine Dabat, Edileusa Rocha e Sonia Côrrea. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero e Patriarcado. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de (Orgs.). **Marcadas a Ferro**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005, p. 35-76.

SCHRAIBER, Lilia Blima; D’OLIVEIRA, Ana Flávia; FRANÇA-JUNIOR, Ivan; PINHO, Adriana A. Violência contra a mulher: estudo em unidade de atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 470-477, 2002.

_____; _____. **O que devem saber os profissionais de saúde para promover os direitos e a saúde das mulheres em situação de violência doméstica**. Projeto Gênero, Violência e

Direitos Humanos – Novas Questões para o Campo da Saúde. 2. ed. São Paulo: USP, Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde/ Fundação Ford/CREMESP, 2003.

_____; _____. FALCÃO, Márcia Thereza C.; FIGUEIREDO, Wagner dos Santos. **Violência dói e não é direito**: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: UNESP, 2005.

SCOTT, Joan Wallach. El problema de la invisibilidad. In: ESCANDÓN, Carmen Ramos. (Org.). **Gênero e história**. México: Instituto Mora/UAM, 1992, p. 38-65.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul. /dez. 1995.

SECMULHER. Secretaria da Mulher de Pernambuco. **8 de Março**. Anuário da Secretaria da Mulher. Pernambuco melhor para as mulheres: Pernambuco melhor para todas as pessoas. Ano 08, mar. 2014.

SDS. Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco. **Pacto pela Vida**. Disponível em: <<http://www.pactopelavida.pe.gov.br/pernambuco-registra-reducao-de-326-no-numero-de-assassinatos-de-mulheres/>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

SILVA, Marlise Vinagre. **Violência contra a mulher**: quem mete a colher? São Paulo: Cortez, 1992.

SMITH, Michael D. Patriarchal ideology and wife beating: a test of the feminist hypothesis. **Violence and victims**, v. 5, n. 4, p. 257-273, 1990.

STREY, Marlene Neves; WERBA, Graziela Cucchiarelli. Longe dos olhos, longe do coração: ainda a invisibilidade da violência contra a mulher. In: GROSSI, Patrícia Krieger; WERBA, Graziela. (Orgs.). **Violência e gênero**: coisas que a gente não gostaria de saber. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 71-82.

SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes M. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002, p. 295-320.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Early Marriage**: A harmful traditional practice. UNICEF, Nova Iorque, 2005. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/smi/cap2.htm>>. Acesso em: 06 ago. 2014.

VASCONCELOS, Vânia N. P. “Mulher séria” e “cabra-macho”: por outras representações de gênero no Sertão baiano. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – História e Ética, 25, 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

VENTURINI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Instituto Sagari. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: <<http://mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 8 ago. 2013.

WALKER, Lenore E. **The battered woman syndrome**. New York: Harper and Row, 1979.

WILSHIRE, Donna. Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento. In: JAGGAR, Alison. M.; BORDO, Susan R. (Orgs.). **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997, p. 35-42.

WITTIG, Monique. La categoría de sexo (1976/1982). Tradução de Javier Sáez y Paco Vidarte. In: _____. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Madrid: EGALES, 2006, p. 21-29.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

Identificação:

Idade

Escolaridade

Ocupação

Cor da pele

Religião (caso tenha)

Estado civil

Número de filhos

Quem sustenta a casa financeiramente

Renda mensal da mulher

Renda mensal da família

1. Gostaria que você começasse falando sobre sua infância. Como foi o relacionamento dos seus pais? Como era a relacionamento deles com você?
2. Pra você, qual o papel da mulher na sociedade atual (afazeres, profissão, comportamentos)? Você acha que é diferente o papel da mulher aqui no sertão e de outros lugares?
3. Qual a primeira vez em que você se sentiu agredida? Quem foi o agressor?
4. Que tipos de violência você acha que já sofreu?
5. Em que local aconteceram essas violências?
6. Você já denunciou ou pensou em denunciar alguma violência sofrida?
7. Após sofrer violência, como você se vê/percebe? Mudou em alguma coisa?
8. Você conhece a rede de proteção/combate à violência contra a mulher do seu município/região? Quais locais você acha/conhece que realiza atendimento/encaminhamento das situações de violência doméstica contra a mulher?
9. Qual órgão você procurou quando estava/está em situação de violência doméstica? Quais serviços foram prestados? Você ficou satisfeita com o atendimento?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução 466/12)

Convidamos a Sra. para participar como voluntária da pesquisa “**Violações de Direitos Humanos e Violência Doméstica: Um estudo com mulheres em situação de violência no sertão de Pernambuco**”, que está sob a responsabilidade da pesquisadora **Kalline Flávia Silva de Lira**, Rua Agamenon Bezerra Lafayete, nº 35, Bairro COHAB, Recife – PE, CEP: 51345-030, Fone: (81) 8768.9787 ou (87) 9943.2708, e-mail: kalline_lira@hotmail.com e está sob orientação de: **Ana Maria de Barros**, telefones para contato: (81) 9743.7633 ou (81) 9116.7612, e-mail: anamaria.ufpe@yahoo.com.br.

Este Termo de Consentimento pode conter informações que a senhora não entenda. Caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa que está lhe entrevistando para que a senhora esteja bem esclarecida sobre sua participação na pesquisa. Após ser esclarecida sobre as informações a seguir, caso aceite em fazer parte do estudo, rubrique as folhas e assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa a Sra. não será penalizada de forma alguma. Também garantimos que a Sra. tem o direito de retirar o consentimento da sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

- A pesquisa tem o objetivo de investigar as violações dos direitos humanos presentes nas falas de mulheres que sofrem ou sofreram violência doméstica. Queremos perceber como as mulheres percebem essa violência e identificar os principais tipos de violência cometidos contra as mulheres da região do Araripe. Para isso, fomos a diversos locais que realizam atendimento às mulheres vítimas de violência na região, e agora faremos perguntas sobre você, sobre sua família e sobre violência. As entrevistas serão gravadas ou filmadas para não perdemos nada do que você nos disser;
- A sua participação como voluntária ocorrerá em uma única visita na sua residência, onde realizaremos a entrevista, com duração aproximadamente de uma hora e meia (1h30min);
- **RISCOS:** A pesquisa tem o risco de provocar constrangimento. Assim, se no decorrer da entrevista, você se sentir desconfortável para respondê-la, poderá negar-se ou mesmo desistir de participar da pesquisa. Para minimizar o desconforto, a pesquisadora utilizará linguagem simples e realizará entrevista individual, em momento sigiloso para manter a sua privacidade;
- **BENEFÍCIOS:** A pesquisa reconhece a importância das contribuições das voluntárias, e este estudo poderá colaborar para dar visibilidade à questão da violência na região e para a melhoria das políticas públicas na defesa dos direitos das mulheres. Como benefício direto, você pode ser encaminhada a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência, se assim desejar.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação das voluntárias, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa através de gravações e filmagens ficarão armazenados no computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador responsável, no endereço acima informado, pelo período mínimo de cinco anos.

A senhora não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pela pesquisadora responsável (ressarcimento de transporte e alimentação). Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **Avenida da Engenharia, s/n, 1º andar, sala 4 – Cidade Universitária, Recife – PE, CEP: 50740-600, telefone: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br.**

Assinatura da pesquisadora

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIA

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo “*Violações de Direitos Humanos e Violência Doméstica: Um estudo com mulheres em situação de violência no sertão de Pernambuco*”, como voluntária. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

_____, _____ de _____ de 2014.

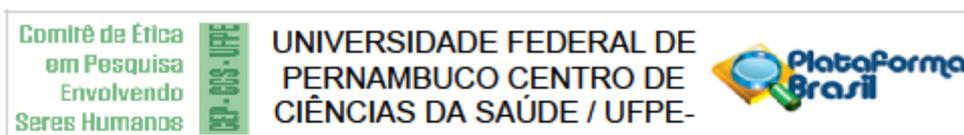
Assinatura da participante: _____



Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite da voluntária em participar:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA – UFPE – PLATAFORMA BRASIL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Violações de Direitos Humanos e Violência Doméstica: Um estudo com mulheres em situação de violência no Sertão de Pernambuco

Pesquisador: KALLINE FLAVIA SILVA DE LIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 33858214.9.0000.5208

Instituição Proponente: Centro de Artes e Comunicação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 777.583

Data da Relatoria: 03/09/2014

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa de Kalline Flávia Silva de Lira, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos na área de concentração em "Fundamentos dos Direitos Humanos", como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, orientada pela Prof^a Dr^a Ana Maria de Barros. Currículos anexados.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral: investigar as violações dos direitos humanos através das narrativas de mulheres em situação de violência doméstica no sertão de Pernambuco.

Objetivos Específicos: 1) discutir a violência de gênero e mapear o perfil sócio-demográfico das mulheres em situação de violência doméstica no sertão de Pernambuco; 2) verificar a autoimagem de ser mulher das mulheres em situação de violência a partir da compreensão da estrutura sócio-familiar das relações de gênero do sertão pernambucano; 3) analisar as narrativas das mulheres em situação de violência e se os conteúdos revelam se elas percebem a violência que as vitimizam como violação dos direitos humanos; 4) identificar os principais tipos de violência sofrida pelas mulheres sertanejas e como vem ocorrendo o enfrentamento da violência de gênero no sertão pernambucano.

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE / UFPE-



Continuação do Parecer: 777.583

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: constrangimento durante a entrevistas, divulgação de dados sigilosos. Para tanto são garantidos meios para evitar o constrangimento, bem como a preservação das informações.

Benefícios: ditos como benefícios diretos às voluntárias, o apoio e o suporte nos casos agudos de violência ou situações de risco, com orientação e encaminhamento para algum serviço a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, se assim desejarem.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa qualitativa de natureza descritiva e analítica, que será realizada no Sertão do Araripe, escolhido como lócus da pesquisa por ser uma das regiões do Estado que ainda não conseguiu diminuir efetivamente os índices de violência, também o local onde a pesquisadora atuou nos últimos anos. Para tanto será realizado um levantamento dos dados nos diversos locais de atendimentos as vítimas de violência (Hospital, CREAS, CRAS, Delegacias, Fórum de Mulheres do Araripe), através de prontuário, boletins de ocorrência, fichas de atendimentos. As notificações de violência doméstica contra a mulher serão dos anos 2010 a 2013. Este recorte temporal deve-se ao fato que o CREAS Regional, órgão estadual que atende vítimas de violência, foi inaugurado em setembro de 2009 e tem seu início de forte atuação no ano seguinte. Após esse levantamento, serão escolhidas mulheres para serem voluntárias da pesquisa, que estão ou estiveram em situação de violência doméstica, para participarem da pesquisa. Os municípios que representarão a região são: Ouricuri e Araripina, consideradas polos da região. Foram indicados critérios de inclusão (mulheres a partir dos 18 anos de idade; residentes nos municípios de Ouricuri ou Araripina; notificação de violência em um dos bancos de dados analisados, a partir do ano 2010), como critérios de exclusão (mulheres que por qualquer motivo recusarem a responder as perguntas da pesquisa; tenham sido atendidas no Hospital Regional, mas que residam em municípios que não façam parte da região do Araripe; tenham déficit ou transtorno mental, ou que estejam em estado psicológico que as impeça de responder as questões da pesquisa).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Principais termos apresentados.

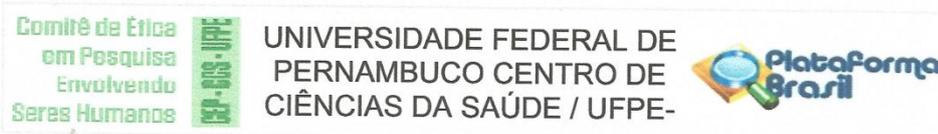
Recomendações:

Nenhuma recomendação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Nenhuma.

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 777.583

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado aprova o parecer do protocolo em questão e o pesquisador está autorizado para iniciar a coleta de dados.

Projeto foi avaliado e sua APROVAÇÃO definitiva será dada, após a entrega do relatório final, na PLATAFORMA BRASIL, através de "Notificação" e, após apreciação, será emitido Parecer Consubstanciado.

RECIFE, 03 de Setembro de 2014

Assinado por:
GERALDO BOSCO LINDOSO COUTO
 (Coordenador)

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br